

IDÉIAS

Vol. 11

2020

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



Migração individual e conjunta: uma análise da composição dos domicílios dos imigrantes recentes em São Paulo com origem no Nordeste – 1991, 2000 E 2010

*Raquel Aline Schneider*¹
*Fausto Reynaldo Alves de Brito*²

RESUMO: O reconhecimento de que a migração é, em muitos casos, uma ação realizada em conjunto é consolidado, mas sua análise não é tão presente na literatura, sendo a falta de dados um dos maiores empecilhos. Com isso, o objetivo deste artigo é a criação de uma *proxy* da condição do migrante no momento do deslocamento, para trazer esclarecimentos sobre quão conjunto ou individual a migração pode ser. Foram utilizados os dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 e o fluxo analisado foi o da Região Nordeste do Brasil para o estado de São Paulo. Verificou-se que a maior parte dos imigrantes recentes se encontravam em domicílios em que também residiam imigrantes antigos, em 1991 e em 2000, porém, em 2010, foram os domicílios inteiramente compostos por imigrantes recentes a maioria. Tais resultados, aliados a informação sobre a relação dos imigrantes recentes com o responsável pelo domicílio, demonstram que a migração conjunta envolve, em sua maioria, relações familiares e é predominante como forma de deslocamento.

Palavras-chave: Migração. São Paulo. Nordeste. Arranjos domiciliares. Censos.

Individual and joint migration: an analysis of the composition of the household of recent in-migrants in São Paulo originating in the Nordeste – 1991, 2000 and 2010

¹ Doutoranda em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte-MG, Brasil (raquelschneider03@gmail.com).

² Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte-MG, Brasil (fbrito@cedeplar.ufmg.br).

ABSTRACT: The recognition that migration is, in many cases, a joint action is consolidated, but its analysis is not so present in the literature, and the lack of data is one of the biggest obstacles. Thus, the purpose of this article is to create a proxy for the migrant's condition at the time of the displacement, to bring clarification on how joint or individual the migration can be. Census data from 1991, 2000 and 2010 were used and the flow analyzed was from the Northeast Region of Brazil to the state of São Paulo. It was found that the majority of recent in-migrants were in households where former immigrants also lived, in 1991 and 2000, however, in 2010, the majority of households were made up of recent in-migrants. Such results, combined with information about the relationship between recent in-migrants and the head of the household, demonstrate that joint migration mostly involves family relationships and is predominant as a form of displacement.

Keywords: Migration. São Paulo. Nordeste. Household structure. Census.

Migración individual y conjunta: un análisis de la composición de los hogares de inmigrantes recientes en São Paulo que originan en el Nordeste – 1991, 2000 y 2010

RESUMEN: El reconocimiento de que la migración es, en muchos casos, una acción conjunta está consolidado, pero su análisis no está tan presente en la literatura, y la falta de datos es uno de los mayores obstáculos. Por lo tanto, el propósito de este artículo es crear una *proxy* de la condición del migrante en el momento del desplazamiento, para proporcionar una aclaración sobre cuán conjunta o individual puede ser la migración. Se utilizaron datos del censo de 1991, 2000 y 2010 y el flujo analizado fue de la Región Nordeste al estado de São Paulo. Se descubrió que la mayoría de los inmigrantes recientes estaban en hogares donde también vivían inmigrantes antiguos, en 1991 y 2000, sin embargo, en 2010, la mayoría de los hogares estaban compuestos por inmigrantes recientes. Estos resultados, combinados con información sobre la relación de los inmigrantes recientes con la persona a cargo del hogar, demuestran que la migración conjunta implica principalmente relaciones familiares y es predominante como una forma de desplazamiento.

Palabras clave: Migración. São Paulo. Nordeste. Arreglos de los hogares. Censos.

Introdução

Com a evolução dos estudos migratórios muitos fatores e motivos foram percebidos como entrelaçados ao processo. A decisão de migrar, feita como um projeto familiar, demonstrou-se uma prática comum e, mesmo quando as pessoas migram sozinhas, foi observado que muitas delas eram financiadas pelos recursos da família e/ou o faziam para diversificar o rendimento da mesma (SANDELL, 1977, MINCER, 1978, DA VANZO, 1981, LICHTER, 1983, STARK 1991, MASSEY *et al.*, 1993, PFEIFFER *et al.*, 2007, COOKE, 2008, entre outros). Em casos como esses a consideração do processo migratório como individual, comumente utilizada, torna-se inadequada.

O interesse pela análise dos domicílios e das famílias se desenvolveu na década de 1970, como indicado por Burch (1979), como consequência da maior disponibilidade de dados e de ferramentas computacionais e, também, pelo crescimento do campo teórico que considerava a família/domicílio como unidade chave de tomada de diversas decisão, como as relacionadas a fecundidade, ao casamento e a migração.

É no ambiente familiar em que as experiências humanas e as decisões pessoais são baseadas. O desenvolvimento individual se constrói com a evolução do ciclo de vida familiar, o qual, por sua vez, está conectado a contextos socioculturais mais amplos (MCGOLDRICK; CARTER; GARCIA-PRETO, 2013). Assim, a incorporação do contexto familiar no estudo da migração foi um avanço significativo na compreensão do fenômeno.

No entanto, a consideração da família nos estudos da migração é limitada. Uma das razões é a falta de dados que possibilitem sua utilização. Além disso, outra questão que influencia as pesquisas é a de que a família é mais associada as mulheres, e o papel das mulheres e sua migração ainda não é igualmente considerado e valorizado como o dos homens.

Assim, o objetivo deste artigo é criar uma categorização da migração entre individual e conjunta, o que é feito por meio de uma *proxy* que utiliza, por meio dos dados censitários, a estrutura

domiciliar dos imigrantes recentes, definidos como aqueles que residiam no destino há menos de dois anos, para uma maior aproximação da situação no momento da migração³. Com ela também é possível verificar se os imigrantes, que residiam em um mesmo domicílio no destino, realizaram o movimento ao mesmo tempo ou em diferentes momentos.

Por sua relevância nacional e importância histórica o fluxo migratório do Nordeste para o Estado de São Paulo foi o escolhido para aplicar essa categorização. Com ele é realizada uma análise da evolução do tipo de migração, nos anos de 1991, 2000 e 2010, por meio dos microdados dos Censos Demográficos. Para aprofundar os resultados foram utilizadas as variáveis de sexo e relação dos imigrantes recentes com o responsável pelo domicílio.

A análise da composição domiciliar dos imigrantes recentes significa um avanço no entendimento dos fluxos migratórios, das diferenças observadas por sexo e das alterações temporais, abrindo novas possibilidades de estudos com os dados censitários, disponíveis para todo o território nacional, sobre um aspecto ainda pouco estudado na migração interna, como ressaltado por Campos (2018), que é o da relação entre migração e estrutura domiciliar.

Materiais e métodos

Os dados utilizados são provenientes dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os microdados são o menor nível de desagregação dos dados dessa pesquisa, são apresentados na forma de números que correspondem às respostas do questionário. Os dados vêm acompanhados de uma documentação que descreve cada variável (pergunta) e o significado de cada número como resposta (IBGE, 2020).

³ Há diferentes formas de identificar os migrantes utilizando os dados censitários, como é indicado no tópico Materiais e Métodos. Os imigrantes recentes definidos no artigo são aqueles que residiam no estado de São Paulo, há menos de dois anos (nas respectivas datas de realização dos Censos) e que declararam residir anteriormente em algum estado da Região Nordeste do país.

Os Censos de 1991, 2000 e 2010 permitem identificar o município, a microrregião, a mesorregião, a região metropolitana (quando é o caso) e a região geográfica que o indivíduo residia no momento do recenseamento. Combinando tais informações com alguma daquelas disponíveis sobre o lugar de residência, em algum momento anterior, é possível identificar pessoas que mudaram sua residência, ou seja, os migrantes.

No que tange à migração interna (mudança de residência de um lugar para outro sem sair do Brasil), há algumas perguntas comuns nos censos demográficos que são utilizadas para definir migrantes e não migrantes. Uma das formas de definir os migrantes é conhecida como *lifetime migrants*. Nesse caso os migrantes são aqueles que nasceram num lugar diferente do lugar em que foram recenseados. Para identificá-los é necessário saber o lugar de nascimento, o que é feito, nos três censos, por meio da pergunta sobre a Unidade da Federação (UF) de nascimento. Mas existem algumas limitações no uso dessa informação. Não é possível identificar quando a migração foi feita, se houve mais movimentos migratórios e, ainda, caso a pessoa tenha migrado, mas estava residindo, novamente, no lugar de nascimento no momento do recenseamento, ela será considerada não migrante (BILSBORROW, 2016).

Outra forma de identificar migrantes é conhecida como *migração de data fixa*, nela é perguntado qual era o lugar de residência numa data específica. O período de cinco anos é utilizado, pois é uma aproximação do meio do período entre os censos. Sua vantagem é a determinação do período no qual ocorreu a migração, sendo fácil a definição do conceito de migração. Mas quando houver mais de um movimento migratório também se perde informação e, caso se tenha migrado e retornado para o lugar em que se residia na data fixada, a pessoa será considerada não migrante (RIGOTTI, 1999; BILSBORROW, 2016).

Por fim, tem-se a que ficou conhecida como *migração de última etapa*. Ela é identificada com a combinação do tempo de residência ininterrupto no lugar recenseado com o lugar de residência anterior. Assim, como indica o nome, ela informa qual

foi o último movimento realizado pelo migrante. Com isso, mesmo os retornados (que residiam em determinado lugar, se emigraram, mas retornaram a ele) são consideradas migrantes (RIGOTTI, 1999; BILSBORROW, 2016).

Cabe destacar que os dados censitários não realizam nenhuma investigação com relação aos motivadores da migração ou da situação dos migrantes antes de realizarem o movimento, o que limita a análise da migração a observação da situação dos migrantes no destino, na data de realização da pesquisa. Tem-se, também, o problema de o respondente não saber quando todas as pessoas do domicílio migraram, dado que é apenas uma pessoa do domicílio que reporta as informações de todos os residentes do mesmo. Além disso, os dados censitários tratam de estoques de migrantes dos que sobreviveram até a data do recenseamento e não emigraram do lugar de destino. Por conta disso, quanto mais tempo transcorrido entre a migração e o recenseamento, espera-se que menor será o número de migrantes captado, pois estes estiveram mais expostos ao “risco” de morte e de realizar outro movimento migratório (RIGOTTI, 1999).

No artigo utiliza-se a variável de última etapa, pois com ela é possível definir os imigrantes recentes. Ela permite analisar a situação dos imigrantes que acabaram de chegar até aqueles que já tinham 10 anos ininterruptos de moradia no destino. Mas para a construção do tipo de migração feita, entre individual e conjunta, faz-se delimitação dos imigrantes que tinham até dois anos de residência no destino. Os migrantes foram definidos aqui por meio do quesito de UF de residência anterior, sendo migrantes aqueles que residiam anteriormente em algum estado do Nordeste e se destinaram para o estado de São Paulo. O tempo de residência considerado também foi com relação à UF, ou seja, o tempo de moradia ininterrupto no estado de São Paulo.

Destaca-se que no Censo de 2000, não foi identificado o município de residência anterior, apenas a UF. Quando se tem a identificação do município e da UF de residência anterior, o tempo de residência na UF e no município é diferente nos casos em que houver uma migração de um município para outro num mesmo

estado. Assim, caso haja pessoas que, por exemplo, emigraram do Nordeste e foram para São Paulo e, posteriormente, migraram de um município para outro, dentro do próprio estado de São Paulo, elas não serão mais enquadradas como migrantes nos Censos de 1991 e 2010.

No entanto, em 2000, esse não é sempre o caso. A falta da pergunta sobre o município de residência anterior pode causar resultados diferentes. Como não há a pergunta de município de residência anterior, algumas pessoas podem reportar como última migração o deslocamento interestadual, pois é a única informação que foi pedida sobre a residência anterior. Assim, é importante destacar a existência de tal limitação dos dados censitários do ano de 2000 e que a consequência disso é a consideração de pessoas como imigrantes que, nos demais anos, não seriam tratadas como tal.

Para identificar se a migração do Nordeste para o estado de São Paulo era mais caracterizada por ter sido feita de forma individual ou conjunta foram considerados aqueles que imigraram para São Paulo há pouco tempo, para fazer a maior aproximação possível da estrutura domiciliar dos imigrantes no momento em que chegaram em São Paulo, criando uma *proxy* da situação da migração.

A Tabela 1 apresenta o tempo de residência dos imigrantes de São Paulo, com origem no Nordeste, nos anos de 1991, 2000 e 2010. A princípio seriam considerados os imigrantes que residiam em São Paulo há menos de um ano (com relação as respectivas datas dos Censos Demográficos), porém, ao analisar os dados se destacou uma grande diferença entre os Censos. No Censo de 1991, do total de imigrantes de última etapa, 7,64% residiam em São Paulo há menos de um ano e, em 2000 esse valor cai ainda mais, para 4,38%, enquanto que, no Censo de 2010, ocorre o inverso e o valor sobe para mais de 15%.

Tabela 1. Imigrantes em São Paulo, com origem no Nordeste, por tempo ininterrupto de residência (valor absoluto e %) – 1991, 2000 e 2010

Tempo ininterrupto de residência em São Paulo	1991		2000		2010	
	Total	%	Total	%	Total	%
0 – menos de 1 anos	83.375	7,64	73.377	4,39	177.619	15,18
1 – de 1 a 2 anos	187.582	17,20	179.282	10,72	153.714	13,14
2 – de 2 a 3 anos	166.874	15,30	178.583	10,68	157.114	13,43
3 – de 3 a 4 anos	149.069	13,67	208.840	12,49	144.410	12,34
4 – de 4 a 5 anos	134.076	12,29	242.040	14,47	120.266	10,28
5 – de 5 a 6 anos	112.928	10,35	178.488	10,67	81.799	6,99
6 – de 6 a 7 anos	97.017	8,89	205.855	12,31	97.717	8,35
7 – de 7 a 8 anos	54.823	5,03	146.160	8,74	75.134	6,42
8 – de 8 a 9 anos	66.155	6,06	149.927	8,96	98.170	8,39
9 – de 9 a 10 anos	38.957	3,57	110.098	6,58	64.120	5,48
Total	1.090.855	100	1.672.649	100	1.170.063	100

Fonte: elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

Tais diferenças sobre o tempo de residência na Unidade de Federação (UF), entre os Censos, indicam alguma alteração. Shryock e Siegel (1980) afirmam que os erros de um censo demográfico podem ocorrer desde a enumeração até o processamento dos

dados, podendo ser resultantes de erros de cobertura (pessoas que não foram contadas ou foram contabilizadas mais de uma vez), erros no questionário ou no momento da gravação das respostas. No caso em questão podem ter ocorridos erros de memória, que geralmente aumentam quanto mais distante no tempo é necessário retroceder para responder à pergunta. Mas como são utilizados os anos mais próximos à data de realização dos censos, espera-se que os erros de memória sejam poucos.

Como também destacado por Shryock e Siegel (1980), perguntas que não definem explicitamente o tempo a que se referem, como “durante o ano passado...” ou “durante o último ano...”, podem ser interpretadas de diferentes formas pelos respondentes, sendo que alguns responderão corretamente, em relação aos 12 meses anteriores, enquanto outros estarão se referindo a períodos maiores ou menores, dependendo, por exemplo, das tradições culturais da população pesquisada.

A pergunta em questão sobre o tempo de residência no domicílio não se refere apenas aos 12 meses anteriores, porém, como o Censo de 1991 tem como referência 31 de agosto, o de 2000, o dia 1º de agosto, e o de 2010, o dia 31 de julho, podem ter ocorridos erros, principalmente daqueles que declararam residir há menos de um ano na UF. Possivelmente, alguns migrantes podem ter considerado apenas o período do ano corrente e não até a metade do ano anterior, quando se completam os 12 meses. Observando os dados, isso poderia ter ocorrido nos Censos de 1991 e 2000, mas não no de 2010. Por conta disso, foram analisadas as perguntas referentes ao tempo de residência dos três Censos para identificar se houve alguma alteração no quesito.

No Censo Demográfico de 1991, a pergunta com relação ao tempo de residência era: “Anos em que mora na Unidade da Federação”. Em 2000, a pergunta foi alterada para: “Há quanto tempo mora sem interrupção nessa Unidade da Federação?” No Censo Demográfico de 2010, a pergunta manteve-se praticamente a mesma: “Há quanto tempo mora sem interrupção nessa Unidade da Federação (Estado)?” Porém, uma observação é feita para o aplicador do questionário, que é: “se inferior a 1 ano, registre 0”.

Na verdade, a observação de marcar zero, caso o tempo de residência fosse inferior há um ano é feita em todos os censos em questão, porém a especificação, no Censo de 1991, é feita no manual do recenseador e, no Censo de 2000, no arquivo de descrição das variáveis, enquanto que no de 2010 ela está disposta no próprio questionário da amostra.

Essa ressalva feita no próprio questionário da amostra do Censo de 2010 indica que pode ter ocorrido erros no momento do preenchimento da resposta nos censos anteriores, provavelmente com aplicadores indicando 1, ao invés de 0, para aqueles que declararam residir na UF há menos de um ano.

Por conta da diferença na proporção de migrantes recentes e dessa alteração, optou-se por agregar aqueles que residiam entre 1 e 2 anos na UF ao estudo, assim, são considerados imigrantes recentes em São Paulo, os que residiam há menos de dois anos no estado. Com essa agregação, os imigrantes recentes representavam, em 1991, 24,8% dos imigrantes de última etapa originados no Nordeste e, em 2000 e 2010, respectivamente, 15,1% e 28,2%.

Ao analisar as características das pessoas que compunham o domicílio dos migrantes recentes, espera-se ter uma *proxy* que indique se os imigrantes realizaram o movimento de forma individual ou conjunta⁴. Para categorizar a migração entre individual ou conjunta, os imigrantes recentes foram divididos em dois grupos:

1) *Migrantes individuais*: composto por aqueles (i) imigrantes recentes que residiam em domicílios unipessoais ou por (ii) imigrantes recentes que residiam em domicílios em que eram o único imigrante (recente ou antigo);

2) *Migrantes conjuntos*: formado por (i) imigrantes recentes que residiam em um domicílio com outro(s) imigrante(s) recentes e também com não imigrantes, (ii) imigrantes recentes que residiam em domicílios em que todos os membros eram imigrantes recentes; (iii) imigrantes recentes que residiam em domicílios em que, pelo menos um membro era um imigrante antigo, podendo ter, ou não, não migrantes.

⁴ O desenvolvimento do algoritmo encontra-se no Apêndice.

Cabe destacar que todas as pessoas do domicílio foram mantidas, sendo essas enquadradas entre: imigrantes recentes, que são os com menos de dois anos de residência em São Paulo; imigrantes antigos, que residiam em São Paulo há no mínimo dois anos e, no máximo, há dez anos; e não migrantes, podendo ser imigrantes originados em outras regiões (inter e intraestaduais) ou pessoas que nunca migraram.

Uma limitação dos dados se dá com relação ao efeito indireto da migração. Ribeiro, Carvalho e Wong (1996) dividem o efeito indireto em dois. O efeito indireto do tipo um refere-se à imigração de não naturais, associada ao retorno de naturais, e o efeito indireto do tipo dois refere-se aos nascimentos na região de destino, de filhos de naturais retornados. Dado que a migração de retorno não é especificada na análise, é o efeito indireto do tipo dois que pode ocorrer e alterar a categorização dos migrantes.

Como o algoritmo é construído com base no arranjo domiciliar e a condição de migração, o efeito indireto do tipo dois ocorre quando um imigrante recente tem um filho no destino. Com os dados censitários seria possível identificar os filhos/enteados apenas do responsável pelo domicílio, o que limita o tratamento do efeito do tipo dois.

Além disso, como o foco são os imigrantes recentes, o efeito indireto do tipo dois é pequeno, pois se refere apenas a crianças que nasceriam no destino em um período inferior há dois anos. Assim, pelo pequeno efeito e possibilidade apenas parcial de identificação dos filhos de imigrantes recentes que nasceram no destino, optou-se por não realizar nenhuma alteração no algoritmo, apenas evidenciar aqui sua ocorrência.

O avanço metodológico da categorização do tipo de migração está na criação de um algoritmo que possibilita identificar se existia mais de um imigrante residindo no domicílio e se os mesmos migraram juntos (se possuíam o mesmo tempo de residência no destino) ou se a migração foi realizada em diferentes momentos no tempo (se possuíam tempos de residência distintos).

Resultados

Os imigrantes recentes, com menos de dois anos de residência no estado de São Paulo, que eram originados no Nordeste, apresentaram, nos três períodos considerados, uma distribuição equilibrada entre os sexos, como mostra a Tabela 2. As mulheres foram maioria apenas no ano de 2000, eram 51,3% do total, sendo que a maior diferença entre os sexos foi observada em 2010, quando 53,4% dos imigrantes recentes eram homens e 46,6% mulheres.

Tabela 2. Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste, por sexo (valor absoluto e %) – 1991, 2000 e 2010

Ano	Imigrantes recentes			Distribuição % por sexo		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
1991	130.886	140.070	270.956	48,3	51,7	100
2000	129.652	123.007	252.659	51,3	48,7	100
2010	154.443	176.890	331.333	46,6	53,4	100

Fonte: elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

A distribuição relativa das mulheres e dos homens imigrantes recentes no Estado de São Paulo, com origem no Nordeste, entre os que realizaram uma migração individual e uma migração conjunta está exposta na Tabela 3.

Com relação as mulheres imigrantes recentes, a migração individual teve um aumento no primeiro momento, mas depois houve uma queda maior; a migração individual foi feita por 21,75% das imigrantes recentes em 1991, por 22,5% em 2000 e, por 20,4% em 2010. Entre os homens, a maior participação da migração individual foi no ano de 1991, de 24,3%, caindo para pouco mais de 20% em 2000 e 2010.

Verifica-se, portanto, que a migração, conforme as categorias criadas, foi feita de forma muito mais conjunta do que individual, chegando a migração conjunta a representar quase 80% da migração total, em 2010. No primeiro ano a diferença entre os sexos foi de 2,5 pontos percentuais (p.p.), com os homens se deslocando mais de forma individual do que as mulheres. Em 2000, a diferença foi de 2,2 p.p., com as mulheres passando a migrar mais de forma individual do que os homens. Já no último ano houve quase igualdade entre os sexos, com uma diferença de apenas 0,2 p.p.

Tabela 3. Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste, por tipo de migração e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Tipo de migrante	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Individual	21,8	22,5	20,4	24,3	20,3	20,2
Conjunta	78,2	77,5	79,6	75,7	79,7	79,8
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

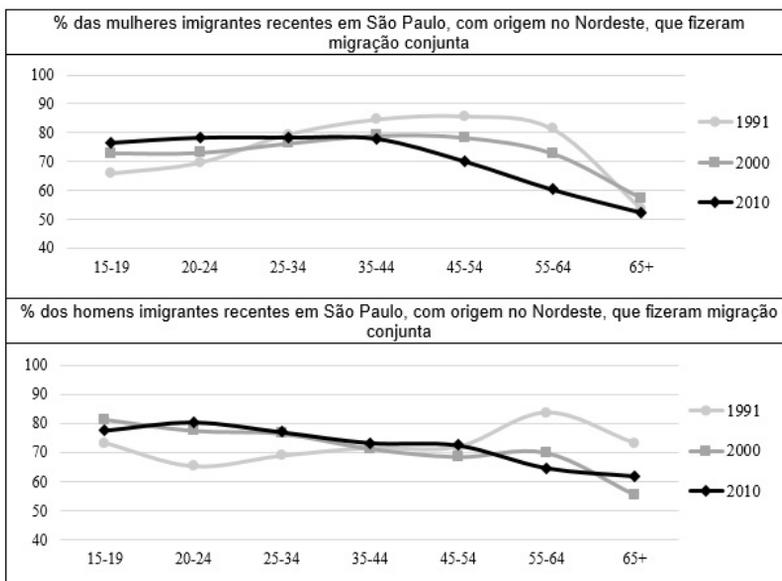
Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

A Figura 1 expõe o percentual de imigrantes recentes que fizeram uma migração conjunta por faixa etária (os gráficos do percentual que fez migração individual não foram apresentados por serem o complemento da migração conjunta). Com ela é possível verificar se ocorrem alterações no tipo de migração realizada conforme a idade do migrante, indicando relações com o ciclo de vida.

O primeiro gráfico da Figura 1 refere-se às mulheres imigrantes recentes originadas no Nordeste, nos três anos considerados. Observa-se que houve alteração do perfil da curva ao longo do tempo, com aumento do peso da migração conjunta nas faixas etárias mais jovens, dos 15 a 19 anos e dos 20 a 24 anos, e redução, a partir da faixa dos 35 aos 44 anos.

Por sua vez, os segundo gráfico da Figura 1 apresentam as informações dos homens imigrantes recentes originados no Nordeste. Nota-se uma relação decrescente da migração conjunta com a idade nos dois últimos anos – iniciando próximo dos 80%, entre os 15 e 19 anos, e ficando próximo dos 60%, na faixa dos 60 anos e mais.

Figura 1. Proporção de imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste, que fizeram migração conjunta, por sexo e faixa etária – 1991, 2000 e 2010



Fonte: elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos Censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

A Figura 1 mostra que, há uma tendência geral, ao longo do tempo, de aumento da migração conjunta nas idades mais jovens, com maior parcela realizando o movimento com outras pessoas,

enquanto que nas idades mais velhas tem-se o efeito contrário, com aumento do peso relativo das pessoas migrando sozinhas.

A Tabela 4 expõe a distribuição dos imigrantes recentes, por sexo, com relação a todos os tipos de arranjo domiciliar; tanto os que compõe a migração individual quanto a conjunta. Os arranjos domiciliares considerados na categoria de migração individual foram os unipessoais de imigrantes recentes e aqueles em que residia apenas um imigrante recente com não migrantes. Os domicílios em que mais do que um residente era imigrante recente e que tinham não migrantes, os em que todos os residentes eram imigrantes recentes ou, ainda, em que haviam tanto imigrantes recentes como imigrantes antigos, podendo também ter não migrantes, formam a categoria de migração conjunta.

O domicílio menos representativo da estrutura em que se encontravam os imigrantes recentes no destino é o unipessoal, principalmente entre as mulheres. Houve crescimento de sua participação no período considerado, sendo que menos de 1% das imigrantes recentes, originados no Nordeste, estavam num domicílio unipessoal em 1991 e, em 2010, passou para 2% do total. Entre os homens imigrantes recentes, o domicílio unipessoal teve maior peso no primeiro ano, com pouco mais de 14% do total. Nos períodos seguintes houve queda de sua participação e, em 2010, apenas 5,4% dos homens imigrantes recentes residiam neles.

Partindo para a outra ponta, ou seja, para os domicílios em que se encontrava a maior proporção de imigrantes recentes, tem-se que nos primeiros dois censos e para ambos os sexos, os imigrantes recentes estavam em domicílios em que residia também, pelo menos, um imigrante antigo. Em 2010, passou a ser o domicílio composto inteiramente por imigrantes recentes o de maior representatividade, nele encontravam-se quase 40% das mulheres e 36% dos homens imigrantes recentes.

Verifica-se que as maiores diferenças entre os sexos, em 1991, eram com relação aos que residiam em domicílios unipessoais e naqueles com apenas um imigrante recente. Em 2000 as diferenças entre os sexos reduziram-se, com maior disparidade nos domicílios com apenas um imigrante recente, seguido dos domicílios em

que todos eram imigrantes recentes. Por fim, em 2010, a maior diferença entre os sexos foi com relação aos domicílios em que todos eram imigrantes recentes, seguido por aqueles com apenas um imigrante recente.

Tabela 4. Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste, por tipo de domicílio que residiam no destino e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Tipo de arranjo domiciliar	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Unipessoal	0,8	1,2	2,0	14,3	4,5	5,4
Com 1 imigrante recente	21,0	21,3	18,4	10,0	15,8	14,8
Com mais de 1 imigrante recente	18,1	14,7	17,8	15,5	13,7	14,8
Todos imigrantes recentes	26,9	22,5	36,1	27,9	26,1	39,9
Com imigrante recente e antigo	33,3	40,2	25,7	32,3	39,9	25,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos Censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

Para compreender melhor a dinâmica dos imigrantes recentes foram apuradas as relações dos mesmos com o responsável pelo domicílio. A Tabela 5 traz as informações referentes aqueles imigrantes recentes que residiam em domicílio unipessoal, tipo de domicílio de menor representação dos imigrantes recentes.

Com relação as mulheres, sempre houve maior concentração daquelas que moravam sozinhas e eram responsáveis pelo domicílio, ocorrendo considerável aumento de sua concentração nessa categoria, saindo de 53% em 1991, passando para 77,4% em 2000 e, chegando a mais de 82% em 2010. Entre os homens, nota-se

uma inversão, no primeiro ano quase 88% residindo em domicílio coletivo⁵, passando apenas para 35,5%, em 2000, e 46% em 2010.

Tabela 5. Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste, que residiam em domicílio unipessoal, por posição no domicílio e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	52,99	77,36	82,36	12,01	64,52	53,83
Individual em domicílio coletivo	47,01	22,64	17,64	87,99	35,48	46,17
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos Censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

Entre os imigrantes recentes que residiam em um domicílio em que eram o único imigrante – Tabela 6 – a maior concentração foi de imigrantes recentes que estavam na categoria de outro parente. Em 1991, 33% das mulheres e mais de 60% dos homens encontravam-se nessa posição. No último ano o peso relativo entre as mulheres que eram outro parente aumentou para 36,7% e diminuiu para 43,8% entre os homens. Também houve uma concentração considerável daquelas que eram cônjuges do responsável, chegando a 25,6% em 2010.

Observa-se queda expressiva das mulheres que eram empregadas domésticas ou parentes da empregada doméstica no

⁵ O domicílio coletivo é caracterizado, nos Censos, por ser uma instituição ou estabelecimento onde a relação entre as pessoas que nele se encontravam, moradoras ou não, era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, motéis, camping, pensões, penitenciárias, presídios, casas de detenção, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores ou de estudantes etc.

período: em 1991, 35,4% de todas as mulheres que residiam em um domicílio em que eram a única imigrante encontravam-se nessa posição, caindo para 13% em 2000 e, 6,3% em 2010.

Como verificado em todos os tipos de domicílio houve, no ano de 2010, um aumento expressivo das mulheres imigrantes recentes na posição de responsável pelo domicílio, nesse caso, saíram de 1,4% no primeiro ano para 16,4% no último. Entre os homens houve aumento da participação daqueles que eram cônjuges do responsável, saindo de 0,6%, em 1991, para mais de 11% no último ano.

Tabela 6. Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste, que residiam em domicílio com não migrantes e em que eram o único imigrante, por posição no domicílio e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	1,4	5,0	16,4	17,5	23,5	24,2
Cônjuge	17,0	24,9	25,6	0,6	3,1	11,2
Filho(a)/Enteado(a)	4,9	16,8	8,6	9,0	24,3	11,8
Outro parente	33,0	35,3	36,7	60,6	43,6	43,8
Agregado(a)/pensionista	8,3	5,0	6,4	11,2	5,0	8,7
Empregado(a) Doméstico(a) e seu parente	35,4	13,0	6,3	1,2	0,3	0,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos Censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos. Não migrantes são aqueles que não realizaram uma migração Nordeste-São Paulo na década.

Entre os que residiam em um domicílio em que havia ao menos outro imigrante recente e também não migrantes, houve uma alta concentração de homens na posição de outro parente, de

responsável pelo domicílio e de filho/enteado e, entre as mulheres, na posição de outro parente, de cônjuge do responsável e de filha/enteada, como pode ser visto na Tabela 7.

Cabe destacar que houve queda considerável dos que eram filhos ou enteados do responsável quando comparado o primeiro com o último ano, saindo de 29,2% e passando para 23,8% entre as mulheres e, de quase 33% para 22,7% entre os homens. Já os outros parentes tiveram sua participação praticamente estável, na casa dos 30% para as mulheres e dos 34% para os homens.

Tabela 7. Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste, que residiam em domicílios com pelo menos outro imigrante recente e com não migrantes, por posição no domicílio e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	2,4	4,0	13,3	25,6	27,4	24,9
Cônjuge	29,7	33,9	28,3	0,1	1,7	7,6
Filho(a)/enteado(a)	29,2	31,5	23,8	32,8	37,1	22,7
Outro parente	30,6	26,8	29,8	34,3	29,7	33,6
Agregado(a)/pensionista	3,5	2,3	4,3	5,9	3,9	10,8
Empregado(a) Doméstico(a) e seu parente	4,6	1,5	0,5	1,3	0,2	0,3
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos Censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos. Não migrantes são aqueles que não realizaram uma migração Nordeste-São Paulo na década.

Nos domicílios que eram formados inteiramente por imigrantes recentes percebe-se a concentração das relações

familiares mais próximas, com elevada participação dos responsáveis e dos filhos/enteados entre os homens e das cônjuges e filhas/enteadas entre as mulheres. Ao longo do período, houve queda considerável daqueles em posição de filhos/enteados para ambos os sexos, o que pode refletir a própria queda da fecundidade no país nesse período.

As mulheres também apresentaram queda com relação as que eram cônjuges, porém houve aumento significativo das em condição de responsável pelo domicílio, chegando a 19,3% em 2010. Os homens reduziram sua participação como responsáveis no último ano, mas houve incremento, principalmente, dos que eram cônjuges, em 1991 apenas 0,3% eram cônjuges e, em 2010, 9,5% estavam nessa posição.

Tabela 8. Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste, que residiam em domicílios em que todos eram imigrantes recentes, por posição no domicílio e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	4,5	8,7	19,3	43,3	45,6	38,0
Cônjuge	41,6	45,4	37,0	0,3	1,5	9,5
Filho(a)/enteadado(a)	43,5	38,0	29,8	41,6	40,0	23,9
Outros	10,4	7,9	13,9	14,8	12,9	28,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos Censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos.

Por fim, entre os imigrantes recentes que residiam em um domicílio em que havia ao menos um imigrante antigo, ou seja, que chegou em São Paulo antes deles, podendo residir também não migrantes, observa-se grande peso das relações familiares mais distantes com o responsável pelo domicílio.

Os imigrantes recentes que eram outro parente do responsável apresentaram queda no período, em 1991 47% das mulheres e quase 58% dos homens estavam nessa posição e, em 2010, representava 38,4% das mulheres e 47% dos homens. Na sequência estavam os que eram filho/enteado do responsável, cerca de 24% das mulheres e 22% dos homens, em 2010. Nota-se aumento, no período, daqueles imigrantes recentes na posição de agregado ou pensionista. Em 1991, representavam 4,7% das mulheres e 9,5% dos homens e, em 2010, quase 6% das mulheres e 14% dos homens.

Tabela 9. Imigrantes recentes em São Paulo, com origem no Nordeste, que residiam em domicílios em que também residiam imigrantes antigos, por posição no domicílio e sexo (%) – 1991, 2000 e 2010

Posição no Domicílio	Mulheres			Homens		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Responsável	2,8	3,7	11,2	11,2	11,6	14,1
Cônjuge	21,4	21,8	19,6	0,1	0,6	2,8
Filho(a)/Enteado(a)	21,2	26,9	24,2	21,0	29,1	21,9
Outro parente	47,1	42,4	38,4	57,9	51,4	47,0
Agregado(a)/pensionista	4,7	3,6	5,9	9,5	7,1	14,0
Empregado(a) Doméstico(a) e seu parente	2,7	1,6	0,6	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (2020).

Nota: Os imigrantes recentes são aqueles que, nas datas de referência dos respectivos Censos, residiam no estado de São Paulo há menos de dois anos. Os imigrantes antigos são aqueles que emigraram do Nordeste e residiam no Estado de São Paulo há pelo menos dois anos e, no máximo, há dez anos. Nesse tipo de domicílio também podem residir não migrantes, os não migrantes são aqueles que não realizaram uma migração Nordeste-São Paulo na década.

Apesar da queda, os filhos/enteados também eram consideráveis nesse tipo de domicílio, mais de 20% para ambos os sexos, sendo seguidos, entre os homens pelos responsáveis do domicílio (14%) e, entre as mulheres das que eram cônjuges (19,6%), havendo aumento daquelas que eram responsáveis pelo domicílio no último ano.

Discussão

O período considerado no artigo, entre as décadas de 1980 e 2000, foi marcado por mudanças no comportamento migratório brasileiro, como ressalta Brito, Garcia e Souza (2004). Na década de 1980 ocorreram transformações na economia e na sociedade, com destaque para a crise econômica. Devido aos avanços nas telecomunicações e nas redes de interação sociais, foi possível identificar mais facilmente os problemas enfrentados nas grandes cidades, como violência, desemprego, dificuldade de acesso aos serviços públicos e de habitação, desconstruindo a ideia de que a vida no destino de migração traria apenas benefícios.

No entanto alguns movimentos migratórios permaneceram, e entre eles, principalmente o de origem nordestina, que se destina em sua maioria para o estado de São Paulo, ainda estimulado pelos desequilíbrios regionais. O estado de São Paulo, o mais atrativo no quesito populacional, apresentou queda de 100 mil imigrantes comparado com a década anterior, mas ainda foram registrados, no quesito de última etapa, cerca de 2,6 milhões de imigrantes entre 1981 e 1991. A maior novidade da década de 1980 é que o estado também passou a apresentar o maior número de emigrantes interestaduais do país, com muitos se destinando para os grandes reservatórios de mão de obra: região Nordeste e Minas Gerais (BRITO, 2000; BRITO; GARCIA; SOUSA, 2004).

Nos anos 1990 houve uma diversificação dos movimentos migratórios interestaduais no Nordeste; Bahia e Maranhão depararam-se com grandes perdas populacionais, enquanto o Ceará, a Paraíba e o Pernambuco reduziram as suas (CUNHA; BAENINGER, 2006). As informações levantadas pelo Censo de

2000, no quesito de data fixa, apontaram que 3,3 milhões de pessoas migraram entre as regiões brasileiras, sendo a migração entre o Nordeste e o Sudeste o destaque, com o primeiro apresentando a maior emigração líquida – 760 mil pessoas. A região Sudeste continuou com o maior saldo positivo (459 mil), sendo que quase 70% dos que imigraram para ela haviam saído do Nordeste. Apenas no estado de São Paulo houve a imigração de mais de 1,2 milhões de pessoas e a emigração de cerca de 884 mil, resultando em um saldo positivo de 340 mil pessoas (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011).

Baeninger (2012) analisou a migração interna recente brasileira, com base nos dados dos Censos de 2000 e 2010, a partir dos dados de data fixa, cobrindo os períodos de 1995-2000 e 2005-2010. Utilizou, também, as Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNADs), para os períodos de 1999-2004, 2001-2006, 2003-2008 e 2004-2009. Ela destaca a queda dos volumes migratórios interestaduais, o que não indica estagnação das migrações, mas sim desdobramento e formação de outros arranjos migratórios.

Destaca-se que na primeira década dos anos 2000, desenvolveu-se uma nova relação entre a migração do Nordeste-Sudeste, principalmente por conta do aumento do papel da migração de retorno para o Nordeste e a própria redução do fluxo em direção ao Sudeste, em resposta à reorganização industrial nacional e internacional do Rio de Janeiro e, principalmente, da Região Metropolitana de São Paulo. O estado de São Paulo, considerando as migrações interestaduais, recebeu mais população do que enviou da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí (mesmo que em menor quantidade do que nas décadas anteriores). Porém, com o restante do país foi considerado como uma área de rotatividade, por isso perde seu status de polo nacional das migrações do Brasil, que deteve por mais de 50 anos, passando ao status de área de rotatividade migratória nacional (BAENINGER, 2012).

O exposto mostra que o fluxo Nordeste-São Paulo é uma trajetória migratória consolidada, possuindo tanto flexibilidade frente as mudanças, quanto um componente inercial, decorrente

da cultura migratória. Tais características resultam em certa estabilidade para a análise temporal. O estado de São Paulo é caracterizado por seu espaço migratório de dimensão nacional estabelecido há décadas, perdurando sua atratividade mesmo com a brusca redução de possibilidade de ascensão econômica e social com a migração e com todas as externalidades negativas encontradas (BRITO, 2000).

Considerando a abordagem feita para analisar a migração, é preciso destacar que por muito tempo o fenômeno da migração foi estudado considerando uma análise individual e andocêntrica. Os homens eram vistos como os agentes que migravam, considerados independentes e aventureiros, com laços mais fracos com a família e com o local de origem. A existência da migração das mulheres também era reconhecida, no entanto, apenas como uma resposta à ação tomada pelo homem, ou seja, de forma passiva, realizada para acompanhar o marido e/ou família (SANDELL, 1977; BOYD; GRIECO, 2003; HONDAGNEU-SOTELO, 2000; ASSIS, 2007; MARINUCCI, 2007; entre outros).

A análise do tipo de domicílio dos imigrantes recentes teve como objetivo se aproximar das condições dos imigrantes em São Paulo, com origem no Nordeste, no momento de sua migração. Os resultados encontrados mostram que grande parte da migração se deu de forma conjunta; durante todo o período essa foi a forma de migração de mais de 75% dos imigrantes recentes, inclusive com aumento no período, chegando a quase 80% do total no último ano, o que reforça a importância da consideração da família/domicílio no entendimento do fluxo em questão, consolidado há décadas e com grande rotatividade dos migrantes entre a origem e destino, o que reforça os laços familiares dos migrantes com ambas as localidades.

Atentando para o sexo dos imigrantes recentes verificou-se que a distribuição do tipo de migração feita é muito próxima e praticamente se igualou no último ano, o que não corrobora a literatura que afirma que as mulheres realizam migração mais conjunta, associada à família, do que os homens.

Quanto aos resultados por faixa etária, destacaram-se as alterações ao longo do período. De modo geral, houve aumento da migração conjunta nas idades mais jovens (15 a 19 anos e 20 a 24 anos), com maior parcela realizando o movimento com outras pessoas, enquanto nas idades mais velhas (a partir da faixa dos 35 aos 44 anos) tem-se o efeito contrário, com aumento do peso relativo das pessoas que migraram sozinhas.

As fontes dessas mudanças merecem mais estudos, mas aparentam relação com as mudanças no ciclo de vida. De Jong e Graefe (2008) consideram que a teoria do ciclo de vida, quando utilizada nos estudos da migração, avalia as causas e as consequências do comportamento migratório enquanto influenciados pelas transições, ao longo da vida, da própria família e também do seu status socioeconômico. Harbison (1981) ressalta que as abordagens do ciclo de vida familiar mostraram que a estrutura e o status de cada membro dentro da família afetam a decisão de migrar e que algumas fases da vida estimulam mais a migração, como a de estudos, iniciação no mercado de trabalho e de casamento.

Nas últimas décadas muitas mudanças demográficas entraram em vigor, como a queda da nupcialidade, o aumento de uniões estáveis e a redução de casamentos, o aumento do número de filhos nascidos fora do casamento, do número de casais homossexuais, a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, a postergação do casamento, o aumento de casais de renda dupla e da expectativa de vida, entre outros (O'RAND; KRECKER, 1990; MCGOLDRICK; CARTER; GARCIA-PRETO, 2013).

Assim, o aumento da migração conjunta nas idades mais jovens pode estar associado a mudanças como a entrada mais tardia no mercado de trabalho, decorrente, em parte, do aumento do nível de instrução da população, resultando em maior parcela dos migrantes que já estavam unidos quando migraram. Na outra ponta, a redução da migração familiar nas idades mais velhas pode ter relação com o aumento das separações e da reunificação familiar em função da necessidade de cuidado ou mesmo de auxílio

na prestação de cuidados a outros membros, principalmente no caso das mulheres, demandas que aumentam em conjunto com o aumento da expectativa de vida da população.

Desagregando os tipos de migração pelos arranjos domiciliares que os compõem, constatou-se que o maior peso relativo para os originados no Nordeste foi dos domicílios em que residiam imigrantes recentes e antigos nos dois primeiros anos, e no último passou a ser dos domicílios onde residiam apenas imigrantes recentes. Na última década considerada, houve melhorias no mercado de trabalho, com redução da taxa de desemprego e aumento da formalização (ALVES, CORRÊA, 2009), possivelmente contribuindo para que a migração pudesse ser realizada ao mesmo tempo pelas famílias, resultando em maior número de arranjos domiciliares formados inteiramente por imigrantes recentes.

Para compreender melhor as relações familiares/domiciliares dos imigrantes recentes, foram apuradas as relações destes com o responsável pelo domicílio em que residiam no destino. Destaca-se aqui, entre as mulheres imigrantes recentes que residiam em domicílios em que eram as únicas imigrantes, a queda expressiva das que eram empregadas domésticas ou parentes da empregada doméstica: em 1991, essa era a relação com o responsável do domicílio de mais de 37% das imigrantes recentes, caindo, em 2010, para 6,3%. Guerra (2017) destaca que a redução do número de mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas, especialmente das que residiam no domicílio, é resultado de mudanças culturais, como o aumento da escolaridade e a resistência a exercer essa atividade, pouco valorizada econômica e socialmente.

Outras mudanças observadas estão relacionadas à transição demográfica, como aumento dos homens na posição de cônjuge e aumento das mulheres na posição de responsáveis do domicílio, resultado tanto de melhorias nas relações de gênero, com aumento das declarações de mulheres como responsáveis, assim como do aumento dos domicílios monoparentais, que são predominantemente femininos (ALVES; CORRÊA, 2009; WAJNMAN, 2012).

Houve também concentração significativa de imigrantes recentes com relações mais distantes com o responsável pelo domicílio, o que confirma a importância da existência de parentes no destino, que auxiliam o imigrante em sua chegada fornecendo moradia. Além de os homens serem mais encontrados na posição de responsável pelo domicílio e de mulheres na posição de cônjuge, não foram verificadas discrepâncias significativas entre a distribuição das mulheres e dos homens imigrantes recentes, referente a sua relação com responsável, mostrando, novamente, que as relações familiares são igualmente importantes para as mulheres e homens migrantes.

As informações sobre a posição dos imigrantes recentes no domicílio também possibilitaram verificar padrões de relacionamentos diferentes conforme o tipo de domicílio ao qual o imigrante se destinou, com aqueles que se encontravam em domicílio inteiramente formado por imigrantes recentes concentrados na família nuclear, em posição de responsável do domicílio, cônjuge e filhos/enteados, ao passo que os que residiam em domicílios com imigrantes antigos, ou mesmo em domicílios que nem todos eram imigrantes recentes, apresentaram elevada participação daqueles com relações mais distantes de parentesco.

Referências

ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: **Seminário Brasil**, 15 anos após a conferência do Cairo. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Belo Horizonte, ago. 2009, 111 p.

ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 15, p. 745-772, set./dez. 2007.

BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Rev. Inter. Mob. Hum. Brasília**, Ano XX, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BILSBORROW, R. E. Concepts, definitions and data collection approaches. In: WHITE, M. J. (Ed.). **International handbook of migration and population distribution**. New York: Springer, p. 109-156, 2016.

BOYD, M.; GRIECO, E. Women and migration: Incorporating gender into international migration theory. **Migration information source**, v. 1, n. 35, p. 28, 2003.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? **Anais: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu – MG, p. 1-44, 2000.

BRITO, F.; GARCIA, R. A.; SAUZA, R. G. V. DE. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. **Anais: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu – MG, p. 1-14, 2004.

BURCH, T. K. Household and family demography: a bibliographic essay. **Population Index**, v. 45, n. 2, p. 173-195, abr. 1979.

CAMPOS, M. B. de. Ciclo de vida, estrutura domiciliar e migração no início do século XXI: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 191-208, jan./abr. 2018.

COOKE, T. J. Migration in a family way. **Population, Space and Place**, v. 14, p. 255–265, 2008.

CUNHA, J. M. P da; BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil contemporâneo. **Notas de Población**. n. 82, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, 2006.

DA VANZO, J. Microeconomic approaches to studying migration decisions. In: DE JONG, G. F.; GARDNER, R. W. (Ed.). **Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries**. New York: Pergamon Press, p. 90-129, 1981.

DE JONG, G.; GRAEFE, D. R. Family life course transitions and the economic consequences of internal migration. *Population, Space and Place*, v. 14, p. 267-282, 2008.

GUERRA, M. de F. L. **Trabalhadoras domésticas no Brasil**: coortes, formas de contratação e famílias contratantes. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017, 150 p.

HARBISON, S. F. Family structure and family strategy in migration decision making. In: DE JONG, G. F.; GARDNER, R. W. (Ed.). **Migration decision making**: Multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries. Pergamon Press, p. 225-251, 1981.

HONDAGNEU-SOTELO, P. Feminism and migration. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 571, n. 1, p. 107-120, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: 28 fev. 2020.

LICHTER, D. T. Household migration and the labor market position of married women. *Social Science Research*, v. 9, p. 83-89, 1980.

MARINUCCI, R. Feminization of migration? *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU*, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of international migration: A review and appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993.

MCGOLDRICK, M.; CARTER, B.; GARCIA-PRETO, N. **The expanded family life cycle**: individual, family, social perspectives. Pearson New International Edition, ed. 4, 2013, 496 p.

MINCER, J. Family migration decisions. **Journal of Political Economy**. v. 86, p. 749-773, 1978.

OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 28-48, 2011.

O'RAND, A. M.; KRECKER, M. L. Concepts of the life cycle: Their history, meanings, and uses in the Social Sciences. **Annual Review of Sociology**, v. 16, p. 241-262, 1990.

PFEIFFER, L.; RICHTER, S.; FLETCHER, P.; TAYLOR, E. Gender in economic research on international migration and its impacts: a critical review. In: MORRISON, A. R.; SCHIFF, M.; SJÖBLOM, M. (Ed.). **The international migration of women**. Washington, DC: World Bank and Palgrave Macmillan, p. 11-49, 2007.

RIBEIRO, J.T.L.; CARVALHO, J.A.M.; WONG, L.R. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu – MG, p. 955-972, 1996.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999, 142 p.

SANDELL, S. H. Women and the Economics of Family Migration. **The Review of Economics and Statistics**, v. 59, n. 4, p. 406-414, nov. 1977.

SHRYOCK, H. S.; SIEGEL, J. S. **The methods and materials of demography**. Washington: New York: Academic Press, 1980, 566 p.

STARK, O. **The migration of labor**. Massachusetts: Basil Blackwell, 1991, 406 p.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. Tese (Professor Titular de Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, 158 p.

Apêndice A

Processo de criação do algoritmo para definir o tipo de migração (realizado no STATA).

*1. Número total de pessoas no domicílio.

```
gen pes=1
```

```
egen pdom=sum(pes), by(IDQues)
```

*no Censos de 2000 e 2010 substituir IDQues por v0300.

*2. Identificando os considerados como imigrantes em 1991.

```
gen imigrante=0
```

```
replace imigrante=1 if V0319==21 | V0319==22 | V0319==23 |  
V0319==24 | V0319==25 | V0319==26 | V0319==27 | V0319==28 |  
V0319==29
```

*em 2000:

```
gen imigrante=0
```

```
replace imigrante=1 if v4230==8 | v4230==9 | v4230==10 | v4230==11  
| v4230==12 | v4230==13 | v4230==14 | v4230==15 | v4230==16
```

*em 2010: gen imigrante=0

```
replace imigrante=1 if v6252==2700000 | v6252==2300000  
| v6252==2400000 | v6252==2500000 | v6252==2600000  
| v6252==2100000 | v6252==2200000 | v6252==2800000 |  
v6252==2900000
```

*3. Variável que é igual a 1 para todos os membros de um domicílio que tem ao menos 1 imigrante.

egen dom=max(imigrante), by (IDQues)

keep if dom==1

*4. Gerando tempo de migração.

gen tempomigra=.

replace tempomigra=0 if imigrante==0

replace tempomigra=1 if V0317<2 & V0317~=. & imigrante==1

replace tempomigra=2 if V0317>1 & V0317<10 & V0317~=. & imigrante==1

* em 2000 substituir V0317 por v0422 e, em 2010, por v0623.

*5. Variável daqueles que migraram até 2 anos antes do censo – imigrantes recentes.

gen imrecente=.

replace imrecente=0 if tempomigra==0 | tempomigra==2

replace imrecente=1 if tempomigra==1

*6. Variável que é igual a 1 para todo o domicílio que tem ao menos 1 imigrante recente.

egen domimrecente=max(imrecente), by(IDQues)

*7. Variável daqueles que migraram há dois anos ou mais – imigrantes antigos.

gen imantigo=.

replace imantigo=0 if tempomigra==0 | tempomigra==1

replace imantigo=1 if tempomigra==2

*8. Variável que é igual a 1 para todo o domicílio que tem ao menos 1 imigrante antigo.

egen domimantigo=max(imantigo), by (IDQues)

*9. Variável categórica indicando se o domicílio tinha algum imigrante antigo e nenhum imigrante recente (0), se o domicílio tinha algum imigrante recente e nenhum imigrante antigo (1) e se o domicílio tinha ao menos um imigrante recente e um antigo (2).

gen domic=.

replace domic=0 if domimantigo==1 & domimrecente==0

replace domic=1 if domimrecente==1 & domimantigo==0

replace domic=2 if domimrecente==1 & domimantigo==1

*10. Número de imigrantes recentes no domicílio.

egen nimrecente= sum(imrecente), by(IDQues)

*11. Variável que aponte o imigrante que se destinou para um domicílio com algum imigrante antigo.

gen domcomimantigo=.

replace domcomimantigo=0 if domimantigo==0 | (domimantigo==1 & domimrecente==0)

replacedomcomimantigo=1 if domimrecente==1 & domimantigo==1

*é igual a 0 para aqueles domicílios que não tem imigrante antigo e para os que tem imigrante antigo, mas não tem imigrante recente; é igual a 1 para aqueles domicílios com imigrantes recentes e antigos.

*12. Número de imigrantes recentes por domicílio.

egen dom2recente=sum(imrecente), by(IDQues)

*se igual a 0 não tem imigrante recente; se igual a 1 tem apenas um imigrante recente; maior do que 1 tem mais do que um migrante recente.

*13. Determinado domicílios em que todas as pessoas são imigrantes recentes.

gen imrecenteporpesdom= dom2recente/pdom

gen domtodorecente=.

replace domtodorecente=0 if imrecenteporpesdom<1

replace domtodorecente=1 if imrecenteporpesdom==1

ALGORITMO

gen doming=.

* domicílio unipessoal de imigrante recente.

replace doming=0 if domtodorecente==1 & domcomimantigo~1
& nimrecente==1

* domicílio com 1 imigrante recente e ao menos um não migrante.

replace doming=1 if nimrecente==1 & domcomimantigo~1 &
tempomigra==1 & domtodorecente~1

* domicílio com mais de 1 imigrante recente e com ao menos um
não migrante.

replace doming=2 if nimrecente>1 & domcomimantigo~1 &
domtodorecente~1 & tempomigra==1

* domicílio formado apenas por imigrantes recentes.

replace doming=3 if domtodorecente==1 & domcomimantigo~1
& nimrecente>1

* domicílio com imigrante(s) recente(s) e com imigrante(s) antigo(s),
podendo ter, ou não, não migrantes.

replace doming=4 if dom2recente>0 & domcomimantigo==1 &
tempomigra==1

Deslocamentos induzidos por mudanças climáticas: uma análise comparativa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento

Richard Eustáquio de Assis Moreira¹

Resumo: Esse artigo visa discutir a literatura sobre mobilidade induzida por mudanças climáticas a partir de uma abordagem histórico-estruturalista das teorias de mobilidade considerando as contribuições de Wallerstein, Portes e outros autores. O objetivo principal é entender de que forma condições socioeconômicas predisponentes diferem o número de deslocados anuais em virtude de desastres climáticos em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para isso serão utilizados dados de deslocamentos induzidos por mudanças climáticas e índices de vulnerabilidade e prontidão em vinte países, afim de responder a seguinte pergunta: qual a situação dos países desenvolvidos e em desenvolvimento sob a ótica da teoria histórico-estruturalista no que se refere à deslocamentos induzidos por mudanças climáticas?

Palavras-chave: Deslocamentos Forçados. Mudanças Climáticas. Desastres Ambientais. Teoria dos Sistemas-Mundo.

Population displacement caused by climate change: a comparative analysis between developed and developing countries

Abstract: This article aims to discuss the literature on mobility induced by climate change from a historical-structuralist approach to migration considering the contributions of Wallerstein, Portes and other authors. The main objective is to understand how predisposing socioeconomic conditions differ in the number of annual displaced persons due to climatic disasters in developed and developing countries. For this purpose, data on displacement induced by climate change and

¹ Doutorando em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. Email: (richardeam@cedeplar.ufmg.br).

vulnerability and readiness indexes will be used in twenty countries, in order to answer the following question: what is the situation of developed and developing countries from the perspective of historical-structuralist theory with regard to displacement induced by climate change?

Keywords: Forced Displacements. Climate Change. Environmental Disasters. Systems-World Theory.

Desplazamiento de poblaciones ocasionado por el cambio climático: un análisis comparativo entre países desarrollados y en desarrollo

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la literatura sobre la movilidad inducida por el cambio climático desde un enfoque histórico-estructuralista de la migración considerando las contribuciones de Wallerstein, Portes y otros autores. El objetivo principal es comprender cómo las condiciones socioeconómicas predisponentes difieren en el número de desplazados anuales debido a desastres climáticos en países desarrollados y en desarrollo. Para este propósito, se utilizarán los datos sobre el desplazamiento inducido por el cambio climático y los índices de vulnerabilidad y preparación en veinte países, para responder a la siguiente pregunta: ¿cuál es la situación de los países desarrollados y en desarrollo desde la perspectiva de la teoría histórico-estructuralista con respecto a desplazamiento inducido por el cambio climático?

Palabras clave: Desplazamientos forzados. Cambio climático. Desastres ambientales. Sistemas-Mundiales.

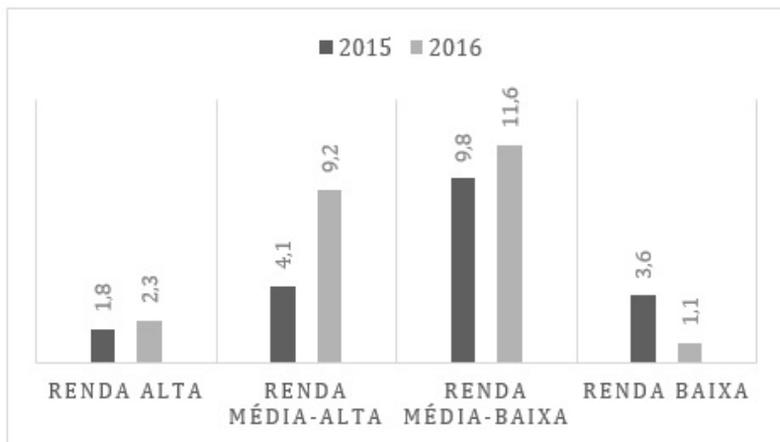
Introdução

Evidências das mudanças climáticas vêm tomando formas, cada vez mais perceptíveis, com o passar dos anos. Registros de temperatura são constantemente quebrados em várias regiões do planeta, tempestades e incêndios atingem países no hemisfério norte e sul, e, de acordo com dados da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) (2020), Groelândia e Antártida perdem massa de suas geleiras a taxas de degelo nunca antes vistas ao passo que a concentração de gás carbônico atinge os níveis mais altos desde o início da medição mensal da série histórica.

As preocupações em torno da relação entre população e meio ambiente são discutidas em Demografia desde as proposições de Malthus no século XVIII, e, posteriormente, relacionadas à disponibilidade de recursos, propagação de doenças, mortalidade, clima e, principalmente, migração (GALLOWAY, 1985; CASTLES, 2011; MCLEMAN, 2011; BRZOSKA, FRÖHLICH, 2016, BLACK ET AL, 2008). A relação entre mobilidade e ambiente é discutida desde os trabalhos de Hugo (1996) e da mesma forma, alcançou os fóruns de discussão internacional no início do século XXI quando instituições internacionais como a Organização Internacional para Migrações (OIM) e a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceram os possíveis impactos que as mudanças climáticas poderiam ter sobre os deslocamentos humanos sejam estes consequência ou adaptação a tais mudanças. Isso posto, a pergunta de pesquisa que orienta este trabalho é: Qual a situação dos países desenvolvidos e em desenvolvimento sob a ótica da teoria histórico-estruturalista no que se refere à deslocamentos induzidos por mudanças climáticas?

Populações que já estejam em situações de vulnerabilidade socioeconômica seriam, em teoria, mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas ampliadas pelo aquecimento global exacerbado. Como pode ser observado no Gráfico 1, de acordo com dados do *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC) (2017), entre 2015 e 2016, os países de renda média foram aqueles com o maior número de deslocados, principalmente os de renda média baixa, com cerca de 48% dos deslocamentos associados aos eventos climáticos, justificando a necessidade de estudos comparativos entre esses grupos de países.

Gráfico 1. Milhões de deslocados por desastres climáticos em 2015 e 2016 por perfil de renda dos países



Fonte: IDMC (2016, 2017)

Segundo informações do IDMC (2017), tal fato explica-se parcialmente pela governança falha e pela infraestrutura deficitária desses países. Ademais alguns destes ainda não passaram pela transição demográfica ou estão muito recentes nesse processo, logo, caracterizam-se como bastante populosos e afetados por urbanização precária e assentamentos informais, com frágeis bases econômicas, levando a uma maior exposição dessa população a desastres. No entanto, o problema não é exclusivo de países em desenvolvimento, visto que Estados Unidos e Japão regularmente estão entre os países com maior número relativo de deslocamentos anuais e possuem renda alta, e somaram anualmente, com outros países desenvolvidos, 2 milhões de pessoas deslocadas em média entre 2015 e 2016 (IDMC, 2017).

O objetivo deste trabalho é analisar os deslocamentos populacionais induzidos por mudanças climáticas numa perspectiva comparativa entre países com diferentes níveis de renda, desenvolvidos e em desenvolvimento. O conceito utilizado de deslocamentos induzidos por mudanças climáticas é o definido metodologicamente de acordo com o IDMC (2017) como: pessoas

deslocadas à força de suas casas por desastres ambientais que não podem ou optam por não atravessar uma fronteira. Serão analisados os deslocamentos forçados por desastres ambientais que podem ser associados aos efeitos das mudanças climáticas, deslocamentos desse tipo deslocam anualmente em média 25 milhões de pessoas (IDMC, 2017).

Esta análise se dará sob uma perspectiva histórico-estruturalista das migrações baseada principalmente nas contribuições de Immanuel Wallerstein com a relação entre a teoria dos sistemas mundiais e as migrações. Os países estudados nesse artigo são Austrália, Japão, Canadá, Espanha, Estados Unidos (EUA), Nova Zelândia, Grécia, Itália e Reino Unido (UK) no grupo dos países desenvolvidos e, Brasil, Moçambique, Índia, Bangladesh, Indonésia, China, Filipinas, Vietnã, Sri Lanka, Gana e Iraque. A escolha dos países foi orientada a procurar casos em todos os continentes levando em consideração especificidades relacionadas ao clima das regiões e às mudanças climáticas.

Utiliza-se para essa análise: indicadores de Vulnerabilidade e Prontidão do índice Notre Dame Global Adaptation Initiative (ND-Gain) e sua progressão através dos anos, entre 1995 e 2017, último ano de medição dos indicadores; dados de deslocamentos internos por desastres de natureza climática, hidrológica e meteorológica do IDMC entre os anos de 2008 e 2018. O período selecionado se faz necessário para acompanhar a tendência dos fluxos de deslocamentos nos países escolhidos, de forma a identificar um padrão (ou não) associado ao seu respectivo nível de desenvolvimento. O *ND-Gain*, índice desenvolvido pelo Global Adaptation Institute em Washington, Estados Unidos e pelo Climate Change Adaptation Program, da Universidade de Notre Dame, utiliza um indicador de adaptabilidade a eventos climáticos que estão associados a duas variáveis específicas: vulnerabilidade e prontidão. A vulnerabilidade mede a exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação de um país aos efeitos das mudanças climáticas, levando em consideração seis fatores: agricultura, água, saúde, ecossistema, habitat humano e infraestrutura. A variável de prontidão mede a capacidade de um país em ala-

vancar investimentos e transformá-los em medidas e ações de adaptação, levando em consideração três componentes: prontidão econômica, prontidão de governança e prontidão social.

Após a análise dos deslocamentos populacionais e da renda dos países, testou-se a hipótese de que os deslocamentos são maiores, persistentes e crescentes nos países periféricos quando comparados com a situação dos países de centro conforme o arcabouço teórico proposto por Richmond (1993) à luz da teoria dos sistemas mundo de Immanuel Wallerstein mostrando como eventos na escala global afetam deslocamentos populacionais no nível local com destaque maior para os níveis regionais compostos pelos países periféricos.

Como resultado, observou-se que os deslocamentos apresentam um padrão linear na maioria dos países desenvolvidos analisados e não-linear nos países em desenvolvimento analisados corroborando evidências de McLeman (2018). Isso pode ser explicado pelos tipos de fenômenos meteorológicos que acontecem no hemisfério sul, principalmente no sudeste asiático, como por exemplo monções e tempestades que podem levar a enchentes e inundações, como também associado às condições socioeconômicas dos países em desenvolvimento, que no geral possuem maior população marcada por intensa desigualdade econômica.

Mudanças climáticas, deslocamentos populacionais e teoria dos sistemas-mundo

Guterres (2012) aponta que, desde a 16^a conferência das partes, realizada em Cancún em 2010, reconheceu-se o potencial impacto que as mudanças climáticas teriam sobre o deslocamento humano. Os países foram então convidados a implementar: “medidas para melhorar a compreensão, coordenação e cooperação em relação ao deslocamento induzido pelas mudanças climáticas, migração e realocação planejada, quando apropriado, a nível nacional, regional e internacional”² (GUTERRES, 2012, p. 3).

² Versão livre do autor para: “Measures to enhance understanding, coordination

Há previsões de que o aquecimento global exacerbado e as mudanças climáticas serão responsáveis por movimentos populacionais em algumas partes do mundo, principalmente em lugares onde o cultivo de alimentos e o abastecimento de água sejam comprometidos por secas ou inundações e níveis anormais de chuvas ou pelo aumento do nível do mar. Como tem sido assinalado pela literatura, existem evidências de que mudanças ambientais crônicas e abruptas podem alterar padrões de mobilidade e até outras componentes demográficas em países em desenvolvimento, levando à procura de outras formas de subsistência, trabalho e renda (CASTLES, 2011; MCLEMAN, 2011).

Em 1996 Graéme Hugo, em seu artigo *Environmental Concerns and International Migration*, assinalou que as migrações poderiam estar relacionadas ao meio ambiente desde que essa relação fosse previamente fragilizada por algum outro fator externo, principalmente fatores econômicos. Para mais, o autor acrescenta que a pressão sobre o meio ambiente está intrinsecamente ligada aos níveis de densidade populacional, grau de desenvolvimento econômico e atividades econômicas exercidas por uma população, dessa forma, a fragilidade ambiental seria muito mais acentuada em países menos desenvolvidos.

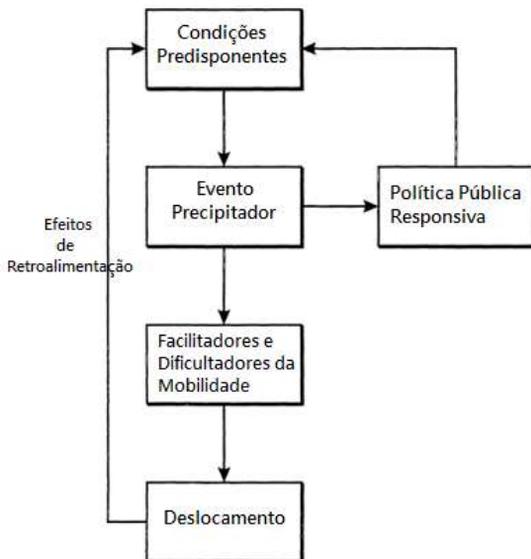
Entretanto, Hartmann (2010) confronta esse determinismo neomalthusiano como não sendo a única justificativa para uma possível maior fragilidade dos países em desenvolvimento às mudanças climáticas, mas parte de um problema maior agravado pela dinâmica econômica desses Estados em comparação com seus pares desenvolvidos.

Em meados dos anos 1990, Richmond (1993) também afirmava que a existência prévia de condições instáveis de natureza econômica, social e/ou política coadunariam nos deslocamentos populacionais quando associados à problemas ambientais como desastres ou processos climáticos de longo prazo. Para isso, o autor mostra na Figura 1 o arcabouço de condições preliminares para

and cooperation with regard to climate change induced displacement, migration and planned relocation, where appropriate, at national, regional and international levels;”

que os eventos ou processos climáticos sirvam como gatilho para um possível deslocamento, que demandará uma resposta efetiva sobre as condições predisponentes:

Figura 1. Condições para o deslocamento induzido por mudanças ambientais



Fonte: HUGO (1996, p.111 – Tradução livre)

Hugo (1996) acrescenta que o processo de degradação ambiental nos países hoje classificados como em desenvolvimento tem suas raízes no processo colonizatório, que se propagou por meio da exploração de recursos naturais e a errática distribuição populacional da época. O autor ainda acrescenta que:

o fato de que, embora um evento ambiental específico possa ser o gatilho que inicia um deslocamento populacional, são as condições predisponentes que são frequentemente de importância crucial para determinar um ou mais dos seguintes itens: a natureza e a gravidade do evento precipitante real, que

geralmente é uma forma de desastre ou perturbação ambiental; se há ou não migração; a natureza e a escala dessa migração. Portanto, em muitos casos, principalmente nos países menos desenvolvidos, as causas subjacentes mais profundas da migração ambiental não são ambientais, mas estão relacionadas a processos políticos, econômicos, sociais e demográficos. Assim, as intervenções políticas precisam abordar as causas fundamentais do movimento, e não o evento desencadeador que iniciou a migração³ (HUGO, 1996, p. 117 e 118 – tradução livre).

Contudo, Hartmann (2010) acredita que a narrativa da degradação ambiental dos países menos desenvolvidos apenas esconde questões de justiça ambiental que favorecem as economias desenvolvidas ocidentais. Países desenvolvidos foram os mais beneficiados com a revolução industrial em termos de crescimento econômico, portanto tem maiores condições de dar respostas frente a desastres, dessa forma, sofrem com menor intensidade aos possíveis eventos que poderiam levar a deslocamentos massivos de pessoas. As abordagens de Portes (2009), por mais que se tratem de migrações de cunho econômico, mostram a fragilidade de economias pobres frente às economias diversificadas, como é o caso da dualidade Norte e Sul Global proposta por Wallerstein, e que nos ajudam a pontuá-la de forma ainda mais clara.

³ Tradução livre: “the fact that although a particular environmental event may be the trigger that actually initiates a substantial population displacement, it is the predisposing conditions which are often crucially important in determining one or more of the following: the nature and severity of the actual precipitating event, which is usually some form of environmental disaster or disruption; whether or not migration results; the nature and scale of that migration. Hence in many cases, especially in LDCs, the deeper underlying causes of environmental migration are not environmental but related to political, economic, social and demographic processes. Thus, policy interventions need to address the more fundamental causes of the movement rather than the triggering event which initiated the migration. (HUGO, 1996, p. 117 e 118)”

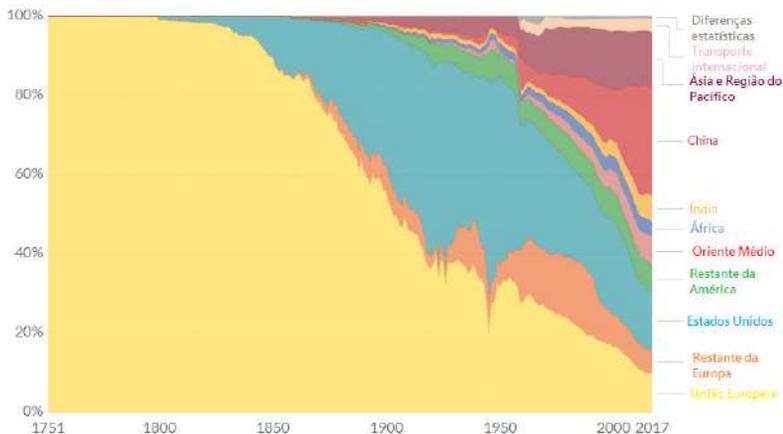
A teoria dos “Sistemas-Mundo” conforme Wallerstein, qualifica o mundo como um único ente, integrado pelo mercado de trocas comerciais, e o trânsito de capital e força de trabalho, mas sem um agente centralizador político. De acordo com o autor, a interdependência entre os mercados estaria centrada principalmente na divisão do trabalho, de forma que o centro sempre explora a periferia, seja pela demanda de bens intensivos em trabalho e pobres em valor agregado ou seja pela tecnologia avançada proporcionada pela acumulação de capital em escala global (WALLERSTEIN, 2004).

Wallerstein (1974) caracteriza os países como centro, semiperiferia e periferia. Países de centro possuem sua indústria altamente desenvolvida, e são produtores de bens de alto valor agregado localizados no centro das trocas comerciais, econômicas e do movimento de serviços e recursos. A periferia estaria num processo “atrasado” de desenvolvimento, com atividades ligadas à agricultura, pecuária e mineração. Ou seja, atividades extrativas com alto impacto sobre o meio ambiente. A semiperiferia, por sua vez, apresentaria características das duas categorias, caracterizada por um processo de desenvolvimento dual e desigual que cria exércitos de reserva dada a acelerada modernização de setores ligados ao estoque de força de trabalho e, ao mesmo tempo que é pressionada pelos países do centro, pressiona a periferia para o escoamento de sua produção.

Observa-se que os países parte desse centro estão localizados no chamado Norte Global, ou seja, países como as potências do continente europeu e suas ex-colônias de povoamento como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e outros países como Japão, enquanto as antigas colônias podem ser classificadas como periferias ou semiperiferias, conforme seu grau de diversificação econômica como é o caso de Brasil e Índia (WALLERSTEIN, 2004). A análise histórico-estruturalista das migrações determina que, dada a relação de dependência das regiões menos desenvolvidas com as mais desenvolvidas, os trabalhadores procuram postos de trabalho nas regiões centrais, mais industrializadas e tecnológicas visto que essas regiões possuem maiores níveis de renda devido ao alto valor agregado de seu produto. O Mapa 1 mostra essa divisão

emissão dos gases de efeito estufa como Alemanha, Inglaterra e Japão, convencionados como parte do *centro* por essa pesquisa conforme Wallerstein (1974). Os países do grupo não-Anexo I são aqueles que possuem economias em desenvolvimento e não precisaram se comprometer com a redução da emissão de gases de efeito embora alguns já o façam voluntariamente. A discussão em torno da distribuição dos custos e das responsabilidades relacionados ao aquecimento global segue a lógica de que os Estados que desfrutaram da primeira onda de industrialização e desenvolvimento tecnológico advinda da Revolução Industrial de 1840 tiveram suas emissões de carbono destacadas desde o século XIX e, historicamente, muito superiores aos países em desenvolvimento, como pode ser observado no Gráfico 2. Entretanto, o debate acerca da intergeracionalidade dos problemas climáticos atinge outro ponto de inflexão quando os países em desenvolvimento começam a alcançar novos patamares de acumulação de capital, fazendo com que características como densidade populacional e desenvolvimento tardio levem a um alto consumo de recursos e maiores custos ao meio ambiente global.

Gráfico 2. Emissões relativas globais de CO₂ por regiões entre 1751 e 2015



Como ilustrado na Figura 2, a justiça é intergeracional, no sentido de que os atuais países desenvolvidos fizeram pleno uso de suas capacidades industriais no passado sem nenhum limite à emissão de gases de efeito estufa e somente agora terão que se adaptar a tratados internacionais. Os países pobres ou em desenvolvimento, por outro lado, não obtiveram esse benefício no passado, devido à sua industrialização atrasada, e terão que abrir mão de seus processos industriais de desenvolvimento recentes em prol de melhores condições climáticas no futuro (MEYER; ROSER, 2006). Ademais, os países desenvolvidos possuem melhores estruturas físicas e sociais e são menos vulneráveis aos desastres ao passo que países pobres estarão mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas devido às suas precárias condições de infraestrutura, escassos recursos sociais e naturais e poucas condições financeiras de lidar com o problema (CAMERON; SHINE; BEVINS, 2013).

Figura 2. Justiça intergeracional e os efeitos das mudanças climáticas



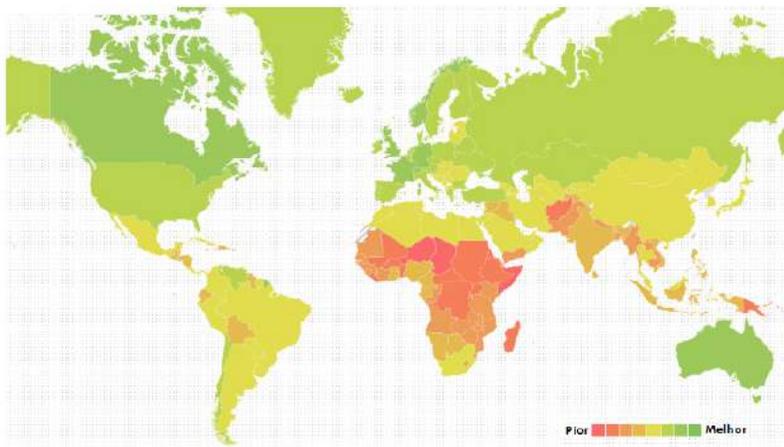
Fonte: Adaptado de Meyer; Roser (2006, p. 224)

McLeman (2018) conclui ainda, que, enquanto processos climáticos de longo prazo tendem a gerar fluxos migratórios mais lineares, os casos de eventos climáticos súbitos tendem a gerar fluxos migratórios não-lineares devido a aleatoriedade desses eventos e do escopo de variáveis levado em consideração para a decisão de migrar, que diminui drasticamente quanto mais catastrófico for o evento forçando o deslocamento, mostrando a fragilidade dos sistemas socioeconômicos nos locais onde eles ocorrem. Tal fato é observado principalmente no nível local e regional.

Vulnerabilidade, prontidão e deslocamentos populacionais

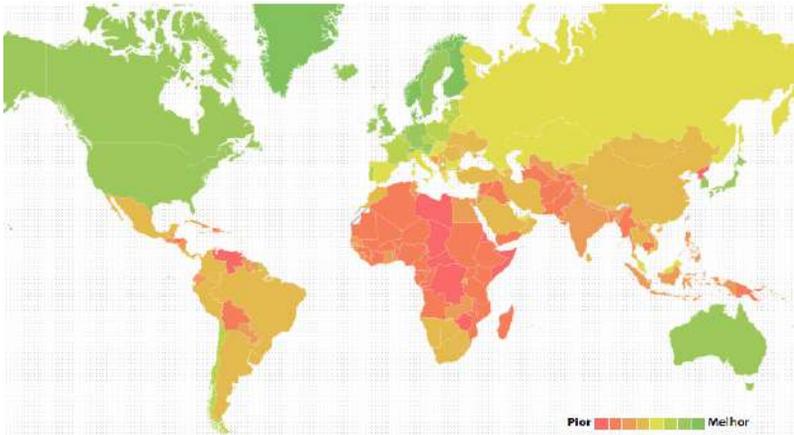
Como pode ser observado nos Mapas 2 e 3, existe certa discrepância entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos, estando o primeiro grupo geralmente em situação de maior vulnerabilidade e com pouca capacidade de respostas frente aos desastres climáticos, o que piora seu nível de prontidão.

Mapa 2. Nível de Vulnerabilidade



Fonte: Notre Dame Global Adaptive Initiative (2018)

Mapa 3. Nível de Prontidão



Fonte: Notre Dame Global Adaptive Initiative (2018)

Como explicitado pelas teorias de mobilidade de filiação histórico-estruturalista representada por autores como Charles Wood, Andre Gunder Frank e Gunnar Myrdal, além do já citado Immanuel Wallerstein, a economia global é formada por um único sistema estruturado pela lógica de Estados-Nação onde aqueles com atividades de maior capital agregado, maior capacidade de inovação tecnológica e maior capacidade de acúmulo de capital compõem o centro do sistema e no outro extremo estariam os países da periferia; por exemplo, respectivamente, Estados Unidos e Europa Central e América Latina e África. Percebe-se nos Mapas 1 e 2 que os padrões de vulnerabilidade e prontidão emulam a divisão dos países feita pela teoria de Wallerstein (1974), o centro estando sempre em melhor posição do que a periferia. Dessa forma, espera-se que os países do sul global sofram muito mais com deslocamentos induzidos por desastres relacionados às mudanças climáticas, como por exemplo: enchentes, secas e ciclones.

O fato de o sistema capitalista estar em constante expansão é o que alimenta a divisão internacional do trabalho e mantém o alto padrão de consumo do centro enquanto a periferia permanece refém de atividades rudimentares e do papel de produtora de

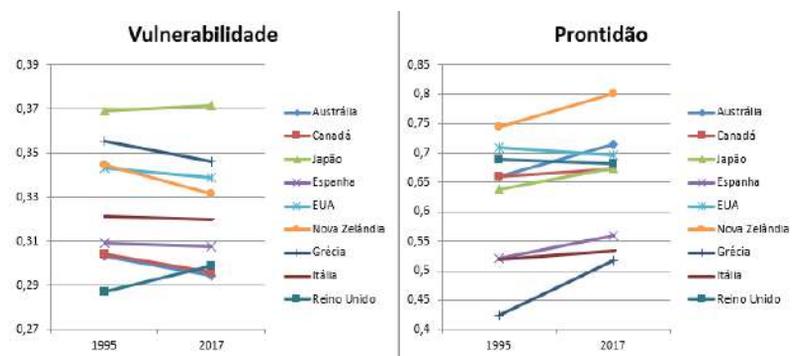
matérias-primas (WALLERSTEIN, 1974). Essas atividades, por estarem relacionadas ao meio ambiente e serem menos intensivas em capital e mais intensivas em trabalho estão ligadas às mudanças e intempéries do clima. Dessa forma, os efeitos das mudanças climáticas atuam como um fator multiplicador de vulnerabilidades em comunidades e países já fragilizados por altos níveis de desigualdade socioeconômica, pobreza e conflitos.

Como descrito em seção anterior, a escolha dos países estudados neste trabalho levou em consideração as características socioeconômicas dos continentes em que estão localizados e sua respectiva influência por desastres induzidos pelas mudanças climáticas. O sudeste asiático, por exemplo, é a região com maior frequência em eventos climáticos de maior intensidade; casos na Europa refletem a vulnerabilidade da região do Mar Mediterrâneo e as condições específicas dessa população como alto nível de renda e avançado processo de transição demográfica (IPCC, 2014). A escolha por um país localizado no continente americano segue a indicação do IPCC (2014) de que, por mais que a região seja abundante em fontes hídricas, outras características como, a extrema concentração populacional em grandes centros urbanos e o efeito frequente de períodos de enchentes e estiagens tende a impactar negativamente as populações da região. Seria impossível utilizar dados de todos os países tendo em vista as limitações das bases de dados do IDMC, que possuem algumas incompletudes, e também a abordagem deste artigo. Dessa forma optou-se por uma amostra de nove países desenvolvidos do Norte Global e onze países do Sul Global, ambos os grupos com diferentes níveis de renda.

A partir da escolha dos países, os dados quantitativos selecionados foram suas respectivas pontuações no índice *ND-Gain* de vulnerabilidade e prontidão e com base nisso foram coletados os dados acerca dos deslocamentos induzidos por mudanças climáticas na plataforma do *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC). Como pode ser observado no Gráfico 3, com exceção do Japão, Reino Unido e Espanha, os índices de vulnerabilidade diminuíram em todos os países, o que significa que esses países tem buscado diminuir sua vulnerabilidade a eventos extremos.

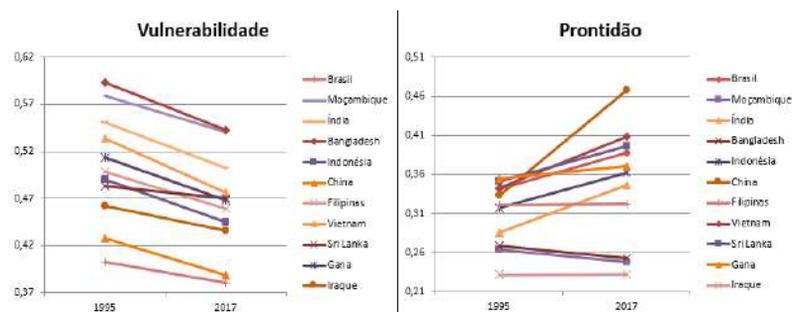
O índice de prontidão também mostra uma melhora em todos os países analisados exceto Reino Unido e Estados Unidos. Enquanto os dois primeiros pioraram nos índices de vulnerabilidade, o último piorou no índice de prontidão. Por outro lado, no Gráfico 4, nota-se que todos os países em desenvolvimento apresentaram melhoras nos índices de vulnerabilidade, entretanto Moçambique e Bangladesh caíram no índice de prontidão no período que vai de 1995 a 2017, enquanto Iraque manteve-se estagnado.

Gráfico 3. Progressão dos indicadores de vulnerabilidade e prontidão para os países desenvolvidos



Fonte: Elaboração própria conforme IDMC (2018)

Gráfico 4. Progressão dos indicadores de vulnerabilidade e prontidão para os países em desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria conforme IDMC (2018)

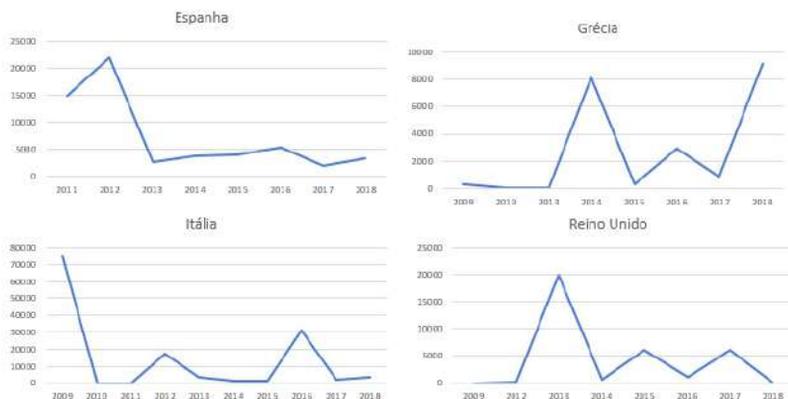
Teoria de sistemas-mundo e os deslocamentos induzidos por mudanças climáticas

Conforme tratam autores como Wallerstein (1974) e ainda Portes e Walton (1981), é esperado que haja um desequilíbrio estrutural entre o Norte e Sul Global, de forma que, características estruturantes da dependência do Sul Global sejam as condições predisponentes a deslocamentos em massa no caso de desastres. Os indicadores selecionados, que refletem a vulnerabilidade e prontidão dos países indicam melhorias, que foram, na maioria dos casos, experimentadas pelos países estudados. Entretanto, características como a dependência de atividades e empregos relacionados ao uso da terra, atividades industriais e de alto valor agregado pouco existentes ou ausentes denotam pouca capacidade de resposta das economias em desenvolvimento do Sul Global a choques externos, principalmente, ambientais (PORTES, 2007).

No que se refere a análise de prontidão e vulnerabilidade, espera-se que países como Espanha, Reino Unido, Japão, Iraque, Moçambique e Bangladesh e Estados Unidos apresentem perfis mais persistentes de deslocamentos anuais por desastres. Os Gráficos 5 a 9 mostram, respectivamente, um comparativo entre países de centro e periferia e a variação do número de deslocados anualmente. Os países foram agrupados para permitir melhor visualização dos dados e maior facilidade de interpretação em países próximos geograficamente e socioeconomicamente.

Observa-se que nos países selecionados do continente europeu o número de deslocados possui comportamento linear quando comparamos os anos em questão. A Grécia foi o único país, dentre os selecionados que apresentou tendência de aumento no número de deslocados em 2018. Mesmo apresentando piora nos dois índices, o Reino Unido conseguiu manter a tendência de queda do número de deslocados nos últimos quatro anos.

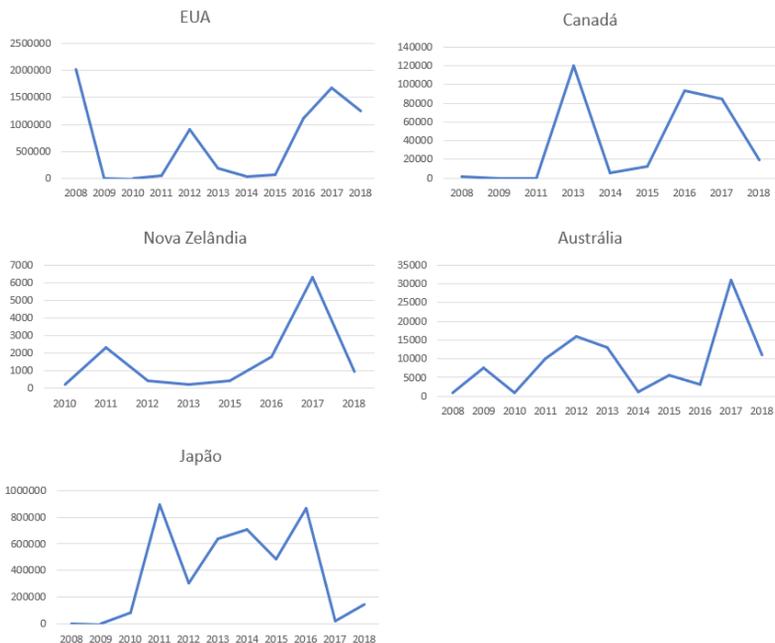
Gráfico 5. Comparativo entre o número de pessoas deslocadas no continente europeu



Fonte: Elaboração própria conforme IDMC (2018)

O Gráfico 6 mostra que no comparativo entre as antigas colônias britânicas e o Japão, todas mostraram tendência de queda nos últimos anos. Chama-se atenção para o fato de furacões como Matthew, Nate e Michael que aconteceram respectivamente em 2016, 2017 e 2018 que podem ter influenciado o pico no número de deslocados em território americano e tendência crescente a partir de 2016, entretanto, o mesmo não se repete nos números coletados para o ano de 2018. Austrália e Nova Zelândia são países próximos que podem ser afetados pelos mesmos fenômenos caso estes sejam em grande escala. Nota-se que os gráficos que denotam seus deslocamentos diferem em nível, visto o diferencial populacional, mas são parecidos em forma. Ambos apresentam seu pico em 2017 afetados pela passagem do ciclone tropical Debbie.

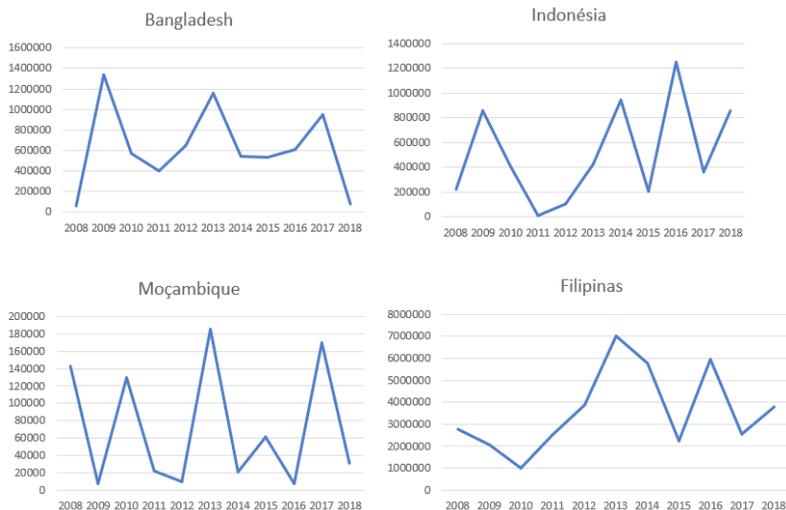
Gráfico 6. Comparativo entre o número de pessoas deslocadas nos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e Japão



Fonte: Elaboração própria conforme IDMC (2018)

O Gráfico 7 mostra o comparativo entre o número de deslocados em Bangladesh, Indonésia, Moçambique e Filipinas. Todos os países melhoraram suas pontuações no índice de Vulnerabilidade, mas Moçambique e Bangladesh pioraram no que se refere à Prontidão. Observa-se que os países não apresentam uma tendência clara no número de deslocados anualmente, um padrão não-linear é notado com variações claramente relacionadas aos eventos climáticos que atingiram esses locais mesmo com melhoras nos índices citados.

Gráfico 7. Comparativo entre o número de pessoas deslocadas em Bangladesh, Indonésia, Moçambique e Filipinas

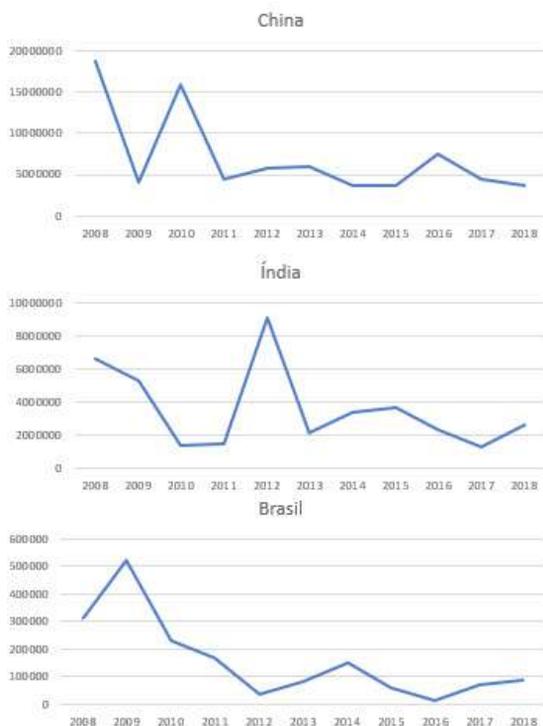


Fonte: Elaboração própria conforme IDMC (2018)

No caso de Índia, China e Brasil, que possuem perfis econômicos e categorizações próximas no que se refere à abordagem de Wallerstein (1974), nota-se no Gráfico 8 que seus maiores números de deslocados estão no final dos anos 2000 e início dos anos 2010. Assume-se que políticas voltadas à adaptação tenham auxiliado na diminuição do número de deslocados anualmente dado o crescimento econômico dos três países simultaneamente à época desses picos atingidos e que não voltaram a acontecer, apontando clara tendência de queda acompanhada da melhora dos índices previamente citados. Entre os anos de 2012 e 2016, os três países citados receberam financiamentos de bancos e organizações voltados para o financiamento das adaptações às mudanças climáticas por meio de projetos de conversão energética, inovação produtiva e proteção ambiental. Durante esses anos, a China recebeu cerca de 114 milhões de dólares em recursos para adaptação que foram direcionados, em sua maioria, para projetos de tecnologia e aprimoramento energético, recuperação ambiental

e sistemas de transporte (Timperley & Pearce, 2017). Nesse mesmo intervalo, a Índia e Brasil receberam respectivamente 805 milhões de dólares e 140 milhões de dólares. O primeiro investiu os recursos, em sua maioria, para projetos de recuperação ambiental, energia, resiliência costeira e infraestrutura, ademais, cerca de 12% desses recursos (95 milhões de dólares) foram direcionados para a manutenção e proteção de atividades agrícolas e de pesca, o Brasil, por seu vez instituiu projetos de proteção de áreas indígenas, conversão energética sustentável e conservação florestal (Timperley & Pearce, 2017).

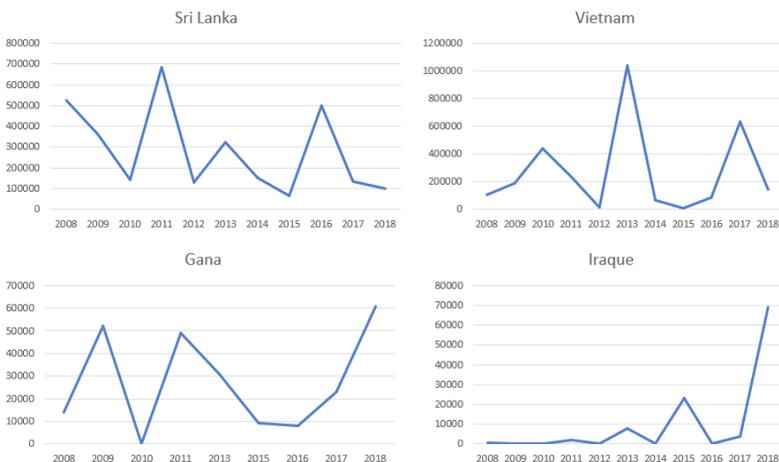
Gráfico 8. Comparativo entre o número de pessoas deslocadas na Índia, China e Brasil



Fonte: Elaboração própria conforme IDMC (2018)

Os países no Gráfico 9 compõem partes do mundo periférico na descrição da teoria dos Sistemas-Mundo (Wallerstein, 1974), e, embora não possuam uma tendência comum nota-se que os deslocamentos não apresentam uma forma parecida e nem tendência de diminuição ou crescimento, com períodos de pico seguidos de períodos de baixa no número de deslocados. Conforme os resultados encontrados por McLeman (2018), a existente fragilidade socioeconômica de países mais pobres é um agravante no caso de desastres ambientais que impedem uma acurada previsão do número de deslocados fazendo com que estes sigam padrões não-lineares anualmente sendo, no final das contas, mais ligados à intensidade do evento que acontece e à fragilidade da comunidade atingida.

Gráfico 9. Comparativo entre o número de pessoas deslocadas no Sri Lanka, Vietnam, Gana e Iraque



Fonte: Elaboração própria conforme IDMC (2018)

Como retratado acima, dentre os casos selecionados, os países mais pobres e aqueles de renda média baixa tendem a sofrer mais com as consequências das mudanças climáticas, sobretudo na forma dos deslocamentos induzidos por elas com níveis atrelados tanto à vulnerabilidade desses países quanto à intensidade do desastre.

Conclusão

A maioria dos países desenvolvidos analisados mostraram tendência de queda no número total de deslocados internos convergindo com a tendência de seus indicadores de vulnerabilidade e prontidão. Os países em desenvolvimento pertencentes à periferia não mostraram um padrão linear no número de deslocados, o que dificulta sua previsibilidade anual e, portanto, atitudes responsivas nesse sentido.

As proposições de Wallerstein, mesmo que voltadas para o contexto dos anos 1970, se conectam à compreensão dos deslocamentos por desastres ambientais ao refletirem o perfil econômico dos países que compõem essa periferia e sua vulnerabilidade às mudanças climáticas e as características do trabalho nessas respectivas regiões. Para os países utilizados como exemplos nessa pesquisa, ao mesmo tempo que os deslocamentos são persistentes e não apresentam uma tendência clara na periferia, no centro os deslocamentos são menores e dentro de um limite previsível, o que dá maior margem de ação do poder público. Logo, tais dados permitem inferir que países mais pobres necessitam de maior atenção no que se refere a políticas mitigadoras e adaptativas aos efeitos das mudanças climáticas, principalmente àquelas relacionadas ao bem estar da população.

A relação entre desastres e deslocados internos pode ser compreendida a partir de uma perspectiva demográfica associado ao caráter multiplicador de vulnerabilidades dos desastres climáticos, como afirma McLeman (2018), os deslocamentos induzidos por mudanças climáticas tendem a possuir padrões não-lineares em países pobres, devido a uma conjunção de fatores

relacionados à prontidão destes a eventos climáticos, alta pressão populacional e a intensidade e frequência com que estes desastres ocorrem.

Coloca-se como perspectivas futuras para a pesquisa em mobilidade e meio ambiente: a compreensão de desastres no nível local, principalmente em centros urbanos e comunidades já fragilizadas por outros fatores de natureza social e econômica. Chama-se atenção também para a situação dos centros urbanos do Sul Global no contexto de mudanças climáticas devido às pressões populacionais sobre os serviços públicos, a necessidade de políticas públicas voltadas para essa área e nos diferenciais de vulnerabilidade entre grupos populacionais específicos.

Referências

BLACK, Richard; KNIVETON, Dominic; SKELDON, Ronald; COPPARD, Daniel; MURATA, Akira; SCHMIDT-VERKERK, Kerstin. **Demographics and Climate Change: Future Trends and their Policy Implications for Migration**. Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty (University of Sussex), Brighton. 2008. Disponível em: http://www.migrationdrc.org/publications/working_papers/WP-T27.pdf. Acesso em: jan. 2018.

BRZOSKA, Michael; FRÖHLICH, Christiane. **Climate change, migration and violent conflict: vulnerabilities, pathways and adaptation strategies**. Migration and Development, vol. 5. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21632324.2015.1022973?journalCode=rmad20>. Acesso em: dez. 2017.

CAMERON, Edward; SHINE, Tara., BEVINS, Wendi. **Climate Justice: equity and justice informing a new climate agreement**. World Resources Institute. 2013. Disponível em: http://pdf.wri.org/climate_justice_equity_and_justice_informing_a_new_climate_agreement.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

CASTLES, Stephen. **Migration, Crisis and the Global Labour Market**. Globalizations, volume 8, Issue: 3, pp. 311-324, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14747731.2011.576847>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GALLOWAY, P. R. **Annual variations in deaths by age, deaths by cause, prices, and weather in London 1670 – 1830**. Population Studies, ed. 39, 487 – 505. 1985.

GUTERRES, Antonio. **Migration, Displacement and Planned Relocation**. ACNUR. 2012. Disponível em: http://www.unhcr.org/news/editorial/2012/12/55535d6a9/migration-displacement-planned-relocation.html#_edn11. Acesso em: 10 dez. 2017.

HAAS, Hein de. **Migration and development: a theoretical perspective**. In International Migration Review, ed. 44(1), p. 227-264. 2010.

HARTMANN, Betsy. **Rethinking climate refugees and climate conflict: rhetoric, reality and the politics of policy discourse**. Journal of International Development, volume 22, p. 233–246, 2010.

HUGO, Graéme. **Environmental Concerns and International Migration**. International Migration Review 301, Special Issue: Ethics, Migration, and Global Stewardship. 1996.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate Change 2014: Synthesis Report Summary for Policymakers**. 2014. Disponível em: http://ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf. Acesso em: nov. 2019.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE. **Global Estimates 2016 – People displaced by disasters**. 2017. Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/globalreport2016/>. Acesso em: jan. 2018.

McLEMAN, Robert. **Climate change, migration and critical international security considerations**. International Organization for Migration. 2011. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/mrs42.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

McLEMAN, Robert. **Thresholds in Climate Migration**. Population and Environment (39): 319 – 338. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11111-017-0290-2>. 2018. Acesso em: dez. 2020.

MEYER, Lukas.; ROSER, Dominic. **Distributive Justice and Climate Change: the allocation of Emission Rights**. In: Analyse & Kritik. Stuttgart. 2006. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/j/auk.2006.28.issue-2/auk-2006-0207/auk-2006-0207.xml>. Acesso em: jan. 2020.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION - NASA. **Global Climate Change**. 2020. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/>. Acesso em: jan. 2020

ND – GAIN. **Notre Dame Global Adaptation Initiative**. Notre Dame, Indiana. 2017. Disponível em: <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/>. Acesso em: dez. 2019.

PORTES, Alejandro. **Migration and development: A conceptual review of the evidence**. Unpublished manuscript. 2007. Disponível em: <http://meme.phpwebhosting.com/~migracion/rimd/bellagio/2.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

PORTES, Alejandro. **Migration and development: reconciling opposite views**. Ethnic and Racial Studies, ed. 32(1): p. 5-22, 2009.

PORTES, Alejandro; WALTON, John. 1981. **Labor, Class, and the International System**. New York: Academic Press.

RICHMOND, Anthony. **The Environment and Refugees: Theoretical and Policy Issues**. Revised version of a paper presented at the meetings of the International Union for the Scientific Study of Population, Montreal, August. 1993.

RITCHIE, Hannah; ROSER, Max. **CO₂ and Greenhouse Gas Emissions**. Our World in Data – University of Oxford. 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/co2-and-other-greenhouse-gas-emissions>. Acesso em: jan. 2020.

TIMPERLEY, Jocelyn; PEARCE, Rosamund. **Mapped: Where multilateral climate funds spend their money.** 2017. Carbon Brief - International Policy. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/mapped-where-multilateral-climate-funds-spend-their-money>. Acesso em: jan. 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System.** New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction.** 4th Edition. Dunham: Duke University Press, 2004.

Família, capital social e migração: a diáspora haitiana

Adriano Alves de Aquino Araújo¹

Resumo: O artigo discute especificidades do projeto migratório haitiano relacionado às redes familiares. Objetiva-se compreender o que leva imigrantes haitianos a manter laços tão vigorosos com o país de origem, com destaque para os retornos temporários, mesmo em casos de escassas condições financeiras. Tal indagação surgiu a partir de trabalho de campo realizado entre imigrantes haitianos na Região Metropolitana de São Paulo entre os anos de 2014, 2015 e 2019. O presente trata-se de uma pesquisa teórico-exploratória, cujo levantamento e análise bibliográfica busca reflexões acerca do tema observado em campo. Os resultados apontam para a importância fundamental dos laços familiares entre os haitianos, que tomam a família como capital social primordial, quando migram. Deste modo, em torno da questão familiar gravita uma série de aspectos, como obrigações morais, afetivas e financeiras, além de aspectos culturais e religiosos que fomentam a ligação constante com o país de origem, e inclusive o retorno.

Palavras-chave: Família. Migração. Haiti. Capital social.

Family, social capital and migration: the Haitian diaspora

Abstract: The article discusses specificities of the Haitian migratory project related to family networks. The objective is to understand what leads Haitian immigrants to maintain such strong ties with the country of origin, with emphasis on temporary returns, even in cases of scarce financial conditions. This question arose from the fieldwork carried out among Haitian immigrants in the Metropolitan Region of São Paulo between the years 2014, 2015 and 2019. The present is a theoretical-exploratory research, whose survey and bibliographic analysis seeks reflections on the theme observed in the field. The results point to the fundamental importance of family ties among Haitians, who take the family as their primary social capital when they migrate. Thus, around the family issue, a number of aspects gravitate. Among these,

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, Marília-SP, Brasil (adriano.daquino@hotmail.com).

we can mention the moral, affective and financial obligations, in addition to cultural and religious aspects. Such aspects encourage constant connection with the country of origin and even return.

Keywords: Family. Migration. Haiti. Social capital.

Família, capital social y migración: la diáspora haitiana

Resumen: El artículo analiza las especificidades del proyecto migratorio haitiano relacionado con las redes familiares. El objetivo es comprender qué lleva a los inmigrantes haitianos a mantener vínculos tan fuertes con el país de origen, con énfasis en los retornos temporales, incluso en casos de condiciones financieras escasas. Esta pregunta surgió del trabajo de campo realizado entre inmigrantes haitianos en la Región Metropolitana de São Paulo entre los años 2014, 2015 y 2019. El presente es una investigación teórico-exploratoria, cuya encuesta bibliográfica y análisis busca reflexiones sobre el tema observado en el campo. Los resultados apuntan a la importancia fundamental de los lazos familiares entre los haitianos, quienes toman a la familia como su principal capital social cuando migran. De esta forma, en torno al tema familiar, gravitan una serie de aspectos, como las obligaciones morales, emocionales y financieras, además de los aspectos culturales y religiosos que fomentan la conexión constante con el país de origen, e incluso el retorno.

Palabras clave: Familia. Migración. Haití. Capital social.

Introdução

O Haiti pode ser considerado um país de cultura migratória, onde historicamente os fluxos migratórios são retroalimentados de forma complexa, de modo que, os emigrados possuem grande importância cultural, social e econômica para o país. A comunidade emigrada, conhecida entre os haitianos como “diáspora”, é bastante heterogênea, sendo dividida basicamente entre *ti diaspora* – aqueles radicados em países subdesenvolvidos – e *gwo diaspora* – radicados em países desenvolvidos (HANDERSON, 2015).

Percebe-se a importância dada pelos emigrados ao retorno a passeio ao Haiti, sendo que o mesmo é parte importante do projeto migratório haitiano, acontecendo mesmo quando as condições financeiras não são abundantes. Tal importância foi constatada

entre imigrantes haitianos radicados em Santo André, no ABC Paulista, por ocasião de trabalho de campo etnográfico por nós realizado entre os anos de 2014 e 2015, como base para a elaboração de dissertação de mestrado², defendida em 2015, no Programa de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

Além do trabalho de campo citado, retornamos ao campo para mais uma etnografia entre comunidades haitianas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no ano de 2019, com vistas à elaboração de tese de doutorado em Ciências Sociais a ser defendida em 2021 na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). O contato atualizado com os imigrantes nos possibilitou novos olhares sobre as questões que se seguirão. O presente artigo busca lançar luz sobre aspectos culturais haitianos que os levam a manter laços tão vigorosos com o Haiti.

Para tal, realizou-se uma pesquisa teórico-exploratória, cujo levantamento e análise bibliográfica fundamentam reflexões acerca das questões observadas em campo. Os resultados apontam para a importância fundamental dos laços familiares entre os haitianos, que tomam a família como capital social primordial, quando migram. Deste modo, em torno da questão familiar gravita uma série de aspectos que contribuem para a manutenção dos laços com o país de origem, como as obrigações morais, afetivas e financeiras com os familiares, bem como através de aspectos culturais e religiosos que possuem grande importância e influenciam o retorno temporário de muitos emigrados.

O Haiti e a emigração

As difíceis condições de sobrevivência impostas aos haitianos pelo colonialismo e seus corolários têm levado a fluxos históricos de emigração. As primeiras emigrações em massa de haitianos que

² Premiada no I Concurso Nacional de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ONU/ACNUR, 2016).

se têm registro ocorreram rumo à Cuba³ para o trabalho no corte de cana no início do século XX, sendo que parte foi deportada em decorrência da crise que afetou a indústria do açúcar (COUTO, 2009). A emigração para a vizinha República Dominicana também é histórica e cheia de tensões; nos anos 1930, por exemplo, havia um considerável número de haitianos vivendo no país, quando o ditador Rafael Trujillo ordenou a matança de 17 a 30 mil cidadãos dessa nacionalidade (MARTIN; MIDGLEY E TEITELBAUM, 2002; ROSA, 2006).

Nos anos 1960, Bahamas, Estados Unidos (Miami), Guadalupe e Guiana Francesa passaram a receber imigrantes haitianos para o trabalho na construção civil e na agricultura. A ditadura Duvalier⁴ (1957 – 1986) também foi responsável por uma expressiva saída de haitianos do país, sendo esse fluxo composto principalmente por políticos, intelectuais e estudantes que se opunham ao regime e buscavam asilo em países como Canadá, França e Estados Unidos (JACKSON, 2011).

³ Couto (2009) apresenta detalhes da imigração haitiana para o país em seu artigo: “A presença dos imigrantes antilhanos em Cuba (1910-1952)”. A autora detalha o episódio da deportação dos antilhanos no final dos anos 1920, apontando o papel da mídia na construção de uma imagem negativa relacionada aos haitianos em Cuba a partir da religiosidade vodu.

⁴ Temendo o avanço socialista na região, os Estados Unidos passaram a apoiar uma série de golpes de Estado em toda a América Latina e Caribe. No Haiti o candidato apoiado foi o médico François Duvalier, conhecido como “Papa Doc”, que após ser eleito em 1957, dissolveu o Congresso e autoneomeou-se presidente vitalício. François governou o país até sua morte, em 1971, quando seu filho Jean-Claude Duvalier, ou “Baby Doc”, assumiu o poder, governando o país ditatorialmente até ser deposto em 1986. As quase três décadas da dinastia Duvalier foram marcadas por violência, mortes e corrupção. Os “Tontons Macoute”, oficiais da polícia Douvaleriana, eram encarregados de vigiar e punir violentamente os opositores do governo. A família Duvalier enriqueceu-se à custa de desvios da receita do país e de rendas provenientes de máfias estadunidenses. O regime de Jean-Claude foi caracterizado, além disso, pela liberalização econômica do país através da instalação de indústrias manufatureiras norte-americanas, principalmente têxteis e de vestuário (LOUIDOR, 2013).

Outro fluxo que ganhou muito destaque foi o dos *boat people*, jovens em sua maioria que, sem esperanças de um futuro melhor no país, lançavam-se ao mar em embarcações improvisadas rumo à Flórida. Stepick (1982) realizou um detalhado trabalho etnográfico junto a haitianos que chegaram aos EUA solicitando asilo político. Em suas conclusões, os Estados Unidos discriminavam os cidadãos haitianos negando-lhes o direito de asilo – concedendo-o preferencialmente a cidadãos provenientes de países governados por regimes de esquerda, como Cuba.

De 1990 em diante, a pobreza aumentou no Haiti, sobretudo após o declínio da agricultura familiar. Com isso, as migrações de haitianos à República Dominicana, que eram costumeiramente sazonais – para o corte da cana-de-açúcar – passaram a ter um caráter mais definitivo, com a permanência de haitianos em lavouras de longa temporada. Outros se mudaram para zonas urbanas, empregando-se na construção civil e no setor de serviços “principalmente informal”.

Até a primeira década do século XXI os destinos mais tradicionais da emigração haitiana eram Estados Unidos, Canadá, República Dominicana, Cuba e França. Contudo, a partir de 2010, uma série de fatores – dentre os quais o terremoto que assolou Porto Príncipe e arredores – contribuíram para que países sul-americanos fossem incorporados pela diáspora haitiana, como Brasil e Chile, por exemplo.

O Haiti é considerado um dos países menos resistentes a desastres naturais no mundo, cuja vulnerabilidade está relacionada a aspectos socioeconômicos, o que inclui taxa de pobreza, insegurança alimentar e instituições públicas fracas, bem como a avançada degradação ambiental em curso no país (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014). Tal vulnerabilidade abre margem para acontecimentos catastróficos impulsionados por variações climáticas e fenômenos naturais. Télémaque (2012) aponta que mais de 3 mil pessoas morreram em desastres naturais ocorridos entre 2004 e 2008 no Haiti.

A importância dos emigrados e da emigração aumenta ao passo que as crises se sucedem e as condições de vida se deterioram.

“No Haiti, as pessoas costumam dizer ser quase impossível encontrar uma *kay* (casa) ou uma família haitiana não tendo algum membro *aletranje/lòt bò dlo*, isto é, no exterior” (HANDERSON, 2015, p. 184). As comunidades no exterior ganharam tanta importância que são conhecidas como o “departamento onze⁵”. Segundo informações do *Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique* (2014) a população estimada do Haiti seria de 10. 413. 211 pessoas, sendo que as estimativas acerca do número de haitianos emigrados variam entre 2 e 4 milhões e meio de pessoas (VALLER FILHO, 2007; TÉLÉMAQUE, 2012).

Capital social e migração

Nesta seção tomaremos por base o sociólogo francês Pierre Bourdieu por considerar que seu referencial construtivista estruturalista auxilia de modo satisfatório na compreensão das questões aqui propostas. Assim sendo, as análises que se seguirão estarão orientadas a partir da ideia de capital social mobilizada pelo autor.

Bourdieu (2001) aponta que a teoria econômica comumente reduz o universo das relações sociais a trocas comerciais, definindo implicitamente todas as demais formas de intercâmbio social como relações não econômicas. Contudo, a troca comercial é uma dentre diversas formas possíveis de intercâmbio social; coisas aparentemente não venais possuem seu preço e a dificuldade em convertê-las em dinheiro reside no fato de que não necessariamente são fabricadas a partir de interesses econômicos.

O capital apresenta-se fundamentalmente de três modos: econômico, cultural e social. O capital social é constituído pelos recursos associados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo. O capital total que os membros individuais do grupo

⁵ O Haiti é dividido geopoliticamente em dez departamentos: Artibonite, Centre, Grand’Anse, Nippes, Nord, Nord-Est, Nord-Ouest, Ouest, Sud, Sud-Est.

possuem serve a todos conjuntamente, fazendo-os “merecedores de crédito” (BOURDIEU, 2001).

Do pertencimento aos grupos derivam-se ganhos materiais, como por exemplo, favores e benefícios simbólicos. Tal pertencimento mostra-se basilar no projeto migratório tanto dos argelinos estudados por Bourdieu, quanto dos haitianos. Os benefícios possibilitados pelas redes são diversos e extremamente importantes para a viabilidade da migração no contexto da precariedade estrutural que acomete o Haiti. Poder contar com alguém no Haiti – via-de-regra uma mulher – que fique com as crianças e se encarregue da educação delas, por exemplo, é uma das estratégias mais comuns de pais e mães que se lançam à emigração.

Bourdieu (2001) ainda sinaliza que a existência de uma rede de relações é o produto de estratégias individuais ou coletivas de inversão, consciente ou inconscientemente direcionadas a estabelecer e manter relações sociais que prometam, cedo ou tarde, um proveito. Nesse sentido, as relações casuais e incluso as de parentesco são transformadas em relações especialmente eleitas e necessárias, que acarretam obrigações. Desse modo, aqueles que partem também possuem obrigações com aqueles que ficam, seja através de remessas financeiras, presentes, notícias e/ou mesmo da possibilidade de “mandar buscar” outros candidatos elegíveis à migração.

Cada grupo possui formas mais ou menos institucionalizadas de delegação que lhe permite concentrar a totalidade do capital social nas mãos de um indivíduo ou de uns poucos. Ao representante em questão lhe é encomendada a tarefa de representar o grupo, de falar e atuar em seu nome e assim exercer um poder que transcende em muito sua capacidade individual. Por exemplo, no nível mais elementar de institucionalização, o cabeça da família (o *pater familias*, o primogênito ou o ancião) é reconhecido tacitamente como a única pessoa autorizada a falar em nome do grupo familiar em todas as ocasiões oficiais (BOURDIEU, 2001, p. 154).

Nas sociedades onde a falocracia⁶ domina a ordem social, a figura do *pater familias* acaba, aparentemente, sendo assumida por mulheres, como na América Latina e no Caribe (THERBORN, 2006), e em específico no Haiti (JOSEPH, 2015).

Família e papéis de gênero no Haiti

Kuyu (2004) defende que existe uma forte relação entre o padrão familiar haitiano e o africano, sendo acima de tudo comunitário e baseado no compartilhamento. A família haitiana inclui não apenas os cônjuges e seus filhos menores, mas também todos os parentes que vivem com eles sob o mesmo teto. Entre esses parentes podem constar familiares consanguíneos ou não, e até mesmo amigos e vizinhos⁷.

Joseph (2015) dá conta da disseminação do *plaçage*⁸ nas uniões conjugais haitianas. A autora recorre à Rémy Bastien, em *Le paysan haïtien et sa famille*, de 1951, para compreender as origens das formas de coabitação informais⁹ no Haiti. Segundo o autor, tais formas de coabitação remontam ao período independentista,

⁶ A falocracia constitui-se em uma ideologia binária que postula que o sexo masculino concede aos homens um protagonismo natural de exercício de poder sob o sexo feminino em diversas esferas.

⁷ Importa lembrar que em “As estruturas elementares do parentesco” (1949), Lévi Strauss apresenta a família como um sistema de representações socialmente construído, rompendo com a ideia do parentesco burguês consanguíneo como paradigma de compreensão da família no mundo.

⁸ De acordo com o jurista congolês Camille Kuyu, o *plaçage* representa a manutenção do casamento tradicional africano entre os haitianos. Segundo Kuyu (2004), tal união pode se dar de modo monogâmico ou poligâmico, sendo o reconhecimento legal dado ou não de acordo com o país. No caso do Haiti, o *plaçage* (monogâmico ou não) é interpretado como concubinato, não sendo amparado pela legislação do país. Deste modo, as pessoas que vivem em *plaçage* não são amparadas pela lei em questões como partilha de bens ou qualquer tipo de auxílio em caso de separação.

⁹ A coabitação informal seria a união não registrada e reconhecida legalmente pelo Estado haitiano.

em que, embora as mulheres fossem maioria, os homens receberam a propriedade das terras, levando-os a atrair muitas mulheres para o cultivo agrícola em suas propriedades. Com o passar do tempo seguiu-se o costume, de modo que os agricultores tinham várias mulheres a depender também da necessidade de mão de obra. Tais mulheres passaram a ser chamadas de *fanm jaden*¹⁰, as quais o camponês podia manter ao lado de uma “mulher principal”.

Serge Vieux, em sua obra *Le plaçage, droit coutumier et famille en Haïti*, de 1989, defende que não há dúvidas de que o *plaçage* é uma prática importada da África, que passou por adaptações de acordo com a realidade haitiana, expandindo-se para as cidades a partir do êxodo rural dos camponeses¹¹ (KUYU, 2004).

Therborn (2006) aponta que a colonização ibérica nas Américas, assentada sobre hierarquias étnico-raciais, contribuiu para a consolidação de um sistema familiar particular denominado crioulo. Tal sistema caracteriza-se por relações sexuais e familiares com presença intermitente por parte do homem, o que se deu devido a uma cultura de classe dominante essencialmente patriarcal (mais forte do que no continente europeu ocidental de origem) e uma cultura popular falocrática, de não-casamento e domicílios matrifocais muito disseminados.

De modo geral, a estrutura social vigente nas sociedades patriarcais atrela a mulher à figura masculina, havendo pressão para que as mesmas se casem e constituam família, contudo, o sistema falocrático subverte obrigações e deveres tradicionalmente estabelecidos pelo patriarcalismo em relação aos homens, de modo que, muitas vezes, as mulheres acabam desamparadas pelos companheiros. Therborn (2006) elenca sociedades patriarcais da África e do Oriente Médio que, embora aprovelem a poligínia¹², possuem controles sociais rígidos quanto às responsabilidades masculinas para com cada uma das famílias constituídas.

¹⁰ Mulher do campo (tradução nossa).

¹¹ No final dos anos 1980, mais de 80% dos casais haitianos se vinculavam matrimonialmente através do *plaçage* (VIEUX, 1989 apud KUYU, 2004).

¹² Termo referente à prática do homem de contrair matrimônio com mais de uma esposa.

Joseph (2015, p. 87) pontua as dificuldades e a sobrecarga da mulher a partir da divisão sexual do trabalho, que libera os homens do trabalho doméstico, por exemplo. Direcionando o enfoque ao Haiti, a autora sublinha que existe inclusive um ditado popular que expressa nitidamente tal divisão: “*Gason pa gen pitit, se fanm ki gen pitit*”, que em tradução livre seria: “Os homens não têm filhos, são as mulheres que têm filhos”, ou seja, de acordo com o costume, a tarefa de criação deve recair sobre elas. Ao trabalho doméstico, acrescenta-se o trabalho profissional e o trabalho comunitário, realizado via-de-regra voluntariamente, visando suprir a demanda por serviços sociais cada vez mais negligenciados pelo Estado no contexto da globalização neoliberal (MESTRUM, 2003; BELOTTI, 2009 apud JOSEPH, 2015).

Joseph (2015) também chama a atenção para a questão do controle inadequado da mulher sobre sua reprodução, o que dentre diversas implicâncias favorece que a cada ato sexual uma criança possa ser gestada. A autora aponta que famílias matrifocais com filhos de diferentes pais são comuns tanto nas cidades quanto no campo¹³. Desrosiers e Seguy (2011) apontam que, ter vários filhos de pais diferentes é resultado de dois fenômenos que incidem sobre as mulheres provenientes principalmente das camadas mais populares do país: 1) o abandono paterno e 2) a monogamia em série¹⁴.

As dificuldades de sobrevivência das camadas mais populares do país levam à prática da adoção de crianças por famílias

¹³ Segundo a *Enquête sur les Conditions de Vie des Ménages Après le Séisme*, realizada em 2014, a cifra de famílias chefiadas por mulheres chegam a 45,5% nas cidades e 38,8% no campo (JOSEPH, 2015, p. 94).

¹⁴ A monogamia em série configura-se num ciclo em que a mulher, mãe de um (ou mais) filho(s) abandonado(s), une-se a outro homem monogamicamente para criar seu(s) filho(s). Dessa relação pode nascer um (ou mais) filho(s), que pode(m) também acabar sendo abandonado(s) pelo progenitor. A mãe pode então reiniciar com um terceiro homem uma nova relação monogâmica na intenção de que os filhos das relações anteriores não cresçam “sem pai”. Dessa maneira, essas mulheres podem acabar tendo vários filhos de pais diferentes em um ciclo imprevisível de relações (DESROSIERS e SEGUY, 2011).

mais bem posicionadas social e economicamente, sobretudo da capital, como aponta Joseph (2015). Kuyu (2004) ressalta que a noção ocidental de adoção difere dos costumes haitianos, haja vista que, embora as necessidades da criança adotada passem a ser responsabilidade da família adotiva, não necessariamente a criança é registrada com o nome da nova família, podendo inclusive seguir mantendo laços com sua família de origem.

Segundo Kuyu (2004), entre os haitianos a solidariedade não depende do grau de consanguinidade, no entanto ela se dá em escala de prioridade, na qual pais e filhos se encontram em primeiro lugar, seguidos de irmãos, primos, sobrinhos e assim por diante. Existe uma obrigação moral em ajudar os seus, e caso não o faça, a sociedade o julgará por tal comportamento.

Os laços familiares como capital social primordial haitiano

Os laços familiares representam um capital social primordial para os haitianos, capital este do qual se valem quando migram nacional e internacionalmente. O antropólogo haitiano Joseph Handerson realizou etnografia multilocal como parte de sua tese de doutorado defendida no Museu Nacional no ano de 2015. Seu trabalho buscou apreender os sentidos da diáspora na vida dos haitianos. Em trabalho de campo realizado em 2012 na cidade amazonense de Tabatinga, Handerson entrou em contato com o imigrante Reginald, cuja fala expressa o aspecto essencialmente comunitário-familiar do projeto migratório haitiano:

Cada haitiano é um mundo, cada haitiano não é simplesmente um haitiano [...]. Para enfrentar a situação atual do Haiti, da maneira que enfrentamos, não é para qualquer um [...]. Para o haitiano chegar aqui [...] não somente arriscou, mas também, fez sacrifícios. Ele deixa mulher para trás, deixa filhos para trás, por isso, não pode vir para cá para passar miséria também [...]. Ele tem o seu lar, tem mãe, tem irmão, tem irmã, eles podem ter parado um ano de colégio para juntar dinheiro e mandar ele [sic] viajar,

para ele chegar, trabalhar e ajudar-lhes [sic]. Se sou [sic] eu que devo morrer para os outros viverem bem, então, devo morrer, porque a morte não será em vão (HANDERSON, 2015, p. 182).

Os indivíduos que emigram são considerados porta-vozes do grupo; é estabelecida, deste modo, uma relação de compromisso e reciprocidade entre os que ficam e os que partem. A construção de um patrimônio no Haiti apresenta-se como forma de melhoria da condição familiar, sendo este objetivo quase sempre presente nos projetos migratórios dos haitianos.

Em trabalho de campo etnográfico por nós realizado em maio de 2019, em Santo André, o imigrante Jacquin¹⁵ dizia ter duas casas alugadas no Haiti, quando uma interlocutora haitiana afirmou “ele realizou o sonho da maioria dos haitianos: ir ao estrangeiro e construir um patrimônio no Haiti”.

Outro interlocutor de Handerson (2015) foi Benjamin, que em uma das falas expressou uma vez mais o profundo caráter comunitário do projeto migratório entre os haitianos: “O espírito que o envia é um espírito de colaboração, uma fraternidade que consiste para nós em ir e ajudar a família [...] tentar uma vida melhor, não só para o indivíduo, mas sim, para toda a família” (HANDERSON 2015, p. 183).

Em se tratando da dinâmica do empreendimento migratório entre os haitianos, diversas variáveis são levadas em consideração no tocante à escolha do membro do grupo que irá partir. Handerson (2015) aponta que tais variáveis incluem o grau de parentesco do candidato, bem como o capital social e intelectual deste, sua conduta, honestidade, caráter e etc. Em trabalho de campo por nós realizado em agosto de 2019, no bairro de Guaianases, em São Paulo, tivemos contato com a expressão “*moun fini*”¹⁶, que

¹⁵ Optou-se por manter a identidade de todos os imigrantes contatados em nosso trabalho de campo no anonimato, deste modo os nomes citados são fictícios.

¹⁶ Em tradução livre a expressão equivale aproximadamente a “perdido”,

na ocasião estava sendo empregada pelo imigrante Louis para designar àqueles que após a migração “envergonham a família”.

Entre os evangélicos haitianos, especialmente os de orientação pentecostal, envergonhar a família pode estar associado a uma infinidade de questões relativas a não observância da doutrina religiosa, contudo, associa-se também àqueles que não cumprem com as obrigações em relação ao grupo, deixando de dar notícias ou enviar dinheiro, por exemplo.

Buscando evitar tais dissabores, o grupo procura assegurar-se de que o candidato à emigração irá manter os mecanismos da migração¹⁷ (mandando buscar outros integrantes do grupo, por exemplo), mas que, sobretudo, tenha capacidade de estabelecer-se no destino, tendo êxito na empreitada. “Mandar buscar” faz parte da estratégia grupal de maximização dos ganhos com a emigração, pois, um novo emigrado, diminui a carga de responsabilidade sobre o emigrado pioneiro, uma vez que, tende a se responsabilizar pela própria manutenção e a ajudar o primeiro a enviar mais recursos para a origem. Na origem, além de diminuir o número de dependentes, aumentará o valor das remessas monetárias que chegam.

Tal dinâmica pôde ser apreendida a partir da situação de Pierre, imigrante haitiano entrevistado em setembro de 2014 em Santo André (SP):

[...] apesar das dificuldades enfrentadas no Brasil [...] encorajaria familiares interessados em migrar a virem, pois [...] ajudaria a melhorar as condições financeiras da família como um todo, já que no Haiti muitos estão

“arruinado”, “derrotado”.

¹⁷ Em “A imigração ou os paradoxos da alteridade” (1998), o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad trata dentre tantos temas, das diversas instâncias relacionadas à reprodução da emigração, como as condições de atração e repulsão, a criação da “cultura migratória”, a consolidação de imagens relativas ao destino em oposição à origem, bem como a atuação das redes de contato e as relações de reciprocidades que fazem parte de todo o processo.

desempregados. [...] sua situação financeira atual no Brasil não é boa, no Haiti as condições dos que ficaram também não, mas se ele continuar sozinho a mandar dinheiro para os seus familiares que lá estão, nem a situação dele irá melhorar, nem a dos que estão no Haiti, uma vez que para ambas as realidades o dinheiro ganho é insuficiente. [...] vindo mais gente, mais gente trabalhará para que as condições melhorem tanto para os que estarão no Brasil, como para os que seguirão no Haiti (ARAÚJO, 2015, p. 103-104).

Ter um emigrado no grupo garante a dinamização das relações de reciprocidade deste, bem como o considerável aumento das oportunidades de vida para os diversos indivíduos que dele fazem parte. A ideia da gestão transmigratória é a de possuir membros do grupo em diversas partes do mundo trabalhando em conjunto para o fortalecimento e estabelecimento deste grupo na origem comum, para tal, sempre haverá um “cabeça” que permanecerá na origem fazendo a gestão dos recursos provenientes dos emigrados, deste modo, *“a viagem reforça e reorganiza as redes sociais e familiares”* (HANDERSON, 2015, p. 186).

Em julho de 2019, em novo trabalho de campo realizado em Santo André, reencontramos Pierre em um evento da comunidade haitiana. Passados aproximadamente quatro anos desde a última vez que havíamos nos visto, em 2015, sua vida havia mudado consideravelmente. O casal de amigos haitianos com quem ele vivia em Santo André havia se mudado para os Estados Unidos em 2016 e no mesmo ano ele conseguiu trazer sua mulher e sua filha, do Haiti. No Brasil o casal “formalizou” a união, casando-se tanto na igreja, quanto no civil, e em 2018 tiveram mais um filho, de modo que, Pierre trouxe sua mãe do Haiti para auxiliar a esposa com as crianças. Deste modo, embora a “cabeça” da família tenha saído do Haiti, continua cumprindo sua função, em contato constante com os diversos familiares que a ela se remetem tanto no Haiti (em Jacmel e Porto Príncipe), quanto no exterior (Canadá e Estados Unidos).

Além do contato constante com os familiares – facilitado consideravelmente a partir do advento dos smartphones – muitos haitianos emigrados consideram as viagens a passeio ao Haiti como parte do projeto migratório. Sendo assim, muito comumente ao indagarmos imigrantes quanto ao retorno, eles já tinham estipulado quanto tempo gostariam de passar no Brasil até voltarem a turismo ao país de origem, como pode-se perceber no trecho a seguir¹⁸ :

“[...] eu quero voltar para visitar minha família, visitar lugares e voltar para cá. [...] Mesmo que não saia meu RNE, nesse final de ano eu vou lá para ver minha família. [...] Se no final de dezembro eu não tiver dinheiro suficiente para comprar passagem cara, até 2015 eu vou lá” (Marck; migrou em janeiro de 2013).

Jean, um informante haitiano radicado em Santo André, deu conta de que sempre presenciou haitianos emigrados em diversas partes do mundo, retornarem ao Haiti para recorrer ao vodu para a realização de trabalhos espirituais de diversas ordens. A ligação com o vodu é tão forte, que um de seus conhecidos, que havia chegado ao Brasil há pouco tempo – e tocava bateria em uma igreja evangélica – voltou repentinamente ao Haiti com o pretexto de que necessitava de tratamento médico. Jean afirmou, no entanto, saber que sua volta ao Haiti estava ligada à cura pela prática do vodu¹⁹.

A volta deste jovem migrante em um período curto de migração, em que provavelmente não havia recuperado os gastos empreendidos no projeto migratório, revela a intensidade da ligação e da crença na eficácia do suposto tratamento a partir do vodu, ainda mais quando se trata de uma prática que vai de encontro a tudo o que a religião atual prega.

Em campo realizado em abril de 2019 tal questão voltou a aparecer através da experiência de René, imigrante haitiano

¹⁸ Entrevista realizada em setembro de 2014 em Santo André, São Paulo.

¹⁹ Cf. ARAÚJO (2015, p. 118).

radicado em Santo André, que em experiência migratória anterior na República Dominicana, sentiu a necessidade de regressar ao Haiti por conta de um problema de saúde que só poderia ser sanado por intermédio de sua avó²⁰. Percebe-se, deste modo, que a manutenção dos laços entre os emigrados com o Haiti passa por uma serie de obrigações familiares, havendo pressão social para o cumprimento destas, bem como através de uma série de crenças e aspectos culturais-religiosos que fomentam a ligação constante e os retornos.

Considerações finais

Buscou-se no presente artigo compreender a temática da família e da migração como dimensões indissociáveis na diáspora haitiana. Na abordagem relativa à família haitiana, chama-nos a atenção a questão da disseminação da matrifocalidade forçada pelo abandono paternal. Camille Kuyu apresenta o *plaçage* como uma expressão haitiana da união estável tradicional africana, que originalmente podia ou não ser poligâmica a partir de acordos diversos. Rose-Myrliè Joseph entende que a conformação do *plaçage* no Haiti se deu a partir de uma necessidade surgida de mão de obra para o cultivo das terras distribuídas à minoria masculina no Haiti pós-independente.

O conceito de falocracia auxilia-nos na compreensão da disseminação da matrifocalidade dos lares na América Latina, no Caribe e no Haiti, em particular. Tal sistema legitima a assimetria de poder com base em gênero como valor advindo do patriarcalismo, mas libera os homens das obrigações sociais impostas pelo mesmo patriarcalismo, como garantir a subsistência de sua família, por exemplo.

²⁰ Segundo uma informante haitiana, que acompanhou o relato, René estava acometido de “*cham*”, uma espécie de enfermidade intestinal que afeta homens vítimas de “trabalhos” relacionados a “amarrações amorosas”. Tradicionalmente o “*cham*” só pode ser desfeito por intermédio da mãe, da avó ou alguma anciã da família do acometido.

No Haiti, como apresentado pelos sociólogos Desrosiers e Seguy, pode ser observado um fenômeno relacionado à falocracia e suas dimensões na sociedade local, que seria a monogamia em série. A falocracia e a monogamia em série, como possível fator resultante, apontam para a matrifocalidade e a importância vital das mulheres na sociedade haitiana, o que inclui a migração e os múltiplos projetos migratórios.

Como apontado por um dos interlocutores de Joseph Handerson, dificilmente há haitianos que não possuam familiares vivendo no exterior, o que se explica pelas difíceis condições enfrentadas pelo país, fruto de séculos de colonialismo e exploração. As redes sociais são cada vez mais importantes para as migrações, haja vista as múltiplas barreiras impostas pelos países de recepção, bem como as condições nos países de origem, que dificultam a autonomia financeira dos indivíduos.

Buscou-se em Pierre Bourdieu a Teoria do Capital Social, sendo possível traçar paralelos com as redes de migração haitianas observadas no Brasil. A partir de excertos de nossas pesquisas de campo, bem como da pesquisa de Handerson, fica nítida a importância do capital social para os haitianos e o quão a migração está presente tanto para quem emigra quanto para quem fica, pois o projeto migratório representa um conjunto de atores e sempre duas faces da mesma realidade, como aponta Abdelmalek Sayad.

A possível extensão da família haitiana, associada às obrigações para com a família, a base familiar do projeto migratório haitiano e aspectos relativos ao sistema religioso e cultural contribuem para a elucidação da questão inicial referente à manutenção vigorosa dos laços entre os migrantes haitianos e o Haiti. Através da discussão teórica referente à família e aos papéis de gênero no Haiti, compreende-se que a presença da figura feminina é de extrema importância tanto para proporcionar as condições para a migração, como para a manutenção da mesma.

Referências

ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino. **Reve de Brezil**: A inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo - Brasil. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Poder, Derecho Y Clases Sociales**. 2. ed. Bilbao: Desclée de Brouwe, 2001.

COUTO, Kátia. A presença dos imigrantes antilhanos em Cuba. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, v. X, p. 131-162, 2009.

DESROSIERS, Michaëlle; SEGUY, Franck. Haiti: As violações coletivas da Minustah. **Diário da Liberdade**: Portal anticapitalista da Galiza e os países lusófonos, 19 set. 2011. Disponível em: www.diarioliberalidade.org/america-latina/repressom-e-direitos-humanos/19674-haiti-as-violacoes-coletivas-da-minustah.html. Acesso em: 14 abr. 2015.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora**: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. 430 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

JACKSON, Regine. Les espaces haitiens: remapping the geography of the haitian diáspora. In: JACKSON, Regine. **Geographies of the Haitian diaspora**. New York: Routledge, 2011.

JOSEPH, Rose-Myrliè. **L'articulation des rapports sociaux de sexe, de classe et de race dans la migration et le travail des femmes haïtiennes**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia e Estudos de Gênero) – Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lausanne, Lausanne, VD, 2015.

KUYU, Camille. Parenté et famille en Haïti: les héritages africains. **Africultures: les mondes en relation**, 29 fev. 2004. Disponível em: <http://africultures.com/parente-et-famille-en-haiti-les-heritages-africains-3299>. Acesso em: 25 fev. 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1949). **As estruturas elementares de parentesco**. Tradução de M. Ferreira. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

LOUDOR, Wooldy Edosn. Crisis Política en Desarrollo. **Revista África - América Latina**, Logroño, n. 49, p. 121-126, 2011.

MARTIN, Philip; MIDGLEY, Elizabeth; TEITELBAUM, Michael. Migration and Development: Whither the Dominican Republic and Haiti. **International Migration Review**, New York, v. 36, n. 2, p. 570 – 592, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **“Haiti” na estrada para à resistência às catástrofes**, 2014. Disponível em: www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/ourperspective/ourperspectivearticles/2014/05/26/haiti-sur-le-chemin-de-la-resilience-aux-desastres. Acesso em: 26 abr. 2019.

ROSA, Renata de Melo. A Construção da desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-24, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. Elghorba: o mecanismo de reprodução da emigração. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

STEPICK, Alex. Haitian Boat People: A Study in the Conflict Forces Shaping U.S. Immigration Policy. **Law and Contemporary Problems**, Durham, v. 45, n. 2, p. 163 – 196, 1982.

TÉLÉMAQUE, Jenny. **Imigração haitiana na mídia brasileira: entre fatos e representações**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. 84 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: A Família no Mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: Funag, 2007.

Estado, organizações internacionais e agência na migração internacional: contribuições a partir dos alemães suábios no Paraná no pós-guerra^{1*}

Cláudia Siqueira Baltar²

Ronaldo Baltar³

Karla Rosário Brumes⁴

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a migração de alemães suábios para o estado do Paraná no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, a partir de uma abordagem teórico-metodológica que enfatiza a atuação simultânea e articulada das diferentes escalas e seus respectivos atores, recursos e interesses, como importantes definidores do processo migratório. Para tanto, conta-se com uso de dados secundários provenientes de bibliografia especializada e de fontes censitárias. Como resultados, a análise possibilitou a configuração de um olhar renovado sobre o processo migratório do passado, como também proporcionou elementos para maior entendimento e compreensão de fenômenos migratórios contemporâneos, estimulando, assim, a formulação de agendas de pesquisas futuras.

Palavras-chave: Migração internacional. Alemães. Brasil. Pessoas deslocadas.

State, international organizations and agency in international migration: contributions from Swabian Germans in Parana in the poswar period

^{1*} Este trabalho se insere no Projeto Observatório das Migrações de Londrina, da Universidade Estadual de Londrina, que recebe financiamento do CNPq (Projeto no. 409343/2016-1).

² Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina-PR, Brasil, (cbaltar@uel.br).

³ Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina-PR, Brasil (baltar@uel.br).

⁴ Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, Irati-PR, Brasil (Kbrumes@gmail.com).

Abstract: The objective of this paper is to analyze the migration of Swabian Germans to the state of Paraná in the post-World War II context, from a theoretical-methodological approach that emphasizes the simultaneous and articulated performance of the different scales and their respective actors, resources and interests, as important definers of the migratory process. For this, secondary data from specialized bibliography and census sources are used. As a result, the analysis made it possible to configure a renewed look at the migratory process of the past, as well as providing elements for greater understanding and understanding of contemporary migratory phenomena, thus stimulating the formulation of future research agendas.

Keywords: International migration. Germans. Brazil. Displaced persons.

Estado, organismos internacionales y agencia en migración internacional: contribuciones de alemanes de Suabia em Paraná en la posguerra

Resumen: El objetivo de este trabajo es analizar la migración de los alemanes de Suabia al estado de Paraná en el contexto posterior a la Segunda Guerra Mundial, desde un enfoque teórico-metodológico que enfatiza el desempeño simultáneo y articulado de las diferentes escalas y sus respectivos actores, recursos e intereses, como definidores importantes del proceso migratorio. Para esto, se utilizan datos secundarios de bibliografía especializada y fuentes censales. Como resultado, el análisis permitió configurar una mirada renovada al proceso migratorio del pasado, así como proporcionar elementos para una mayor comprensión y comprensión de los fenómenos migratorios contemporáneos, estimulando así la formulación de futuras agendas de investigación.

Palabras clave: Migración internacional. Alemanes. Brasil. Personas desplazadas.

Introdução

Desde a última década do século XX, a sociedade global vem vivenciando uma maior complexificação das migrações internacionais, envolvendo, de acordo com os relatórios das Nações Unidas (ONU, 2017; 2018), um número cada vez maior de países (seja como origem, seja como destino dos movimentos migratórios), e uma diversidade crescente de motivações, trajetórias, recursos, características pessoais, além da emergência de implicações econômicas, sociais, culturais e políticas, tanto para os países de recepção como os de saída dos migrantes.

Soma-se a isso um maior entendimento da necessidade de se identificar e analisar a atuação de importantes atores, em diferentes escalas, como Estados nacionais, organizações internacionais, empresas multinacionais e ONGs, na definição, manutenção e esgotamento de fluxos e processos migratórios, cujas dinâmicas e significados acabam tendo um peso importante no entendimento do fenômeno migratório, ao invés de se focar exclusivamente nos sujeitos migrantes.

De acordo com isso, autores como Sassen (2010), De Hass (2008) e Portes (2004), ao tratarem de uma nova agenda para os estudos migratórios, que surge desse contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e geopolíticas do século XXI, já destacaram a importância e a necessidade de se assumir os desafios teóricos, metodológicos e empíricos, seja através da reelaboração do arcabouço teórico-conceitual, da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, ou do uso de fontes de informação diversas, para dar conta do aspecto multifacetado e dinâmico das migrações internacionais.

Dentre as diversas linhas de investigação sobre a temática migratória, de grande interesse para o presente trabalho são aquelas que se voltam para fluxos ou processos migratórios internacionais do passado, com o objetivo de jogar novas luzes para uma maior compreensão desses fenômenos, e também para que esses novos olhares sobre o passado forneçam elementos para entendimento e compreensão de fenômenos contemporâneos.

Tal postura teórico-metodológica se alinha ao que Peter Burke afirma, ao falar de estudos sobre exilados e expatriados no passado, que eles “(...) podem contribuir para a compreensão do presente através do passado, vendo o presente de acordo com a perspectiva do longo prazo” (BURKE, 2017, p. 14)

Entre os estudos feitos no Brasil, destacam-se trabalhos como os de Salles et al. (2013), Paiva (2013), Baeninger (2012); Teixeira et al. (2012), Truzzi (2001), que, através de diferentes recortes, lançam um novo olhar sobre seus respectivos objetos de estudos e, ao mesmo tempo, trazem elementos para melhor compreensão e entendimentos de processos atuais, seja em termos metodológicos

e conceituais, seja em termos empíricos e de utilização de fontes de dados. É alinhando-se com essa vertente de pesquisas que se desenvolve a presente proposta de investigação.

Feitas estas colocações, apresenta-se, primeiramente, como objeto de estudo desse trabalho a migração de alemães suábios, também identificados como suábios do Danúbio, para o Brasil, no contexto do período pós Segunda Guerra Mundial.

A presença desses alemães no estado do Paraná, mais especificamente no município de Guarapuava, vem sendo estudada em diferentes trabalhos, compreendidos nas áreas da geografia e da história, dentre os quais destacam-se Silva e Bosquiero (2017), Gartner e Pires (2011), Stein (2008) e Elfes (1971).

Embora se tratem de pesquisas desenvolvidas em diferentes recortes analíticos e empíricos, um ponto comum identificado entre eles compreende uma preocupação, por um lado, com a construção da identidade desse grupo social e um entendimento de como se deu a sua contribuição para o desenvolvimento local e, por outro, com a disputa pelo poder local, inclusive o simbólico, tanto entre os alemães e outros grupos de imigrantes, como entre os alemães e a população não migrante.

São estudos que trazem elementos ricos e diversos para conhecimento e compreensão da construção da identidade dos alemães no contexto local, da dinâmica das relações sociais construídas e ressignificadas entre os diferentes grupos sociais presentes no território, além da própria história de desenvolvimento econômico, social e cultural do município de Guarapuava, porém, com uma importante lacuna que, por sua vez, motivou a realização desse trabalho: esse grupo social não foi analisado como expressão de um processo migratório, nos termos dos estudos migratórios.

Com isso, justificamos nossa proposta de investigação que se constituiu em analisar a vinda dos alemães suábios para o Paraná considerando-os como um processo migratório específico. Ou seja, um fenômeno resultante da atuação de diferentes dimensões, com diferentes escalas e conteúdos, tanto no espaço de origem como no de destino do fluxo migratório.

Significa considerar que a vinda desses alemães para o Brasil se realizou em decorrência de diferentes espaços de decisão, em diferentes escalas, envolvendo diferentes atores, com interesses específicos, e até divergentes, em referência a determinantes institucionais específicos, seja nos planos nacional e internacional, seja nos planos estadual e local.

Tomando-se a vinda dos alemães suábios para Guarapuava como uma “migração de refúgio” do período do pós Segunda Guerra Mundial, tem-se como objetivo central deste trabalho a elaboração de um quadro com as diferentes escalas e diferentes atores que se considera como definidores desse fluxo migratório específico.

A metodologia utilizada para esse fim compreende a utilização de dados secundários obtidos a partir de bibliografia especializada, que foi selecionada e sistematizada para os propósitos deste trabalho e a utilização de dados censitários, referentes à presença dos alemães no país, até às vésperas do final da Segunda Guerra Mundial.

Além de se ampliar o entendimento do significado da presença dos alemães suábios no estado do Paraná, espera-se que esse trabalho proporcione outras contribuições, como:

- 1) Elementos para enriquecer o debate sobre a migração de refúgio, tanto no passado como na contemporaneidade;
- 2) Vinculação dessa migração no contexto da política de colonização e de desenvolvimento territorial do estado do Paraná.

Dimensionando o objeto: conceitos e fontes de informação

Abordar a migração dos alemães suábios para o Brasil como uma “migração de refúgio”, no contexto do final da Segunda Guerra, parece tratar-se de uma escolha conceitual facilmente evidente, considerando o recorte espaço-temporal do referido fluxo migratório. Porém o processo de conceituação é muito mais complexo, envolvendo diferentes escolhas, especialmente aquelas feitas por quem não, necessariamente, vivenciou a referida migração.

Com isso, pretende-se destacar a complexidade da conceituação de um movimento ou fluxo migratório, envolvendo dimensões explícitas e implícitas, o que leva a considerar que, em toda definição conceitual de migração, há uma margem de arbitrariedade, individual e coletiva, por parte de quem observa o fenômeno, sem fazer parte dele.

Considerando o debate sobre as migrações internacionais contemporâneas, observa-se, entre os principais desafios analíticos, a concomitância de diferentes modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) e, conseqüentemente, o desafio de se nomear os diversos fluxos migratórios.

Mesmo com o esforço de organizações internacionais, como as Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional das Migrações (OIM), na definição de nomenclaturas que deem conta dessa diversidade migratória, na prática, o significado e as implicações dessas precisões conceituais acabam não tendo suas fronteiras tão facilmente perceptíveis àqueles que vivenciam esses processos, sejam migrantes ou não.

Soma-se a isso a percepção, a partir da literatura especializada, que esse deslocamento populacional transatlântico não é identificado, num primeiro momento, por aqueles que o realizam, como “refúgio”, e nem os mesmos se veem como “refugiados”, nos termos que o entendemos hoje.

Ao invés disso, observamos que indivíduos e famílias, que compuseram esse fluxo migratório, construíram diferentes identidades – ou narrativas – ao longo do processo migratório e do estabelecimento na sociedade receptora, apresentando-se, em alguns momentos, como imigrantes temporários, permanentes e/ou laborais e, em outros momentos, assumindo a narrativa do refúgio e dos deslocados de guerra como distintivo do grupo social como um todo (GARTNER, PIRES, 2011; STEIN, 2008; ELFES, 1971).

Além do desafio conceitual, um segundo limite precisa ser enfrentado: o dimensionamento da migração de refugiados. Nesse sentido, destaca-se o desafio de se levantar essa informação, uma vez que, nos censos demográficos da época – nossa primeira e

principal fonte a que recorreremos para dimensionar a migração –, ela não vem acompanhada da “condição” de chegada do estrangeiro ou imigrante ao território nacional.

Ou seja, não é possível conhecer a população de refugiados chegados ao Brasil entre 1947 e 1951-52 a partir dos dados censitários. Para tal, é necessário recorrer a outra fonte: os relatórios e registros oficiais do governo brasileiro. Neste trabalho, foram utilizados os dados secundários do Itamaraty/Ministério das Relações Exteriores e do Departamento Econômico e Consular.

Embora os dados dos censos demográficos não sejam adequados para informação da condição de refugiados, eles serão considerados neste trabalho para a elaboração do quadro da presença da população alemã no Brasil. Nesse sentido, serão considerados os dados censitários de 1872, 1920 e 1940, os quais, segundo e Seyferth (1988) Bassanezzi (1995), compreendem o período auge da migração europeia para o Brasil.

Com relação aos censos demográficos trabalhados, destaca-se que o imigrante alemão será captado através do quesito referente ao estrangeiro por país de nascimento, sendo que, para o recenseamento de 1872, os recortes espaciais trabalhados foram os níveis estaduais e municipais, e para os censos demográficos de 1920 e 1940, apenas o nível municipal.

Configuração dos alemães suábios como processo migratório

Nesta seção, pretende-se abordar as dimensões nacional e internacional na definição do processo de migração dos alemães suábios para o Brasil, considerado como uma “migração de refúgio”, no contexto do final da Segunda Guerra Mundial.

Na primeira parte, será apresentado quem são os alemães suábios e como se enquadram no contexto dos “refugiados” e “deslocados de guerra” após 1945 e, na segunda parte, os elementos de escala nacional e internacional na definição do fluxo migratório em tela.

Alemães suábios e configuração da condição de refúgio

A história dos suábios do Danúbio remonta aos séculos XVII e XVIII, no contexto das guerras austro-húngaras e turcas ocorridas entre 1683 e 1718, após as quais os germanos suábios saíram da Suábia (região do estado de Baden Wuttemberg, no sul da Alemanha) e se dirigiram, através do rio Danúbio, para as planícies férteis de partes da atual Hungria, Romênia e Croácia. Com o tempo, germânicos de outras regiões da atual Alemanha também se deslocaram para essa região, sendo, também, identificados como “suábios”.

Esses grupos populacionais permaneceram nestas terras como “alemães étnicos”⁵ até o século XX, quando, no contexto da Segunda Guerra Mundial, com o acirramento do confronto entre as forças alemãs e os exércitos soviéticos e aliados, passaram a ser expulsos das terras, enviados para campos de concentração, enviados para prisões e, por fim, tornando-se refugiados de guerra e apátridas, especialmente, na Áustria (SILVA, BOSQUIERO, 2017; GARTNER, PIRES, 2011; STEIN, 2008; ELFES, 1971).

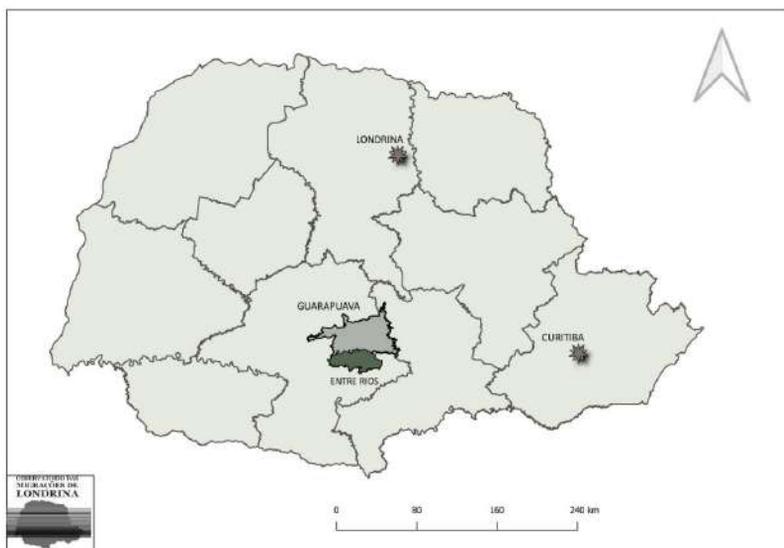
A vinda de alemães suábios no período posterior a Segunda Guerra Mundial foi fruto de uma longa negociação entre o governo brasileiro, organização internacional de apoio humanitário – no caso, a “Ajuda Suíça a Europa” (Schweizer Europa-Hilfe) –, o governo estadual do Paraná e algumas lideranças suíças e europeias.

Através da idealização do projeto de uma cooperativa (Cooperativa Agrária), possibilitaram o estabelecimento, entre os anos de 1951 e 1952, de 500 famílias suábias, totalizando 2.448

⁵ Na bibliografia selecionada, “alemães étnicos” referem-se à população de etnia germânica, que habitavam outros territórios que não o alemão. Os alemães suábios (ou suábios do Danúbio), destacados neste estudo, são originários da região suábia da atual Alemanha (porções sul e sudoeste do território), que, nos séculos XVII e XVIII, migraram para a territórios de outros países, como a Hungria, Croácia e Iugoslávia, nos quais permaneciam até a época da Segunda Guerra Mundial.

peças, em terras desapropriadas no município de Guarapuava, no estado do Paraná, formando o distrito de Entre Rios (SILVA, BOSQUIERO, 2017; ELFES, 1971). O Mapa 1 mostra a localização de Guarapuava no estado do Paraná.

Mapa 1: Localização do município Guarapuava e do distrito de Entre Rios Estado do Paraná, por mesorregiões



Fonte: Elaborado a partir das malhas cartográficas do IBGE. Autoria: Observatório das Migrações de Londrina (UEL).

Neste ponto, torna-se importante dimensionar essa população migrante num quadro mais amplo dos refugiados chegados ao Brasil entre 1947 e 1951-52. Já foi destacado, na seção anterior, que isso não é possível a partir dos dados censitários, sendo necessárias outras fontes, no caso, os relatórios e registros oficiais do governo brasileiro.

Nesse sentido, toma-se, primeiramente, do estudo de Moreira (2012), que, a partir de pesquisa realizada junto aos arquivos do

Itamaraty/Ministério das Relações Exteriores e do Departamento Econômico e Consular, traz os seguintes registros de entradas de refugiados no Brasil, no período:

Tabela 1. Número de refugiados recebidos no Brasil, entre 1947 e 1950

Períodos	01/07/1947 a 30/06/1948	01/07/1948 a 30/06/1949	01/07/1949 a 30/06/1950	Total
Refugiados	3.526	16.298	4.011	23.835
Fontes: Arquivo do Itamaraty, Delegação do Brasil junto a OIR, 1949f, Idem, Departamento Econômico e Consular, 1951 <i>Apud</i> MOREIRA, 2012, p. 89.				

Complementando esse quadro, tem-se as informações constantes nos relatórios do Conselho de Imigração e Colonização, publicados na Revista de Imigração e Colonização, referentes à quantidade de refugiados europeus chegados ao Brasil em 1950 e 1951:

Tabela 2. Número de refugiados chegados ao Brasil, em 1950 e 1951

Anos	1950	1951	Total
Refugiados	1.514	1.148	2.662
Fonte: Conselho de Imigração e Colonização In: Revista de Imigração e Colonização, 1951 e 1952.			

Combinando as informações das tabelas 1 e 2, pode-se afirmar que o total de refugiados do pós-guerra recebidos no Brasil, entre 1947 e 1951, variou entre cerca de 24.900 e 26.500 pessoas, sendo que a fase de maior entrada foi o período compreendido

entre julho de 1948 e junho de 1949, de acordo com os dados do Itamaraty, levantados por Moreira (2012).

Por sua vez, Salles et al. (2013), através de pesquisa a partir das fichas de registro dos imigrantes constantes do Memorial do Imigrante, no Museu da Imigração do Estado de São Paulo, fornecem um levantamento, numericamente similar, dos imigrantes refugiados que chegaram ao Brasil e que passaram pela Hospedaria do Imigrante, mas com um diferencial de mostrar as unidades da federação para os quais se destinaram:

Tabela 3. Número de imigrantes refugiados chegados ao Brasil, entre 1947 e 1950, por Unidades da Federação

Unidades da Federação	Imigrantes refugiados	%
São Paulo	11.079	49,2
Paraná	4.606	20,5
Rio de Janeiro	2.258	10,0
Rio Grande do Sul	2.106	9,4
Goiás	852	3,8
Santa Catarina	760	3,4
Minas Gerais	463	2,1
Bahia	386	1,7
Demais Ufs	12	0,1
Total	22.522	100,0

Fonte: Memorial da Imigração / Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Elaborado a partir de SALLES et al., 2013, p. 8

Observa-se que o total de imigrantes refugiados apresentado por Salles et al. (2013) não diverge tanto dos levantamentos anteriores, permanecendo na casa dos 20.000 registros, reforçando que a variação entre os autores reflete as diferenças nas fontes de informação e no recorte temporal utilizados.

Na verdade, o que chama mais atenção é que, independente da referência que se utilize, a participação do Brasil na solução da questão do “um milhão restante”, que se refere ao um milhão de deslocados de guerra nos primeiros anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra (ANDRADE, 2005; MOREIRA, 2012), foi bastante diminuta, ficando em torno de 2,0%.

Ainda com relação aos dados da Tabela 3, o que é importante destacar é a participação das unidades da federação no destino dessa migração de “deslocados de guerra”. Assim, enquanto o estado de São Paulo representou o principal destino dessa migração, concentrando quase 50%, o estado do Paraná figurou como o segundo principal destino, concentrando cerca de 20% dessa população. Porém, vale ressaltar que nesses 4.606 refugiados, não estavam contemplados os 2.448 alemães suábios que se direcionaram para o município de Guarapuava, uma vez que eles migram para o Brasil entre os anos de 1951 e 1952.

Por sua vez, quanto à origem dos imigrantes refugiados que chegaram ao Brasil, entre os anos de 1947 e 1951, destaca-se que, em grande parte, eram provenientes de países do Leste Europeu, principalmente Polônia, Ucrânia, Iugoslávia, Rússia, Húngaros, Tchecos, entre outros, além de alemães étnicos, que habitavam a Romênia, Croácia e Iugoslávia, contando ainda com presença expressiva de apátridas. Parcela majoritária dessa população, ao final da guerra, encontravam-se em campos de refugiados na Áustria e Alemanha (SALLES et al., 2013; SALLES, 2008; ELFES, 1971).

Para finalizar esta subseção, retoma-se a dimensionamento do objeto de estudo como imigrantes oriundos de um processo migratório de deslocamento de guerra: entre os anos de 1951 1952, Guarapuava recebe cerca de 500 famílias de alemães suábios, totalizando aproximadamente 2.448 pessoas – quantidade que equivale à metade de todos os imigrantes refugiados que se dirigiram para o estado do Paraná, no período de 1947 a 1950 (Tabela 3).

Conforme a literatura especializada, trata-se de um fluxo migratório constituído de alemães étnicos provenientes da Romênia,

Croácia e Iugoslávia. De acordo com Elfes (1971), o objetivo inicial era que esse fluxo alcançasse, em etapas posteriores, a casa dos 5.000 alemães deslocados para Entre Rios, em Guarapuava, o que não chegou a se concluir.

Além disso, Elfes (1971) destaca também que, dois anos após à criação da colônia de Entre Rios, em 1954, cerca de 60 famílias reemigraram, tendo algumas voltado para a Europa, e outras se dirigido para São Paulo e Curitiba, com o objetivo de se integrar no mercado de trabalho urbano, não tendo a localidade recebido novas levas de imigrantes. Em 1958, ocorre outra fase de reemigração desses imigrantes, sendo que, em 1962, o número de imigrantes originais se estabiliza, permanecendo um total de 42 famílias (ELFES, 1971, p. 58).

De acordo com estudos contemporâneos, são esses “sobreviventes” da migração suábica do pós-guerra que se tornarão responsáveis, nas décadas seguintes, pela construção prática e simbólica da identidade suábica no município, seja através da construção de um museu suábico, seja através da criação e manutenção de uma revista própria, num processo marcado por disputas e conflitos entre outros grupos sociais, também habitantes do município (SILVA, BOSQUIERO, 2017; GARTNER, PIRES, 2011; STEIN, 2008).

Atuação do Estado e organizações internacionais no fenômeno migratório

Uma vez dimensionado e contextualizado o objeto de estudo num cenário mais amplo da questão dos “refugiados” ou “deslocados de guerra” do pós-Segunda Guerra, nesta subseção, volta-se a atenção para um dos objetivos deste trabalho que é a identificação das diferentes escalas e seus respectivos atores e tomadas de decisão na configuração do processo migratório dos alemães suábicos para o município de Guarapuava, no estado do Paraná.

A primeira escala é constituída pela atuação do Estado brasileiro e pelas organizações internacionais voltadas para a

questão dos “deslocados de guerra”, que, para os objetivos deste trabalho, constituem a dimensão nacional e internacional do processo de configuração do fluxo migratório em estudo.

De antemão, reconhece-se que esta subseção não se propõe a tratar de uma temática inédita nos estudos migratórios. Tampouco tem a pretensão de esgotar toda a diversidade de autores e abordagens sobre a relação entre do Estado nacional, organizações internacionais e migrações internacionais.

Para os propósitos deste trabalho, foram selecionados a bibliografia e o material que permitissem captar atores, interesses e decisões, nas diferentes escalas, que pudessem ser considerados como “determinantes próximos” da migração dos alemães suábios para o estado do Paraná, no pós-guerra.

Assim, tratando, primeiramente, da atuação do Estado nacional, considera-se como importantes determinantes do fluxo migratório em análise duas políticas nacionais daquele contexto: a política migratória de Getúlio Vargas e a política de desenvolvimento regional, identificada como “Marcha para o Oeste”.

Nas escalas internacional e nacional, as políticas migratórias elaboradas e colocadas em prática pelos diferentes Estados nacionais sempre tenderão a exercer uma influência, direta ou indiretamente, nos movimentos migratórios internacionais, não tanto como um definidor absoluto dos fluxos migratórios, mas mais como uma potencialidade, como a expressão de um tipo de imigração e de imigrantes “desejado”, mas não necessariamente realizado.

Mais ainda, o que se observa, especialmente a partir das migrações internacionais contemporâneas, é que os Estados nacionais elaboram suas políticas migratórias em resposta à própria dinamicidade dos movimentos migratórios, quase sempre no sentido de se exercer o controle e se efetuar a seletividade migratória.

No caso da migração dos alemães suábios para o Brasil, é necessário considerar quais foram as medidas tomadas pelo Governo Vargas com relação à entrada de imigrantes no país, tanto

no momento imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra, como também no período que a antecede, ou seja, ao longo da década de 1930.

Nesse sentido, Salles (2007), abordando as migrações dos refugiados do pós-guerra, já destacou a importância de se considerar as seguintes referências jurídicas que caracterizaram a política migratória varguista: o Decreto 24.258/1934, a Constituição Federal de 1934, os Decretos-leis no. 406, de 4 de maio de 1938, e no. 3.010, de 20 de agosto de 1938 e, por fim, o Decreto-lei no. 7.967, de 18 de setembro de 1945.

De acordo com que a autora apresenta, ao longo do período coberto por essas legislações, vai se configurando uma política migratória alinhada com o programa de desenvolvimento regional “Marcha para o Oeste”, que visava expandir a ocupação territorial da porção ocidental do país, através do incentivo à implantação de uma agricultura moderna.

Assim, enquanto, pelo Decreto 24.258/1934, é feita uma classificação dos estrangeiros entre “imigrantes” e “não-imigrantes”, além de se estabelecer o perfil desejável de imigrante, priorizando agricultores e técnicos, a Constituição Federal de 1934 estabeleceu as cotas de entrada de imigrantes, a partir das quais se pretendia exercer a seletividade migratória adequada aos princípios e objetivos do programa. Já em 1938, os Decretos-leis no. 406 e 3.010 regulamentam o que se denominou por “imigração dirigida”, reforçando o papel das cotas para uma seleção mais racional dos fluxos migratórios para o país, naquele momento.

Soma-se a isso medidas político-institucionais, implementadas em 1938, importantes na articulação da política migratória e da “marcha para o Oeste”: 1) a criação do Conselho Nacional de Imigração (CIC), responsável por supervisionar e orientar a operacionalização da política imigratória; 2) a criação do Serviço de Registro do Estrangeiro (SER) e do Escritório Oficial de Colocação de Trabalhadores; e 3) a transformação do Departamento de Povoamento em Departamento Nacional de Imigração (SALLES, 2007, p. 185-186).

Diante desse cenário, destaca-se que, no pós-guerra imediato, com o Decreto-Lei no. 7.967/1945, o Estado nacional manteve uma política migratória caracterizada pela preferência à migração familiar, pelas cotas de entrada e pela imigração dirigida, com o diferencial de se privilegiar tanto agricultores como trabalhadores industriais.

Numa outra perspectiva sobre esse quadro, vale destacar que, embora se constitua na política imigratória oficial do Estado nacional, não significa que ela estivesse livre críticas e discordâncias. Salles (2017) também destaca que a questão imigratória – e as temáticas correlacionadas, como colonização e povoamento, atividades econômicas, mercado de trabalho – recorrentemente fez parte do debate público, com posicionamentos de diferentes atores, com interesses específicos e visões próprias sobre a política de imigração para o país.

Como ilustração dessa situação⁶, pode-se destacar que o processo constituinte de 1934 contou com a participação de representantes de categorias trabalhistas, o que poderia, em parte, explicar o caráter mais restritivo da política imigratória naquele momento. Ressalta-se ainda que, a partir de 1946, num breve período democrático do país, deputados federais identificados com a defesa do trabalhador nacional, em diferentes momentos, manifestaram-se contrários a pautas que favorecessem a vinda de novas levas de imigrantes, incluindo de refugiados do pós-guerra.

Com isso, pretende-se destacar que o momento de tomada de decisão pela recepção de imigrantes refugiados do pós-guerra, no que se denomina aqui por escala nacional, foi caracterizado por políticas de Estado que buscaram alinhar uma política migratória “dirigida” com uma política específica de desenvolvimento regional, onde se buscou estabelecer uma certa seletividade migratória que atendesse aos interesses nacionais, voltados para expansão da ocupação territorial, modernização agrícola e desenvolvimento industrial.

⁶ As referências feitas aqui fazem compõem os resultados de pesquisa de pós-doutorado que se encontra em andamento.

Faz parte desta escala nacional também os diferentes segmentos políticos, sociais e econômicos que, em função de sua representação e interesses, manifestavam posicionamentos contrários às medidas de governo que visavam favorecer o fomento da entrada de imigrantes laborais no país.

Se na escala nacional o Estado nacional é levado a interagir com diferentes atores e interesses na construção de uma política migratória, na escala internacional, observa-se a ação de atores de outra natureza, que atuam guiados com outros propósitos, mobilizando diferentes recursos e exercendo pressão sobre os Estados-nação. Destacam-se, aqui, as organizações internacionais.

De acordo com a literatura especializada (Andrade, 2005; Salles, 2007; Moreira, 2012), a primeira metade do século XX assistiu à emergência das organizações internacionais como importantes atores na intermediação entre os Estados-nação, gestão de conflitos e articulação entre países para busca de soluções conjuntas.

Organizações como a Organização Internacional para os Refugiados (OIR), Organização das Nações Unidas (ONU), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), entidades filantrópicas, entidades religiosas, entre outras, por sua missão humanitária e com o objetivo de fazer intermediação entre os países, visando socorrer a sociedade civil, representam uma pressão a mais na atuação dos Estados-nação.

A questão humanitária passa a ser o elemento novo trazido para a arena de tomada de decisão sobre a política migratória, onde atuam Estado nacional e os diferentes segmentos políticos, sociais e econômicos. No caso brasileiro, segundo Salles (2007), a dimensão humanitária dos deslocados do pós-guerra precisou ser adequada aos interesses nacionais.

No caso específico da vinda dos alemães suábios para Guarapuava, Elfes (1971) destacou as diferentes organizações internacionais que atuaram ativamente para sua realização: a Sociedade de São Rafael (Hamburgo); o Bundesamt para indústria, artesanato e trabalho – BIGA (Berna); a Food and Agriculture Organization – FAO (USA); a Organização Internacional para Refugiados – OIR (Genebra); o Comitê Internacional da Cruz Vermelha; o Intertionales Arbeitsamt – BIT (Genebra).

Apesar dessa diversidade, uma organização desempenhou um papel mais próximo e efetivo na configuração desse processo migratório: a organização internacional de apoio humanitário “Ajuda Suíça a Europa” (Schweizer Europa-Hilfe).

Segundo Gartiner e Pires (2011) e Stein (2008), a “Ajuda Suíça a Europa” era uma organização de cúpula que congregava outras organizações assistenciais da Suíça, como a Federação Cáritas, a Obra de Assistência da Igreja Evangélica Luterana, o Auxílio Operário e a Cruz Vermelha. Por meio de representantes europeus, a “Ajuda Suíça” idealizou e financiou o projeto de criação de uma cooperativa ainda na Europa (a Cooperativa Agrária) para potencializar o deslocamento de refugiados suábios para o Brasil.

Uma vez no país, os representantes da organização internacional pesquisaram possíveis espaços e iniciaram negociações com governo federal e governos estaduais, sendo que os estados de Goiás e São Paulo foram os primeiros a serem visitados, ficando a decisão final para o estado do Paraná, no município de Guarapuava, o qual tinha as características desejadas pelos idealizadores do projeto e dos possíveis imigrantes.

Assim, a vinda dos imigrantes suábios para Guarapuava atendia, de certa forma, tanto aos princípios e objetivos da política migratória e de Marcha para o Oeste, do Estado nacional, e à missão e aos objetivos das organizações internacionais humanitárias do pós-guerra, mesmo que numa intensidade bem menor do que o esperado.

Escalas intranacionais: sociedade civil e política local na definição da migração

Nesta seção, serão tratados os elementos identificados aqui como escalas intranacionais de tomada de decisão no processo de configuração de um fluxo migratório específico. Será abordada, primeiramente, uma iniciativa filantrópica dos núcleos coloniais germânicos de apoio à Europa no pós-guerra e, em segundo lugar, a política territorial do Paraná e sua relação com o estabelecimento dos imigrantes suábios em Guarapuava.

As colônias alemãs e o “Socorro à Europa Faminta”

Considerando bibliografia especializada sobre temática da imigração em massa da Europa para o Brasil, do século XIX e início do XX (SEYFERTH, 1988; BASSANEZZI, 1995), destaca-se que, do total de entradas de imigrantes no período entre 1872 e 1940, os alemães eram o quarto maior grupo, ficando atrás dos portugueses, italianos e espanhóis. As autoras destacam, ainda, que no quadro da emigração alemã ao longo do século XIX, apenas 5% dos emigrantes que deixaram a Alemanha se direcionaram para o Brasil, tendo a maior parte migrado para os Estados Unidos.

Assim, embora o Brasil não se constituísse no principal destino dos migrantes alemães, vale destacar a expressiva participação desse grupo nas iniciativas pioneiras de colonização e imigração, na primeira metade do século XIX. A sua expressão numérica pode ser captada pelo Recenseamento do Brasil de 1872, no qual os estrangeiros de origem alemã corresponderam ao terceiro maior grupo, ficando atrás dos africanos e dos portugueses.

Tabela 4. População total, população estrangeira e alemães, 1872, Brasil por Grandes Regiões e províncias selecionadas

Grandes Regiões	População total	População estrangeira	Alemães	Distribuição estrangeiros (%)	Distribuição Alemães (%)	Peso Alemães / Estrangeiros
NORTE	332.847	7.384	69	3,7	0,2	0,9
NORDESTE	4.638.560	19.471	614	9,8	1,3	3,2
SUDESTE	3.741.950	55.229	11.375	27,8	24,8	20,6
São Paulo	837.354	14.347	3.731	7,2	8,1	26,0
SUL	730.337	44.029	30.548	22,1	66,7	69,4
Paraná	135.722	2.654	1.670	1,3	3,6	62,9
Rio Grande do Sul	434.813	41.492	16.662	20,9	36,4	40,2
Santa Catarina	159.802	15.974	12.216	8,0	26,7	76,5
CENTRO-OESTE	220.812	1.100	18	0,6	0,0	1,6
Total Brasil	9.930.478	198.901	45.829	100,0	100,0	23,0

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil de 1872, IBGE. Tabulações próprias.

Com os dados da Tabela 4, observamos que, em 1872, as regiões Sudeste e Sul concentravam 50% da população estrangeira presente no país, sendo o Rio Grande do Sul a província de maior concentração (21%). Tomando a população alemã registrada no recenseamento, a região Sul, sozinha, concentra mais de 66% desses imigrantes, sendo as províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina as de maior concentração.

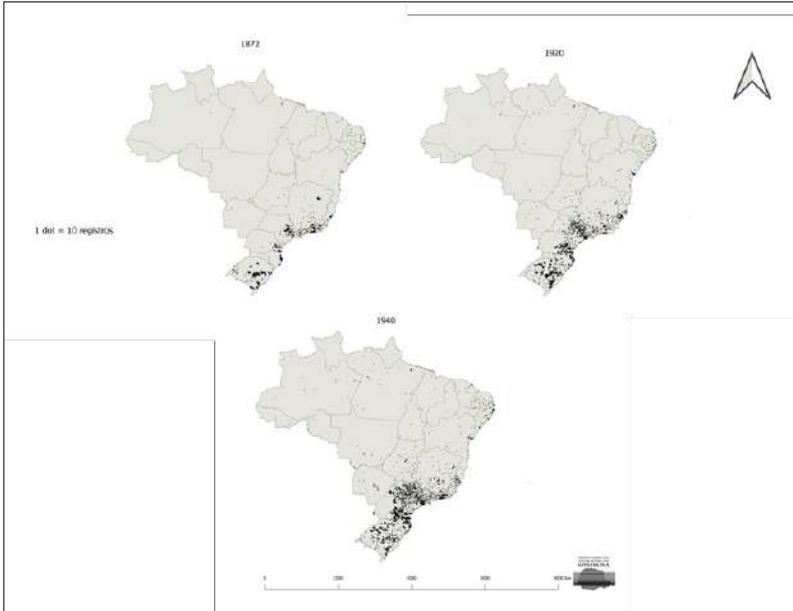
Por fim, destaca-se que as províncias sulistas são as que registraram maior peso do grupo alemão no total de sua população estrangeira, apontando a importância desse grupo para a ocupação e colonização dessa porção do território nacional.

Como Seyferth (1988) e Bassanezi (1995) já apontaram, a partir do último quartel do século XIX, intensificam-se as migrações europeias para o Brasil, em função das migrações subsidiadas para a cafeicultura paulista e do maior estímulo aos projetos de colonização, e outros grupos de migrantes passaram a ter maior expressividade.

Para os propósitos do nosso trabalho, o que queremos destacar, com esse cenário, é que, desde a primeira metade do século XIX até às vésperas do final da segunda guerra, os imigrantes alemães tiveram uma presença expressiva na sociedade brasileira.

O Mapa 2 permite visualizar a distribuição espacial dos alemães, no território nacional, em três momentos censitários (1872, 1920 e 1940). Pode-se observar a concentração desse grupo nos estados de São Paulo e da região Sul nos três momentos considerados, porém, nas décadas iniciais do século XX, um alastramento dessa presença no território, envolvendo um número maior de municípios, nos quatros estados de principal ocupação.

Mapa 2. Distribuição os estrangeiros de origem alemã, 1872, 1920 e 1940 Brasil, por municípios



Fonte: Recenseamento geral do Brasil de 1872 e Censos demográficos de 1920 e 1940, IBGE. Malhas cartográficas do IBGE. Autoria: Observatório das Migrações de Londrina (UEL).

Com isso, aproxima-se do cenário da presença da imigração alemã às vésperas do final da Segunda Guerra, quando toma corpo uma iniciativa de ajuda à Europa, por parte das comunidades coloniais germânicas do país.

De acordo com Fernandes (2013), entre os anos de 1946 e 1949, a organização de ajuda humanitária “Socorro à Europa Faminta” atuou no Brasil com o objetivo de prestar socorro à população civil no pós-guerra e auxiliar na reconstrução material da Alemanha.

Segundo o autor, em 1946, foi criado um comitê, composto por líderes religiosos, tanto da igreja católica como da luterana,

representantes influentes dos núcleos coloniais e do poder público local, que ficaria responsável por conseguir a adesão de núcleos coloniais e comunidades urbanas, de origem germânica, existentes, buscar o apoio de autoridades políticas nas esferas federal, estadual e local, e o envolvimento de lideranças religiosas de alto escalão.

Tendo como ponto de partida os núcleos coloniais do estado do Rio Grande do Sul, especialmente no município de São Leopoldo, a organização foi criada e permaneceu atuante por três anos, durante os quais enviou mercadorias, mantimentos e dinheiro para Europa, visando auxiliar diretamente os alemães na Alemanha.

Neste período de atuação, a organização, segundo Fernandes (2013), enfrentou vários desafios, o que contribuiu, em grande parte, para que o montante enviado para a Europa ficasse bem aquém do planejado inicialmente. Entre eles, destacam-se os seguintes:

1) Embora o interesse principal fosse o apoio à reconstrução da Alemanha, o posicionamento geopolítico do país e o sentimento anti-nazismo que dominou a sociedade fez com que os responsáveis precisassem ampliar o escopo, adequando, inclusive, o nome da organização;

2) Desconfiança mútua entre católicos e luteranos, quanto à forma de arrecadação, envio e o destino final dos bens arrecadados, contribuiu para que muitas pessoas não aderissem às atividades;

3) Diferenças ideológicas entre os favoráveis e os contrários à política nazista também causaram desconfiças entre os núcleos e comunidades alemães, desestimulando uma maior adesão.

Com essa referência, pretende-se jogar luz sobre uma dimensão importante no contexto do pós-guerra, no país. Ela nos permite vislumbrar o estado de espírito complexo e controverso reinante na sociedade brasileira, e, em especial, na comunidade germânica do país.

A chegada dos alemães suábios em Guarapuava não se constituiu num episódio de aceitação unânime, mesmo se tratando de uma questão humanitária do pós-guerra. Na verdade, eles chegaram numa sociedade que, se, por um lado, poderia estar

sensibilizada pelos horrores da guerra, por outro, se caracterizava por diferentes posicionamentos sobre a vinda dos migrantes refugiados, incluindo razões laborais, econômicas, religiosas e ideológicas.

Mesmo dentro das colônias e comunidades germânicas, que representavam um grupo imigrante expressivo no país, que se mobilizaram para fornecer apoio à Alemanha, que, com isso, contribuíram para uma maior sensibilização quanto à questão dos refugiados, não havia unanimidade quanto à vinda dos alemães suábios para Guarapuava, tanto por razões ideológicas

Políticas territoriais do estado do Paraná

Nesta subseção, argumenta-se que as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e de ocupação territorial do Paraná, das primeiras décadas do século XX, podem ser consideradas como um dos determinantes da migração dos suábios para Guarapuava.

Nas primeiras décadas do século XX, era preocupação do governo estadual a necessidade de expansão da ocupação territorial sistematizada e do desenvolvimento agrícola de grandes extensões do território paranaense, especialmente nas suas porções Norte e Oeste.

Como política territorial e de desenvolvimento, o governo estadual favoreceu iniciativas de loteamento fundiário e colonização de natureza pública e privada, contando com empreendimentos individuais e empresariais. Entre estes empreendimentos, destacou-se a Paraná Plantation – posteriormente, Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) –, empresa de capital britânico, responsável por um grande empreendimento de loteamento e venda de lotes, criação de núcleos urbanos, expansão da cafeicultura e das ferrovias no Norte do Paraná (NICHOLLS, 1971; PRIORI, 2013).

De acordo com Nicholls (1971), a bem-sucedida expansão da fronteira agrícola do norte paranaense deveu-se, em grande parte, a essa atuação em diferentes frentes executada pela CTNP, a partir da década de 1930, contribuindo para o acelerado crescimento

populacional em função de maciços fluxos migratórios para a região, aumento da quantidade de cidades, a implantação sistematizada da produção cafeeira através do incentivo à pequena propriedade.

O auge desse desenvolvimento da fronteira agrícola paranaense situou-se entre as décadas de 1950 e 1960, quando, em decorrência, assistiu-se também a uma grande valorização fundiária, especialmente na porção norte do estado (NICHOLLS, 1971; PRIORI, 2013).

É nesse contexto que ocorreram as negociações entre as organizações internacionais, governo federal e governos estaduais para a vinda dos alemães suábios, que acabaram escolhendo as terras do município de Guarapuava para o estabelecimento da cooperativa e dos imigrantes.

O município de Guarapuava não se situa na área de fronteira do estado, mas as negociações pela compra das terras desejadas só tiveram sucesso porque fez parte do acordo com a então proprietários a concessão de terras no norte paranaenses em troca das terras almeçadas pela cooperativa.

Assim, observa-se como um determinante “indireto” da migração dos alemães suábios para o Paraná a atuação de políticas estaduais e locais de desenvolvimento territorial e o empreendimento da fronteira agrícola do norte paranaense, tendo como seu principal executor a Companhia de Terras Norte do Paraná.

Discutindo resultados

A escolha do objeto de estudo e a estratégia teórico-metodológica colocada em prática para sua análise foram realizadas com o objetivo de identificarmos as diferentes escalas, com seus respectivos tomadores de decisão, contextos e interesses, que consideramos como “definidores”, ou os “determinantes próximos”, do movimento migratório dos alemães suábios para o Paraná, no pós-guerra. O quadro 1 sintetiza essas escalas.

Quadro 1. Identificação e descrição das diferentes escalas do processo migratório dos alemães suábios para o Brasil

ESCALA	TÍTULO	DESCRIÇÃO
Internacional	Contexto internacional dos deslocados de guerra	Quadro da população deslocada, refugiada e apátrida no pós Segunda Guerra imediato
Internacional	Acordos entre organismos internacionais e Estados	Acordos e convênios entre Estados e organizações internacionais para solução da questão dos refugiados
Nacional	Política imigratória pós Segunda Guerra	Continuação da "imigração dirigida", do sistema de cotas e do predomínio do interesse nacional, porém, a partir de 1945, o debate inclui a situação dos refugiados de guerra
Nacional	Perfil dos imigrantes presentes no país	Evolução da presença de imigrantes, a partir de dados censitários, num recorte temporal anterior ao período analisado
Nacional	Associativismo entre diferentes atores sociais	Exemplo de formação de associação civil de ajuda aos deslocados na Europa, envolvendo imigrantes , não-imigrantes, poder público, representantes religiosos, empresários urbanos, colonos rurais, entre outros
Nacional	Política nacional "Marcha para o Oeste"	Interesse federal com política de desenvolvimento para o mercado interno e ocupação territorial
Estadual	Política estadual de desenvolvimento	Interesse estadual com desenvolvimento de agricultura moderna, alinhado com a política nacional "Marcha para o Oeste"
Estadual e Local	Política territorial	Política de concessão de terras, a empresas e particulares, para loteamento, atividade econômica, infraestrutura
Estadual e Local	Dinâmica demográfica	Crescimento demográfico, migração, criação de cidades

Fonte: Resultados da pesquisa.

Sem retomar, aqui, todas questões e argumentos que já foram desenvolvidos com mais detalhes nas seções anteriores, pretende-se enfatizar que, ao se colocar o objetivo de identificar as diferentes escalas de um processo migratório específico, bem recortado espacial e temporalmente, o que se buscou foi jogar luz ao caráter de complexidade inerente aos processos migratórios.

Geralmente, nos estudos de diferentes tipos de migração, a consideração de que o fenômeno migratório é “complexo” quase sempre é feita, porém ela não vem acompanhada de elementos que possibilitem uma maior percepção. Com isso, algumas perguntas podem permanecer sem resposta, como, por exemplo: *Em que sentido o fenômeno migratório é complexo? Qual a evidência concreta dessa complexidade? Como lidar com essa complexidade de forma a possibilitar uma maior compreensão do fenômeno migratório?*

Não se pretende fornecer uma resposta única e definitiva a essas questões. O que se propôs aqui foi um caminho para lidar com essa “complexidade”, através de uma abordagem analítica que considere, pelo menos, os seguintes elementos:

1) O pressuposto de que há diferentes escalas, com respectivos atores, dinâmicas e interesses, na configuração de processos migratórios, e que há uma articulação entre essas escalas;

2) Cada escala, ator e interesse tem um potencial de exercer influência sobre os demais, e que a potencialidade dessa influência vai variar de acordo com o contexto;

3) Não há somente uma relação de hierarquia entre essas escalas, mas também de complementaridade.

A análise da migração dos alemães suábios, dessa forma, possibilitou observar os espaços de tensão entre as diferentes escalas e atores, em relação à questão dos refugiados do pós-guerra. Observar que o Estado brasileiro, mesmo com uma política migratória seletiva e voltada para os interesses nacionais de desenvolvimento, se viu na necessidade de ceder às pressões de países aliados e organizações internacionais, e concordar com a migração de refugiados de guerra para o Brasil, mesmo eles não se enquadrando, necessariamente, no perfil desejado de imigrantes.

Por sua vez, essa “concessão” em relação à recepção dos refugiados de guerra não se deu de forma passiva ou por razões exclusivamente humanitárias. O Estado nacional compatibilizou essa recepção aos interesses nacionais, “escolhendo” aqueles refugiados, cujo perfil se adequasse às atividades econômicas priorizadas na política de desenvolvimento concebida pelo governo federal – o que não aconteceu sem despertar a oposição de diferentes segmentos da sociedade envolvidos na defesa dos interesses do trabalhador nacional.

Na outra ponta do processo migratório, fatores externos e distantes espacialmente atuaram na efetivação da vinda dos suábios nas terras escolhidas pelo projeto original de colonização. Ou seja, o auge da cafeicultura e de valorização fundiária da porção norte do estado, pode ter atuado de forma a sanar as tensões e facilitar as negociações pela compra das terras desejadas pelos imigrantes.

Finalizando esse quadro, destaca-se que, apesar da presença de longa data da imigração alemã e da sua integração à sociedade brasileira, argumenta-se que a vinda dos alemães suábios para o Brasil, no contexto do pós-guerra, pode não ter sido de aceitação unânime entre os núcleos coloniais e comunidades urbanas de origem germânica, uma vez que o estudo de Fernandes (2013), sobre a iniciativa dessa comunidade de apoio aos alemães na Europa, relevou uma série de divergências de ordem religiosa e ideológica, especialmente no Paraná.

Com isso, apontamos que o fenômeno migratório se configura como resultado da atuação de diferentes atores e interesses, situados em diferentes escalas e que conhecer como esses elementos atuam e se articulam é um passo importante no entendimento dos processos migratórios.

Considerações finais

Como já colocado no início desse trabalho, a maior diversidade e o reconhecido caráter multifacetado das migrações internacionais recentes têm, cada vez mais, desafiado governos, sociedade civil, academia e pesquisadores, de uma forma

geral, a buscar, por um lado, novas formas de governança dos processos migratórios, e, por outro, diferentes abordagens teórico-metodológicas e empíricas, para uma maior compreensão e entendimento do fenômeno migratório contemporâneo.

Não se pode deixar de considerar, também, que o avanço tecnológico no campo das tecnologias da informação, da interligação e compartilhamento de dados e da integração virtual entre os diferentes espaços do globo, tem nos possibilitado um acesso à produção do conhecimento, a uma diversidade bibliográfica e a fontes de dados e informação jamais vista anteriormente, o que tem colocado à academia e aos pesquisadores, de uma forma geral, a emergência de novas agendas de pesquisa, mas também possibilitado a conformação de novos olhares sobre processos migratórios do passado.

Nesse sentido, vale destacar que foi a escolha teórico-metodológica deste trabalho a abordagem de um processo migratório do passado, com um olhar instrumentalizado a partir do presente, buscando um maior entendimento da realidade social, tanto pretérita quanto atual. Iniciativa, em certa medida, se reforçou com o olhar do historiador norte-americano, Frederick Jackson Turner que, em 1891⁷, afirmou:

Cada época reescreve a história do passado à sua maneira, com referência às mais elevadas condições de seu próprio tempo.

Diante da qual, Peter Burke (2017, p. 13) complementa que

À medida que avançamos rumo ao futuro, tendemos a olhar para o passado a partir de novos ângulos.

Com essa dupla inspiração, propôs-se desenvolver uma análise sobre o processo migratório dos alemães suábios para

⁷ Frederick Jackson Turner, *The Significance of History*. *Apud* BURKE, 2017, p.13.

o Brasil, no pós-guerra, de forma que, a abordagem trouxesse elementos para uma maior compreensão do próprio fenômeno migratório, no contexto em que ocorreu, mas também para o entendimento de fenômenos do momento presente.

Assim, mesmo com as lacunas do trabalho, com as perguntas que tenham ficado sem respostas, com a necessidade de selecionar e sistematizar dados e informações complementares, considera-se que a abordagem do objeto de estudo a partir da consideração da atuação simultânea e articulada das diferentes escalas, atores de arenas de decisão, na definição do processo migratório, se constitui numa abordagem teórico-metodológica bastante profícua para uma maior compressão de um fenômeno contemporâneo que mais nos têm colocado desafios – enquanto tomadores de decisão e formadores de opinião –, e colocado em xeque os principais atores na governança global das migrações internacionais contemporâneas: o crescente número de refugiados e deslocados de guerra, em decorrência da também crescente emergência de situações geradoras de refugiados e deslocados de guerra, em diferentes porções do mundo global.

Referências

ANDRADE, José H. Fischel. O Brasil e a organização internacional para refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48 (1), p. 60-96, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a03.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In: BAENINGER, R. (Org.). **Migração internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2013. 256 p. ISBN 978-85-88258-36-5. (Por Dentro do Estado de São Paulo, volume 9).

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2012. 146 p. ISBN 978-85-88258-32-7.

BASSANEZZI, Maria S.C.B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995. 207 p. ISBN 85-86272-01-9.

BURKE, Peter. **Perdas e ganhos**: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 299 p. ISBN 978-85-393-0706-7.

DE HASS, H. **Migration and development**: a theoretical perspective. International Migration Institute. University of Oxford, 2008. (Working Papers, 9). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x>. Acesso em: 16 set. 2019.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Curitiba: [s.n.], 1971. 115 p. ISBN --.

FERNANDES, Evandro. SOS Europa Faminta. Comitê de socorro à Europa faminta – SEF – (1946-1949). **Iberoamericana**, XIII, 52, p. 27-46, 2013. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/324>. Acesso: 20 ago. 2019.

GARTNER, Monique; PIRES, Ariel José. História, memória e identidade: considerações acerca da ocupação da região de Entre Rios feita pelos suábios do Danúbio no Paraná (1951-1971). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v.2, no.1, p. 54-66, 2011. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2648>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MOREIRA, Júlia Bertino. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. 1996. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, IFCH /UNICAMP, Campinas, 2012.

NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 24(4), p. 33-64, 1971. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/31/6109>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PAIVA, Odair Cruz. **Histórias da imigração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI.** São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013. (Coleção Ensino e Memória, 2). 253 p. ISBN 978-85-63443-07-6.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo migrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 69, p. 73-93 outubro 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/69/RCCS69-073-093-Alejandro%20Portes.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

PRIORI, Angelo. Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). **Seculum – Revista de História**, 26, João Pessoa, p. 133-147, 2012. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7PRIORILegislacaopoliticafundia-ria.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

SALLES, Maria Rosário Rolfsen. Território e experiência migratória: os refugiados em São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial. **Cadernos Metrópole**, 20, p. 179-196, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/download/8692/6452>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SALLES, Maria Rosário Rolfsen. A política imigratória brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial e os refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização. **Cena Internacional**, vol.9, no. 2, 2007. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/es/revista/cena-internacional/articulo/a-politica-imigratoria-brasileira-no-pos-segunda-guerra-mundial-e-os-refugiados-uma-leitura-da-revista-de-imigracao-e-colonizacao>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SALLES, Maria Rosário Rolfsen; PAIVA, Odair; BASTOS, Sênia. Imigração e política imigratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: SALLES, M.R.R.; BASTOS, S.; PAIVA, O.C.; PERES, R.G.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial.** Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/UNICAMP, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo, 2013. 48 p. ISBN 978-85-88258-40-2. (Por Dentro do Estado de São Paulo, volume 11).

SASSEN, S. A criação de migrações internacionais. In: _____. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010. 240 p. ISBN 8536323531.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, no.25, p. 3-55, 1988. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-25/395-imigracao-e-colonizacao-alema-no-brasil-uma-revisao-da-bibliografia/file>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, Márcia; BOSCHIERO, Gilson A. Poder, território e discurso: os suábios do Danúbio em Guarapuava-PR. **Ação Midiática**, Curitiba, no. 14, p. 311-329, jul/dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/50365/34232>. Acesso em: 18 ago. 2019.

STEIN, Marcos Nestor. Memórias de uma diáspora: relatos de refugiados da Segunda Guerra Mundial. **Espaço Plural**, ano 9, no.19, p. 49-57, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1927>. Acesso: 18 ago. 2019.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes Costa; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 368 p. ISBN 978-85-7983-267-3.

TRUZZI, Oswaldo. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no.27, p. 110-140, 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2133>. Acesso em: 10 dez. 2019.

A imigração haitiana e as mudanças no espaço urbano da cidade de São Paulo

Priscilla Pachi¹

Resumo: Este artigo aborda as mudanças ocorridas no espaço urbano da cidade de São Paulo motivadas pela recente imigração haitiana. De acordo com dados da Polícia Federal, que cobrem o período entre 2010 e 2017, 15.773 haitianos declararam residência na cidade de São Paulo. A partir das formulações teóricas desenvolvidas por Sassen (1993) sobre cidades globais, analisa-se a globalidade da cidade de São Paulo no contexto da realidade brasileira e da periferia do capitalismo onde a inserção desses imigrantes no espaço urbano ocorre, segundo Alain Tarrus (2002), por meio de uma “globalização por baixo” que revela a precariedade da vida que se manifesta como resultado dos baixos salários e da superexploração dessa força de trabalho. Para compor esta análise, foram utilizados registros e dados de pesquisa do OBMigra, da Polícia Federal e do Eixo Trabalho da Missão Paz, em São Paulo. Também foram realizadas pesquisa de campo com base na observação, análise documental e entrevistas com imigrantes haitianos.

Palavras-chave: Imigração Haitiana. Espaço Urbano. Trabalho. Moradia. Cidade Global.

Haitian immigration and changes in the urban space of the São Paulo city

Abstract: This article addresses the changes that occurred in the urban space of São Paulo’s city motivated by the recent Haitian immigration. According to data from the Federal Police, covering the period between 2010 and 2017, 15.773 Haitians declared residence in the city of São Paulo. From the theoretical formulations developed by Sassen (1993) on global cities, the globality of the São Paulo’s city is analyzed in the context of the Brazilian reality and the periphery of capitalism where the insertion of these immigrants in the urban space occurs, according Alain Tarrus (2002), through a “globalization from below” that reveals the precariousness of life that manifests itself as a result of the low wages and the overexploitation of this workforce. To compose

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – FFLCH- USP, São Paulo – SP, Brasil (priscilla.pachi@usp.br).

this analysis, records and research data from OBMigra, the Federal Police and the “Missão Paz” in São Paulo were used. Field research was also carried out based on observation, document analysis and interviews with Haitian immigrants.

Keywords: Haitian Immigration. Urban Space. Job. Home. Global City.

Inmigración haitiana y cambios en el espacio urbano de la ciudad de São Paulo

Resumen: Este artículo analiza los cambios que ocurrieron en el espacio urbano de la ciudad de São Paulo motivados por la reciente inmigración haitiana. Según datos de la Policía Federal, que abarcan el período comprendido entre 2010 y 2017, 15.773 haitianos declararon su residencia en la ciudad de São Paulo. A partir de las formulaciones teóricas desarrolladas por Sassen (1993) sobre las ciudades, la globalidad de la ciudad de São Paulo se analiza en el contexto de la realidad brasileña y de la periferia del capitalismo donde la inserción de estos inmigrantes en el espacio urbano ocurre, según Alain Tarrius (2002), a través de una “globalización desde abajo” que revela la precariedad de la vida que se manifiesta como resultado de los bajos salarios y la sobreexplotación de esta fuerza laboral. Para componer este análisis, se utilizaron registros y datos de investigación de OBMigra, la Policía Federal y el Eje de Trabajo de la “Missão Paz”, en São Paulo. La investigación de campo también se realizó en base a observaciones, análisis de documentos y entrevistas con inmigrantes haitianos.

Palabras clave: Inmigración Haitiana. Espacio Urbano. Trabajo. Morada. Ciudad Global.

Introdução

A partir de 2010, o Brasil recebeu vários grupos de haitianos motivados por uma série de acontecimentos políticos, sociais e econômicos. Segundo dados do SINCRE, foram registradas aproximadamente 93.000² entradas de haitianos, entre 2010 e 2017, pela Polícia Federal em todo o território nacional e, no mesmo período, 15.773 declararam seus domicílios na cidade de São Paulo. Chegam a São Paulo em busca de trabalho para manutenção de suas vidas e para o sustento da família que permaneceu no Haiti por meio do envio de remessas financeiras. A situação vivenciada

² Dados do SINCRE. Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros. <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/microdados>. Acesso em: 18 fev.2019

por esses imigrantes na capital paulista requer uma análise das questões relacionadas à habitação e às modificações ocorridas no espaço urbano de São Paulo.

Sassen (2016) considera que o momento atual no mundo é de expulsão social, fatores como pobreza e conflitos políticos são capazes de impulsionar sozinhos as dinâmicas globais de expulsão. Também se intensificam os impactos dos desastres ambientais sobre as populações pobres no mundo. Juntas, essas dinâmicas globais de pobreza extrema, geram grandes deslocamentos onde os desastres ambientais e os conflitos armados criaram níveis de expulsão social.

No que tange ao artigo em questão, foi determinado como objetivo a compreensão de um fenômeno migratório, cuja amplitude e significação só podem ser captadas pela utilização de métodos condizentes com a complexidade inerente aos fatos, que integram aspectos históricos, sociais e espaciais de sociedades diversas, no caso a haitiana e a brasileira, e sua inserção nos desdobramentos do capitalismo contemporâneo. Como explica Alves-Mazzotti (1998), as pesquisas qualitativas são, em geral, multimetodológicas por incluir grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Nesse sentido, procurou-se articular métodos qualitativos – observação, entrevistas e pesquisa bibliográfica e documental – e quantitativos, por meio da aplicação de questionários e análises baseadas na estatística descritiva (LEVIN; FOX; FORDE, 2002). Nessa perspectiva, a combinação de modelos se torna útil para potencializar o conhecimento e dispor de enfoques complementares (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

A amostra para a fase quantitativa foi formada a partir dos dados disponíveis do total de imigrantes atendidos pela Missão Paz, mais especificamente pelos atendimentos do chamado “Eixo Trabalho”, por dados oficiais obtidos no Ministério do Trabalho, Polícia Federal e nos institutos que trabalham e analisam as migrações como o OBMigra (Observatório das Migrações). Os dados do “Eixo Trabalho” até 2018 foram cruzados com os dados obtidos em pesquisa de campo/entrevistas e com a pesquisa do OBMigra de 2016.

Na fase qualitativa, foram realizadas 35 entrevistas semi-estruturadas com haitianos, em sua maioria na região central da cidade de São Paulo, entre abril de 2017 e junho de 2018. Com base nas respostas obtidas foi possível mapear os locais que esta comunidade habita e frequenta na cidade. Para a realização das entrevistas, foi elaborado um roteiro de perguntas abertas, de modo que fosse criado um espaço de expressão para o entrevistado e que possibilitasse ao entrevistador aprofundar tópicos e descobrir novas formas de abordagem do tema de pesquisa.

A escolha dos entrevistados não seguiu nenhuma seleção pré-estabelecida. Desse modo, prevaleceu a heterogeneidade do grupo entrevistado em termos de gênero, nível de escolaridade, local de origem no território haitiano, as rotas de chegada ao Brasil, a condição social e as diferentes buscas e possíveis atuações no mercado de trabalho.

Além das entrevistas, foram utilizadas outras técnicas de pesquisa como a observação direta, conversas formais e informais que deram subsídios para identificar e analisar as mudanças que ocorreram no espaço da cidade com a presença dos imigrantes haitianos.

Cabe ressaltar que os deslocamentos das pessoas não se limitam somente a uma mudança e a uma ocupação territorial diferente da sua origem, mas eles devem ser analisados mediante as suas características e impactos sociais, econômicos, culturais e políticos tanto no país de origem quanto no país que recebe esses imigrantes. Segundo Sayad (1998) o itinerário epistemológico dos estudos migratórios é também um ponto de encontro de inúmeras disciplinas: história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia, antropologia, linguística, ciência política, entre outras.

Imigração Haitiana

Interessa-nos destacar, que “um dos primeiros grandes fluxos de chegada de pessoas de nacionalidade haitiana ao Brasil data de janeiro de 2010. No entanto, segundo os dados do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há registro da presença de haitianos no país, desde a década de 1940". (HANDERSON 2015a, HANDERSON, 2015b apud HANDERSON, 2016, p. 84).

O ineditismo do porte desse aumento do fluxo migratório haitiano e a complexidade que o envolve é um tema que necessita, portanto, de abordagem sistemática nos diversos campos das ciências sociais. De acordo com Germani (1974), é necessário ter como parâmetro para análise dos processos migratórios não somente os fatores de repulsão e de atração que levam contingentes de população a procurarem outros lugares para se fixar. Deve-se considerar, nesta perspectiva, condições sociais, culturais, econômicas e políticas tanto no país de origem quanto no destino, isto é, no sistema como um todo.

Estudos recentes dedicados à imigração haitiana como os de Cotinguiba (2014) e de Moraes, Andrade e Matos (2013) fazem uma investigação ampla das razões da emigração e dos fatores de atratividade na sociedade brasileira para os haitianos. Nesse sentido, essas pesquisas apontam as dificuldades históricas vividas pelo Haiti desde sua constituição como país independente no século XIX, sua forma de inserção nas relações capitalistas internacionais e as dificuldades geradas internamente pela persistência da desigualdade social e pela instabilidade política, que forçam a população haitiana a buscar alternativas fora de seu país.

Conforme apontam Magalhães e Baeninger (2016) a história do país caribenho é marcada por uma situação política e social críticas desde a sua origem e o país sofreu várias invasões, tentativas de ocupação e bloqueio econômico por parte da França, da Inglaterra, da Espanha e dos Estados Unidos após a conquista da sua independência em 1804.

Em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas cria a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH, liderada pelo Brasil. Os principais objetivos da missão eram: estabilizar o país, pacificar e desarmar grupos guerrilheiros e rebeldes, promover eleições livres e formar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti.

Como não bastasse, a situação política, civil e econômica críticas do Haiti, em 12 de janeiro de 2010, um forte terremoto atinge o país. Milhares de pessoas ficam desabrigadas e a principal cidade, Porto Príncipe, é completamente destruída. As condições precárias passaram a afetar a vida dos sobreviventes.

Segundo Déus (2017),

Antes do referido terremoto, o país já estava enfrentando problemas de diversas ordens, que podem ser sintetizados na palavra insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, relativa à saúde, ao saneamento básico, entre outros fatores. O terremoto apenas agravou o difícil quadro do país, deixando tanto o Estado quanto a população numa situação de perplexidade. Assim, diante dos grandes danos causados pelo terremoto, o Estado se tornou impotente não só para atender às novas demandas da população, mas também para negociar com a comunidade internacional e controlar as ONGs que atuaram no Haiti, principalmente depois da tragédia. Ou seja, o terremoto apenas agravou e dificultou ainda mais a possibilidade de uma atuação política adequada e eficaz por parte do Estado. (DÉUS, 2017, p. 209)

Atualmente, o desemprego atinge entre 70 a 80% da População Economicamente Ativa (PEA) do Haiti. Com uma população de aproximadamente 10 milhões de pessoas, estima-se que apenas 180 mil possuam empregos formais; 80% da população vive com menos de 2 dólares por dia, ou seja, abaixo da linha da pobreza³. “Mesmo nos anos que se seguiram ao terremoto, a promessa de reconstrução do país não aconteceu de forma eficiente, deixando de incluir grande parte da população que permaneceu à margem.” (NOGUEIRA, 2017, p. 79)

³ Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/538630-medo-de-ebola-agrava-preconceito-contra-imigrantes-negros>. Acesso em: 20 jan.2016

Desse modo, com a Região Metropolitana de Porto Príncipe destruída, seus habitantes passaram a migrar para outras regiões do país e para outros países em busca de trabalho, melhores condições de vida e dignidade. Assim, muitos haitianos viram na emigração para o Brasil a possibilidade para darem um novo rumo às suas vidas e migrem para um destino alternativo e diferente dos que já estavam habituados como a República Dominicana, os Estados Unidos, a França, Bahamas e a Guiana Francesa.

Além do terremoto, é preciso ressaltar que : “Este fluxo é formado a partir de transformações processadas no interior do capitalismo mundial, especialmente relacionados à elevação das seletividades migratórias nos destinos clássicos de migração haitiana como os Estados Unidos e a França.” (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016, p. 238)

Desse modo, o grande fluxo imigratório de haitianos para o Brasil e seu aumento é comumente associado ao terremoto que destruiu Porto Príncipe, capital do Haiti, em 2010, impondo severas limitações à sobrevivência e subsistência de seus habitantes. De acordo com Cotinguiba (2014), o terremoto tornou-se argumento explicativo do governo brasileiro e foi reforçado pela mídia de modo geral. Fato é que a entrada desses imigrantes no país intensificou-se em 2011 e 2012.

Na perspectiva brasileira, a primeira década do século XXI é marcada por uma ampliação da inserção internacional do país e por um crescimento econômico propiciado pela estabilidade institucional e pela alta do preço das *commodities* no mercado internacional. Um dos indicadores e passos importantes para a moderna diplomacia brasileira tem como exemplo sua atuação no Haiti.

Além das relações entre os dois países terem se intensificado com a entrada das forças armadas brasileiras liderando e atuando na MINUSTAH e a presença de empresas também brasileiras no Haiti, outros dois fatores que aproximaram os haitianos do Brasil foram o fascínio pelo futebol brasileiro e o mito da nossa “democracia racial”.

Cabe mencionar que o haitiano chega ao Brasil com a ideia de que o país é uma “democracia racial”, democracia esta que é mascarada por um racismo velado na sociedade. Dessa forma, o imigrante se depara com uma realidade oposta da qual imaginava. O fato do Brasil não ter tido um sistema legal de segregação racial como os Estados Unidos que perdurou até a década de 1960 e o Apartheid na África do Sul até a década de 1980, reforça o mito da democracia racial. Em entrevista concedida à Dantas, Ferreira e Veras (2017) o sociólogo Kabengele Munaga relata que, toda a forma de racismo é um crime, mas no Brasil o racismo velado é um crime que mata duplamente.

É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito... Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial. [...] (DANTAS; FERREIRA; VERAS, 2017, p. 40)

Outros autores brasileiros trabalharam o conceito de democracia racial como é o caso de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Fernandes (1989) aponta que é um equívoco conceber a sociedade brasileira, com o seu histórico escravocrata, sem preconceito racial e com oportunidades e direitos iguais a todos os seus cidadãos. Os resquícios da escravatura são claros na concepção deste autor que revela a imensa desigualdade no que tange à comparação com relação às posições sociais que ocupam brancos e negros no país. Logo, para Fernandes (1989), enquanto não for concebida a liberdade com a devida igualdade para os negros, o conceito de democracia racial não passará de um mito (FERNANDES, 1989).

No início dessa imigração, os haitianos chegavam pelo Norte do país e se dirigiam para São Paulo. Neste momento, o Brasil ainda não vivenciava as crises econômica e política e se preparava para os grandes eventos (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos) que ocorreriam no país. Encontravam facilmente emprego e havia como absorver essa força de trabalho em alguns setores da economia como a construção civil e serviços. Foi nesse cenário de fartura econômica e de emprego aliado à preparação dos grandes eventos que os primeiros haitianos vitimados pelo terremoto que devastou o Haiti em 2010 começaram a chegar ao Brasil e a se instalarem pelo território nacional.

As medidas adotadas pelo Governo Federal no que diz respeito à regularização dos haitianos no Brasil, seja por visto humanitário ou por residência permanente e pela regularização e ampliação da emissão de vistos a partir de Porto Príncipe, geraram como consequência a diminuição deste fluxo migratório na região Norte e os imigrantes passaram a chegar diretamente por via aérea em São Paulo.

Sem ajuda do governo, chegavam a São Paulo e eram acolhidos pela pastoral na Igreja Nossa Sra. da Paz, no Glicério, região central de São Paulo, e eram atendidos pela Missão Paz⁴.

Já em solo paulistano, recebiam informações da possibilidade de trabalho na capital paulista e em outros estados das regiões Sul e Sudeste. Muitos seguiram para o estado de Santa Catarina para trabalharem na construção civil e nas indústrias de abates de aves e frigoríficos (MAGALHÃES, 2016). Desse modo, cabe salientar que apesar de São Paulo ser um grande polo receptor de imigrantes e com mercado de trabalho mais aquecido, a cidade também é um local de trânsito para as demais cidades e estados do Sul e do Sudeste do Brasil.

Em 2008, uma forte crise econômica se inicia no Hemisfério Norte e se estende para outros países e continentes. Em 2011,

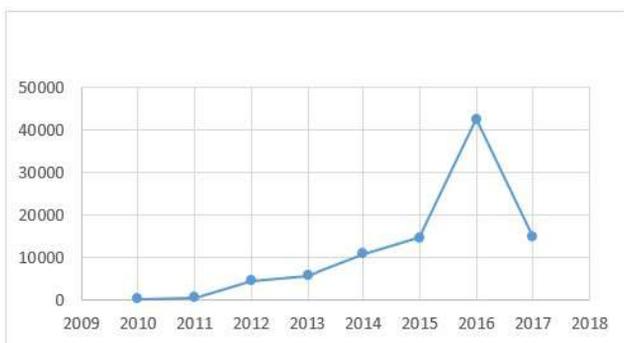
⁴ A Missão Paz é uma obra dos Missionários de São Carlos - Scalabrinianos. Com larga vivência junto aos migrantes, imigrantes e refugiados em São Paulo.

já no governo da presidenta Dilma Rousseff, a crise se instala e as *commodities* sofrem uma grande desvalorização que afeta a economia brasileira, dependente da exportação de produtos como soja e minério de ferro. Para Antunes e Druck (2014), a crise atual estrutural é simultaneamente uma crise da acumulação do capital até agora nunca vista, manifesta-se pelo seu caráter universal, com alcance global e sendo sua escala temporal extensa, contínua e permanente.

Atualmente, verificamos que, apesar das crises econômica e política vivenciadas pelo Brasil, os haitianos continuam chegando a São Paulo, em número muito reduzido se comparado ao início da década de 2010, mas continuam chegando em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Os gráficos abaixo revelam o fluxo de entrada de haitianos no Brasil, no estado de São Paulo e no município de São Paulo respectivamente. É possível verificar que os gráficos comportam-se da mesma maneira e que o aumento é gradual em todos eles de 2010 a 2015 atingindo o seu ápice em 2016. A partir de então o fluxo migratório diminui em consequência da crise econômica que atingiu o Brasil e gerou desemprego também entre os haitianos no país.

Gráfico 1: Entrada de haitianos no Brasil



Dados obtidos do Sincres⁵ – elaboração própria

⁵ Dados do SINCRES. Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros.

Gráfico 2: Entrada de haitianos no Estado de São Paulo



Gráfico 3: Entrada de haitianos no município de São Paulo



Assim sendo, a partir de 2014, o quadro econômico e político do Brasil tornou-se bem diferente daquele encontrado pelos haitianos anos atrás, no início dessa imigração. Em paralelo à crise econômica, instala-se uma grave crise política no governo. Frente ao cenário econômico de crise do emprego, muitos imigrantes

Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/microdados>. Acesso em: 18 fev. 2019

haitianos foram demitidos e não conseguiram outro trabalho. A opção de uma nova migração surge rumo ao Chile como alternativa na busca por trabalho e alguns se aventuraram rumo aos Estados Unidos, mas uma grande maioria é retida na fronteira com o México. Segundo Jesus (2019), desde 2016 cerca de 4 mil haitianos, sendo a maioria proveniente do Brasil, permanecem nas cidades fronteiriças de Tijuana e Mexicali impedidos de entrarem em solo americano.

Como nos ensina Sayad (1998), a falta de trabalho faz o imigrante também desaparecer. “Foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; e ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta a sua negação ou que o empurra para o não – ser” (SAYAD, 1998, p. 55).

Os haitianos e a cidade de São Paulo

É necessário ressaltar que paralelamente à pesquisa, foi desenvolvido trabalho voluntário, desde 2014, por meio de treinamentos de conteúdo intercultural ministrados para os imigrantes e refugiados de língua francesa na Missão Paz pela ONG Sietar⁶ Brasil, o que permitiu também a coleta de informações que foram essenciais para o estudo dessa imigração na cidade de São Paulo.

Para Antunes (2009) o trabalho é, em si e por si, uma atividade vital, consequentemente necessário para continuidade da vida e do ser social.

Considerando que o trabalho desempenha um papel fundamental na vida dos imigrantes e que estes fazem parte da divisão internacional do trabalho que atravessa fronteiras e precariza as formas de trabalho, pretende-se analisar mais detidamente as relações entre a imigração haitiana e a sua inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo que revelam, como

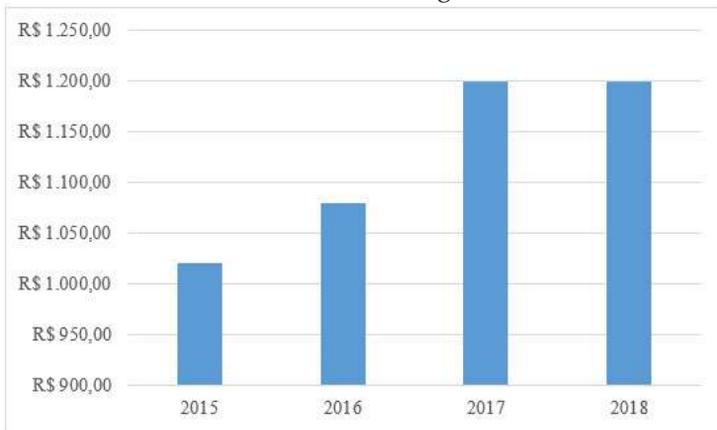
⁶ A SIETAR Brasil é uma Organização Não-Governamental – ONG – composta de membros filiados que se dedicam à pesquisa, ao treinamento e às atividades educacionais no campo das relações interculturais.

consequência, a precariedade no tocante à habitação e à segregação urbana dessa população.

Os imigrantes haitianos e o trabalho na cidade de São Paulo

Com base nos dados do “Eixo Trabalho”, foi possível verificar que os imigrantes haitianos em sua maioria são contratados para trabalhos que não exigem qualificação e que o salário recebido por eles é, em sua maioria, inferior a R\$2.000,00.

Gráfico 4: Salário médio dos imigrantes haitianos



Dados obtidos da Missão Paz – elaboração própria

Desse modo, inserem-se no mercado de trabalho formal em empregos precários e mal remunerados ou destinam-se para a informalidade como forma de garantirem a sobrevivência na cidade. A precariedade do salário se reflete no cotidiano desses imigrantes, pois mal conseguem se manter e utilizam-se de estratégias para economizarem e garantirem o envio de remessas para suas famílias. Essas estratégias incluem o compartilhamento da mesma casa por vários haitianos, a divisão da comida e das despesas mensais. A dificuldade de encontrarem emprego e a precariedade do trabalho que são inseridos revela também, nas diversas esferas da vida, uma imensa precariedade.

Alguns haitianos expressaram em suas respostas durante a entrevista a precariedade que se manifesta no tocante à moradia e às condições de vida.

“Trabalho num lava-rápido na Mooca e durmo por lá, não tenho dinheiro para morar em outro lugar. O pastor da igreja haitiana da Liberdade também me ajuda com roupa e comida.” C.N. 32 anos

“Moro na Armênia com mais três haitianos que conheci aqui no Brasil, dividimos uma casa pequena. Somente uma pessoa trabalha e ajuda com a alimentação.” M.V. 40 anos

Abdelmalek Sayad caracteriza e define o imigrante como “força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”, cuja condição é revogável a qualquer tempo (SAYAD, 1998, p. 54-55). Não se trata, portanto, de qualquer trabalho, mas daquele em que o mercado absorve a mão-de-obra do imigrante. E, ainda, a possibilidade de um estrangeiro se estabelecer em solo alheio só ocorre em sua relação estreita com o mercado de trabalho.

São Paulo, considerada uma cidade global nos termos definidos por Sassen (1993) e que acompanha o fenômeno da globalização, ligado ao desenvolvimento tecnológico, aos serviços de ponta e pela presença de profissionais altamente qualificados, também atrai imigrantes de países da periferia do capitalismo em busca de trabalho e das facilidades que a centralidade da metrópole paulistana proporciona perante o Brasil e o mundo.

Como o conceito de cidade global norteia esta análise, faz-se necessário fazer adaptações face à realidade brasileira e da periferia do capitalismo, onde se insere São Paulo. Nesse aspecto, a cidade se integra globalmente pela precariedade expressa nas condições e na superexploração do trabalho.

Cabe mencionar que o início da década de 1970 foi marcado pela reestruturação produtiva global que tinha como objetivo a recuperação de seu ciclo reprodutivo por meio da acumulação flexível e teve como características transformações no próprio processo produtivo pautadas pelo avanço tecnológico, pela maior

participação dos trabalhadores, pela terceirização e pelo trabalho polivalente. Nesse período, as plantas das grandes indústrias se moveram para outras cidades e até mesmo para outros países, porém, uma nova centralidade surge nas antigas metrópoles que passam a sediar empresas de origem quase sempre transnacionais ligadas, em sua maioria, ao setor financeiro e da informação, gerando uma grande transformação na estrutura ocupacional das metrópoles. Essa centralização dos negócios passa a ser exercida pelas cidades globais, ou seja, pelas principais cidades do período fordista que passam a ser identificadas como locais ideais para as funções decisórias e administrativas das corporações.

Desse modo, as últimas duas décadas do século XX marcaram o surgimento de um tipo específico de cidade que passou a desempenhar, segundo Sassen (1998), as funções de: 1) postos de comando na organização da economia mundial; 2) lugares-chave e mercados para as indústrias financeiras e de serviços especializados; 3) campos de produção e inovação às principais indústrias.

Conforme descreve Carvalho (2000):

“... o conceito de cidade global é a expressão de um processo histórico bastante concreto vivido por determinadas metrópoles do Primeiro Mundo e, como tal, procura refletir a totalidade de seu movimento. Ao mesmo tempo em que designa o processo de transformação na estrutura produtiva das metrópoles, decorrente da globalização da economia, evidencia as contradições a ele inerentes: as alterações promovidas no mercado de trabalho e o aumento consequente da desigualdade social, com rebatimento na apropriação do espaço urbano.” (CARVALHO, 2000, p. 71)

Ainda segundo Carvalho (2000) ao considerar o conceito de cidade global privilegia-se a relação das metrópoles com o processo de globalização em detrimento do conteúdo histórico e das especificidades de cada metrópole o que compromete a análise escamoteando as desigualdades e contradições referentes da apropriação do espaço urbano.

Tomando como base a condição global da metrópole de São Paulo nos termos propostos por Sassen (1993), é possível dizer que não foi só a globalização do capital e da riqueza que incluíram São Paulo no circuito da globalização, mas também a do trabalho e da pobreza como momento da globalidade da metrópole paulistana. Assim sendo, São Paulo se insere numa trama global no mais amplo universo da acumulação e os imigrantes fazem parte desta engrenagem ocupando trabalhos precários, informais e refletindo a precariedade no cotidiano da metrópole que, conforme Tarrius (2002) descreve, inserem-se na globalização de forma precária por meio de uma mundialização por baixo (*mondialisation par le bas*).

Tarrius (2002) aponta que o sentido geralmente atribuído à globalização revela as grandes metrópoles como territórios circulatórios usados por milhares de comerciantes informais que transportam e comercializam nas ruas várias mercadorias, em sua maioria contrabandeadas, que preenchem a lacuna da falta de emprego e revelam a precariedade das grandes cidades. O autor chama de “formigas” os imigrantes que criaram em nível internacional um mercado onde os contratos e as trocas de mercadorias se organizam segundo suas leis e seus valores. Na região central da cidade de São Paulo, no entorno da Missão Paz, imigrantes haitianos comercializam produtos de segunda mão, entre eles roupas, sapatos, utensílios de casa, entre outros com preços reduzidos para a população menos favorecida e para os próprios imigrantes.

Para Tarrius (2002), esses imigrantes cuidam de seu destino e ganham muito mais do que os imigrantes trabalhadores formais explorados, precários, superexplorados ou sem documentos. Porém, atuam dessa forma porque não possuem a possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho formal.

É válido supor que entre a precariedade citada por Tarrius (2002) e o escamoteamento do conteúdo histórico das metrópoles mencionado por Carvalho (2000) considera-se que o conceito de cidade global defendido por Sassen (1993) não leva em consideração a inclusão precária de trabalhadores, principalmente imigrantes, que reverberam, no caso de uma cidade da periferia do capitalismo como São Paulo, a precariedade de vida como

resultado dos baixos salários ou da renda recebida pela venda de produtos comercializados na informalidade das ruas da cidade.

Tendo em vista todos os problemas enfrentados pelos imigrantes, desde a dificuldade de reconhecimento do diploma ao elevado desemprego que há no Brasil, é possível dizer que eles estão numa situação de vulnerabilidade que os levam a aceitar qualquer condição de trabalho para sobreviver na capital paulista. Assim sendo, os haitianos estão inseridos em processos de precarização do trabalho onde a economia informal faz parte da economia global e de suas cadeias produtivas. Na impossibilidade de encontrarem emprego formal, os imigrantes se inserem na informalidade e no comércio de rua e articulam redes globais de circulação de mercadorias e de fluxos financeiros contribuindo para a exploração da força de trabalho, também imigrante, de uma cadeia produtiva.

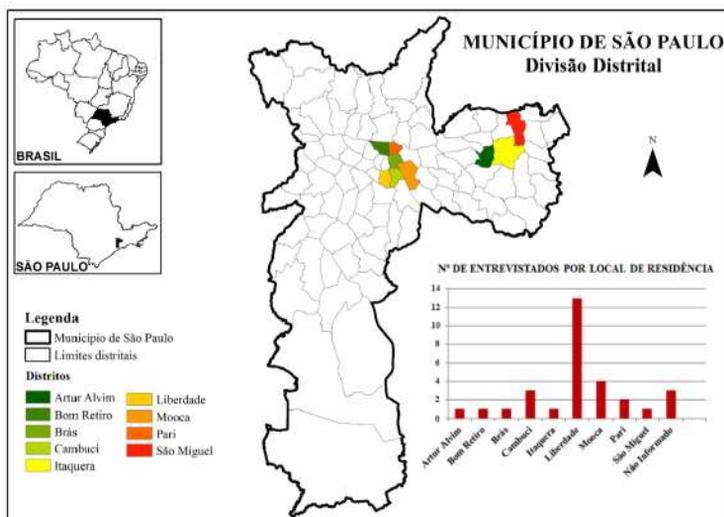
Haitianos e a situação de moradia

A precariedade proveniente do trabalho e de seus baixíssimos salários também se reflete nas formas pelas quais os haitianos vivem e circulam pela cidade. No que tange à moradia, além da dificuldade para o pagamento do aluguel, há a falta de documentação completa e a impossibilidade de terem um fiador, o que os coloca numa situação complicada, vulnerável e difícil.

Em pesquisa de campo e com base nas entrevistas realizadas, foi possível constatar que a maioria deles mora próximo ao centro da cidade como é o caso da região do Glicério. O fato de a região central da capital ter sofrido uma forte degradação e a região do Glicério apresentar vários imóveis antigos e mal preservados faz com que os cortiços se proliferem e os imigrantes possam alugar e compartilhar um mesmo imóvel para que seja ocupado por várias famílias. O mesmo processo pode ser observado na região do Cambuci, nas proximidades da Rua do Lavapés. Alugam um quarto e dividem as despesas com outros imigrantes que dormem no mesmo local. Esta forma precária de coabitação permite que “economizem” dinheiro para a garantia do envio de remessas para suas famílias no Haiti.

Com base nas respostas obtidas nas entrevistas no que tange à moradia, tornou-se possível representar na figura 1 os distritos da cidade de São Paulo que se concentram esses imigrantes. Alguns moram e frequentam regiões mais afastadas do centro da capital e, em outros municípios como é o caso de Santo André, Carapicuíba e Itaquaquecetuba, mas optou-se em representar somente a capital.

Figura 1: Distritos de moradia dos haitianos na cidade de São Paulo, 2019



Fonte: elaboração própria

Com base na Figura 1, pode-se afirmar que os sujeitos de pesquisa estão concentrados na região central e na zona Leste da cidade. Eles ocupam o espaço da cidade de várias maneiras e a maior presença deles na região central, como no Glicério, na Liberdade e na Sé, resultou em mudanças significativas nesses locais que tinham, até pouco tempo atrás, a tradição de serem habitados e circular por eles os orientais, os judeus e representantes de outras nacionalidades.

Com a chegada dos haitianos a partir de 2010 e com a intensificação do fluxo nos anos seguintes, várias mudanças

ocorreram no espaço urbano e no entorno da Missão Paz, primeiro local de acolhida na cidade.

A rua do Glicério e as ruas próximas que se iniciam nas imediações da estação Liberdade do metrô em direção à baixada do Glicério como a rua dos Estudantes e a rua Conde de Sarzedas apresentam uma série de comércios dirigidos por haitianos e há uma grande circulação deste grupo de imigrantes. É também neste bairro que se encontra a USIH (União Social dos Imigrantes Haitianos)⁷, uma organização criada pelos imigrantes haitianos em São Paulo que tem por objetivo oferecer serviços sociais em âmbito nacional (Brasil) e internacional (Haiti).

É importante ressaltar que, muitos imigrantes, antes de desembolsarem o dinheiro com o pagamento de aluguel, utilizam-se dos vários dispositivos gratuitos oferecidos pelas instituições religiosas ou pelo governo. Passam pelo Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) da Prefeitura de São Paulo localizado na Rua Major Diogo (Bela Vista) onde podem permanecer por até um ano e na Missão Paz que oferece acolhimento por até três meses aos imigrantes recém-chegados. Há também imigrantes haitianos vivendo em ocupações na cidade, como a Chaparral, na Penha e a do Jardim Piratininga, no Cangaíba, ambas na Zona Leste onde habitam também imigrantes de outras nacionalidades além da haitiana. Participam dos movimentos por moradia como uma forma de “possuírem um teto” que os abrigue, evitando assim a morada nas ruas da cidade.

Após permanecerem na Casa do Migrante da Missão Paz ou passarem pelo abrigo da Prefeitura de São Paulo, os haitianos juntam-se e passam a viver em moradias precárias. Muitos vivem em cortiços na região do Glicério e dividem quartos ou o aluguel de uma casa simples na periferia da cidade de São Paulo.

Os imigrantes haitianos que habitam na periferia da cidade como é o caso do extremo da zona sul e da zona leste da capital assim como, em outros municípios próximos à São Paulo, geralmente possuem um perfil diferente dos que habitam a região central, isto é, em sua maioria conseguiram a reunião familiar e

⁷ Disponível em: <http://usihaitianos.org/quemsomos/>. Acesso em: 17 jan. 2019

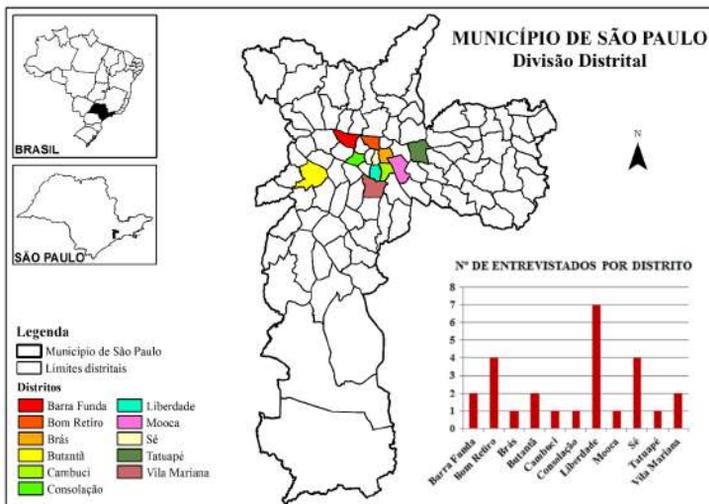
desse modo, o aluguel na periferia se torna mais barato para o pagamento de uma única família.

Desse modo, imigrantes haitianos, devido ao alto custo de vida e do preço abusivo dos aluguéis na cidade, buscam locais mais afastados da região central como é o caso de Guaianases, na zona leste, que oferece facilidade de transporte e preços mais acessíveis com moradia.

Devido à concentração dos haitianos na região central da cidade, pode-se dizer que a modificação do bairro se manifesta de várias maneiras como: pela presença de igrejas com cultos bilíngues; lojas de roupas, acessórios e utilidades domésticas; cabeleireiros, restaurantes e bares de comida típica; oficina de costura; *lan house* e uma série de outros pontos de comércio cuja propriedade ou o trabalho é realizado por haitianos.

Na Figura 2, destacam-se os locais que os sujeitos de pesquisa frequentam na cidade. É possível verificar que esta circulação se concentra na região central. O mapeamento seguiu a mesma regra da moradia, isto é, foram classificados por distritos.

Figura 2: Distritos frequentados pelos haitianos na cidade de São Paulo



Fonte: elaboração própria

Como citado anteriormente, o intenso fluxo de haitianos na região central da cidade de São Paulo fez surgir igrejas e novos cultos que modificam o espaço e seu entorno. As igrejas cristãs do bairro do Glicério passaram a oferecer celebrações bilíngues para que os novos fiéis francófonos pudessem participar. Além dos cultos em francês, encontram-se também igrejas que oferecem cultos em *créole*. Cabe ressaltar que as religiões desempenham um papel fundamental na vida dos imigrantes, pois para além da prática religiosa e da fé, é no espaço da igreja que esses indivíduos se encontram, trocam informações sobre as possibilidades de trabalho e suas experiências de vida e se unem por meio de uma única realidade compartilhada por todos, ou seja, a das dificuldades, da luta coletiva por sobrevivência e pela esperança de dias melhores. As igrejas são extremamente importantes para a integração e socialização da comunidade haitiana que vive em São Paulo.

Assim como no centro da cidade de São Paulo, o bairro da Mooca e Guaianases também apresentam modificações significativas na sua paisagem com a chegada dos imigrantes haitianos. Cultos religiosos também são oferecidos pelas igrejas evangélicas em francês e *créole* e no comércio local surgiram salões de cabelereiro, restaurantes de comida típica, *lan houses* e bares comandados ou onde haitianos trabalham.

A informalidade do comércio de rua, principalmente próximo à estação de trem Guainases, é marcada pela presença imigrante. Alguns haitianos que vivem na região central da cidade de São Paulo e que trabalham na informalidade, deslocam-se durante o dia para as proximidades da estação de trem para venderem suas mercadorias tendo como premissa a menor fiscalização da Prefeitura na periferia da cidade. Nas entrevistas, no que tange aos locais que frequentam na cidade, deram ênfase aos locais públicos como: praças, parques, cinema, *shoppings centers*, biblioteca e lugares com *wifi* onde podem gratuitamente usar o celular e o *whatsapp*.

Moro na Rua Lavapés, no Cambuci e estou sempre na Igreja do Glicério para encontrar os outros haitianos. Vou na Praça da Sé e passeio por lá. (V.V. 30 anos)

Frequento a Igreja Deus é Amor, perto do Glicério. Costumo ir à Av. Paulista e no final de semana visito meus amigos que moram em Utinga. (M.C.C. 24 anos)

Moro na Mooca, mas encontro meus amigos também haitianos num bar na rua do Glicério. Frequento a Igreja Deus é Amor e vou ao Parque da Luz. Busco também praças perto do centro da cidade que tem wifi. (D.F. 31 anos)

Pelo fato de a periferia muitas vezes ser desprovida de equipamentos públicos como praças e museus, muitos imigrantes deslocam-se pela cidade por meio do transporte público em busca de opções de lazer que a região central da cidade oferece. Revelam a importância dada às praças e parques que são citados como locais de lazer e encontro. A praça pública mais citada foi a Sé que retoma aqui o seu significado histórico da palavra “praça” como espaço privilegiado para as discussões políticas e para vida social, considerada como o local do encontro, do lazer e das práticas de socialização. Os haitianos encontram nas praças a possibilidade de contato com seus conterrâneos e um meio gratuito de estreitar laços e fazerem novos conhecidos na cidade. As mulheres disseram que frequentam e gostam de ir aos *shoppings centers* da cidade. Os mais escolarizados citaram que frequentam bibliotecas, o campus da USP, o SESC, cinema e o museu da Imigração.

Para além da moradia e da circulação pela cidade, eventos organizados pela USIH como foi o caso do “Festival da Cultura do Haiti” realizado em agosto de 2016 no galpão da Vila Itororó, no Bixiga, teve como finalidade divulgar aos paulistanos a cultura haitiana por meio da gastronomia e da música. A música haitiana se destaca nos eventos da comunidade e em festivais pela cidade. Bandas como a *Satélite Music*, formada em 2014 e a *Surprise 69*

da Zona Leste já fizeram apresentações em festivais de música e eventos do Sesc São Paulo e do Museu da Imagem e do Som (MIS).

Anualmente, é promovida com o auxílio da Missão Paz e da USIH no dia 18 de maio a festa da bandeira haitiana, que comemora a independência do Haiti e a criação da primeira república negra do mundo (1804). A festa é aberta ao público e realizada no pátio da Igreja Nossa Senhora da Paz do Glicério com comida típica, música e folclore haitiano.

Além dos eventos da comunidade, o protagonismo dos haitianos é marcante na “Marcha dos Imigrantes” realizada anualmente na cidade. Eles participam ostentando a sua bandeira e reivindicam, junto a outros imigrantes de outras nacionalidades, por políticas públicas voltadas à população imigrante assim como, chamam a atenção da sociedade pelas dificuldades enfrentadas por eles no cotidiano da metrópole.

Outra característica importante a ser considerada na mudança do espaço na região central da cidade, mais precisamente em frente e no entorno da Missão Paz, com a chegada dos haitianos é a presença permanente das “Madames Saras”, conforme mostra a figura 3, que são mulheres haitianas que informalmente preparam, comercializam e oferecem produtos alimentícios (frutas e legumes – *in natura* ou assados) nas ruas. As “Madames Saras” são personagens conhecidas e atuantes nas ruas de Porto Príncipe e, em São Paulo, atuam da mesma maneira, ou seja, reproduzem seu modo de vida haitiano na capital paulista dando um novo significado à paisagem urbana da cidade por meio da atividade informal exercida por elas e que garante, para muitas famílias, a única renda para o seu sustento. Revelam por meio de suas práticas a importância do protagonismo feminino na economia familiar num momento de crise e falta de trabalho generalizada.

Figura 3: Madames Saras em frente à Missão Paz

Foto: acervo da pesquisa (2018)

Partindo do pressuposto que o fenômeno migratório é espacial, considera-se que o deslocamento das pessoas se dá de determinados lugares para outros. Quando esses imigrantes ocupam outros lugares, há uma busca pela continuidade e afirmação de sua existência que se dá por meio de sua cultura, seus hábitos, na prática religiosa e na prática do idioma e aprendizado deste para as próximas gerações.

Desse modo, o imigrante mantém a sua identidade e a expressa no âmbito dos lugares que elege para a sua continuidade existencial. Apropriam-se dos lugares como forma de estabelecerem com ele sua permanência e o pertencimento na sociedade de acolhida. Nesse sentido, “o lugar é onde o ser pode se realizar. A relação ser-lugar permite ao migrante continuar a ser ele mesmo o mesmo, na medida em que permite o ser manter-se em movimento conjunto às coisas.” (GALLO, 2011, p. 52)

Desse modo, as atividades desenvolvidas pelos imigrantes possibilita a criação na cidade de São Paulo, mais precisamente nas proximidades da Missão Paz, de um espaço com identidade haitiana resultado da forte presença da comunidade, seja pela moradia ou pelas atividades econômicas que desenvolvem no local.

Considerações finais

Presenciamos, no sistema capitalista neoliberal em que vivemos, um aumento da migração em escala global. As restrições de entrada nos países do Hemisfério Norte se intensificaram após os atentados terroristas de 11/09/2001, limitando ainda mais a livre circulação de pessoas tão defendida no início da globalização. Fato é que as fronteiras se fecham nos países desenvolvidos e a alternativa para muitos migrantes é o Sul global onde o Brasil está inserido.

Desde 2010, o Brasil e a cidade de São Paulo recebem imigrantes haitianos que chegam em busca de emprego e de uma vida melhor. Circulam pela a cidade, locomovem-se utilizando o transporte público, frequentam parques, praças e eventos; falam *créole*, francês e português com sotaque, dão às ruas uma nova roupagem e à cidade de São Paulo uma nova paisagem marcada pela sua presença.

Sayad (1998) nos ensina que, a migração é um “fato social total” e a chegada do recente fluxo migratório haitiano não modifica somente a paisagem da cidade, mas ele traz consigo um impacto em diversas áreas como na economia, no acolhimento das escolas públicas, nos abrigos e alojamentos públicos e nas entidades que trabalham com migrantes, nos atendimentos do SUS, na percepção da sociedade e na necessidade de se criar políticas públicas para o atendimento das necessidades dessa população e de todos os diversos imigrantes que vivem em São Paulo.

A territorialização dos imigrantes, conforme nos mostra os estudos de Hasbaert (2006) se dá no sentido do engajamento com o mundo do trabalho. A falta de trabalho ou o recebimento de

salários baixos permite uma territorialização precária na cidade, seja na habitação, na informalidade dos trabalhos temporários ou nos “bicos” exercidos por eles, na alimentação e conseqüentemente na diminuição ou escassez de envio de remessas para os familiares no Haiti.

Com a presença haitiana, é possível identificar várias mudanças no espaço urbano de São Paulo, mas é necessário destacar a região central e o entorno da Missão Paz, na baixada do Glicério, primeiro local de acolhida na cidade e referência para esses imigrantes que possuem a sua associação no mesmo bairro o que viabiliza a permanência dessa comunidade nesse lugar. Além disso, a região central oferece equipamentos urbanos que, em sua maioria, não são encontrados na periferia da cidade, o que atrai, mesmo os que moram distantes, a procurarem a região central pelas opções de lazer, de serviços e pela facilidade de encontro com outros haitianos.

Após passarem por abrigos gratuitos da cidade, optam por morar em cortiços na região do Glicério, Cambuci e Ipiranga que, antigamente foram habitados por imigrantes de outras nacionalidades ou na periferia e também em outros municípios da grande São Paulo em busca de opções de aluguéis mais acessíveis como é o caso de Guaianases, Itaquera e Mooca, na zona leste e, em bairros do extremo da zona sul. Conforme nos aponta Dal Gallo (2011) “A ontologia do migrante vem à luz, em causa da compreensão da necessidade intrínseca da busca da existência do lugar: o desejo de manter a continuidade da sua narrativa existencial. (GALLO, 2011, p. 56,)

É em busca de manter a continuidade de sua existência que os haitianos se apropriam dos espaços da cidade e manifestam sua cultura e seus costumes por meio de suas atividades laborais, pela música e gastronomia e contribuem para enriquecer a multiculturalidade da metrópole paulistana que outrora recebeu e ainda recebe vários outros fluxos de imigrantes.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: Ricardo Antunes (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CARVALHO, Monica de. Cidade Global. Anotações críticas sobre um conceito in São Paulo. In: **Revista Perspectiva** 14 (4) 2000 p. 70-82.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**, 2014, 154 p. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

DANTAS, Sylvia.; FERREIRA, Ligia, VÉRAS, Maura Pardini Bicudo - Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. Dossiê interculturalidades. In: **Rev. USP**, São Paulo, n. 114, p. 31-44, julho/agosto/setembro 2017.

DEUS, Frantz Rousseau. Migração Haitiana em São Paulo pós-terremoto de 2010: A religião como suporte. In: **Temáticas, Campinas**, 25, (49/50): 203-232, fev/dez. 2017.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GALLO, Priscila Marchiori Dal. Lugar e identidade na experiência migrante: entre eventualidade e transitoriedade. In: **Geograficidade**, v.01, n.01, p. 44-58, Inverno 2011.

GERMANI, Gino. **Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

HAESBERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2006.

HANDERSON Joseph. A Historicidade da (E)migração Internacional Haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. In: Cavalcante et al (org). **A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na região Sul e no Distrito Federal**. OBMIGRA, Brasília, 2016.

JESUS, Alex Dias de. Fronteiras e atravessamentos: experiências migratórias de haitianos em Tijuana, México. **Formação (Online)**, v.26, n.49, p. 85-105, 2019.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R. **Estatística para as ciências humanas**. 11^a. ed. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2012.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, R. (org et al). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: contradições da inserção laboral. In: BAENINGER, R. (org et al). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/governo-brasileiro-garante-direitos-para-imigrantes-haitianos>. Acesso em 6 mar. 2016.

MORAES, Isaías Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. In: **Conjuntura austral**, Porto Alegre, v. 4, n. 20, out. nov. 2013, p. 95-114.

NOGUEIRA, Fabiana. **Dèyè mòn, gen mòn: Imigração Haitiana no Brasil – Relatos do Vivido**, 2017. Tese: (dissertação de mestrado) FFLCH–Programa de Pós- Graduação em Humanidades, Direito e outras legitimidades-USP.

PACHI, Priscilla. **A precarização na base da mundialização contemporânea: a imigração haitiana na metrópole de São Paulo**, 2019. Tese: (dissertação de mestrado) FFLCH – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP.

PACHI, Priscilla. Migração e interculturalidade, um binômio capaz de construir pontes de convivência. In: **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1 e 2, p. 124-143, jan./dez. 2018.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández. LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**: São Paulo: McGraw Hill, 2006.

SASSEN, Saskia. **Expulsões, brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia. **A Cidade Global**. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SINCRE. **Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros**. Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/microdados>. Acesso em: 18 fev. 2019.

TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas: Les nouveaux nômades de l'économie souterraine**. Paris : Éditions Balland, 2002.

UNISINOS. Medo de ebola agrava preconceito contra imigrantes negros. Revista **Instituto Humanitas**. 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/538630-medo-de-ebola-agrava-preconceito-contraimigrantes-negros>. Acesso em: 20 jan. 2016.

USIH – **União Social dos Imigrantes Haitianos**. Disponível em: <http://usihaitianos.org/quemsomos/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

As marcas da migração internacional no Vale do Rio Doce pelos utensílios domésticos

Ricardo Alves¹
Sueli Siqueira²

Resumo: O artigo busca identificar e evidenciar marcas (i) materiais que a emigração em seis cidades do Vale do Rio Doce inscreve nesses territórios pelos sujeitos e grupos que migram para os Estados Unidos. Para tanto, aciona as teorias da migração internacional e as conjuga com os estudos territoriais. Também se vale da fotografia com instrumental de pesquisa e linguagem expositiva dos resultados ancorada na Semiótica como metodologia de análise das imagens. Neste artigo a série fotográfica dos utensílios domésticos é analisada, revelando a existência de marcantes aspectos que (re) configuram um território historicamente marcado pela vivência da migração.

Palavras-chave: Emigração internacional. Território. Fotografia. Semiótica.

The marks of international migration in the Vale do Rio Doce by household items

Abstract: The article seeks to identify and evidence (i) material marks that emigration in six cities in the Rio Doce Valley inscribes in these territories by the subjects and groups that migrate to the United States. For this purpose, it activates the theories of international migration and combines them with territorial studies. It also uses photography as a research tool and expository language of the results anchored in Semiotics as a methodology for analyzing images. In this article, the photographic series of household items is analyzed, revealing the existence of striking aspects that (re) configure a territory historically marked by the experience of migration.

Keywords: International emigration. Territory. Photography. Semiotics.

¹ Universidade do Vale do Rio Doce (Univale), Governador Valadares-MG, Brasil (jornalista@hotmail.com).

² Idem (suelisiqueira.gv@gmail.com).

Las marcas de la migración internacional en el Vale do Rio Doce por artículos domésticos

Resumen: El artículo busca identificar y evidenciar marcas concretas y simbólicas de que la emigración en seis ciudades del Valle del Río Doce se inscribe en estos territorios por los sujetos y grupos que migran a los Estados Unidos. Para ello, activa las teorías de la migración internacional y las combina con estudios territoriales. También utiliza la fotografía con herramienta de investigación y lenguaje expositivo de los resultados anclados en Semiótica como metodología para analizar imágenes. En este artículo, se analiza la serie fotográfica de artículos para el hogar, revelando la existencia de aspectos sorprendentes que (re) configuran un territorio históricamente marcado por la experiencia de la migración.

Palabras clave: Emigración internacional. Territorio. Fotografía. Semiótica.

Introdução

O Vale do Rio Doce, no interior de Minas Gerais, é uma região reconhecida nacional e internacionalmente pela emigração de milhares de seus moradores, especialmente para os Estados Unidos. Esses fluxos, iniciados há mais de 50 anos, produzem efeitos consideráveis em todas as dimensões que estruturam a vida social dos moradores desses territórios, conforme demonstram estudos de Margolis (1994) e Siqueira (2009). As migrações continuadas originam práticas que se integram à cultura dessas populações e (re) configuram seus territórios. Essa dinâmica produz marcas indeléveis nos lugares onde ocorrem e nos sujeitos que ela envolve.

A cidade de Governador Valadares é a origem dos primeiros sujeitos a buscarem no emigração uma forma alternativa de trabalho e renda (MARGOLIS, 1994). Do final da década de 60 até os dias atuais, a constituição do fluxo emigratório a partir da cidade desencadeou processos que impactam o modo de vida dos habitantes dessa região, como relatam estudiosos do fenômeno migratório (MARGOLIS, 1994; ASSIS, 1995; SOARES, 1995; SIQUEIRA, 2009). Dos anos 1980 para cá, o Vale do Rio Doce tornou-se o principal ponto de partida de brasileiros para o exterior (SIQUEIRA, 2018).

Nesse período, diversos efeitos foram verificados nas várias cidades de onde se originam os fluxos. Entre eles, alterações no cenário urbano e mercado imobiliário de Governador Valadares (MARTES; SOARES, 2006), e o surgimento de negócios empreendidos por emigrantes no município e cidades vizinhas (SIQUEIRA, 2009). A prática também fez surgir uma indústria da emigração (FAZITO, 2010), cujo braço ilegal gerou até uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o tráfico de pessoas, a CPI da Emigração Ilegal (BRASIL, 2006).

Todavia, efeitos menos ruidosos também são gerados pela migração continuada e impactam as vivências em toda uma região, cuja população é de mais de 1,5 milhão de pessoas (IBGE, 2010). A consolidação da migração como símbolo de sucesso é uma das consequências, bem como a valorização de tudo que vem dos EUA, seja material ou simbólico (SIQUEIRA, 2009). Os rearranjos familiares em função da ausência do emigrante e as rupturas sócio-afetivas geradas em quem não migra (ASSIS, 1999) são também rastros deixados pela migração continuada nesse território.

O presente artigo tem por objetivo identificar e evidenciar as marcas materiais e imateriais que essa prática migratória para os EUA inscreve nos territórios de seis cidades do Vale do Rio Doce e nas territorialidades de seus habitantes. São elas: Sobrália, Fernandes Tourinho, Engenheiro Caldas, Conselheiro Pena, Governador Valadares e Ipatinga. Mais especificamente, buscou-se salientar que elementos advindos da emigração informam o surgimento de novas territorialidades na vida dos sujeitos engendrados por essa diáspora em seus territórios locais.

Aqui se esclarece que o conceito de marca vem de uma das definições oferecidas pelo dicionário Houaiss (2017): “traço distintivo por que se reconhece alguém ou algo”. Nesse mesmo sentido, de distinguir e reconhecer, o termo “marca” é utilizado pelo Dicionário de Semiótica (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 272) para se referir aos “traços distintivos” ou “signos de reconhecimento” que se obtém a partir da presença de um elemento heterogêneo em um conjunto.

Seja no ordenamento político e econômico ou na conformação cultural e social, a emigração continuada traz mudanças às dinâmicas sociais de sujeitos e territórios. Sua efetivação ao longo do tempo produz traços de comportamento distintos do padrão daquelas comunidades, atribuindo significados particulares ao processo, com amplos reflexos no território. Sondar alguns desses significados foi objeto de um estudo mais amplo, contudo, neste artigo, será tratado especificamente dos utensílios domésticos.

As teorias das migrações e do território

No percurso que levou à realização desta tarefa, os aportes teóricos sobre a migração internacional foram um alicerce imprescindível no cumprimento da proposta. Tais estudos dão conta da complexidade dos processos migratórios e tratam ainda de muitas das afetações que produzem nas sociedades em níveis macro e micro. Em especial nos Estados Unidos, de onde partem muitas das teorias aqui acionadas. Uma dessas ricas contribuições é o alerta feito por Massey et al (1993) de que a migração internacional, como objeto de estudo multidimensional e multifacetado, requer abordagens sensíveis que perpassem várias áreas do conhecimento. E análises que contemplem os vários níveis de amplitude e profundidade nos quais a migração se efetiva na prática.

Os padrões e tendências atuais da imigração, no entanto, sugerem que uma compreensão plena dos processos migratórios contemporâneos não será percebida, contando apenas com as ferramentas de uma disciplina, ou concentrando em um único nível de análise. Antes, sua natureza complexa e multifacetada requer uma teoria sofisticada que incorpore uma variedade de perspectivas, níveis e premissas. (MASSEY et al., 1993, p. 432)³.

³ Tradução livre

Tal assertiva é adotada como proposta heurística, pois ilumina duas questões caras a este estudo: a primeira é a defesa da interdisciplinaridade como única forma de enxergar com clareza o fenômeno da migração internacional e, por conseguinte, os efeitos que possa causar sua perpetuação a partir de um mesmo território de origem; a segunda questão é que se aplica aos estudos territoriais a mesma postura epistemológica integradora, que incorpora vários níveis de análises bem como perspectivas sugeridas em pressupostos de várias disciplinas.

Nesse sentido, os estudos territoriais apresentam-se como ferramenta teórica profícua para o entendimento das causas e afetações dos fluxos migratórios nos espaços onde ocorrem. Ao olhar para o território a partir das dimensões econômicas, jurídico-políticas e simbólico-culturais, como postula Haesbaert (2004), os estudos territoriais permitem enxergar por partes as afetações espaciais dos fenômenos migratórios.

O acionamento dessas teorias – das migrações e do território – é feito ainda em consonância com pesquisas desenvolvidas sobre o tema em Governador Valadares e cidades vizinhas. Esses estudos apontam afetações econômicas, políticas e sociais em sujeitos e grupos nos territórios locais causadas pela migração continuada de alguns de seus moradores. E apontam como a migração internacional já se constitui prática normalizada, característica territorial desses municípios. Alguns desses estudos locais serão detalhados adiante e acionados nas análises das fotografias como forma de validação de hipóteses aventadas a partir das imagens.

Metodologia: o caminho para as marcas

Como postura, a pesquisa interdisciplinar sugere que o objeto seja o ponto de partida das abordagens teóricas e metodológicas (JAPIASSU, 1976). Nessa esteira, parte-se da busca pelas marcas da migração internacional para se pavimentar um caminho que seja possível identificá-las e evidenciá-las, bem ao estilo proposto por Becker (1999) como modelo artesanal de ciência. Na prática, busca-se ferramentas adequadas para atender ao propósito de se cumprir o objetivo do estudo.

Sob essa ótica, a fotografia foi utilizada aqui como instrumento que permitiu evidenciar os elementos inseridos nos territórios dos emigrantes a partir do êxodo para os Estados Unidos de alguns dos seus habitantes. Não apenas como ferramenta prática, mas também como campo do conhecimento, a fotografia é acionada ainda enquanto linguagem para compor o discurso que expõe as marcas materiais da migração.

A utilização da fotografia em pesquisa se ampara nos postulados de Becker (1974; 1999), que a considera rico instrumento para investigação social. Para o autor, as experimentações do campo das artes é que devem ser incorporadas pelo contexto científico como complementaridade para que a ciência possa enxergar melhor o social como um todo. Becker (1974; 1999) propõe que haja um equilíbrio entre o rigor acadêmico que caminha para o hermetismo e o risco de um estatuto perigosamente científico para fotografias documentais em contexto de pesquisa social.

A riqueza de informações e a polissemia da imagem fotográfica são atributos ressaltados também por Martins (2008) e Schwarcz (2014), que defendem uma maior valorização do discurso fotográfico como gerador de conhecimento científico. Eles partilham com Samain (2000) e Achutti (2003), a ideia de que as imagens possam ser aplicadas na apresentação de resultados em pesquisas sociais. Caminho esse que o presente artigo buscou seguir.

Não menos conceitual e processual, a Semiótica de Peirce foi a metodologia de análise da narrativa fotográfica produzida por um dos pesquisadores durante a investigação. Sua condição de fenômeno (PEIRCE, 2005) viabilizou a proposição de inferências de significados em vários níveis, tanto dos signos visuais que constituem as imagens fotográficas, quanto dos objetos representados por esses signos.

Pelo seu caráter eminentemente teórico e filosófico (SANTAELLA, 2016), a Semiótica permitiu a articulação de seus pressupostos em compasso com os conhecimentos sobre o território abordado, com os estudos sobre a emigração nos territórios locais e com os potenciais expressivos da linguagem fotográfica.

Reflexos locais da migração

Essa perspectiva teórica possibilitou explorar com significativo retorno o campo de pesquisa delimitado pelos municípios de Sobrália, Fernandes Tourinho, Engenheiro Caldas e Conselheiro Pena, além de Governador Valadares e Ipatinga. Os três primeiros municípios citados são contíguos e possuem as mais altas taxas de migração internacional do país, segundo o Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012). Os municípios de Ipatinga e Governador Valadares foram incluídos por serem de porte médio e servirem de referência regional para as dezenas de pequenos municípios de seus entornos (IBGE 2007). Também pesou o fato de Governador Valadares ser a principal cidade do Vale do Rio Doce e epicentro do fenômeno migratório e (SIQUEIRA, 2018).

Entre as cidades, o maior destaque é Sobrália, que possui 88,8 habitantes no exterior para cada 1.000 habitantes vivendo no município. Ou um número de emigrantes correspondente a 8,88% da população de 5.830 pessoas que vive no município (IBGE, 2012). Esses números fazem de Sobrália a campeã nacional de exportação de pessoas para o exterior⁴ e motivou sua adoção como território alvo desta pesquisa.

Com 3.030 habitantes, Fernandes Tourinho tem a menor população das cidades pesquisadas, mas é a terceira maior taxa de migração internacional, com 64,7 habitantes no exterior para cada 1.000 habitantes no município, segundo o IBGE (2012). O órgão apontou também 46,30 emigrantes de Engenheiro Caldas para cada 1.000 moradores do município, que tem 10.280 habitantes e ficou em décimo lugar no país no quesito emigração internacional. Além dos altos índices migratórios, esses três municípios são vizinhos separados por, no máximo, 13 quilômetros de estradas vicinais. Engenheiro Caldas é a referência entre eles, pois fica às margens da

⁴ Todos os dados populacionais, bem como as taxas e os números absolutos referentes à emigração internacional dos municípios citados neste capítulo são do Censo Demográfico do IBGE (2010).

BR-116 e cerca de 42 quilômetros de Governador Valadares – pela rodovia BR-116 sentido norte⁵.

O município de Conselheiro Pena não estava inicialmente entre os territórios selecionados, pois fica a 93 km de Governador Valadares pela rodovia MG 259, no sentido Colatina (ES). Porém, as investigações conduziram a pesquisa para a localidade de 22.242 habitantes, com taxa de migração internacional de 51,21 emigrantes para cada 1.000 moradores – a nona mais alta do país.

Os números proporcionais de Ipatinga e Governador Valadares não são significativos por terem populações de mais de 250 mil habitantes cada. No entanto, em termos absolutos, Governador Valadares tem números relevantes, com um total de 7.560 migrantes no exterior (IBGE, 2012), a sétima maior população brasileira fora do país, superando capitais como Brasília, Porto Alegre e Fortaleza.

Um *survey* realizado com imigrantes brasileiros no estado de Massachussets⁶ (MARTES; SOARES, 2006) revelou que, do universo pesquisado, 78% enviam remessas regulares ao Brasil. A pesquisa demonstra ainda que as remessas são destinadas prioritariamente para: ajuda familiar; compra de imóveis no Brasil, aplicação em investimentos financeiros e pagamentos de dívidas, além de doações a entidades.

Entre outros dados levantados pelo estudo, dois fatores se mostram significativos para este trabalho: i) os percentuais de 14% e 5% das remessas são destinados às cidades de Governador Valadares e Ipatinga, respectivamente; ii) o envio médio de recursos é da ordem de cerca de US\$ 6,5 mil anuais por migrante. Tais números foram obtidos em 2004 e, segundo o estudo, contribuíram para uma expansão imobiliária na cidade no período entre 1984

⁵ Distâncias medidas pelo aplicativo de rotas através de georreferenciamento, oferecido pelo www.maps.google.com.

⁶ A pesquisa de Martes e Soares, realizada em 2004 nos EUA, selecionou uma amostra de 235 brasileiros nas cidades de Cambridge e Somerville, na região metropolitana da capital de Massachussets, além de 10 brasileiros donos de lojas de envios de remessas na própria cidade de Boston.

e 1993, tendo nos emigrantes para os EUA os responsáveis por 35,9% das aquisições de imóveis nesse período.

Transportados para os dias atuais⁷, os valores de US\$ 6,5 mil apurados como valor médio enviado por emigrante a cada ano ainda são consideráveis. Representariam, atualmente, 0,87% do PIB de Governador Valadares e 0,33% do PIB de Ipatinga. Mais expressivos se tornam esses números quando aplicados às cidades de menor porte. Em Engenheiro Caldas, as remessas teriam participação de 2,85% na riqueza produzida no município.

Em Fernandes Tourinho, elas representariam 3,86% do PIB, enquanto em Sobrália, os valores chegariam a 6,80% da riqueza anual local. Se a média apontada pelo estudo se mantiver, as remessas de dinheiro para Sobrália chegariam a mais de 50% da atividade agropecuária do município. E somariam 148% de toda a atividade industrial registrada na cidade.

Ao encontro das marcas

A investigação exigiu a vivência dos territórios escolhidos e a convivência com os sujeitos marcados pela diáspora nessas localidades. Em um processo de busca ativa, a pesquisa acionou órgãos públicos, instituições religiosas, estabelecimentos comerciais e cidadãos comuns, em um diálogo que (re) configurou o território deste estudo.

Ao todo, foram 23 incursões pelo campo de pesquisa, com mais de 50 visitas a locais e pessoas que conduziram ao levantamento de informações e produção de fotos. A maior parte se concentrou em idas aos municípios de Sobrália, Fernandes Tourinho e Engenheiro Caldas pela relevância dos números apresentados acima e por serem localidades ainda pouco

⁷ O comparativo é feito com base no número de migrantes de cada município, apontado pelo IBGE (2012), e no PIB de 2016 de cada uma das cidades, divulgado pelo IBGE em sua página na internet (<https://cidades.ibge.gov.br/>), acessada em 9 de março de 2019. Esse índice, segundo o órgão, é apurado em parceria com órgãos estaduais e indicam o dinamismo econômico das cidades.

visitadas por pesquisadores da migração, conforme os próprios colaboradores afirmaram.

A produção de todas as fotografias apresentadas ficou a cargo do pesquisador, todavia, com a participação dos colaboradores. O critério é que os participantes fossem transmigrantes⁸, emigrados retornados há menos de dois anos, e não-migrantes que tivessem algum parente de primeiro grau morando nos EUA. Aos que se dispuseram a colaborar, foi-lhes pedido que apresentassem algo que representasse para eles a migração internacional, dando aos sujeitos pesquisados a real condição de colaboradores da pesquisa. Ao todo, foram produzidas 64 fotos que foram divididas em oito séries fotográficas.

Em um recorte dos resultados dessa pesquisa, traz-se neste artigo as 13 fotos da série “Utensílios Domésticos”. Tais fotografias são arranjadas em uma narrativa visual de forma a ressaltar e simbolizar marcas materiais e imateriais da emigração internacional nos municípios estudados. Como objetos enviados em remessas de emigrados, os utensílios são eles próprios indícios materiais da emigração internacional. Como relíquias ou troféus, eles simbolizam o sucesso do projeto migratório e a ausência do emigrante, marcas imateriais deixadas pela migração internacional nesses territórios.

As análises das fotos são feitas em pequenos conjuntos em conformidade com a forma de apresentação, em trípticos e polípticos, sendo que cada imagem é citada e analisada individualmente e no conjunto. O método de análise segue os pressupostos da lógica crítica da semiótica peirceana (SANTAELLA, 2016), que fornece modelos para a inferência e verificação de resultados.

São eles três tipos de raciocínio: i) o pensamento abduutivo, que permite conjecturas, sugestões, e formulação de verdades possíveis – hipóteses – sobre os significados das imagens

⁸ Tal figura é caracterizada pelo sujeito que circula entre os diferentes territórios que a migração lhe permite articular, que se territorializa em movimento, sob uma perspectiva econômica transnacional (SCHILER, 1992) e ambiente transcultural (HALL, 2003).

fotográficas; ii) o pensamento dedutivo, que permite apurar fatos, indícios, e formular verdades prováveis – assertivas – sobre o que diz as fotografias; iii) o pensamento indutivo, que permite verificar se as inferências abduzidas e deduzidas se confirmam em casos semelhantes e se podem ser aplicadas em outros casos parecidos, tornando-se a assertiva deduzida uma regra geral para os casos com as mesmas características determinadas pelo estudo.

Antes de se proceder à exposição das imagens, faz-se necessário esclarecer que a análise da série fotográfica em questão não propõe um viés etnográfico para a abordagem dos utensílios como objetos resultantes de um processo migratório, o que, a propósito, se mostra bastante pertinente como proposta metodológica.

Contudo a presente série é um recorte de um ensaio fotográfico em que se aborda elementos de universos variados, tendo em comum o fato de constituírem parte do território e das territorialidades de sujeitos e grupos engendrados pelas dinâmicas da migração internacional no Vale do Rio Doce há mais de 50 anos.

Outra peculiaridade das fotos, consonante com o que postula Achutti (2003), é a estratégia discursiva de apresentar uma narração visual sem nenhum texto intercalado com as imagens para não desviar a atenção do espectador. Tal proposta se respalda ainda nas proposições de Swarcz (2014) e Martins (2008) sobre a utilização de imagens para divulgação de resultados de pesquisas.

Os textos remissivos à série são apresentados após as fotos e trarão as respectivas análises. Antes de querer sobrepujar os textos às imagens ou vice-versa, tal formato pretende, antes, valorizar cada uma das linguagens – visual e escrita – ao permitir que haja uma fruição mais adequada dos códigos de informação que cada uma das linguagens carrega, como bem explica Samain (2000).



Figura 1: Tríptico Cozinha – Fotos Ricardo Alves, 2019.



Figura 2: Tríptico Copa. Fotos Ricardo Alves, 2019.



Figura 3: Políptico Café – Fotos: Ricardo Alves, 2019.



Figura 4: Tríptico Eletros. Fotos: Ricardo Alves, 2019

Resultados: análise da série fotográfica

A série em análise trata de objetos trazidos dos Estados Unidos pelos migrantes em passeios, em seus retornos para a origem, ou mesmo enviados daquele país em remessas ou através de portadores. Esses objetos são chamados aqui de utensílios, pois são destinados ao uso doméstico e se referem, ao uso específico em atividades ligadas às refeições, que são uma forma de comunhão familiar.

A Figura 1 – Tríptico Cozinha – traz na foto superior um conjunto de 16 facas expostas em um suporte fixo na cozinha de uma casa. De variados tamanhos, tipos e finalidades, as facas não diferem muito dos mesmos utensílios brasileiros, exceto pela qualidade de uso alegada por seu dono. A foto do meio do tríptico exibe uma chaleira em aço inoxidável com alça superior fixa e um apito sonoro no bico, além de um botão de acionamento mecânico da tampa. Em raciocínio abduutivo, aventa-se que os dispositivos que sofisticam o uso de um utensílio de uso corriqueiro sugerem uma sofisticação de hábitos inserida no território local pelo artefato importado.

Na foto inferior, a imagem mostra uma panela elétrica, cujo funcionamento é operado por botões disposto em um painel frontal onde também tem um visor digital. O utensílio também traz a inscrição “*Crock Pot*” do lado esquerdo da foto, que se constatou ser a marca do produto. Do lado direito dessa foto, há a inscrição “*Smart Pot*” – “Panela Inteligente” em tradução livre – em referência à facilidade de uso. A tomada que pluga a panela na eletricidade também está à mostra e tem os pinos chatos, característica de produtos eletroeletrônicos importados dos EUA.

De modo discreto, essa primeira imagem da série alude a alguns hábitos cotidianos de emigrantes em diáspora, nos termos de Haesbaert (2012). E sugerem que esses hábitos contenham uma evolução intrínseca dos afazeres domésticos, uma sofisticação de métodos em comparação com os usos e vivências do território doméstico no Brasil. Em pensamento dedutivo, esta pode ser vista como uma das maneiras em que a migração carrega para os

territórios locais os valores simbólicos de grandeza, de qualidade, de evolução, de superioridade e outros juízos sobre artefatos, hábitos e demais expressões da cultura dos Estados Unidos.

Tal pensamento se confirma, indutivamente, como regra quando se apura que a valorização do território estrangeiro e da sua territorialidade pelos emigrantes que cumpriram o objetivo de ascender economicamente se aplica também a casos semelhantes ainda não apurados (SIQUEIRA, 2009). Configura-se um típico caso de territorialidade simbólica do estrangeiro a definir parâmetros em territórios locais.

A segunda lâmina da série – Figura 2 – é um tríptico que chama a atenção pela quantidade de utensílios de vidro e cristal dispostos em uma mesa, exibidos pela foto inferior da imagem. São utensílios enviados dos EUA ano a ano por uma emigrante indocumentada naquele país e que vive há 15 anos sem vir ao Brasil. O acúmulo dos objetos sobre a mesa, mais que sugerir ou aludir (pensamento abduativo), são um indício (pensamento dedutivo) do tempo acumulado na emigração e relatado por quem exibe os utensílios. Tempo de vida longe dos familiares e do território de origem, tempo esse contado pelas inúmeras remessas de encomendas e objetos que se acumulam.

A foto do meio da trinca exibe três pequenos copos, parte da coleção de utensílios da foto inferior. O copo do meio traz algumas inscrições referentes a uma universidade do estado do Arizona, nos Estados Unidos, indicando mais uma referência territorial estrangeira. Em diálogo com as duas citadas, a foto superior da imagem traz uma segunda panela elétrica, com a inscrição da marca e o desenho de alguns legumes. O modelo do utensílio exibe alguns desgastes pelo uso e tempo de fabricação, criando também um nex temporal que evoca o período de tempo em que a migração (re) configura, continuamente, ambientes domésticos nos municípios pesquisados.

Sobre as temporalidades na migração, Georg Simmel (apud SIQUEIRA, 2009) postula a existência de um tempo suspenso, que não passa para os emigrantes, sujeitos mergulhados em uma circunstância de aventura. A esse respeito, Siqueira (2009)

destaca que essa dinâmica se aplica aos migrantes dos territórios estudados, para os quais a vivência do tempo na migração parece não contar como tempo corrente de vida. Sayad (2000), por sua vez, fala do tempo que o migrante dedica ao lugar e ao tempo da sua partida, gerando um sentimento de nostalgia que o desloca do tempo diacrônico.

Essa ausência do emigrante em seu território de origem é a primeira e uma das mais profundas marcas geradas pela migração. Produz um estado paradoxal definido por Sayad (2000, p.20) como ausência-presença. Tal conceito explica uma condição em que o migrante “está nos fatos física, material e corporalmente ausente, mas está moral, mental, imaginária e espiritualmente presente”. Essa ausência é sentida fortemente pelos “filhos da migração” (ALVES e DAIRREL, 2014), adolescentes da cidade de São Geraldo da Piedade que programam seus futuros nos Estados Unidos em função da emigração do pai ou da mãe.

A existência de casos semelhantes em se aplica a mesma condição (pensamento indutivo), é que dão à ausência um caráter geral de regra para casos semelhantes, como marca deixada pela emigração – e pelo migrante.

A Figura 3 faz menção a um hábito mundial, cultuado tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos: o consumo de café. Com quatro fotos em um políptico, a imagem faz referência a diferentes espaços daquele país – aqui em sentido amplo. A imagem dos utensílios de café mostra a presença de territorialidades múltiplas (HAESBAERT, 2004) que tocam a origem material e a dimensão cultural simbolizada pelos utensílios.

Na foto do meio, uma pessoa empunha uma caneca preta que tem escrito em cor de caramelo o nome do estado de Connecticut, nos EUA. Na foto inferior da direita, uma outra caneca preta está com o nome da cidade de Chicago impresso em cor prateada sobre a lateral do objeto. Dedutivamente, afirma-se que ambas expressam diferentes origens e territorialidades concretas em diferentes níveis geográficos.

A foto inferior esquerda exhibe uma caneca prateada e preta sobre um fundo vermelho que salta aos olhos. O utensílio tem

escrito “ER”, iniciais de *emergency room*, ou sala de emergência em tradução livre, complementado pela presença de um gráfico de eletrocardiograma que acompanha as iniciais. As referências à prática da medicina nos Estados Unidos sugerem uma territorialidade simbólica estrangeira, deduzida também pela sigla em inglês.

A foto superior do conjunto traz uma caneca vermelha, oriunda da lanchonete Dunkin’ Donuts, com o nome da loja e a inscrição Coffee dispostas sobre uma figura de grãos de café. Ao lado, uma vasilha transparente com pó de café oriundo de uma das lojas da rede de lanchonetes estadunidense, famosa por vender café e as rosquinhas típicas daquele país, os *donuts*.

O que se deduz a partir dessa foto é a assimilação, em territórios locais, de traços concretos da cultura de consumo dos Estados Unidos. E ainda uma alusão (abdução) ao consumo de *donuts* que passa pela valorização dos produtos oriundos da famosa rede de lojas de rosquinhas daquele país. Julga-se (dedução) que a transposição de territorialidades concretas e simbólicas dos EUA para o Brasil reflete a conquista de territórios estrangeiros. Atitudes semelhantes são descritas em Siqueira (2009) como uma espécie de selo que atesta o sucesso do projeto migratório, o que permite afirmar (indução) que tal valoração positiva do estrangeirismo tem caráter de regra entre os emigrantes pesquisados.

Fechando a série de utensílios, a quarta lâmina – Figura 4 – é composta por três fotos de eletrodomésticos estadunidenses. Na foto inferior, um liquidificador com o nome do fabricante e o modelo do produto escritos em inglês é exibido junto com o pino chato da tomada que o pluga na rede elétrica. Na foto superior, além de um liquidificador, há moedor de café, cafeteiras, canecas e garrafa de café, dispostos sobre um refrigerador prateado, todos produtos importados.

No centro da imagem, uma batedeira prateada cujo *design* arredondado alude aos típicos aparelhos eletrodomésticos dos anos 50 e 60 nos Estados Unidos, época de pujança econômica e social naquele país. O prateado dos utensílios é um elemento de unidade estética e sugere (abdução) avanço tecnológico. A exemplo

da primeira lâmina da série, deduz-se a partir dessa imagem que a tecnologia importada confere um maior *status* à cozinha ou à casa de quem possui esses utensílios.

Novamente aqui se demonstra a valorização do que vem do estrangeiro, posturas de emigrantes confirmadas por Siqueira (2009) e Margolis (2004) em seus estudos realizados em Governador Valadares e região. Tal confirmação (indução) põe a exibição desses utensílios como uma marca material da migração e um símbolo do estrangeirismo, essa uma marca imaterial da emigração no Vale do Rio Doce.

Dessa forma, a série de imagens dedicada aos utensílios domésticos informa sobre a migração mais que a apreciação das imagens poderia sugerir. Por estarem ligados ao ambiente doméstico, esses objetos se conectam a profundas subjetividades – territorialidades – dos emigrantes e de seus grupos sociais. E tornam possíveis inferências lógicas sobre o significado da migração e a identificação das marcas que a diáspora inscreve nos territórios locais.

Nesse sentido, a simples presença desses utensílios e sua incorporação nas territorialidades domésticas locais, são marcas materiais. E são consideradas salientes por habitarem espaços tão íntimos na vida dos viventes desses territórios. Por outro lado, a ausência dos emigrantes e o estrangeirismo, significados abstratos acionados a partir da presente série fotográfica, são consideradas aqui como profundas marcas imateriais inscritas pela migração nos territórios investigados.

Considerações finais

Os mais de 50 anos de existência do fenômeno migratório nos territórios do Vale do Rio Doce tornam complexas as tentativas de mensurar as implicações das diásporas ocorridas a partir desses territórios. Mesmo em suas particularidades, a migração internacional, como prática social consolidada, engendra uma série de mecanismos que envolvem todas as dimensões sociais dos territórios onde ocorrem. Afetam, assim, a configuração desses

territórios na dimensão da economia e do trabalho, na instituição ou no exercício de direitos e de seus poderes correlatos, e na expressão da cultura e circulação dos símbolos a ela correspondentes. Tudo ao mesmo tempo.

De tal forma que torna praticamente impossível obter a medida precisa da extensão que os efeitos da migração desencadeiam nesses espaços. Por esse motivo, a articulação dos estudos territoriais, a partir dos enquadramentos teóricos propostos principalmente por Haesbaert (2004; 2012), se mostrou profícua no sentido de permitir que o fenômeno migratório fosse analisado a partir das dimensões em que se manifesta, as mesmas que constituem os territórios nos quais ocorre.

O que a fotografia aqui torna visível são indícios de afetações territoriais provocadas pelos fluxos migratórios, que se nomeou como “marcas”. Algumas dessas marcas são materiais e se oferecem à análise de forma mais direta. Pois aludem às dimensões econômica, política e cultural, que se articulam de forma integrada e contínua, no processo de configuração territorial no Vale do Rio Doce. Por outro lado, elas simbolizam territorialidades estrangeiras arraigadas em territórios locais a partir das relações que os emigrantes desenvolveram no contato com o território estrangeiro.

Nesse sentido, os utensílios representam o poder de consumo, o sucesso alcançado através da migração, mas simbolizam ainda o sonho de retorno dos migrantes em diáspora. Reificam a expressão de um território marcado pela ausência de alguns de seus habitantes. Ausência essa que provoca nos territórios locais a substituição desse emigrante por suas remessas de valores em dinheiro ou objetos enviados para os seus. Ausência essa que agencia ainda a reconfiguração do território familiar e afetivo de sujeitos que não migram.

Pode-se afirmar, pela continuidade do fenômeno, que um dos aspectos territoriais da migração internacional é a sua consolidação como territorialidade própria da população do Vale do Rio Doce. Por esses motivos, considera-se também que tal fenômeno, tanto no sentido estrito quanto no sentido amplo, é

uma marca territorial dessa região. No sentido estrito, a prática migratória afeta estruturas econômicas, políticas e culturais e os mecanismos de poder que geram as configurações dos territórios aqui abordados. No sentido amplo, o fenômeno migratório se articula em simbiose com o território, passando a ser ele próprio – o fenômeno migratório – uma articulação territorial desses espaços materiais e simbólicos.

Referências

ACHUTTI, L. E. R. Fotos e palavras, do campo aos livros. **Studium**, n. 12, p. 5-16, dez. 2019. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/studium/article/view/11743>. Acesso em: 12 fev. 2020.

ALVES, M. Z.; DAIRELL, J. Os filhos da migração: condição juvenil em um contexto de transnacionalismo. **Revista Ponto e Vírgula**. São Paulo, n. 17, p. 175-195, 2015.

ASSIS, G. O. Estar aqui... Estar lá: uma cartografia da emigração valadarense para os Estados Unidos. In: REIS, R. R. e SALES, T. **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. 311 p.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. 4.ed. São Paulo: Hucitec. 1999. 178 p.

BECKER, H. S. **Photography and sociology**. Studies in Anthropology of Visual Communication. Pennsylvania, USA, v. 1, n. 1, p. 3-26, out. 1974.

FAZITO, D. Análise de Redes Sociais e Migração. Dois aspectos fundamentais do “retorno”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89-100, fev. 2010.

GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. Tradução de Alceu Dias de Lima et al. São Paulo: Cultrix, 1979. 493 p.

HAESBAERT, R. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A., orgs. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia** [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L’Harmattan, 2012, p. 27-46.

HAESBAERT, R. **O mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.

HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, S. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org). Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2003. cap.1, p. 25-50. 434 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro 2010**. Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 270 p. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 9 fev. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>. Acesso em: 5 mar. 2019.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago. 1976. 220 p.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração. **Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Brasília: Congresso Nacional, 2006. 577 p. Disponível em <https://www.senado.gov.br/comissoes/CPI/Emigracao/RelFinalCPMIEmigracao.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2020.

MARGOLIS, M. L. **Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York**. Tradução de Luiza A. Araújo e Talia Bugel. Campinas: Papirus, 1994. 452 p.

MARTES, A. C. B; SOARES, W. Remessas de recursos dos imigrantes. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n. 57, p. 41-54, mai/ago. 2006.

MARTINS, J. S. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008. 208 p.

MASSEY, D. S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**. New York, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005. 337 p.

SAMAIN, E. Questões heurísticas em torno do uso das imagens nas ciências sociais. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. L. M. **Desafios da imagem**. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998, p. 51-62.

SAMAIN, E. Os riscos do texto e da imagem - em torno de *Balinese Character (1942)*, de Gregory Bateson e Margaret Mead. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, n.14, nov. 2000, p. 63-88. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2000.90617>. Acesso em: 18 mar. 2019.

SANTAELLA, L. **Semiótica Aplicada**. 8ª reimpr. da 1ª ed. 2002. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 186 p.

SAYAD, A. **A imigração**. Ou os paradoxos da alteridade. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. **Revista Travessia**. São Paulo, v. Especial, p. 3-33, jan. 2000.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: **Annals of New York Academy of Science**. Nova York, EUA, v. 645, n. 1, jul. 1992. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1992.tb33484.x>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SCHWARCZ, L. M. Agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro; v.4, n. 2, p. 391-431, outubro, 2014.

SIQUEIRA, S. Histórico das migrações de Governador Valadares para os Estados Unidos. In: BOGUS, L.; BAENINGER, R. (org). **A nova face da emigração internacional no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2018. 504 p.

SIQUEIRA, S. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno**: Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

Um estudo sobre os Refugiados Sírios na cidade de São Paulo e Florianópolis: trajetórias laborais e precarização do trabalho

Melissa Gabriela Lopes Barcellos Coimbra¹
Maria Soledad Etcheverry Orchard²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar as trajetórias laborais dos refugiados sírios no Brasil a partir de 2011, ano em que eclodiu a guerra na Síria. Os principais objetivos do presente artigo foram: 1) identificar as trajetórias laborais dos refugiados sírios, verificando suas estratégias de inserção laboral e suas principais redes de acolhimento; 2) identificar os casos de discriminação e preconceito em seus percursos laborais. Aplicamos nesta investigação as narrativas como ferramenta metodológica sobre as trajetórias laborais. Os principais resultados obtidos por meio das narrativas dizem respeito às condições de precarização do trabalho e da vida dos refugiados. Também foram constatados casos de discriminação e preconceito nos percursos laborais dos refugiados sírios.

Palavras-chave: Refugiados. Trajetórias laborais. Precarização. Redes. Discriminação.

A study on Syrian Refugees in the city of São Paulo and Florianópolis: work trajectories and precarious work

Abstract: This article aims to present the theme of the presence of Syrian refugees in Brazil since 2011, the year in which the war in Syria broke out. The main objectives of this article were: 1) to identify the work trajectories of Syrian refugees, verifying their strategies for job insertion and their main reception networks; 2) to identify cases of discrimination and prejudice in their work paths. In this investigation, we apply

¹ Doutoranda em Sociologia e Ciência Política - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil (melissagabarcellos@hotmail.com).

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil (maria.soledad@terra.com.br).

narratives as a methodological tool on work trajectories. The main results obtained through the narratives are related to the precarious conditions of the work and life of refugees. Cases of discrimination and prejudice have also been found in the work paths of Syrian refugees.

Keywords: Refugees. Labor trajectories. Precariousness. Networks. Discrimination.

Un estudio sobre refugiados sirios en la ciudad de São Paulo y Florianópolis: trayectorias de trabajo y trabajo precario

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar el tema sobre la presencia de refugiados sirios en Brasil desde 2011, el año en que estalló la guerra en Siria. Los objetivos principales de este artículo fueron: 1) identificar las trayectorias laborales de los refugiados sirios, verificando sus estrategias para la inserción laboral y sus principales redes de recepción; 2) identificar casos de discriminación y prejuicio en sus trayectorias laborales. En esta investigación, aplicamos narrativas como una herramienta metodológica en las trayectorias de trabajo. Los principales resultados obtenidos a través de las narraciones se relacionan con las precarias condiciones del trabajo y de vida de los refugiados. También se han encontrado casos de discriminación y prejuicio en los transcurso de trabajo de los refugiados sirios.

Palabras-clave: Refugiados. Trayectorias laborales. Precariedad. Redes. Discriminación.

Introdução

O objetivo geral desse artigo consistiu em analisar as trajetórias laborais dos refugiados sírios nas cidades de São Paulo - SP e Florianópolis - SC. Trata-se de uma temática muito presente na sociedade globalizada (os deslocamentos forçados) e de significativa relevância social, tanto para os países de origem quanto para os países receptores. O leitor poderá nos indagar: porque estudar as trajetórias laborais dos refugiados sírios no Brasil? Por diversas razões: 1) por se tratar da nacionalidade com o maior número de refugiados reconhecidos no mundo; 2) pela importante contribuição dos povos árabes para a formação cultural do povo brasileiro; 3) em razão das manifestações de intolerância de uma parcela da população brasileira contra refugiados e imigrantes,

principalmente aqueles provenientes de países considerados subdesenvolvidos, como Haiti, Bolívia, Venezuela, Cuba e Síria.

A guerra da Síria perdura mais que a 2ª Guerra Mundial, tendo completado dez anos em 2020. O Brasil reconheceu 11.231 refugiados sírios no período entre 2011 e 2018. Todavia, no início de 2020, 6.554 imigrantes encontravam-se nesta condição. Esta redução se deve a diversos fatores, como naturalização, morte, opção pela residência nos termos da Lei de Imigração (Lei nº 13.445/17) e saída do país. Os sírios representam 36% do total de refugiados reconhecidos no Brasil, seguidos pelos congolenses (15%) e angolanos (9%) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2019). Apesar de ser o grupo mais representativo, em termos mundiais o Brasil não figura entre as nações que mais oferecem refúgio aos sírios, estando muito atrás de países como Líbano, Turquia, Alemanha e Suécia.

Mapa 1 – Refugiados Sírios por país de destino



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do ACNUR (2018).

Segundo especialistas, a Lei Brasileira do Refúgio (nº 9.474/97) é uma das mais avançadas do mundo, pois contempla sugestões da Declaração de Cartagena³. A lei também é “considerada um marco de proteção aos refugiados no Brasil” (JUBILUT; GODOY, 2017, p. 9). No entanto, a implementação desta lei é um processo lento por parte do Estado brasileiro, pela falta de infraestrutura e de recursos humanos, pelas dificuldades de acolhimento, de garantia de moradia, de acesso à educação e ao mercado formal de trabalho.

Considerando estes fatores, elegemos nesta investigação a categoria “trabalho”, “como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social.” (CASTEL, 2012, p. 23). Esta categoria analítica requer a compreensão do atual contexto econômico, social e político do mundo globalizado. Daí a importância em compreender o processo de precarização do trabalho, bem como a importância das redes de acolhimento.

As estratégias metodológicas

Escolhemos as narrativas como ferramenta metodológica desta investigação, com a intenção de permitir reconstruir as trajetórias biográficas e laborais desses migrantes forçados. Através desse recurso se considera a ação social dos indivíduos e o sentido que os mesmos atribuem a seus percursos. Entender a fala de um indivíduo, na perspectiva biografada, é se debruçar sobre o seu passado (em temas específicos), interpretando o contexto atual de sua vida e as suas perspectivas futuras. (ROSENTHAL, 2014). Consideramos de grande valia essa metodologia das narrativas para os estudos migratórios, porque evidencia o processo de “construção social” do imigrante, considerando o

³ O Estado brasileiro é signatário da Declaração de Cartagena sobre refugiados (1984), e agregou os conceitos da Convenção de 1951, assim como do Protocolo de 1967. Lei Brasileira do Refúgio (1997) definiu o refugiado como sendo qualquer um que “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BARRETO; LEÃO, 2010).

potencial analítico sobre as trajetórias individuais ou familiares, que também possuem correspondência com o seu coletivo. Isto é, trajetórias migratórias são fatos sociais e como tais, são relatos biográficos compartilhados (SEYFERTH, 2005, p. 18). Certamente as narrativas podem constituir-se como um material valioso para a interpretação sociológica do contexto sociocultural e político dos fluxos migratórios, tanto das sociedades de origem como das sociedades de destino, porque registram as experiências migratórias do seu tempo. Os testemunhos biográficos por meio das narrativas seguem o propósito elencado por Muñoz:

Seu interesse é que ele permita que os pesquisadores sociais se situem naquele ponto crucial de convergência entre: 1. o testemunho subjetivo de um indivíduo à luz de sua história de vida, suas experiências e sua visão particular e 2: a formação de uma vida que é o reflexo de uma época, de normas e valores sociais essencialmente compartilhados com a comunidade da qual o sujeito faz parte. (MUÑOZ, 1992, p. 44) (Tradução nossa).

Por exemplo, quando questionamos ao informante os motivos de sua decisão de migrar e da escolha do lugar, esses questionamentos colocam em evidência o momento histórico e político em que aconteceram os deslocamentos, e podem revelar relatos que oferecem representações sociais valiosas para uma interpretação sociológica do fenômeno migratório em qualquer tempo histórico. É através dos relatos dos informantes que podemos identificar, em suas narrativas, quais foram e são suas estratégias e ações em relação aos constrangimentos estruturais de ordem econômica, social, cultural e política nas sociedades de partida e de acolhida.

Tendo esse entendimento do valor da metodologia conduzimos a investigação por meio de entrevistas narrativas. Entrevistamos três refugiados sírios na cidade de São Paulo, em julho de 2018, sendo dois homens e uma mulher. Também foi entrevistado um funcionário da Caritas de São Paulo, capital, a fim

de compreender como se dá a dinâmica de acolhimento, integração e inserção laboral desse grupo de minoria étnica no tecido social brasileiro. Na cidade de Florianópolis-SC, entrevistamos quatro refugiados, sendo três homens e duas mulheres. Ao todo foram entrevistados sete refugiados (as) e um funcionário da Caritas⁴. As informações e análises trazidas para esse estudo têm por base a investigação empírica realizada para esta pesquisa. Preservamos as identidades de todas as pessoas entrevistadas, por isso, os nomes dos informantes são fictícios. O tempo de cada entrevista foi de uma hora e meia a duas horas, com uso constante do gravador. Os locais em que as entrevistas aconteceram foram escolhidos pelos entrevistados.

As duas capitais selecionadas, São Paulo e Florianópolis, apesar de serem cidades com dimensões populacionais e aspectos econômicos muito distintos, ambas contaram com significativa influência árabe em suas formações. No primeiro período da imigração sírio-libanesa ao Brasil, a entrada se deu principalmente através do estado de São Paulo, especificamente na capital, a maior colônia⁵. Entre os anos de 1871 e 1942 chegaram ao Brasil cerca de 25.750 sírios e libaneses. (PEREIRA, 2000). Já em 2016, residiam no Brasil 2.591 refugiados sírios reconhecidos. Além destes, 1209 encontravam-se em situação de solicitação de refúgio. (ATLAS TEMÁTICO, 2018).

Em São Paulo, conseguimos o nosso primeiro contato através de uma ONG, e os outros dois foram contactados através de uma rede social. Já em Florianópolis, conseguimos os contatos através de colegas que frequentam o curso de português para estrangeiros (oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), e pessoalmente, nos locais de trabalho dos refugiados e eventos

⁴ A Caritas é uma instituição ligada à Igreja Católica. Essa instituição atua em vários países e atende diversas nacionalidades. No campo das migrações ela desempenha suas ações no trabalho de acolhimento e socorro aos refugiados. Fonte: Informação verbal do Centro de Estudos Migratórios – CEM- Missão Paz – SP - 2018.

⁵ São a comunidade de imigrantes e os seus descendentes (TRUZZI, 1999).

organizados por ONGs que exercem o trabalho de acolhimento e orientação.

Assim, por meio das narrativas dos entrevistados na pesquisa de campo, procuramos responder as seguintes questões: como era estruturada a vida laboral na Síria? Quais as áreas de formação e que profissão exerciam antes de eclodir a guerra? Mediante a transição vivida (desde o país de origem até o país de destino), como se sucedeu a vida laboral e a inserção dos refugiados sírios em outras esferas da vida? Quais as áreas de atuação laboral deste grupo no Brasil e quais as estratégias de sobrevivência? Qual o papel das instituições de acolhimento nos processos integrativos? A discriminação e o preconceito fazem parte de seus percursos laborais e em outras esferas da vida no Brasil?

Movimentos migratórios e globalização

Nesse início de milênio tem-se aprofundado o processo de globalização, caracterizado pela crescente fluidez de capitais, mercadorias e serviços, possibilitados por diversas inovações tecnológicas, sobretudo nas áreas de informação e transportes. Todavia, se por um lado parece não existir fronteiras para o movimento de capitais, mercadorias e serviços, por outro, muitas fronteiras são postas para os movimentos de pessoas, principalmente para a classe trabalhadora imigrante, advinda de regiões socioeconomicamente precárias e/ou que tem passado por situações de guerras e conflitos armados. Trata-se dos novos muros (visíveis e invisíveis) do capitalismo contemporâneo que se multiplicaram nas últimas décadas.

Sassen (2010, p. 115-137) analisou que os processos migratórios internacionais estão envoltos em performances político-econômicas maiores, ou seja, “a opção de migrar é produzida socialmente”, portanto, não estão atrelados somente aos Estados-Nações, ainda que o papel e a atuação dos Estados nacionais sejam de suma importância para os processos de regulação migratória, seja mediante as políticas que atendam às necessidades dos imigrantes, ou através da criação de barreiras institucionais aos

fluxos migratórios. Nessa direção, as migrações internacionais do século XXI, globais, transcendem os fatores de expulsão (como a fome e o desemprego) e de atração (como empregos, com bons salários). Sassen (2010, p. 114) observa que “existem outras variáveis no jogo”, como os fatores históricos e coloniais entre os países de origem e de destino dos imigrantes.

Os movimentos migratórios representam fenômenos sociais multifacetados e complexos. Eles abarcam diversos tipos de migrações internas e externas e são decorrentes de inúmeras causas (naturais, econômicas, culturais, políticas, sociais). Além disso, esses movimentos produzem diferentes consequências, tanto para as sociedades de saída quanto para as sociedades receptoras, assim como para os indivíduos envolvidos nesses fluxos migratórios. Trata-se, para esses últimos, do envolvimento em uma trama que muitas vezes é trágica, sobretudo quando entram em cena os movimentos migratórios internacionais de refugiados, que são o objeto desta pesquisa.

De acordo com o Relatório *Global Trends Forced Displacement in 2018*, mais de 70 milhões de pessoas foram deslocadas forçadamente em todo o mundo, dentre as quais 25,9 milhões são refugiados (em situação de perseguição, violência e outras violações de direitos humanos). Conforme registrado nesse mesmo estudo, 57% dos refugiados provêm de apenas três países: Síria (6,7 milhões), Afeganistão (2,7 milhões) e Sudão do Sul (2,3 milhões). A maioria dos refugiados do mundo contemporâneo tem como ponto de partida o Sul global⁶, cujos territórios localizam-se no Oriente Médio, África, América Latina e Sul da Ásia. Já os territórios receptores estão mais distribuídos pelo mundo, podendo ser tanto países do Sul subdesenvolvido (ou emergente) quanto do Norte

⁶ A expressão Sul global refere-se à divisão Norte-Sul. Esta forma de regionalizar o globo é fruto da nova configuração ocorrida após a desintegração dos países socialistas do Leste Europeu, iniciada com a queda do Muro de Berlim em 1989. Esta classificação global dos países tem por base o nivelamento do desenvolvimento socioeconômico, em substituição à antiga divisão do globo em três mundos.

desenvolvido. Inclusive, o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados chama a atenção para a noção habitualmente distorcida de que as pessoas deslocadas estão principalmente em países do hemisfério norte, uma vez que os dados mostram o oposto: “[...] 85% dos refugiados estão nos países em desenvolvimento, muitos dos quais são extremamente pobres e recebem pouco apoio para cuidar dessas populações. Quatro em cada cinco refugiados permanecem em países próximos aos seus locais de origem”. (ACNUR, 2017, p. 2) Já o relatório do ACNUR de 2018 aponta os países que mais têm acolhido refugiados nos últimos anos: Turquia, Paquistão, Uganda, Sudão e Alemanha. Além destes, os Estados Unidos, diversos países europeus e países membros do BRICS (como México, Rússia e, mais recentemente, o Brasil) têm também acolhido um número expressivo de refugiados.

Portanto, a parte mais significativa dos refugiados se movimenta nesse fluxo “Sul-Sul”. Essas informações são corroboradas também pelos dados divulgados em pesquisa feita pela BBC em 2019: os movimentos migratórios Sul-Sul alcançaram 97 milhões de pessoas em 2017, já os movimentos Sul-Norte, Norte-Norte e Norte-Sul alcançaram, respectivamente, 89, 57 e 14 milhões de pessoas.

Os deslocamentos humanos forçados são estruturais, estando diretamente relacionados às guerras, crises políticas, perseguições (de ordem política, étnico/racial, de gênero, religiosas) e problemas ambientais (SASSEN, 2016). Não obstante, essas situações de migrações forçadas caracterizam um drama humanitário, ocupando lugar de destaque nos meios de comunicação internacionais e, inclusive, na agenda política de países receptores. Comumente os refugiados são vistos como uma ameaça à segurança nacional e são colocados como alvos de uma narrativa assimilacionista.⁷ A assimilação como um conceito sociológico possui variações históricas e diversas interpretações, em variados contextos socioculturais. Pode-se falar em assimilação comportamental e estrutural. No caso da primeira, refere-se

⁷ Ver texto de Green, Nancy (2008).

ao grupo de migrantes que adquire padrões culturais e sociais da sociedade receptora, mesmo que as relações de alteridade permaneçam. No caso da assimilação estrutural ocorre a destituição das particularidades socioculturais do grupo migrante e isso poderia ser um problema quando usada politicamente por grupos dominantes. (GORDON, 1964).

As trajetórias laborais dos refugiados sírios

Analisamos os percursos sociais e individuais dos refugiados, considerando as atuais condições do capitalismo global e o contexto do mundo do trabalho (precarização, flexibilização, desemprego, informalidade e precariedade em todas as dimensões da vida). (CASTELLS, 1999; BRAGA; 2017; RAMALHO, 2000). Essa condição de precarização, que avança inclusive para outras esferas da vida, se impõe, iluminando nossa percepção das situações enfrentadas e escolhas que vão sendo construídas por esses refugiados. O entendimento de que a precariedade remete ao “fato de que a vida de alguém está sempre nas mãos do outro” nos traz por contraste a ideia de que “a vida exige apoio e condições possibilitadoras para poder ser uma vida vivível.” (BUTLER, 2018, p. 31-40). Ou seja, a contrapartida da vida precária é uma vida com direitos sociais e econômicos que sejam efetivamente atendidos para que a as condições de uma vida decente sejam garantidas.

O ponto de análise nas trajetórias laborais se legitima, como recurso conceitual e operacional de destaque, porque contribui para desvelar as estratégias de sobrevivência dos refugiados. Conforme Gomes (2002), a dimensão temporal é um elemento fundamental para se pensar a ideia de trajetórias e compreender os significados das narrativas que os informantes atribuem aos fatos ocorridos através do tempo e do espaço. Procuramos compreender as formas como cada indivíduo administra a suas trajetórias, quais as suas estratégias de inserção laboral e de integração na sociedade de destino e de acolhida, com os imperativos macroestruturais e econômicos. Assim, as histórias individuais não se encontram descoladas dos marcos institucionais da política e da economia, tanto da sociedade de origem quanto da sociedade de destino.

A guerra da Síria representa um marco na trajetória de vida dos refugiados e refugiadas e essa grande mudança precipita grandes impactos sobre a organização posterior da sua vida laboral. Consideramos em nossa pesquisa o percurso e o contexto do país de origem e de destino das pessoas deslocadas, a fim de compreender as suas trajetórias e processos de integração, especialmente no que diz respeito “a aquisição de uma posição social, econômica e política no novo espaço nacional.” (REA; TRIPIER, 2003, p. 5).

Tabela 1 - Perfil dos Entrevistados

Nome	Local de Nascimento	Idade/sexo	Religião	Escolaridade - formação	Estado civil	Ocupação na Síria	Entrada no Brasil	Ocupação no Brasil	Residência atual
Zayn	Alepo	29/M	Islâmica	Superior – Eng. Comp. e design	Solteiro	Engenheiro de Computação	2014	Participação na Soc. Beneficente Muçulmana – Mesquita Brasil - SP	Santo André - SP
Naim	Damasco	45/M	Islâmica	Superior – Engenheiro Mecânico	Casado	Engenheiro	2013	Ramo de alimentos e com. de roupas na feira da madrugada no Brás.	Campo Belo - SP
Aysha	Damasco	28/F	Islâmica	Superior - Arqueóloga	Solteira	Arqueóloga – Museu Nac. de Damasco	2016	Maquiadora e tradutora.	São Paulo – SP
Mus-tafá	Palestina (sírio-palestino)	34/M	Islâmica	Superior incompleto - contabilidade	Casado	Comerciante	2015	Vendedor (Loja de roupas).	Fpolis - SC
Jesus	Damasco	28/M	Islâmico	Superior incompleto - Economia	Divorciado	Comerciante autônomo	2015	Modelo, marketing digital, professor de árabe, motorista de aplicativo e atualmente empresário (importação e exportação de pedras preciosas).	Fpolis - SC
Safira	Damasco	31/F	Islâmica	Superior – Designer de Moda	Casada	Designer de Moda	2015	Ramo de alimentos (comida árabe), maquiadora e tatuadora de henna.	Fpolis - SC
Omar	Damasco	32/M	Islâmica	Superior incompleto – Sistemas de Informação	Solteiro	Comerciante de Motos	2014	Funcionário em Restaurante de Comida Árabe	Fpolis - SC

Fonte: elaboração própria, com base nos relatos obtidos em campo.

Entre os sete refugiados entrevistados, quatro realizaram curso superior na Síria, os outros três tiveram que interromper o curso quando eclodiu a guerra em 2011. Um aspecto comum entre os entrevistados, no que diz respeito às suas experiências laborais, é o de que todos tinham um trabalho estável na Síria, e atuavam em suas áreas de formação. Mesmo os informantes que vieram ao Brasil sem ter completado o curso superior, possuíam trabalhos compatíveis com seus estudos na Síria.

Apesar de estarem faz vários anos no Brasil, nenhum refugiado conseguiu validar os seus diplomas em universidades brasileiras. Somente um conseguiu ser aprovado no exame do CELPE-Bras⁸. Atualmente, esse informante (Jesus) está aguardando o processo de naturalização, pois está há mais de quatro anos no Brasil.

Um segundo ponto que observamos nas experiências laborais, é o de que cinco dos sete refugiados entrevistados realizam vários trabalhos para conseguirem manter-se. É o caso de Naim, que além de trabalhar no ramo de alimentos, trabalha como vendedor de roupas na feira da madrugada no Brás. Ele relatou que chegou a ter seu próprio negócio no centro de São Paulo, mas teve que fechar por não conseguir pagar as taxas.

Jesus é outro que precisou realizar vários trabalhos para conseguir sobreviver no Brasil, como modelo fotográfico, marketing digital, professor de árabe, motorista de aplicativo e, atualmente, empresário autônomo. Para ilustrar a situação, Jesus fez uma analogia sobre as várias ocupações laborais necessárias para conseguir sobreviver no Brasil: “como a gente fala em árabe: eu estou segurando várias melancias em duas mãos só”.

As mulheres sírias relataram que, além de trabalharem no ramo de comida árabe por conta própria, possuem outras profissões, como as de tradutora e tatuadora de henna.

Zayn (29 anos, SP) atuava como Engenheiro de Computação e Design na Síria até 2015, ano em que migrou de Alepo para o

⁸ Exame de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros.

Brasil.⁹ Quando chegou, precisou ter alta capacidade de adaptação e flexibilidade em suas ocupações laborais. Atualmente, ele trabalha como responsável administrativo em uma Mesquita de São Paulo, na qual realiza vários trabalhos. Vejamos um trecho de seu relato:

A pessoa mais nova consegue aprender mais rápido. Então, a pessoa tem que ficar inteligente, para se adaptar com a situação. Quando você vai falar sobre o que é inteligência, não é uma pessoa que pensa melhor. Inteligência é como a pessoa vai se adaptar com a situação nova, o mais rápido possível. (Zayn, 29 anos – SP, grifo nosso).

Podemos fazer uma analogia entre a narrativa de Zayn e a noção de flexibilidade de Richard Sennett (1999), segundo a qual os trabalhadores precisariam abrir mão de suas longas carreiras, exigindo que eles estejam abertos às mudanças em um curto período de tempo, e, principalmente, que estejam preparados para os projetos que envolvam riscos.

O exemplo e a experiência de Zayn não são únicos. Trata-se de uma experiência coletiva, que não só abrange o grupo de trabalhadores refugiados, mas toda a massa de trabalhadores no contexto do capitalismo “flexível”. Nesse contexto, “a incerteza e o correr risco [são vistos] como desafios no emprego”, assim como a experiência do “aproveitar” o “tempo, o lugar e o trabalho” e “manter-se aberto à mudança”. As pressões estruturais que advém do contexto econômico na lógica do capitalismo global e “flexível”, alimentam o que Sennett chama de “experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego a emprego”, roendo o caráter, eliminando reconhecimentos com os seus pares, especialmente entre as novas gerações (SENNETT, 1999, p. 17-32).

Pensamos que a condição laboral dos refugiados não se diferencia daquela de uma grande parcela da classe trabalhadora brasileira, no que se refere às pressões advindas da crise econômica

⁹ Os nomes dos entrevistados são todos fictícios.

e da precarização do trabalho. Além de os refugiados precisarem trabalhar em vários serviços e sem as proteções sociais adequadas, existe um agravo em relação aos trabalhadores refugiados de um país, cuja maioria da população é islâmica, com língua e hábitos bem diferentes dos nacionais, estando à mercê de ideologias que os criminalizam.

Zayn também teve muitas dificuldades assim que chegou ao Brasil, com a língua portuguesa, o que é uma realidade e um desafio para os refugiados árabes em geral. Todos os entrevistados se apresentaram como fluentes em inglês, entretanto, a língua não os ajudou muito, pois precisaram aprender a língua portuguesa para conseguirem emprego.

Outro caso que nos chamou a atenção foi o de Omar (32, SC), que estudou Sistema de Informação em Damasco. Atualmente, ele é funcionário de um restaurante de comida árabe no centro de Florianópolis – SC. Eis um trecho de sua entrevista.

Lá na Síria eu estava estudando e faltaram oito matérias (módulos) para terminar o curso. Achei uma porta fechada na minha frente, infelizmente, tem que começar a vida de novo. (Omar, 32 anos – SC, grifo nosso).

Omar, não conseguiu continuar o curso universitário de onde ele havia parado na Síria, a universidade não reconheceu as disciplinas cursadas em Damasco. Vários entrevistados relataram as dificuldades em se conseguir validar diplomas no Brasil e se referiram aos trabalhos precários a que muitos têm que se submeter, ocupando funções diversas das que ocupavam na Síria antes da guerra. Podemos pensar em uma situação de “(...) desvantagem, de invalidação social”. Aspectos que ganham sentido no quadro de uma “problemática da integração” (CASTEL, 2012, p. 23).

Discriminação e preconceito

Os novos imigrantes que chegam ao Brasil no século XXI, especialmente os oriundos de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, enfrentam diversas dificuldades, como a falta de políticas públicas para imigrantes e refugiados, a ausência de oportunidade de trabalho, devido às barreiras linguísticas, o preconceito e até mesmo a desinformação sobre os direitos dos refugiados nos órgãos públicos.

Alguns dos nossos entrevistados relataram situações de preconceito e discriminação, no que diz respeito à religião islâmica (predominante na Síria). Não houve relatos de preconceito de cor entre o grupo que entrevistamos. A maioria dos sírios possui características de cor branca ou parda, assim, podem facilmente passar despercebidos e serem tidos como brasileiros (não negros), a não ser quando a mulher síria e muçulmana faz uso do hijab. Ao contrário da população imigrante africana e haitiana, que como o negro brasileiro, sofre o racismo estrutural. Todavia, a pauta do racismo, do preconceito e da xenofobia encontra-se em ascensão nacional e internacional.

O imigrante chega a um país com a sua própria legislação e encontra-se sujeito a ela, nem sempre possuindo os mesmos direitos dos nacionais, ou seja, direitos plenos de cidadãos. Em muitos casos, os imigrantes são vistos como estranhos e associados ao “risco imponderável nos discursos políticos de apelo nacionalista” (SEYFERTH, 2008, p. 8). Essa representação sobre o imigrante no Brasil sempre existiu, sobretudo, em relação àqueles menos sujeitos ao “abrasileiramento”. Trata-se de uma forma de “xenofobia radicalizada”, que se fez muito presente no Brasil, no período entre as duas grandes guerras mundiais. (SEYFERTH, 2008, p. 8).

Diante desse quadro, procuramos identificar se no atual contexto histórico, econômico, político e ideológico, esta representação, carregada de preconceito em relação ao imigrante, teria comparecido com força no Brasil. Os testemunhos comprovaram atos de discriminação e xenofobia a que estão sujeitos os refugiados sírios.

Outra vez, no supermercado [uma grande rede de supermercados de Florianópolis], eu estava com o meu amigo falando em árabe (a nossa língua nativa, eu não vou falar com ele em português) sobre o que iríamos comprar e o que iríamos fazer. Chegou uma pessoa e falou: aí, não fala em outra língua aqui no nosso país! Você tá falando árabe, né? (Jesus, 28 anos – SC, grifo nosso).

Ela (a diretora) pegou o meu papel e falou, você é muçulmano, não é? **Eu falei: sim. Aí ela perguntou se nós rezamos cinco vezes por dia, se quando chegasse a hora da aula, eu iria dar a aula ou fazer a reza?** (Zayn, 29 anos – SP, grifo nosso).

Um dia, quando eu tinha restaurante, chegou uma cliente e falou pra minha ex-mulher - cuida dessas pessoas porque são demônios e eles mudam a cabeça. Eu estava na cozinha e a minha esposa (brasileira) ficou brava e falou - não pode falar assim... ele é meu marido. (Jesus, 28 anos – SC, grifo nosso).

De fato, o imigrante, tendo ou não status jurídico de refugiado, pode ser visto (e muitas vezes o é) como um precursor de conflitos na sociedade receptora, sobretudo, quando tratamos das migrações internacionais, transnacionalizadas em um mundo avançado pelo imperativo da globalização, porém, com suas limitações quando se trata dos parâmetros dos Estados Nação. (SEYFERTH, 2014). Diante disso, o processo migratório internacional é marcado por uma massa de indivíduos “inempregáveis”, tidos por muitos como “ameaçadores”, “intoleráveis” e “indesejados”. Isso por conta de processos históricos e político-estruturais, permeados por conflitos políticos, religiosos e de poder (BAUMAN, 2017, p. 9).

As duas mulheres sírias entrevistadas optaram por não usar o hijab no Brasil. Aysha relatou que não usa o hijab porque gosta de se sentir livre, já Safira não faz uso do hijab por não se sentir confortável nos espaços públicos. Eis um trecho do relato de Safira:

Eu acho que o hijab aqui [Brasil] é uma questão de coragem para as mulheres muçulmanas, eu gosto de usar, às vezes eu quero, mas é difícil aqui. Para a minha religião o hijab é bem importante, mas eu não uso. Muitas pessoas acham as roupas das muçulmanas estranhas, acham que somos terroristas, mas não, não é assim! (Safira, 31 - SC, grifo nosso).

Apesar da discriminação e xenofobia vivenciada pelos refugiados sírios no Brasil, cabe mencionar que uma parcela da população brasileira tem se solidarizado com os refugiados, inclusive através das redes de acolhimento. Assim, temos visões e atitudes discordantes, de um lado, estão os setores ligados aos preceitos dos direitos humanos (organizações da sociedade civil e instituições comprometidas com o direito de migrar), de outro os setores “anti-imigração”, que apresentam uma narrativa colocando os imigrantes e refugiados em um prisma de problemas que envolvem discussões sobre segurança nacional e assimilação. (NETO, 2019).

Esses discursos xenofóbicos tendem a ver os imigrantes (principalmente oriundos de países subdesenvolvidos) como um perigo ou uma ameaça a estabilidade social e aos empregos dos brasileiros. Se, no contexto de redução do papel social do Estado, o sistema público de benefícios sociais mal pode atender aos brasileiros, quanto mais aos estrangeiros – eis a problemática de um discurso que existe e resiste em certas camadas da sociedade civil brasileira, discurso este que não faz a crítica aos mecanismos micro e macroestruturais que levam a crescente concentração e acumulação de riquezas no Brasil e no mundo, aprofundando as desigualdades.

Redes de acolhimento

Nos processos integrativos dos refugiados, tanto na Síria quanto no Brasil, existe “uma correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes

de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘cobrem’ um indivíduo diante dos acasos da existência” (CASTEL, 2012, p. 24). Tendo por base esses pressupostos, procuramos identificar em nossas entrevistas a existência de redes de acolhimento envolvidas nas trajetórias de integração e inserção laboral dos refugiados sírios no Brasil, verificando a possibilidade da existência de relações de solidariedade e reciprocidade entre eles, assim como relações de reciprocidade entre os refugiados e as organizações sociais que lhes prestam assistência.

Os imigrantes desenvolvem redes de relações e partilham significados e representações sociais, tanto das sociedades de origem como nas de destino, constituindo fluxos migratórios multifacetados e supranacionais. (CAVALCANTI; PARELLA, 2017). Esta noção também oferece subsídios para a compreensão das redes de acolhimento, das informações de pessoas conhecidas e consideradas confiáveis, que já migraram e que eventualmente podem contribuir com o processo migratório. Tais redes de apoio e ajuda mútua podem oferecer condições de subsistência àqueles que se refugiam no país de destino, constituindo-se numa eficiente “(...) estrutura de espaços sociais internos, canais de comunicação e de trocas.” (PORTES; BOROCZ, 1989, p. 572). Assim, “as redes sociais facilitam a circulação de informações e asseguram a confiança.” (MATEDDI, 2005, p. 65; GRANOVETTER, 1985).

Todos os refugiados que entrevistamos relataram o papel importante no acolhimento oferecido pelas mesquitas, a chamada comunidade muçulmana. Ainda que todos os entrevistados sejam islâmicos, há que destacar que a Síria é um país heterogêneo, tanto em relação à etnicidade (drusos, curdos árabes, etc.) quanto à religiosidade (muçulmanos, cristãos, ateus, etc.). Vejamos a seguir alguns relatos de entrevistados acerca do apoio recebido e do papel das redes de acolhimento.

No meu caso, uma pessoa me ajudou do Brasil, me mandou uma carta [quando estava na Síria]. Essa carta me ajudou bastante (no Consulado do Brasil, no Líbano) porque ao menos terá uma pessoa que

vai me acolher, eu consigo ficar na casa dele. Como eu já estava formado, eu consegui um trabalho no começo mesmo. Isso me ajudou bastante. (...) Aqui (na Mesquita) a gente oferece (iniciativas de apoio) importantes aos refugiados (Zayn, 29 anos – SP, grifo nosso).

O brasileiro, em geral, me ajudou bastante. ONGs, como a Adus, a Caritas, a Migraflif, I know my rights (IKMR)... Algumas me ajudaram, outras mais ou menos, porque agora tem muitos refugiados e o problema aqui no Brasil é que o governo não ajuda. (Naim, 45, SP, grifo nosso).

Verificamos nos relatos que os refugiados sírios receberam suporte das Mesquitas, tanto em São Paulo (Sociedade Beneficente Muçulmana - SBM) quanto em Florianópolis. Alguns refugiados também foram acolhidos pela Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) pelo Centro de Atendimento para Imigrantes (CRAI- SP) e por diversas organizações sem fins lucrativos, como a Migraflif¹⁰, *I Know My Rights*¹¹, e o Instituto de Reintegração do Refugiado (ADUS -SP).

Verificamos, mediante os relatos, que diversas redes de acolhimento foram procuradas pelos refugiados no decorrer das suas trajetórias. Cabe mencionar que elas também colaboraram com a nossa pesquisa, concedendo contatos de refu-

¹⁰ A Migraflif é uma organização não-governamental criada em 2015, com o objetivo de integrar refugiados e imigrantes social e economicamente. Disponível em: <https://www.migraflif.com.br/quem-somos>. Acesso em 02/06/2019.

¹¹ KMR – Eu Conheço Meus Direitos – é uma ONG brasileira, fundada em 2012, com atuação em São Paulo. IKMR é uma ONG que se dedica de forma específica às crianças refugiadas, sendo regida pelas disposições contidas na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.ikmr.org.br/>. Acesso em 30 de agost. 2019.

giados de nacionalidade síria que se dispuseram a participar desta investigação. No Brasil, se fizermos um mapeamento, encontraremos uma rede muito sólida de ONGs, movimentos sociais e instituições engajadas no acolhimento e solidariedade aos imigrantes e refugiados.

Considerações finais

Em campo, ouvimos narrativas de otimismo, pessimismo, insucessos, sofrimentos, erros e acertos. Buscamos identificar, por meio das entrevistas narrativas, as trajetórias laborais dos refugiados sírios, considerando o problema da xenofobia e as manifestações de discriminação em percursos laborais no Brasil. Vimos que suas trajetórias profissionais e de formação escolar - que foram interrompidas pela guerra - não conseguiram ser retomadas e/ou reconhecidas na maioria dos casos, culminando na precarização da vida dessas pessoas, cujas atividades laborais instáveis, na maioria das vezes, não requerem qualificação e não oferecem proteção social adequada. Esse quadro se agrava em função do estigma criado por ser estrangeiro e muçulmano, alimentado pelo atual crescimento do discurso xenofóbico.

Lopes (2015) argumenta que diante do contexto de crise econômica, social e política, uma parcela da população brasileira tende a reagir de maneira hostil em relação aos refugiados e imigrantes. O mais grave é que essas manifestações de preconceito não partem apenas da elite, mas também de uma parcela da classe trabalhadora brasileira, para a qual os imigrantes são considerados uma ameaça a sua empregabilidade.

Se, por um lado, a prevalência dos direitos humanos é um princípio pelo qual “se rege o Brasil nas relações internacionais.” (MOREIRA, 2019, p. 2), por outro, vivenciamos desde 2016 um contexto de retrocessos, marcado por uma crise econômica e social e pelo refortalecimento do conservadorismo político, assentado nos valores de uma elite econômica que se sente superior ao se afirmar cristã e ocidental.

Desde 2016, com o governo Temer, até 2019, com o governo Bolsonaro, tem-se intensificado as políticas de redução do papel social do Estado e dos direitos trabalhistas, o que pode dificultar ainda mais a vinda de imigrantes e refugiados, sobretudo, de países subdesenvolvidos. Conforme a última contagem da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), no último trimestre de 2019, o desemprego no Brasil ficou em 11,8%, correspondendo a 12,5 milhões de pessoas.

Portanto, consideramos que os problemas relativos à precarização do trabalho e ao aumento do desemprego estrutural e conjuntural, podem ser um fator repulsivo em relação à vinda de imigrantes e refugiados para Brasil. Podemos concluir que vivenciamos um momento de tensão entre os que lutam por direitos e os que adotam posições de intolerância contra grupos sociais em condições de vulnerabilidade (racismo, xenofobia, islamofobia, misoginia e homofobia). Os nossos entrevistados têm criado suas estratégias de integração social e laboral em condições bastante adversas. As narrativas revelam, em vários momentos, o desânimo, e, por vezes, esperança e gratidão pelo acolhimento recebido. Vários olhares emergem nesse entrelaçamento das trajetórias e suas histórias contadas.

Referências

BAENINGER, Rosana.; FERNANDES, Duval. (Orgs). **Migração Refugiada**. Atlas Temático. 1. Ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquió” – Nepo/ UNICAMP, 2018.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira, LEÃO, Renato Zerbine Ribeiro. O Brasil e o Espírito da Declaração de Cartagena. **Forced Migration**, V. 35, p. 45-47, 2010. Disponível em: <https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMR35brasil.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BAUMAN, Zigmunt. **Estranhos à nossa porta**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRAGA, Ruy. **A Rebelião do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 4 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sônia. (2015). Um Convite às teorias e conceitos sobre migrações internacionais. In. **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais**. Leonardo Cavalcanti [et. Al.], (Org). – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GRANOVETTER, Mark. *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*. **American Journal of Sociology**, 91(3): 481-510, 1985. Disponível em: [http://library.mibckerala.org/lms_frame/eBook/Economics%20and%20Business%20Ethics/Biggart%20%20Readings%20in%20Economic%20Sociology%20\(Blackwell\).PDF#page=88](http://library.mibckerala.org/lms_frame/eBook/Economics%20and%20Business%20Ethics/Biggart%20%20Readings%20in%20Economic%20Sociology%20(Blackwell).PDF#page=88). Acesso em: 17 abr. 2020.

GORDON, Milton. *Assimilation in American Life*. New York, Oxford University Press -1964.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda. **Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização: trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GREEN, Nancy. O tempo e o estudo da assimilação. **Antropolítica**, n. 25, 2º sem, p. 23-47, 2008. Disponível em: www.ufpr.academia.edu/MarciodeOliveira. Acesso em: 16 abr. 2020.

JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano. (Org). **Refúgio no Brasil**. Comentários à Lei 9.474/97. Editora: Quartier Latin do Brasil. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil-Coment%C3%A1rios-%C3%A0-lei-9.474-97-2017.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Migrações, mundo do trabalho e atuação do Ministério Público do Trabalho. In: Erlan. J. P. e Renata C. (ORG.). **Migrações e trabalho** Brasília: Ministério Público do Trabalho. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Livro_Migracoes_e_TrabalhoWEB.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

LODETTI, Mariá Boeira. **Continuidade Partida. Impactos Psicológicos da Imigração em Refugiados Sírios Residentes na Grande Florianópolis**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2018.

MOREIRA, Julia Bertino. Migrações internacionais e refúgio sob a ótica do governo Bolsonaro. In **Revista Mundorama**, 25/11/2019. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=26743>. Acesso em: 17 abr. 2020.

MUÑOZ, Juan José Pujadas. *El Método biográfico: el uso de las historias de vida em ciencias sociales*. **Cuadernos Metodológicos**. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, n. 5, sep. 1992. Disponível em: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/MetodoBiografico.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

NETO, Helion. Póvoa. **Barreiras físicas à circulação como dispositivos de política migratória: notas para uma tipologia**. (2019). Disponível em: https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/barreiras_fisicas_a_circulacao_%20como_dispositivos_de_politica_migratoria.pdf. Acesso em: 28 de jan. de 2020. Acesso em: 17 abr. 2020.

PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 46, p. 6-29, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30123>. Acesso em: 17 abr. 2020.

PORTES, Alejandro; BÖRÖCZ, József. *Contemporary immigration: Theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation. International Migration Review*, vol. XXIII, núm. 3, p. 606-630. Oton. de 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/publisher/cmigrations>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RAUD-MATTEDI, Cécile. **Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter**: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política & Sociedade*, nº 6. p. 59-82, abril de 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1931/1698>. Acesso em: 17 abr. 2020.

REA, Andrea; TRIPIER, Maryse. *Sociologie de l'immigration. Paris: La Découverte, 2003.*

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e Sindicato: posições em debate na sociologia hoje. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 00, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S00115258200000400006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 abr. 2020.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa Social Interpretativa**: uma introdução. 5ª ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2014.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artimed, 2010.

SASSEN, Saskia. **Três Migrações Emergentes**: uma mudança histórica. Dossiê SUR 23 - v.13 n.23 • 29 – 42, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/2-sur-23-portugues-saskia-sassen.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SEYFERTH, Giralda. Cartas e Narrativas Biográficas no Estudo da Imigração. In. *Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas*. Demartini, Zelia de Brito Fabri e Truzzi, Mário Serra, (ORG). – São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008. Porto

Seguro, Brasil. Disponível em: <https://imigracaohistoricablog.files.wordpress.com/2017/07/seyferth-giralda-imigrantes-estrangeiros-a-trajetc3b3ria-de-uma-categoria-incc3b4moda-no-campo-polc3adtico.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SEYFERTH, Giralda. **O Problema da Imigração no Brasil**: continuidades e mudanças. Congresso Português de Sociologia, 2014. Disponível em: <https://imigracaohistoricablog.files.wordpress.com/2017/07/seyferth-giralda-o-problema-da-imigrac3a7c3a3o-no-brasil-continuidades-e-mudanc3a7as.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Refúgio em números 4º Edição**. Ministério da Justiça, 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TRUZZI, Oswaldo. **Sírios e Libaneses e seus descendentes na sociedade paulista**. In. Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina. Org. Fausto, Boris. – São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 1999.

Dados sobre o Refúgio no Brasil. ACNUR – Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Registro Nacional de Estrangeiro. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/89610138/sincre-sistema-nacional-de-cadastro-e-registro-de-estrangeiros>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ACNUR (**Agência da ONU para Refugiados**). **Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo**, 2018. (Cartilha). Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_2018.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_2018. Acesso em: 11 fev. 2020.

ACNUR (Agência da ONU para Refugiados). Brasil. 19 de Junho de 2018. Deslocamento forçado supera 68 milhões de pessoas em 2017 e demanda novo acordo global para refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/06/19/mais-de-68-milhoes-de-pessoas-deslocadas-em-2017-e-essencial-um-novo-acordo-global-sobre-refugiados>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Migrant crisis: Migration to Europe explained in seven charts. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-34131911>. Acesso em: 24 mai. 2019.

Taxa de desocupação no Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego&searchphrase=all>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Pessoas nascidas na Palestina que migraram para a Síria. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/sabores-arabes-amenizam-saude-de-refugiado-sirio-palestino-no-brasil/>. Acesso em: 07 fev. 2020.

A Migraflix é uma organização não-governamental sem fins lucrativos criada em 2015 com o objetivo de integrar refugiados e imigrantes social e economicamente. Disponível em: <https://www.migraflix.com.br/quem-somos>. Acesso em: 02 jun. 2019.

Refúgio em Números e Publicações. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 26 fev. 2020.

Os números que podem derrubar mitos e clichês sobre a migração ao redor do mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47646813>. Acesso em: 26 fev. 2020.

Migração intraestadual no Rio Grande do Norte: estudo a partir dos fluxos RMN-interior e interior-RMN^{1*}

*Priscila de Souza Silva*²

*Silvana Nunes de Queiroz*³

Resumo: O principal objetivo deste trabalho é analisar a evolução recente da migração intraestadual no Rio Grande do Norte, a partir dos fluxos entre a Região Metropolitana de Natal (RMN) e o interior do estado, e o interior e a Região Metropolitana de Natal, durante os quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010. Para tanto, a principal fonte de informações são as amostras dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os principais resultados mostram maior dinamização das migrações dentro do próprio estado e intensificação da tendência do fluxo metrópole-interior, com expressiva diminuição no saldo negativo do interior em relação à RMN. Em termos de municípios, o destaque foi Mossoró, que apresentou o maior volume de imigrantes e de emigrantes do e para a RMN, e maior redução no saldo migratório negativo, entre os interregnos de 1995/2000 e 2005/2010. Em contrapartida, na RMN houve declínio nos ganhos populacionais vindos do interior e significativo aumento das emigrações para a respectiva área, evidenciando a redução na capacidade de atração, notadamente da capital (Natal), que figura com maior saldo migratório positivo e volume de entradas e saídas, do e para o interior potiguar. Com isso, entre os interregnos em análise, Natal diminuiu expressivamente o saldo positivo, fruto de um conjunto de externalidades negativas que associadas a maior dinamização do interior, sobretudo, cidades médias,

^{1*} "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

² Doutoranda em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN), Natal – RN, Brasil (pryscila.souzas@hotmail.com).

³ Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN), Crato – CE, Brasil (silvanaqueirozce@yahoo.com.br).

impulsionam a manutenção da população no interior, bem como a reemigração, desconcentrando a população da RMN.

Palavras-chave: Migração. Intraestadual. RMN. Interior. Rio Grande do Norte.

Intraestadual migration in Rio Grande do Norte: study from Nmr-interior and interior-Nmr flows

Abstract: The main objective of this work is to analyze the recent evolution of intra-state migration in Rio Grande do Norte, from the flows between the Metropolitan Region of Natal (RMN) and the interior of the state, and the interior and the Metropolitan Region of Natal, during the five-year periods of 1995/2000 and 2005/2010. For this, the main source of information is the samples of microdata from the Demographic Census 2000 and 2010 provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The main results show a greater dynamization of migrations within the state itself and an intensification of the trend of the metropolis-interior flow, with a significant decrease in the negative balance of the interior in relation to NMR. In terms of municipalities, the highlight was Mossoró, which presented the highest volume of immigrants and emigrants to and from the NMR, and the greatest reduction in the negative migratory balance, between the periods of 1995/2000 and 2005/2010. On the other hand, in the NMR there was a decline in population gains coming from the interior and a significant increase in emigration to the respective area, showing a reduction in the attractiveness, notably from the capital (Natal), which has a greater positive migratory balance and volume of inflows and With the interregnum under analysis, Natal significantly reduces the positive balance, as a result of a set of negative externalities that, associated with greater dynamization of the interior, especially medium-sized cities, boost the maintenance of the population. inland, as well as reemigration, deconcentrating the population of the NMR.

Keywords: Migration. Intrastate. NMR. Interior. Large northern river.

Migración intraestadual en Río Grande do Norte: estudio de flujos de Rmn-interior y de Rmn-interior

Resumen: El objetivo principal de este trabajo es analizar la evolución reciente de la migración intraestatal en Rio Grande do Norte, desde los flujos entre la Región Metropolitana de Natal (RMN) y el interior del estado, y el interior y la Región Metropolitana de Natal, durante el períodos de cinco años de 1995/2000 y 2005/2010. Para esto, la principal fuente de información son las muestras de microdatos del Censo Demográfico 2000 y 2010 proporcionadas por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Los principales resultados muestran una mayor dinamización de

las migraciones dentro del propio estado y una intensificación de la tendencia del flujo del interior de la metrópoli, con una disminución significativa en el saldo negativo del interior en relación con la RMN. En términos de municipios, lo más destacado fue Mossoró, que presentó el mayor volumen de inmigrantes y emigrantes hacia y desde la RMN, y la mayor reducción en el saldo migratorio negativo, entre los períodos de 1995/2000 y 2005/2010. Por otro lado, en la RMN hubo una disminución en las ganancias de la población proveniente del interior y un aumento significativo de la emigración a la zona respectiva, lo que mostró una reducción en el atractivo, especialmente de la capital (Natal), que tiene un mayor saldo migratorio positivo y un mayor volumen de entradas y Con el interregno en análisis, Natal reduce significativamente el equilibrio positivo, como resultado de un conjunto de externalidades negativas que, asociadas con una mayor dinamización del interior, especialmente las ciudades medianas, impulsan el mantenimiento de la población. tierra adentro, así como la reemigración, desconcentrando a la población de la RMN.

Palabras clave: Migración. Intraestatal. RMN. Interior. Río Grande del Norte.

Introdução

A partir da década de 1980, com a diversificação dos deslocamentos populacionais internos, os fenômenos migratórios tornaram-se mais complexos de serem interpretados, dado que já não estamos diante de um padrão migratório, mas de diversas modalidades migratórias, em especial no âmbito regional e local (BAENINGER, 2005; 2011; 2012; 2015).

As especificidades redesenham constantemente os significados, motivos, causas e trajetos que imersos em distintos contextos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais imprimem novas tendências migratórias. No período recente se torna cada vez mais evidente a maior dinamização e/ou atratividade regional/média distância e, sobretudo, intraestadual (curta distância) dos fluxos migratórios (DOTA; QUEIROZ, 2019).

Vale ressaltar que até os anos 1970 os movimentos migratórios internos no Brasil eram marcados por regularidades e etapas definidas, marcado pelo intenso fluxo de longa distância. Mas com a crise econômica nas décadas de 1980 e 1990 evidenciase redução das migrações inter-regionais (longa distância) para as tradicionais áreas de atração, e aumento significativo das migrações de curta distância (intraestaduais), deslocamentos pendulares e

sazonais, além da intensificação da migração de retorno (CUNHA; BAENINGER, 1999; PACHECO, 1998; QUEIROZ, 2003).

Neste contexto, ganha ênfase a região Nordeste do Brasil, tradicionalmente caracterizada como área expulsora de população, devido as grandes secas e estiagens, concentração latifundiária e desemprego que forçavam a população migrar para o Sudeste em busca de oportunidades e de mobilidade social. Entretanto, a partir dos anos 1980, vislumbram-se “ilhas de prosperidade” nas regiões periféricas do país (PACHECO, 1998), com a geração de empregos, redução das desigualdades, melhora nos indicadores sociais e demográficos, decréscimo expressivo no saldo migratório negativo, com aumento da capacidade de retenção dos potenciais migrantes e intensificação dos fluxos de retorno. Além disso, amplia-se a dinâmica migratória entre os estados da região (OJIMA, 2012; PEREIRA; QUEIROZ, 2017).

Ademais, a partir dos anos 2000, vislumbra-se no país, o espraiamento e interiorização das atividades industriais, políticas públicas redistributivas e compensatórias, diversificação econômica, interiorização do ensino técnico e superior, valorização do salário mínimo e aumento do emprego formal tiveram impacto no desenvolvimento dos estados e engendraram novos arranjos na migração interna (COSTA; QUEIROZ, 2018).

Nessa perspectiva, o estado do Rio Grande do Norte se destaca, ao apresenta saldo migratório positivo no fluxo intrarregional (média distância) desde a década de 1980, e nos deslocamentos interestaduais (longa distância) a partir dos anos 1990, figurando como o estado ganhador na região Nordeste. Com isso, gradativamente intensifica suas trocas regionais, sobretudo, com os estados vizinhos (OJIMA, 2012).

Porém, carece de estudos quanto aos fluxos intraestaduais, dado que pouco se sabe sobre os movimentos migratórios dentro do Rio Grande do Norte, sobretudo os fluxos RMN-Interior e Interior-RMN. Posto isto, o presente estudo pretende avançar, ao analisar a evolução recente da migração intraestadual no Rio Grande do Norte, a partir dos fluxos entre a Região Metropolitana de Natal (RMN) e o interior do estado, e o interior e a Região

Metropolitana de Natal, durante os quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010. O trabalho se justifica dado a necessidade de estudos e debates sobre as diversas modalidades migratórias que emergem e se reconfiguram constantemente. Desse modo, para alcance do objetivo proposto, a principal fonte de informações são os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto a estrutura do trabalho, o mesmo está dividido em quatro partes além desta introdução. A segunda parte contextualiza as tendências e inflexões das migrações internas no Brasil e no Rio Grande do Norte pós anos 1980. A terceira descreve os procedimentos metodológicos. A quarta analisa as migrações intraestaduais quanto aos fluxos RMN-Interior e Interior-RMN. Por último, apresentam-se as conclusões do estudo.

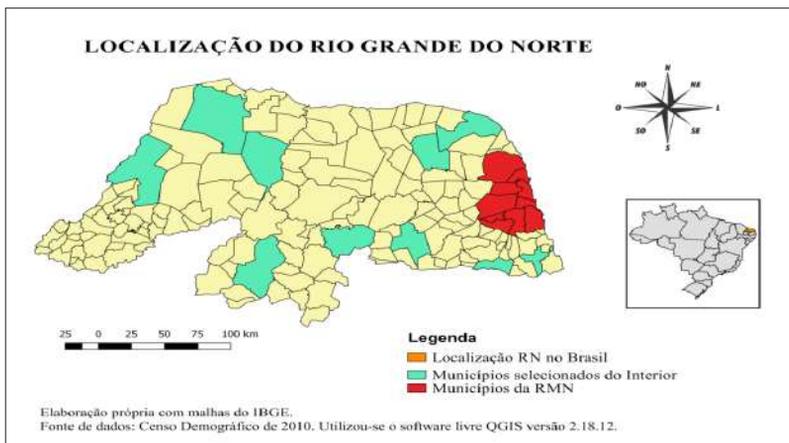
Procedimentos metodológicos

Fontes de dados, recorte geográfico e temporal

A principal fonte de informações são os microdados das amostras dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recorte temporal compreende os quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010. Quanto ao recorte geográfico, os 167⁴ municípios do Rio Grande do Norte (RN) são a área de análise, separando-os em dois locais de análise: i) Região Metropolitana de Natal (RMN) composta por 10 municípios, e ii) Interior, representado pelos 157 municípios do estado que não fazem parte da RMN (Figura 1).

⁴ No ano 2000 o estado do Rio Grande do Norte era formado por 166 municípios.

Figura 1. Localização da RMN e dos municípios selecionados do Interior do Rio Grande do Norte



Fonte: Censo Demográfico de 2010.

Ademais, do Interior Rio Grande do Norte foram selecionados os 10 maiores municípios em termos de população residente, a saber: Açu, Apodi, Caicó, Canguaretama, Currais Novos, João Câmara, Mossoró, Nova Cruz, Santa Cruz e Touros.

A Região Metropolitana de Natal foi criada pela Lei Complementar 152 em 16 de janeiro de 1997, e até o ano 2000 era formada pelos seguintes municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo de Amarante, Ceará Mirim, Macaíba e Extremoz. E através da Lei Complementar 221 (em 2002), 315 (em 2005) e 391 (em 2009), mais quatro municípios foram incorporados na RMN: Nísia Floresta, São José de Mipibu, Monte Alegre e Vera Cruz, respectivamente. Desse modo, como no ano 2000 a RMN era composto por 6 municípios e em 2010 por 10 municípios, a título de compatibilização adota-se que em 2000 e em 2010 a RMN é composta pelos 10 municípios supracitados.

Definições adotadas

Migrante Intraestadual Residente na RMN - indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia na RMN, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em algum município do interior do estado do Rio Grande do Norte.

Migrante Intraestadual Residente no Interior - indivíduo com cinco anos ou mais de idade que, na data de referência do Censo Demográfico, residia no interior do Rio Grande do Norte, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava na RMN.

Saldo Migratório – representa a diferença entre o volume de imigrante e emigrante.

Índice de Eficácia Migratória (IEM) – mensura a capacidade de atração, perda ou rotatividade migratória de uma determinada área, através da relação entre o saldo migratório (migração líquida) e o total de migrante (migração bruta), sendo aferido a partir da seguinte fórmula:

$$IEM = \frac{(I - E)}{(I + E)}$$

O cálculo do IEM varia de -1 a +1, quanto mais próximo da unidade representa uma área de forte retenção migratória, em contrapartida, quanto mais próximo de -1 têm-se uma área de perda migratória. Desse modo, o índice está dividido em três áreas que caracterizam o potencial migratório:

- i) -0,13 a -1,00: área de perda migratória;
- ii) -0,12 a 0,12: área de rotatividade migratória;
- iii) 0,13 a 1,00: área de retenção migratória.

As ferramentas utilizadas para o tratamento estatístico das informações foram o software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Science) e o software livre QGIS versão 2.18.12 para elaboração do mapa de localização.

Migração intraestadual: o fluxo RMN-Interior e Interior-RMN

A Tabela 1 apresenta a migração intraestadual no Rio Grande do Norte, a partir do fluxo entre a RMN e o Interior e o Interior e a RMN, durante os quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010. Os resultados mostram aumento no volume absoluto de migrantes intraestaduais, dado que entre 1995/2000, 63.251 migrantes se deslocaram no estado, e no quinquênio seguinte (2005/2010) aumenta para 65.352.

Tabela 1. Migração intraestadual - Fluxo entre a RMN e o Interior e o Interior e a RMN - 1995/2000 e 2005/2010

Migração Intraestadual	1995/2000			2005/2010		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo
RMN	43.630	19.621	24.009	39.939	25.413	14.526
Interior	19.621	43.630	-24.009	25.413	39.939	-14.526
Total	63.251	63.251	0	65.352	65.352	0

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 (IBGE)

Quanto ao fluxo migratório, verifica-se expressiva diminuição do saldo negativo do interior em relação a RMN. Entre 1995/2000, o interior do estado recebeu 19.621 imigrantes e perdeu 43.630 pessoas, figurando com um saldo negativo de 24.009 pessoas. Por sua vez, no interregno seguinte (2005/2010), o interior aumentou o volume de entrada (25.413), reduziu as saídas (39.939), e diminui expressivamente o saldo migratório negativo para 14.526 pessoas. Já RMN, nos dois quinquênios em análise, embora tenha apresentado saldo migratório positivo, constata-se declínio nos ganhos populacionais vindos do Interior e significativo aumento das emigrações para a respectiva área, evidenciando redução da capacidade de atração.

Esses resultados devem-se a uma série de fatores, como a especulação e supervalorização do solo na RMN, problemas de mobilidade urbana devido o grande fluxo diário de pessoas e automóveis, principalmente, em Natal; e por outro lado, maior

diversificação econômica e novas oportunidades de emprego no interior do estado; expansão do setor de serviços e de infraestrutura nas cidades que compõem o interior (NASCIMENTO; OJIMA, 2012). Além disso, o 'novo interior' configura com moradia mais barata, melhora na qualidade de vida, maior facilidade de mobilidade, oportunidades de trabalho, menos violência, ensino técnico e superior. Ademais, merece destaque que a tendência de aumento do fluxo MetrÓpole-Interior no Rio Grande do Norte vai de encontro com o observado por Baeninger (2005) em São Paulo e por Pereira e Queiroz (2017) no Ceará, evidenciando o crescimento e dinamismo nos municípios do interior do país.

Com relação aos destinos, entre 1995/2000, o principal destino dos migrantes procedentes do interior é para a capital Natal, que recebeu 24.876 (57,02%) imigrantes. Quanto ao volume de emigração, Natal também se destaca, tanto em termos absolutos como percentuais, ao enviar o maior contingente para o interior (14.573 ou 74,27%), mas nas trocas migratórias figura com o maior saldo positivo (10.303 indivíduos) (Tabela 2).

É oportuno destacar que Natal concentra as principais atividades relacionadas aos setores de serviços, comércio e turismo do Rio Grande do Norte. E por ser a capital do estado detém o maior número de empresas (principalmente imobiliárias), oferece inúmeros serviços de saúde e educação - público e privado -, e apresenta significativa capacidade de geração de empregos. Portanto, como grande centro urbano, torna-se ponto de confluência das migrações no estado e nas distintas modalidades migratórias, embora esteja diminuindo a capacidade de atração e retenção populacional (CUNHA, 2016).

Tabela 2. Fluxo migratório intraestadual - RMN e o Interior e o Interior e a RMN - 1995/2000

Municípios da RMN	Imigração vinda do Interior	(%)	Emigração para o Interior	(%)	Saldo Migratório	IEM
Ceará Mirim	1.667	3,82	1.497	7,63	170	Rotatividade
Parnamirim	8.876	20,34	1.088	5,55	7.788	Retenção
Extremoz	469	1,07	113	0,58	356	Retenção
Macaíba	2.372	5,44	859	4,38	1.513	Retenção
Monte Alegre	438	1,00	178	0,91	260	Retenção
Natal	24.876	57,02	14.573	74,27	10.303	Retenção
Nísia Floresta	665	1,52	205	1,04	460	Retenção
S. Gonç. do Ama.	2.801	6,42	362	1,84	2.439	Retenção
S. José de Mipibu	1.279	2,93	607	3,09	672	Retenção
Vera Cruz	187	0,43	139	0,71	48	Retenção
Total	43.630	100,00	19.621	100,00	24.009	-

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE)

O segundo município de maior atratividade na RMN é Parnamirim, que recebeu 8.876 (20,34%) pessoas vindas do interior, sendo o terceiro no envio de emigrantes da metrópole para o interior (1.088 ou 5,55%), com um saldo migratório positivo de 7.788 pessoas. Outro destaque em termos de absorção de imigrantes é São Gonçalo do Amarante (2.801 ou 6,42%), dado que às saídas foram apenas de 362 pessoas, aproximadamente 3,8% do total de emigrantes. Desse modo, São Gonçalo do Amarante apresenta o terceiro maior saldo positivo (2.439 pessoas). Quanto aos demais municípios da RMN, esses apresentam pequena participação nos fluxos migratórios.

Vale ressaltar a tendência de desconcentração da atividade econômica e de população de Natal para os municípios vizinhos, sobretudo, para Parnamirim que se destaca quanto a expansão no setor da construção civil, centros industriais (têxtil, alimentício e bebidas) e no que tange ao desenvolvimento urbano em

constante crescimento. Além de estar a poucos quilômetros de Natal, oferece boas condições de moradia e qualidade de vida, tornando-se atrativa para os emigrantes do interior, bem como os do entorno metropolitano. Ademais, segundo Ojima et al. (2010), o município apresenta características de cidade-dormitório, dado os significativos movimentos pendulares à trabalho e estudo para a capital.

Quanto ao Índice de Eficácia Migratória (IEM), os resultados expostos na Tabela 2 mostram que, na RMN, no interregno de 1995/2000, com exceção de Ceará Mirim, que figura como área de rotatividade migratória, os demais constituem área de retenção. É importante salientar que Ceará Mirim encontra-se distante do núcleo/capital (Natal) e, entre 1990 e 1995, houve expressiva redução dos empregos formais em uma das principais atividades econômicas do município - indústria de transformação, principalmente produtoras de açúcar e álcool -, devido à modernização tecnológica nos anos 1990, com discreta recuperação das vagas no ano 2000 (COUTINHO, 2016). Fatores esses que podem explicar a rotatividade no município.

A Tabela 3 apresenta a migração nos municípios da RMN entre 2005/2010. Os dados mostram que Natal permanece com o maior volume de imigrantes vindos do interior potiguar (21.732 ou 54,41%), como de emigrantes (18.709 ou 73,69%), e com saldo migratório positivo (3.023 pessoas). Entretanto, em relação ao quinquênio anterior (1995/2000), o saldo arrefece drasticamente de 10.303 migrantes para 3.023. Esses resultados reforçam a tendência de interiorização da migração observada nos principais núcleos metropolitanos do Brasil, tais como: São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte e, por sua vez, Natal. Nesse contexto, um conjunto de externalidades negativas como a violência urbana, a especulação imobiliária, poluição, degradação da qualidade de vida associadas a maior dinamização do interior, sobretudo, nas cidades médias, impulsionam a reemigração e desconcentração da população nos polos metropolitanos para o interior (BAENINGER, 2005; BRITO; CARVALHO, 2006; PEREIRA; QUEIROZ, 2017).

Tabela 3. Fluxo migratório intraestadual - RMN e o Interior e o Interior e a RMN - 2005/2010

Municípios da RMN	Imigração vinda do Interior	(%)	Emigração para o Interior	(%)	Saldo Migratório	IEM
Ceará Mirim	927	2,32	1.201	4,73	-274	Perda
Parnamirim	9.645	24,15	2.304	9,07	7.341	Retenção
Extremoz	569	1,42	181	0,71	388	Retenção
Macaíba	1.741	4,36	1.205	4,74	536	Retenção
Monte Alegre	303	0,76	278	1,09	25	Rotatividade
Natal	21.732	54,41	18.709	73,62	3.023	Rotatividade
Nísia Floresta	681	1,71	246	0,97	435	Retenção
S. Gonç. do Ama.	3.175	7,95	572	2,25	2.603	Retenção
S. José de Mipibu	948	2,37	598	2,35	350	Retenção
Vera Cruz	218	0,55	119	0,47	99	Retenção
Total	39.939	100,00	25.413	100,00	14.526	-

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE)

Por sua vez, Parnamirim permanece como o segundo município mais atrativo da RMN. Em relação ao período anterior (1995/2000), aumenta tanto o volume de imigrantes de 8.876 para 9.645 (24,15%) pessoas, quanto o de emigrantes de 1.088 para 2.304 (9,07%), mas diminui sutilmente o saldo migratório positivo de 7.788 para 7.341, entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente. Isso se deve a acentuada dispersão urbana e expansão do mercado fundiário com maior disponibilidade de terras e melhor preço do metro quadrado em relação a capital do estado, aliado a alta do setor de construção civil que representa importante segmento na geração de emprego no município. Além disso, os bairros de Parnamirim oferecem aos moradores maior segurança, lazer, acessibilidade viária para estudo e trabalho no núcleo da metrópole, menos trânsito e barulho (FRANÇA, 2016).

Outro município que chama atenção é São Gonçalo do Amarante, o terceiro mais atrativo na RMN, com saldo migratório

positivo de 2.603 pessoas, entre 2005/2010, sendo maior do que o registrado no período de 1995/2000 (2.439). Merece destaque o ambicioso projeto aeroporto-cidade, iniciado em 1996 com o objetivo de elevar a competitividade do transporte de passageiros e cargas no Rio Grande do Norte. Embora a operação desse complexo aeroportuário tenha iniciado somente em 31 de maio de 2014, a construção do aeroporto e de obras de melhoria viária impulsionaram empreendimentos residenciais e loteamentos, assim como a instalação de indústrias e geração de vagas de emprego com significativos reflexos no dinamismo econômico, social e migratório do município.

Por outro lado, Ceará Mirim apresenta saldo migratório negativo (274 pessoas) no período entre 2005/2010, dinâmica inversa ao interregno anterior, onde apresentou saldo positivo (170). Isso se deve a expressiva redução das entradas de imigrantes vindos do interior, que reduz de 1.667 para 927 pessoas, entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente. Vale ressaltar que Ceará Mirim, segundo França (2016), apresenta baixo nível de integração à dinâmica da metropolização, o que em parte justifica a baixa capacidade de atração migratória advinda do interior. Nesse contexto, a autora ressalta que o maior dinamismo do município provém dos bairros litorâneos, onde as principais atividades econômicas estão relacionadas à pesca, ao turismo e lazer, que atraem fluxos sazonais.

No que concerne ao índice de Eficácia Migratória (Tabela 3), comparado ao interregno anterior, às inflexões verificadas são: i) Ceará Mirim passa a figurar como área de perda migratória; e ii) Monte Alegre e Natal tornam-se áreas de rotatividade. Os demais municípios que compõem a RMN nas trocas migratórias permanecem como áreas de retenção. Esses resultados corroboram a ampliação das áreas de rotatividade migratória anunciado por Baeninger (2012). Além desses novos espaços nos fluxos interestaduais observados pela autora, nos movimentos intraestaduais do Rio Grande do Norte é evidente tal tendência.

No que tange a migração intraestadual nos municípios selecionados do interior potiguar entre 1995/2000, a Tabela 4

evidencia que Caicó é o único com saldo migratório positivo (74 pessoas). Com uma participação de 830 (4,23%) na imigração vinda da RMN e uma emigração para a metrópole de 756 (1,73%) pessoas.

Tabela 4. Fluxo migratório intraestadual – 10 maiores municípios do Interior - 1995/2000

Municípios do Interior	Imigração vinda da RMN	(%)	Emigração para a RMN	(%)	Saldo Migratório	IEM
Açu	392	2,00	1.800	4,13	-1.408	Perda
Apodi	76	0,39	442	1,01	-366	Perda
Caicó	830	4,23	756	1,73	74	Rotatividade
Canguaretama	385	1,96	854	1,96	-469	Perda
Currais Novos	597	3,04	1.988	4,56	-1.391	Perda
João Câmara	436	2,22	2.202	5,05	-1.766	Perda
Mossoró	1.645	8,38	4.575	10,49	-2.930	Perda
Nova Cruz	188	0,96	973	2,23	-785	Perda
Santa Cruz	471	2,40	1.124	2,58	-653	Perda
Touros	737	3,76	907	2,08	-170	Rotatividade
Subtotal	5.757	29,34	15.621	35,80	-9.864	-
Demais Mun.	13.864	70,66	28.009	64,20	-14.145	Perda
Total	19.621	100,00	43.630	100,00	-24.009	-

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE)

A explicação para essa dinâmica tem respaldo na crise do algodão (cotonicultura) e os seus efeitos sobre a estrutura produtiva e organização espacial da população. Até a década de 1970 a cotonicultura consistia como a principal atividade econômica do Seridó Potiguar, mas com a grande seca e a praga do bicudo houve a falência de grandes usinas de beneficiamento do algodão, aumento do desemprego e êxodo rural com conseqüente aceleração do crescimento urbano. Desse modo, no período pós-cotonicultura emerge uma nova configuração em Caicó, pautada na melhoria da infraestrutura urbana, desenvolvimento do setor de

comércio e serviços que impulsionou o crescimento do município e sua atração migratória (BRITO, 2016).

Em contrapartida, Mossoró se sobressaiu com o maior saldo negativo (2.930 pessoas), embora apresente o maior número de imigrantes (1.645) vindos da RMN, sua evasão para essa localidade é quase três vezes maior (4.575). Isso porque, apesar de Mossoró deter o maior dinamismo, diversidade e polarização econômica no interior do estado, apresenta relação de dependência com a capital, principalmente no que tange as relações de troca migratória.

Outro município de destaque foi João Câmara, que além de apresentar um pequeno número de migrantes vindos da RMN (436 ou 2,22%), configura em segundo lugar em termos de evasão (2.202) para a metrópole, resultando em um saldo negativo de 1.766 pessoas. É importante ressaltar que no ano de 1998 o estado do Rio Grande do Norte registrou 142 ocorrências de seca e estiagem, e em 2000, 32 municípios foram atingidos por inundações graduais, dentre eles encontra-se João Câmara, localizado na Mesorregião Agreste Potiguar, destaque na produção agrícola (CEPED UFSC, 2011).

Como corrobora Fusco (2012), o ‘efeito bumerangue’, marcado por constantes idas e vindas de pessoas que migram entre as regiões impulsionadas tanto por fenômenos nacionais quanto regionais, sobretudo nos fluxos migratórios entre o Nordeste e o Sudeste que ora expulsa e ora recupera sua população. Além disso, as mudanças climáticas que castigam a zona semiárida do Nordeste, que em grande parte explicam os fluxos emigratórios interestaduais de longa distância, também são fatores extremamente relevantes no fluxo intraestadual (BRITO, 2000; FUSCO, 2012; FUSCO, OJIMA, 2014; GUANAIS, 2012; NOGUEIRA, 2012; OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005). Assim, as mudanças climáticas e os seus inúmeros efeitos sociais e econômicos refletem a perda populacional de João Câmara, entre 1995/2000, em direção a metrópole potiguar.

Posteriormente chama atenção Açú e Currais Novos que representam o terceiro maior saldo migratório negativo (1.408) e quarto (1.391), respectivamente. Esse último, conhecido como terra

da scheelita, mas a partir da década de 1990 apresentou declínio nas exportações da sua principal atividade (indústria de mineração), o que gerou desemprego e perda da população.

Ademais, o IEM evidência com exceção de Caicó e Touros (áreas de rotatividade), os municípios selecionados do interior constituem de perda migratória, entre 1995/2000. Quanto ao município de Touros, conhecido como “esquina do Brasil”, devido a localização privilegiada (encontro do litoral norte e leste do país) na Microrregião do Litoral Norte potiguar, se destaca na oferta de serviços, sobretudo, estabelecimentos do setor de educação. Todavia, as principais atividades econômicas são no setor de produção tradicional: pesca, agropecuária e extração vegetal e silvicultura. Devido as suas características, emite força de trabalho para outros municípios do estado e constitui região de rotatividade migratória (CPRM, 2005; NASCIMENTO; OJIMA, 2012).

Com relação ao fluxo intraestadual do interior potiguar, constata-se expressiva redução das perdas populacionais ao longo dos dois quinquênios analisados. Entre 1995/2000, o interior figurava com um saldo migratório negativo de 24.009 migrantes e passa para -14.526 entre 2005/2010 (Tabela 5). Desse modo, verifica-se a tendência de aumento no fluxo metrópole-interior, devido a maior dinâmica dos polos regionais dentro do próprio estado, interiorização do ensino, investimentos em infraestrutura, políticas para promover o turismo, dentre eles o **Programa de Interiorização do Turismo, criação de aeroportos e mobilidade viária, que configuram fatores de atração e retenção migratória.**

Tendência semelhante de redução das perdas populacionais é evidente na maioria dos dez municípios selecionados do interior. Nesse contexto, chama atenção Mossoró que saiu de um saldo negativo de 2.930 migrantes, entre 1995/2000, para -275 pessoas, no quinquênio seguinte (2005/2010). Uma redução de 2.655 migrantes nas suas perdas populacionais, a maior entre os municípios selecionados. Isso devido ao aumento das imigrações da metrópole que passou de 1.645 para 2.441 (9,61%), entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente, e a drástica redução das emigrações, de um volume de 4.575 no primeiro período (1995/2000) para 2.716

no segundo (2005/2010). Segundo Cunha (2016) e Nascimento e Ojima (2012), as principais atividades em desenvolvimento no município de Mossoró são: o polo petroquímico, produção de sal e a fruticultura, que atuam como fator de atração de imigrantes para a região, com destaque para a mão de obra qualificada, através de empresas prestadoras de serviços.

Tabela 5. Fluxo migratório intraestadual - 10 maiores municípios do Interior- 2005/2010

Municípios do Interior	Imigração vinda da RMN	(%)	Emigração para a RMN	(%)	Saldo Migratório	IEM
Açu	719	2,83	1.184	2,96	-465	Perda
Apodi	243	0,96	586	1,47	-343	Perda
Caicó	805	3,17	1.148	2,87	-343	Perda
Canguaretama	250	0,98	521	1,30	-271	Perda
Currais Novos	515	2,03	1.168	2,92	-653	Perda
João Câmara	987	3,88	1.133	2,84	-146	Rotatividade
Mossoró	2.441	9,61	2.716	6,80	-275	Rotatividade
Nova Cruz	310	1,22	1.068	2,67	-758	Perda
Santa Cruz	626	2,46	771	1,93	-145	Rotatividade
Touros	648	2,55	978	2,45	-330	Perda
Subtotal	7.544	29,69	11.273	28,23	-3.729	-
Demais Mun.	17.869	70,31	28.666	71,77	-10.797	Perda
Total	25.413	100,00	39.939	100,00	-14.526	-

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE)

Outros municípios do interior que reduziu significativamente as perdas foi João Câmara que saiu de um saldo negativo de 1.766 migrantes no primeiro quinquênio analisado (1995/2000), para apenas -146, entre 2005/2010. Esse resultado é fruto, em grande parte, da expansão da economia urbana em anos recentes, que está sendo impulsionada pelos setores do comércio e serviços. Posteriormente configura Açu que passou de um saldo de -1.408 pessoas entre 1995/2000, para -465 durante o segundo quinquênio

(2005/2010). E em terceiro lugar encontra-se o município de Currais Novos, que reduziu suas perdas de -1.391 para -653, entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente. Segundo Silva e Sonaglio (2011), a partir de 2006 houve a retomada das atividades mineradoras e a expansão do turismo em Currais Novos que pode ter retido os potenciais migrantes.

Quanto às inflexões, Caicó que apresentava saldo migratório positivo no quinquênio anterior (1995/2000) de 74 migrantes, inverte a posição e vislumbra com saldo negativo de -343 pessoas, entre 2005/2010. Por sua vez, Touros aumenta as perdas populacionais em relação ao interregno anterior, onde apresentava saldo negativo de 170 migrantes e passa para um volume de -330, no quinquênio 2005/2010. Vale ressaltar que ambos aumentam significativamente os volumes emigratórios para a RMN e arrefecem discretamente a atração vinda da metrópole.

No tocante ao município de Caicó, à expansão urbana dos últimos quarenta anos provocou crescimento espacial desorganizado, marginalização de algumas áreas em detrimento do centro da cidade que polariza os serviços e atividades econômicas, e inúmeros problemas sociais, econômicos e ambientais nos bairros periféricos, tais como: abastecimento de água insuficiente, ausência de saneamento básico, ruas sem pavimentação, baixa mobilidade e violência que impulsionam as emigrações (BRITO, 2016).

Nesse contexto, o Índice de Eficácia Migratória também evidencia mudanças em relação ao interregno anterior. No quinquênio 2005/2010, os municípios de João Câmara, Mossoró e Santa Cruz, antes áreas de perda, constituem-se áreas de rotatividade migratória. Em contrapartida, Caicó e Touros que figuravam como áreas de rotatividade entre 1995/2005, passam a ser de perda migratória entre 2005/2010. Como mencionado anteriormente, fatores como o crescimento urbano desordenado, desigualdade social, desemprego e baixa qualidade de vida desses municípios, possivelmente impulsionam as emigrações (NASCIMENTO; OJIMA, 2012).

Segundo Salvador e Brito (2018), a cidade de Caicó constitui retrato das desigualdades sociais, espaciais e econômicas. A

fragmentação do território urbano revela um desenvolvimento desarmônico, de um lado, o Centro e os bairros nobres mais dinâmicos, com maior infraestrutura e padrão socioeconômico e, do outro, os bairros adjacentes que apresentam escassez de atividade econômica, déficit de infraestrutura, abastecimento de água, saneamento, mobilidade urbana, moradia e serviços básicos, tais como saúde, educação e segurança. Ademais, os bairros periféricos constituem subespaços da mancha urbana, onde ocorrem maiores índices de violência e marginalização social do município. Desse modo, as pessoas mais carentes, em termos socioeconômicos, concentradas em bairros da periferia de Caicó, afastadas das benesses do Centro e bairros nobres, geralmente, autônomos, com renda inferior a um salário mínimo, com poucas oportunidades de trabalho, possivelmente, migram em busca de melhores condições de vida.

Por sua vez, Mossoró e Santa Cruz constituem pontos de convergência nos processos de distribuição socioespaciais, configurando importantes centros regionais. No município de Santa Cruz, em anos recentes, houve o redesenho de sua base econômica agropecuária para o setor terciário que ampliou o raio de influência, dinâmica intraurbana e atração populacional, sobretudo, devido à instalação da Faculdade de Ciências da Saúde de Trairi (FACISA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2008 e o campus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFRN) no ano de 2009 (DANTAS, 2017).

No caso de Mossoró, Queiroz et al. (2019), em um estudo sobre as migrações do e para as cidades médias do interior do Nordeste, apontam este município como importante área de atratividade migratória ou retenção populacional. Conforme o estudo, Mossoró apresentou saldo migratório positivo nas migrações de longa (inter-regional), média (intrarregional) e curta distância (intraestadual), mostrando a sua relevância enquanto arrefecedora da concentração populacional nos grandes centros urbanos e o papel de redistribuí-la pelo interior do Nordeste. Os autores justificam tamanha atratividade ao seu tradicional polo de

fruticultura irrigada, características físicas e do seu solo (extração do sal e do petróleo), bem como a sua localização geográfica privilegiada (praticamente equidistante de duas capitais do Nordeste: Natal – 280 km - e Fortaleza – 245 km), que impulsionam a sua economia, geração de postos de trabalho e, com isso, atrai e mantém a população.

Como corolário, a interiorização do ensino técnico e superior, conforme aponta o estudo de Justino (2018), através do efeito cadeia/germinativo/propulsor, atraem mais investimentos, infraestrutura, mão de obra qualificada, empresas de serviços e, com isso, geram empregos e renda para a população, exercendo importante papel na manutenção ou redistribuição de pessoas nos municípios de nascimento ou da própria região.

Além disso, a partir dos anos 1990, o novo interior do Nordeste figura com uma rede urbana mais consolidada, devido a desconcentração da atividade econômica do Sul e Sudeste do país (DINIZ; CROCCO, 1996), que investiu no setor têxtil, calçadista e alimentício da região, com destaque para as cidades do interior, ocasionando uma ressignificação nas centralidades do comércio/serviço e de pessoas, através da intensificação da mobilidade populacional (PEREIRA JÚNIOR, 2015) e do movimento pendular nesses municípios (JUSTINO, 2018). No bojo desse processo, aluguéis mais baratos e menor custo de vida nos municípios do interior do Nordeste quando comparado aos do Sul e Sudeste, conforme aponta o estudo de Cavalcanti (2014), são elementos que justificam o arrefecimento das perdas populacionais do interior para as metrópoles.

Conclusões

O presente estudo teve como objetivo principal analisar a evolução recente da migração intraestadual no Rio Grande do Norte, a partir dos fluxos entre a RMN e o interior do estado, e o interior e a RMN, durante os quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010. Ademais, na introdução do texto, fez-se uma breve contextualização sobre as tendências e inflexões das migrações internas no Brasil e no Rio Grande do Norte pós 1980.

Os principais resultados mostram aumento no volume absoluto de migrantes intraestaduais durante os dois quinquênios analisados, evidenciando a maior dinamização das migrações no estado do Rio Grande do Norte. Quanto aos fluxos RMN-Interior e Interior-RMN, foi possível constatar expressiva diminuição do saldo negativo do interior potiguar em relação a metrópole. Em contrapartida, a RMN, nos dois quinquênios em análise, apresentou declínio nos ganhos populacionais. As explicações para essa dinâmica estão pautadas em uma série de questões, tais como: a expansão do setor de serviços e de infraestrutura no interior, diversificação econômica, interiorização do ensino técnico e superior, criação de empregos, melhora na mobilidade urbana e moradia mais barata, gradativamente, tornam o interior mais atrativo.

No que concerne aos municípios que compõem a RMN, durante os dois quinquênios em estudo, Natal figura tanto com maior volume de imigrantes como de emigrantes, do e para o interior potiguar. Isso porque, a capital concentra as principais atividades relacionadas aos setores de serviços, comércio e turismo. Todavia, aponta redução da sua capacidade de atração e retenção populacional, resultados que reforçam a tendência nacional de interiorização migratória. Outro município que chama atenção é Parnamirim, segundo em termos de maior atratividade na RMN, nos dois interregnos em estudo. Resultado, em parte, devido à proximidade geográfica com o núcleo metropolitano e melhor preço do metro quadrado. Adicionalmente, se destaca quanto ao desenvolvimento urbano em constante crescimento, melhora na qualidade de vida e expansão no setor da construção civil e imobiliário.

Por sua vez, no interior potiguar é evidente a redução das perdas populacionais ao longo dos intervalos analisados, com significativos arrefecimentos nos saldos migratórios em alguns municípios selecionados. O destaque é Mossoró que apresentou a maior redução das perdas, entre 1995/2000 e 2005/2010, ao registrar aumento das imigrações e drástica redução das emigrações do e para a metrópole. Vale ressaltar que o município constitui importante

polo econômico e regional, sendo ponto de convergência nos processos de distribuição socioespaciais no estado.

Outros municípios do interior que reduziram significativamente os saldos migratórios negativos foram João Câmara, Açu e Currais Novos. Quanto às inflexões, destaca-se Caicó que apresentava saldo migratório positivo no primeiro quinquênio em estudo e no segundo figura com saldo negativo e, por outro lado, Touros que aumenta as perdas populacionais no interregno 2005/2010. Possivelmente, fruto do crescimento urbano desordenado, ampliação das desigualdades sociais e desemprego que impulsionaram as emigrações nesses municípios.

Com relação ao Índice de Eficácia Migratória, os achados também evidenciam mudanças entre os dois quinquênios. Quanto aos municípios que compõem a RMN, Ceará Mirim, área de rotatividade migratória entre 1995/2000, no segundo interregno passa a figurar como de perda. Monte Alegre e Natal, localidades de retenção migratória no primeiro quinquênio tornam-se áreas de rotatividade entre 2005/2010. Já no interior do estado, os municípios de João Câmara, Mossoró e Santa Cruz, antes áreas de perda, no quinquênio 2005/2010 constituem-se de rotatividade migratória. Em contrapartida, Caicó e Touros que representavam áreas de rotatividade passam a ser de perda migratória, nos referidos quinquênios em estudo.

Em suma, os achados do estudo mostram que o interior potiguar, diminuiu significativamente o saldo migratório negativo e melhorou a capacidade de atração e retenção populacional em relação à RMN. Ademais, merece destaque que essa tendência de aumento do fluxo Metrópole-Interior no Rio Grande do Norte vai de encontro com o observado por Baeninger (2005) em São Paulo e por Pereira e Queiroz (2017) no Ceará, corroborando as novas tendências migratórias de curta distância no Brasil.

Desse modo, constata-se que crescimento no dinamismo do interior redesenha a configuração espacial da população potiguar e emerge a necessidade de políticas públicas nos mais distintos segmentos (saúde, educação, infraestrutura, segurança etc) para promover o desenvolvimento em todos os municípios do estado e não apenas naqueles que figuram no entorno da metrópole.

Referências

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BAENINGER, Rosana. Migrações Internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, José Marcos Pinto (org.). **Mobilidade Espacial da População**. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1ª edição, v.1, 2011. Cap. 4, p. 71-94.

BAENINGER, Rosana. Migrações Internas no Brasil: tendências para o século XXI. **Revista NECAT**, ano 4, n. 7, p. 9-2, jan./jun. 2015.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 84-96, Jul./Set. 2005.

BRITO, David Medeiros. **Planejamento e ordenamento do espaço de Caicó (RN) na atualidade**. 2016. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó-RN, 2016.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: uma transição para um novo padrão migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu - MG, p. 1-44, 2000.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 22, p. 441-455, 2006.

CAVALCANTI, Eduardo Machado. **Diferencial de custo de vida entre as regiões: índice baseado em aluguel**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Economia, Recife, 2014.

CEPED UFSC. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Rio Grande do Norte**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/atlas/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COUTINHO, Caio César Pereira. **O progresso econômico do município de Ceará Mirim/RN**. 2016. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2016.

COSTA, Paulo Victor Maciel; QUEIROZ, Silvana Nunes. Migrações para o rural e urbano brasileiro: uma análise recente (1995, 2005 e 2015). *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 21., 2018, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais, 2018.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Touros, estado do Rio Grande do Norte**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CUNHA, José Marcos Pinto; BAENINGER, Rosana. A Migração nos Estados Brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO*, 2., 1999, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999. p. 117-167.

CUNHA, Priscila Sanara. **Imigrantes em Parnamirim/RN: Uma análise a partir do retorno migratório**. 2016. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2016.

DANTAS, Alexander Pereira. P. **Produção do espaço urbano e centralidade regional: tecendo reflexões acerca da cidade Santa Cruz-RN**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2017.

DINIZ, Clélio Campolina. CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p. 78-103, 1996.

DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, p. 415-430, 2019.

FRANÇA, Rosana Silva. **A dispersão urbana na “Região Metropolitana de Natal”: novas espacialidades e velhas contradições**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2016.

FUSCO, Wilson. Regiões Metropolitanas do Nordeste: Origens, Destinos e Retornos de Migrantes. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, n. 39, p. 101-116, jul./dez. 2012.

FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. Migrações e Nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. *In*: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (org.). **Migrações Nordestinas no Século 21/ Um Panorama Recente**. São Paulo: Blucher, 2014, p. 12-26.

GUANAIS, Juliana Biondi. As Implicações da Migração Temporária para as Comunidades de Origem dos Cortadores de Cana. *In*: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 209-232.

JUSTINO, Tallita Soares. **O efeito da expansão da educação superior na pendularidade no interior do nordeste brasileiro em 2000 e 2010**. 2018. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

NASCIMENTO, Tiago Carlos Lima; OJIMA, Ricardo. Entre idas e vindas potiguares: desenvolvimento regional e migrações no contexto do Rio Grande do Norte. **Cadernos de Estudos Sociais**. Fundação Joaquim Nabuco, v. 27, n. 2, p. 166-190, jul./ago. 2012.

NOGUEIRA, Verena Sevá. Sair para o café: uma Etnografia do Processo Migratório em Famílias Camponesas. *In*: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 187-209.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.4, São Paulo, out./dez. 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas industriais e urbanização no Nordeste do Brasil. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 14, p. 63-81, 2015.

QUEIROZ, Silvana Nunes. **Migração para o Ceará nos anos 90**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2003.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; OJIMA, Ricardo; CAMPOS, Jarvis; FUSCO, Wilson. Cidades Médias do Interior do Nordeste: Rumos e Relevância na Atração de Migrantes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais [...]**.Natal, 2019.

OJIMA, Ricardo. As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um estado “ganhador”. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 27, n. 1, p. 147-154, jan./jun. 2012.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; SILVA, Robson Bonifácio. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as cidades-dormitório. **Cadernos Metrópole** (PUCSP), v. 12, p. 395-415, 2010.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. UNICAMP: Instituto de Economia. São Paulo. 1998.

PEREIRA, Antonia Jaine da Silva; QUEIROZ, Silvana Nunes. Migração Intraestadual Cearense: Fluxos RMF-Interior e Interior-RMF. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO PADRE CÍCERO*, 5., 2017, Juazeiro do Norte. **Anais** [...]. Juazeiro do Norte – CE, 2017.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira; BRITO, David Medeiros. Planejamento e ordenamento do território urbano de Caicó (RN) na atualidade. **Geografia em Questão**, v. 11, n. 1, p. 157-173, 2018.

SILVA, Lisiana de Fátima; SONAGLIO, Kerlei Eniele. O Turismo no desenvolvimento econômico de Currais Novos (Rio Grande do Norte, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 223-248, out. 2011.

Evolução da governança migratória no Brasil: desafios teóricos, mudanças normativas e ecos sociais de sentimentos xenofóbicos^{1*}

Roberto Rodolfo Georg Uebel²

Eveline Vieira Brígido³

Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro⁴

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o cenário recente da trajetória da governança migratória no Brasil, abordando mudanças na legislação específica, evidenciando, através da análise da rede social “*Twitter*”, a presença de sentimentos xenofóbicos em sociedade, e situando tais fenômenos numa abordagem teórica mais ampla dos estudos de fluxos imigratórios recentes no país. O estudo usa dados de pesquisa qualitativos e quantitativos e apresenta perspectivas analíticas do atual período de transição na política migratória do Brasil, tratando do seu aspecto legal e social, para derivar uma compreensão sobre os desafios à governança das migrações internacionais e ao acolhimento do imigrante.

Palavras-chave: Governança. Migrações internacionais. Brasil. Legislação. Xenofobia.

^{1*} Os autores agradecem à Organização Internacional para as Migrações, escritório no Cairo, Egito, pelo financiamento da sua participação no *II International Forum on Migration Statistics*, que permitiu a construção da pesquisa da qual este artigo é resultante. Os autores assumem a responsabilidade integral do texto.

² Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-POA, Porto Alegre-RS, Brasil (roberto.uebel@espm.br).

³ Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-POA, Porto Alegre-RS, Brasil (ebrigido@espm.br).

⁴ Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-POA, Porto Alegre-RS, Brasil (vitor.alessandri@espm.br).

Evolution of migration governance in Brazil: theoretical challenges, regulation changes and social echoes of xenophobic sentiments

Abstract: This article aims to discuss the recent scenario of migration governance in Brazil, approaching the changes in legislation, evidencing through the analysis of “Twitter” user data the presence of xenophobic sentiments in society, and instantiating these phenomena on a broader theoretical approach of the study on recent migratory flows to the country. The study uses qualitative and quantitative research data and provides an analytical perspective to the issues faced by a transition on migration policies in recent-day Brazil, taking on its legal and social aspects, to finally draw some conclusions over the challenges to migration governance and to the reception of immigrants.

Keywords: Governance. International migrations. Brazil. Legislation. Xenophobia.

Evolución de la gobernanza migratoria en Brasil: desafíos teóricos, cambios normativos y ecos sociales de sentimientos xenófobos

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el escenario de la reciente trayectoria de la gobernanza migratoria en Brasil, acercándose de los cambios en la legislación específica, evidenciando, a través del análisis de la red social “Twitter”, la presencia de sentimientos xenófobos en la sociedad, situando tales fenómenos bajo un enfoque teórico más amplio de los estudios de los recientes flujos de inmigración en el país. El estudio utiliza datos cualitativos y cuantitativos, presentando perspectivas analíticas para el período de transición actual en la política de inmigración en Brasil, articulando aspectos legales y sociales, en la búsqueda de comprender los desafíos para la gobernanza de la migración internacional y la recepción de inmigrantes.

Palabras clave: Gobernanza. Migraciones internacionales. Brasil. Legislación. Xenofobia.

Introdução

Nas últimas duas décadas, o Brasil observou um aumento considerável dos fluxos migratórios, partindo de pouco mais de 196 mil imigrantes em 2002 chegando a um contingente de cerca de 2,1 milhões de migrantes em 2018, de acordo com os dados

combinados da Polícia Federal, Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e compilados por Uebel (2018).

Após o período de aumento imigratório, a recepção no Brasil dos novos migrantes, oriundos majoritariamente da América Latina, Caribe e costa oeste da África, além do Sudeste Asiático e Europa Ocidental nos anos de crise – 2008 a 2012 –, tem sido afetada por um novo tipo de governança migratória, com seus avanços e retrocessos, por meio de um novo instrumento legal de regulação das migrações, a Lei de Migração de 2017 (BRASIL, 2017).

A governança migratória recente do Brasil pode ser dividida em quatro períodos distintos. O primeiro teve início em 1997 com a aplicação da nova Lei do Refúgio (BRASIL, 1997). Em 2003 teve início o segundo período, a partir da reorientação da política externa brasileira para imigrantes e refugiados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O terceiro período teve início em 2014, quando da instalação da Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio e esteve, vigente até a aprovação e sanção da nova Lei de Migração em 2017, quando começa o quarto período. Imbuído de inovações tecnológicas implementadas pela Polícia Federal e pelo antigo Ministério do Trabalho, o controle migratório mediante o atual governo iniciado a partir de 2019 conta com uma agenda anti-imigração responsável pela retirada do Brasil do Pacto Global de Migração de Marraquexe (UNITED NATIONS, 2018).

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as mudanças na governança migratória e seus desafios no Brasil, que serve de referência para os quadros normativos de blocos regionais, como o Mercosul, a partir de três eixos: a) investigação sobre a nova legislação migratória do Brasil; b) breve diagnóstico do recente fluxo migratório no Brasil; e c) detecção, em meio ao conteúdo do vocabulário dos usuários da rede social “*Twitter*”, de opiniões xenofóbicas como fenômeno social que possa representar desafios à acolhida do imigrante.

Cruzaremos também os dados qualitativos com dados quantitativos de estatísticas oficiais para enfim aferir sobre as alterações impingidas ao marco regulatório pelas autoridades

brasileiras e buscando identificar mecanismos de vinculação (SASSEN, 2007) entre as ações do Estado brasileiro e as motivações para a migração destes novos grupos (especialmente latino-americanos e oeste-africanos).

Isto posto, o artigo está dividido em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. A seção dois será dedicada à apresentação do cenário migratório no Brasil nas últimas décadas. Já na terceira seção, nos debruçaremos sobre a mudança na legislação brasileira para migrantes e, na quarta seção, discutiremos o caso específico da imigração venezuelana e os episódios de xenofobia e papel das redes sociais nesta construção. O trabalho, ao final, propõe-se a contribuir para o debate sobre possíveis interveniências resultando no processo de inflexão no marco regulatório da imigração no Brasil.

Cenário migratório no Brasil

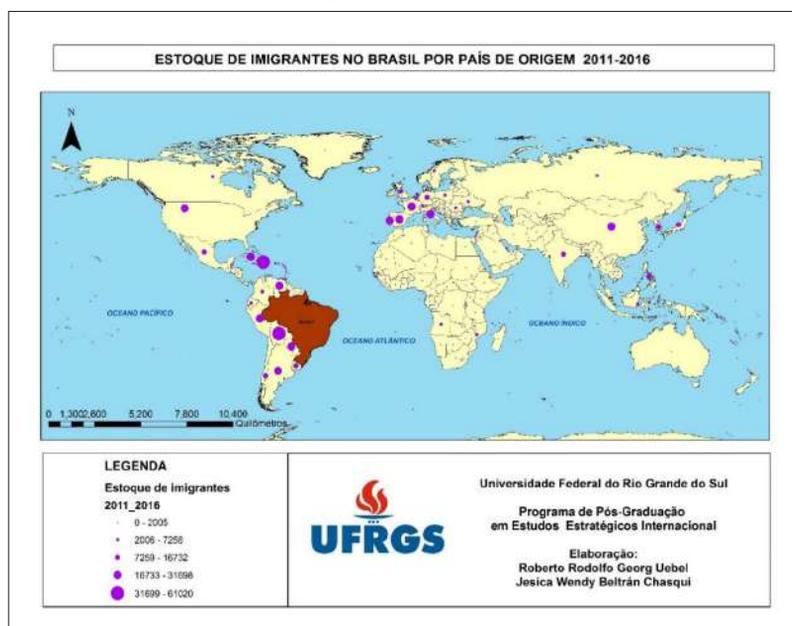
Conforme mencionado na introdução deste artigo, segundo os dados da Polícia Federal, a autoridade migratória brasileira, a população de novos imigrantes no Brasil chegou a 2,1 milhões entre 2013 e 2018, isto é, o somatório total dos ingressos nacionais.

Com relação ao saldo migratório, ainda existe no Brasil um grande desafio para geógrafos, demógrafos e pesquisadores da temática migratória em estabelecer uma quantificação aproximada, uma vez que os dados de saída da própria Polícia Federal contabilizam apenas a emigração regular, e os censos realizados pelo IBGE disponibilizam dados a cada dez anos, portanto, as últimas estatísticas são de dez anos atrás, quando o Brasil ainda não havia passado por um processo de aumento da imigração ou se transformado em um “Eldorado” para os novos imigrantes, ainda que de forma provisória (SILVA; ASSIS, 2016).

Apesar destas questões, é possível estimar, conforme apresentamos na Figura 1 a seguir, as principais origens destes cerca de 2,1 milhões de imigrantes, que escolheram o país baseados numa perspectiva de acolhimento atrelada à própria inserção

estratégica do Brasil em seus países de origem, uma sub-agenda da Política Externa Migratória Brasileira⁵.

Figura 1. Estoque de imigrantes no Brasil por país de origem (2011-2016)



Fonte: Uebel (2018).

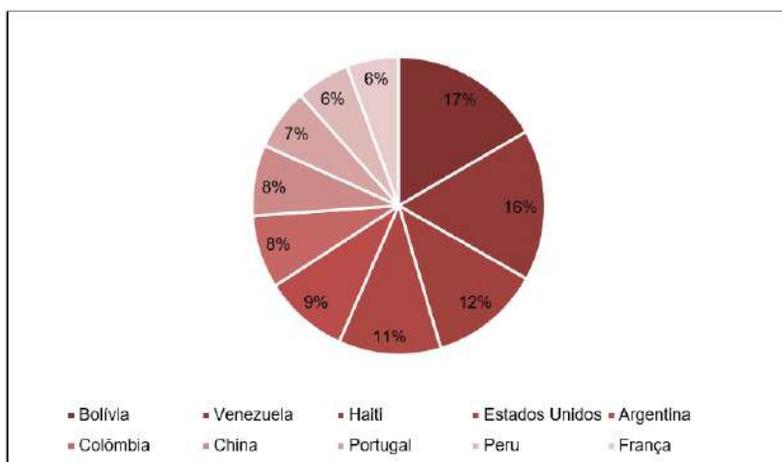
É possível traçar o seguinte diagnóstico: as migrações para o Brasil se originaram principalmente na América do Sul e Caribe, seguidas pelos fluxos originados na Europa Ocidental, China

⁵ Definição de Uebel (2018): política sustentada exclusivamente a partir da inserção estratégica do Brasil, sob uma égide da “política externa ativa e altiva”, e cimentada por pilares como as participações brasileiras em missões humanitárias, a concessão de bolsas de estudo e pesquisa para estudantes estrangeiros, a criação do visto humanitário, a emissão e isenção de vistos para grandes eventos desportivos, a discussão e tramitação da nova Lei de Migração, a migração subsidiada por meio do Programa Mais Médicos.

e Índia e países africanos, subsequentemente. Conforme Uebel (2018) discute em sua tese, o fluxo de africanos foi o que mais cresceu entre 2003 e 2018, cerca de 173% em quinze anos, face os 90% dos influxos de europeus.

À título de complementação deste cenário, apresentamos o Gráfico 1, que sintetiza a representação percentual dos dez maiores grupos de imigrantes no Brasil de acordo com os seus países de origem, e que subsidiará a discussão da próxima seção:

Gráfico 1. Dez maiores grupos de imigrantes no Brasil de acordo com os seus países de origem (2003-2018)



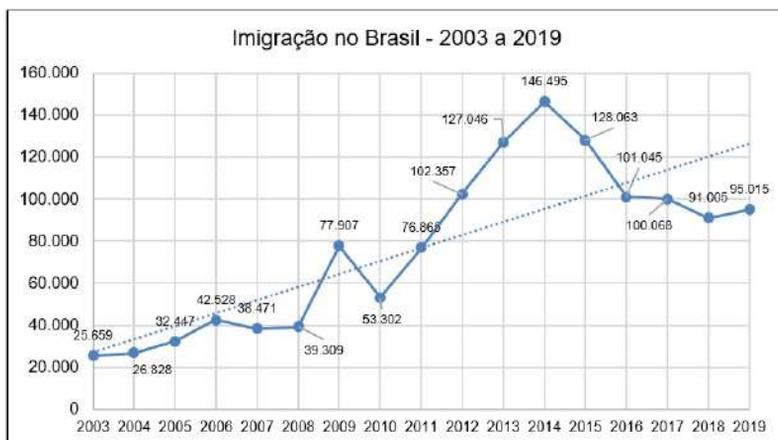
Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados supramencionados apontam, portanto, para uma concentração quase que exclusiva de latino-americanos no perfil migratório do Brasil no período – cerca de 475 mil –, e que, somados aos cerca de 46 mil novos imigrantes africanos, representam o maior contingente migratório do país, suplantando pela primeira vez os fluxos históricos de europeus e asiáticos, representando assim uma nova etapa da geopolítica das migrações do Brasil e do próprio Sul Global (WENDEN, 2016). Este novo

caráter geopolítico migratório será fortemente influenciado pela Política Externa Migratória Brasileira.

Para complementar, segundo os dados combinados da Polícia Federal, Ministério da Economia e IBGE, apresentamos o Gráfico 2 a seguir, com a evolução dos fluxos de imigração no Brasil para o período de 2003 a 2019, sendo este último ano com as projeções oficiais ainda não finalizadas:

Gráfico 2. Evolução dos fluxos de imigração no Brasil entre 2003 e 2019 (projeção)



Fonte: elaborado pelos autores.

A governança migratória do Brasil, assim como os próprios fluxos, passou por uma série de mudanças estruturais ao longo das últimas décadas, conforme bem discutido por Seyferth (2008), a começar pela revogação do antigo Estatuto do Estrangeiro, vigente desde a década de 1980 e pela saída do país do Pacto Global para as Migrações de Marraquexe em janeiro de 2019, logo após a posse de Jair Bolsonaro.

Neste período, dois novos instrumentos legais entraram em vigor no Brasil, o Estatuto dos Refugiados, de 1997, e a nova Lei de Migrações, de 2017, que são considerados referência para as normas homólogas nos demais países latino-americanos, e que

apresentam um caráter inovador no tratamento aos migrantes, refugiados, apátridas, solicitantes de asilo e pessoas vítimas de tráfico humano.

Como sendo parte de um laboratório, a governança migratória do Brasil também trouxe inovações quanto à formulação de políticas governamentais para a atenção aos solicitantes de refúgio e imigrantes em situação de vulnerabilidade, os quais discutiremos brevemente nesta seção mais adiante: o visto humanitário e as “anistias” gerais que concederam a regularização migratória de milhares de haitianos, sírios, senegaleses e venezuelanos nos últimos cinco anos.

Para compreender a governança migratória no Brasil, primeiramente é importante destacar a sua composição federalizada e descentralizada, isto é, não apenas o governo federal é um dos seus principais articuladores, mas também os estados, municípios e os poderes Judiciário e Legislativo, além da atuação reconhecida do Ministério Público na defesa dos direitos de migrantes e refugiados.

Essa peculiaridade implica, portanto, um caráter exclusivo na formulação, na aplicação e no monitoramento das políticas públicas migratórias, conforme destaca Rua (2009) em sua obra, o que traz consequências paradoxais: o surgimento de uma rede de atenção aos migrantes, mas também episódios de anti-imigração, como os casos recentes do estado de Roraima, localizado no norte do Brasil, que pediu o fechamento da fronteira brasileira com a Venezuela, a fim de impedir a chegada de solicitantes de asilo venezuelanos (MINISTRA nega pedido..., 2018).

Desta maneira, a questão territorial se faz muito presente na governança migratória brasileira, uma vez que a descentralização das políticas de gestão migratória e territorial, um “*aménagement migratoire*”, obrigou que diferentes atores do Estado brasileiro se fizessem presentes, tanto para a coordenação logística como para a efetivação destas políticas, dentre eles, o Exército Brasileiro, que é responsável pela “Operação Acolhida”, programa governamental dedicado ao acolhimento de migrantes, especialmente os venezuelanos, em situação de vulnerabilidade quando admitidos em território brasileiro.

Para complementar esta ação estatal, a criação do visto humanitário e as regularizações migratórias por meio de portarias administrativas, marcam a governança migratória do Brasil, uma vez que surgiram como uma solução ao limbo jurídico daqueles migrantes indocumentados que não poderiam ser reconhecidos como refugiados, acolhidos como asilados políticos ou autorizados a trabalhar e residir no país. Instituídos ainda durante o governo de Dilma Rousseff, estes instrumentos foram adaptados por países fronteiriços como Peru, Paraguai e Uruguai, além de serem adotados pelo Equador.

A efetivação da governança migratória brasileira apresenta ainda uma última peculiaridade relacionada à questão territorial: ela começa nas fronteiras terrestres do Brasil e possui suporte institucional concentrado nas cidades gêmeas e regiões transfronteiriças. Nesse sentido, não se pode falar em governança e gestão migratória no Brasil sem considerar as especificidades das fronteiras do país.

Ações como a interiorização da migrantes por meio da coordenação do Exército Brasileiro e operação da Força Aérea Brasileira, o atendimento de saúde por parte do Ministério da Saúde, o encaminhamento ao mercado de trabalho por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e sob fiscalização do Ministério Público do Trabalho, bem como o fornecimento do acesso à educação pública por parte das secretarias estaduais e municipais de educação e pelas universidades federais, são exemplos desta complexa cadeia compartilhada da governança migratória brasileira, que é verticalizada na aplicação e horizontal quanto às normativas oriundas da Política Externa Migratória Brasileira, algo inédito no Sul Global e que serve de laboratório de experimentação para os vizinhos latino-americanos.

Nesse sentido, apresentaremos na próxima seção as agendas e perspectivas da questão migratória no Brasil, considerando a mudança nos fluxos migratórios e nas visões do novo governo face ao tema migratório, que já fora considerado como “escória do mundo” (BEM antes de Trump..., 2018).

Análise das transformações normativas

O Estado brasileiro, até 2017, tinha uma legislação ultrapassada para regulamentar a migração internacional, a qual tinha por base a segurança nacional (OLIVEIRA, 2017). Não obstante, a mudança legislativa não ocorreu abruptamente há 2 anos e meio, mas sim de forma gradual a partir da adoção da nova Constituição Federal (CF) em 1988. Em 1997 foi adotado o Estatuto do Refugiado e seu Protocolo por meio da Lei n. 9.474/97. O governo brasileiro adotou um conceito de refugiado mais amplo do que o previsto no Estatuto, incluindo graves violações de direitos humanos como fundamento para a solicitação de refúgio, prevista na Declaração de Cartagena de 1984.

Entretanto, a Lei n. 6.815 de 1980, que definia as condições de entrada e permanência do estrangeiro no Brasil, ainda permaneceu em vigor. Todavia, foi-se percebendo alteração na política migratória brasileira, de forma a se tornar mais receptiva e humanitária em relação aos migrantes.

Em 2012 foi adotado o visto humanitário para os imigrantes haitianos por meio da Resolução Normativa CNIg (Conselho Nacional de Imigração) nº 97 de 12/01/2012. Esta resolução permitia a concessão de visto por razões humanitárias aos imigrantes haitianos por um período de 5 anos, prorrogáveis no caso de estarem trabalhando no Brasil. Em continuidade a essa governança com foco humanitário, o governo brasileiro estendeu o visto humanitário para os sírios, por meio da Resolução Normativa do CONARE nº 17 de 20/09/2013.

Em março de 2017, o CNIg adotou a resolução n. 126 que garantiu a concessão de residência temporária por até 02 anos a imigrantes que sejam nacionais de países fronteiriços ao Brasil e que ingressaram em solo doméstico por via terrestre.

Em maio daquele mesmo ano foi aprovada a nova Lei de Migração, n. 13.445/17, revogando a lei 6.815/80, tendo como base a proteção dos direitos humanos, repúdio a qualquer forma de discriminação, não criminalização da migração, acolhida humanitária e inclusão social e laboral do migrante.

“Indubitavelmente que a nova lei coloca o Brasil em posição de vanguarda nesta matéria, posto que defere aos imigrantes uma série de prerrogativas que até então eram conferidas apenas para seus nacionais” (GUERRA, 2017, p. 172).

Em comparação aos principais documentos internacionais sobre migração, é possível afirmar que a legislação brasileira é bastante avançada. Com relação ao conceito de refugiado previsto no Estatuto e em seu Protocolo, a legislação brasileira possui conceito mais amplo, seguindo as normativas regionais (Declaração de Cartagena, Convenção Africana e o Sistema Europeu Comum de Asilo). Dessa forma, se permite que maior número de migrantes forçados receba proteção, conforme previsão no Pacto Global de Migrações. A nova Lei de migração também é inovadora ao trazer os conceitos de acolhida humanitária e da não criminalização da migração internacional.

Além disso, em 2018, foi aprovado o Decreto n. 9.285, reconhecendo a necessidade de acolhimento humanitário de venezuelanos e, em seguida, foi aprovada legislação especial (Lei n. 13.684/18) para tratar de medidas de assistência emergencial a pessoas vulneráveis em virtude de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Além dessa mudança legislativa, o governo brasileiro vem, ainda, adotando portarias para tratar de casos específicos de grandes fluxos migratórios para o Brasil. Em 2019 foram adotadas 3 portarias para facilitar os trâmites de autorização de residência no Brasil para os nacionais de origem dos seguintes países: Cuba (integrantes do programa mais médicos), República Dominicana (solicitantes de refúgio) e Senegal (solicitantes de refúgio). E mais 2 novas portarias sobre visto humanitário e autorização de residência para sírios, haitianos e apátridas residentes no Haiti. Importante ressaltar que, com exceção dos sírios, as demais nacionalidades que desejarem obter a residência temporária ficarão no Brasil como migrantes econômicos, tendo que desistir da solicitação de refúgio (BRASIL, Ministério da Justiça, 2019, a, b, c, d, e). No caso de o solicitante realmente preencher os requisitos para a solicitação do refúgio, parece não ser uma boa opção a desistência do pedido para

obter a autorização de residência temporária. No entanto, caso o solicitante venha de um país que não se enquadre em situações de perseguição, conflitos e/ou graves violações de direitos humanos, a autorização de residência pode ser melhor opção.

Percebe-se, portanto, que a partir da adoção da CF/88 houve importante mudança na condução política migratória brasileira, não obstante a alternância de governos no Brasil. Em 2019, contudo, o atual governo declarou que o Brasil não participaria do Pacto Global de Migrações. Duas observações devem ser feitas a esse respeito. Primeiramente, deve-se observar que o Pacto é um documento classificado como *soft law*, ou seja, nenhum país “faz parte” em termos jurídico, uma vez que não se trata de tratado internacional. Ademais, a nova Lei brasileira de migrações é tanto ou mais inovadora que o Pacto Global. E as 5 portarias supracitadas, adotadas em 2019, parecem ir ao encontro da nova Lei brasileira e das políticas previstas no Pacto. Uma questão importante, ressaltada acima, é sobre o fato de a autorização de residência implicar na desistência da solicitação de refúgio. Conforme observado supra, tal fato pode beneficiar ou não o solicitante, dependendo das circunstâncias. E, mesmo nos casos de autorização de residência ser concedida, é importante salientar que se trata de pessoas vulneráveis, oriundas de países em situações precárias e que, embora não mais enquadradas como refugiadas, necessitam de políticas adequadas.

Ainda não é possível afirmar quais as intenções do atual governo ao criar tais regulamentações. Para tanto, será necessário analisar como essa política será conduzida nos próximos anos. De qualquer forma, conforme será explanado na próxima seção, uma questão preocupante é a xenofobia. Embora a legislação brasileira esteja adequada aos documentos internacionais, é preocupante o tratamento dos imigrantes por parte da sociedade. Ou seja, não é suficiente existir a previsão legal se o que está previsto não é cumprido e não é receptivo pela sociedade. E, nesse caso, o posicionamento que tem sido adotado pelo novo governo pode ser uma agravante nessa questão.

Desafios sociais ao acolhimento do imigrante e o sentimento xenófobo: notas metodológicas e análise de conteúdo

Embora a gestão da governança migratória no Brasil venha sofrendo modificações no sentido de ampliação de garantias formais previstas em lei, o caráter contraditório das portarias com relação ao teor da Lei de Migração de 2017 emitidas pelo governo federal inaugurado em 2019 deixa no ar a feição que o cuidado com imigrantes terá no Brasil. Tal situação encontra ainda um caldo de cultura social que tem agravado o drama em torno da recepção e do acolhimento do imigrante, algo particularmente dramático para os venezuelanos⁶.

A situação de crise⁷ na Venezuela, com a degradação das condições gerais de vida produzida não apenas pela crise política, como também pela grave crise alimentar e sanitária, com escassez de alimentos e de medicamentos, tem forçado enormes quantidades de pessoas da população venezuelana a emigrar para países vizinhos (BAENINGER; SILVA, 2018).

Em abril de 2016, o Brasil tinha 8.863 refugiados reconhecidos⁸, sendo que as solicitações de refúgio no Brasil cresceram de 966 em 2010 para 28.670 em 2015. As cinco maiores nacionalidades com refúgio reconhecido no Brasil eram então de sírios, angolanos, colombianos, congolese e libaneses. Com relação aos pedidos de

⁶ Aponta-se aqui a matéria de Sérgio Ramalho, jornalista do *Intercept Brasil*, de 28 de novembro de 2019 intitulada “Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos no Brasil”. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>> Acesso em: 29 nov. 2019.

⁷ Segundo a Resolução 2/2018 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a grave crise política e econômica na Venezuela se converteu em graves violações de direitos humanos, contra o direito à vida, a integridade pessoal, a liberdade pessoal, a liberdade de expressão, de circulação, a proteção judicial (CIDH, 2018).

⁸ Ver: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

refúgio, a situação no Brasil evoluiu num salto impressionante. Em 2016, foram 10.308 solicitações de refúgio no país. Aumentou mais de três vezes para 33.866 pedidos em 2017 e em 2018 foram 80.057 solicitações. No ano de 2018, foram 777 casos considerados elegíveis e, portanto, reconhecidos como refúgio, principalmente de pessoas oriundas da Síria (476 casos), Palestina (52 casos), República Democrática do Congo (50 casos), Cuba (45 casos), Paquistão (43 casos), Afeganistão (11 casos), Angola (10 casos), Burundi, Marrocos e Nigéria (com 7 casos cada) e a Venezuela (5 casos)⁹.

Embora sejam poucos os casos de refúgio de venezuelanos reconhecidos no Brasil, a situação vivida por cidadãos venezuelanos imigrantes no Brasil é dramática. Os pedidos de refúgio de venezuelanos ao governo brasileiro em 2015 foram em número de 822. Em 2016, o número saltou 410% para 3.375 pedidos. No ano seguinte, 2017, foram 17.865 pedidos, aumento vertiginoso de 529% ante 2016. Em 2018, venezuelanos fizeram 61.681 pedidos de refúgio às autoridades brasileiras, número cerca de 4 vezes maior que no ano de 2017. A essa situação de ampliação da busca de venezuelanos pelo Brasil se seguiu um crescimento de sentimento de xenofobia de grupos da população brasileira, o que se procura demonstrar nessa sessão do trabalho.

Para essa demonstração, optou-se por realizar uma análise de conteúdo de vocabulário controlado tomado às mensagens de texto postadas por usuários da rede social “*Twitter*” de janeiro de 2016 a fevereiro de 2020¹⁰. Para coleta, utilizou-se a técnica de

⁹ Ver relatório elaborado pelo Ministério da Justiça com base nos dados da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados, de julho de 2019, disponível no portal da internet do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

¹⁰ Buscou-se, nessa rede social, apenas por *tweets* que contivessem em seu texto tanto a palavra “*fora*” quanto a palavra “*venezuelanos*”, na tentativa de caracterizar o teor semântico do que os usuários da mesma referiam de ideias

“scraping”, ou raspagem, dos textos dos “tweets” empregando um “script”¹¹ na linguagem “Python”¹² de programação através de uma API¹³ para interface com computadores servidores do serviço digital da rede social.

A análise não possui a intenção de ser estatisticamente representativa da população em nenhum aspecto, pois não foram controlados atributos dos usuários que entraram na amostra. No entanto, o uso da captura automatizada dos textos postados por usuários da rede social traz o benefício da generalização pela vastidão quantitativa de dados no largo lapso temporal compreendido na captura.

O emprego de rotinas de códigos de programação pôde tornar exequível o emprego de tal vasto “corpus”, além de também permitir o controle da parametrização da análise, isso é, o controle do teor semântico dos “tweets” segundo critérios da análise. A extração total resultou na captura de 2679 casos ou “tweets”. Um primeiro tratamento através da análise semântica do conteúdo textual exigiu a eliminação de 275 casos não afeitos ao assunto da pesquisa. Muitos se referiam a eventos desportivos, como futebol,

ao se expressarem sobre tais termos.

¹¹ Um “script” de programação é o mesmo que uma série de instruções ou rotinas ordenadas escritas por seres humanos para serem interpretadas por computadores. As tarefas concebidas são transmitidas às máquinas fazendo-se uso de linguagens de programação com sintaxes próprias, estruturando assim códigos que deverão ser interpretados por máquinas para que essas desempenhem tarefas esperadas pelo programador.

¹² Disponível em: <https://www.python.org/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

¹³ API é a sigla para “*Application Programming Interface*” (interface de aplicação de programa). Como o nome sugere, API funciona como uma interface, sendo que o desenvolvedor, o pesquisador ou quem quer que faça uso de linguagens de programação para executar interagir com aplicativos geralmente faz uso dela para o intercâmbio de dados. A API empregada nessa pesquisa para a coleta dos dados do “Twitter” foi desenvolvida por Jefferson Henrique e pode ser acessada através do link <<https://github.com/Jefferson-Henrique/GetOldTweets-python/blob/master/README.md>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

em que times brasileiros jogaram “fora” de casa contra times “venezuelanos”. Resultaram 2404 casos que perfazem o total do “corpus” da pesquisa empírica realizada¹⁴.

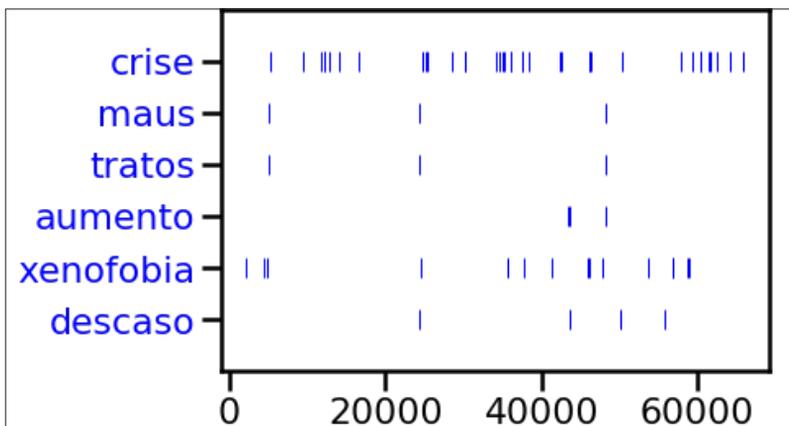
O tratamento foi feito com base de técnicas de processamento de linguagem natural (“*natural language processing*”) empregando-se rotinas de aprendizado de máquina não supervisionado (“*unsupervised machine learning*”) em que dados são inseridos na memória do computador sem pré-classificação. Ao serem processados, a própria rotina dos códigos executados é capaz de apreender relações, e dessas, a identificação de padrões torna-se possível. Empregou-se a biblioteca da linguagem “*Python*” denominada “*word2vec*” desenvolvida em 2013 (MIKOLOV et al.), que é capaz, com base no registro da ocorrência de palavras no campo semântico das palavras do seu entorno, não apenas parametrizar essas ocorrências e conferir assim exatidão matemática à proximidade ou distância que palavras guardam entre si no “*corpus*” de texto analisado, como também apreender relações de correspondência semântica existentes entre palavras. Dessa forma, a análise dos dados permitiu aferir positivamente sobre a existência, em meio às opiniões de usuários da rede social, de um tipo difuso de sentimento xenofóbico retratado no uso de palavras derogatórias e ofensivas para referir a imigrantes venezuelanos.

Algumas evidências importantes são apresentadas abaixo. A Figura 2 representa uma nuvem de palavras com as palavras de no mínimo 5 letras, sendo que o maior ou menor tamanho delas reflete de modo diretamente proporcional a maior ou menor frequência com que ocorrem no “*corpus*” de texto da pesquisa.

¹⁴ Os dados colhidos, bem como todas as sequências de rotinas de códigos empregadas na análise dos mesmos estão disponíveis através do repositório digital, cujo acesso possibilita garantias de reprodutibilidade dos procedimentos de coleta, de investigação e análise dos dados. Disponível em: <https://github.com/vealellandri/Python_for_the_Social_Sciences_NLP>. Acesso em: 24 fev. 2020.

Seguindo-se essa pista, pode-se buscar visualizar a frequência com que ocorrem certas palavras consideradas arbitrariamente em relação a outras, para fins de investigação. Assim, termos como “crise” (pensando-se em crise migratória como algo relacionada à presença de descaso para com imigrantes), “maus”, “tratos”, “aumento”, “xenofobia” e “descaso”, vê-se através do diagrama de dispersão do léxico do “corpus” mostrado na Figura 3 que tal conjunto representacional de ideias são pouco adensadas no total dos “tweets”, mas aparecem com alguma correspondência entre si.

Figura 3. Diagrama de dispersão de palavras que remetem a cuidados com a pessoa



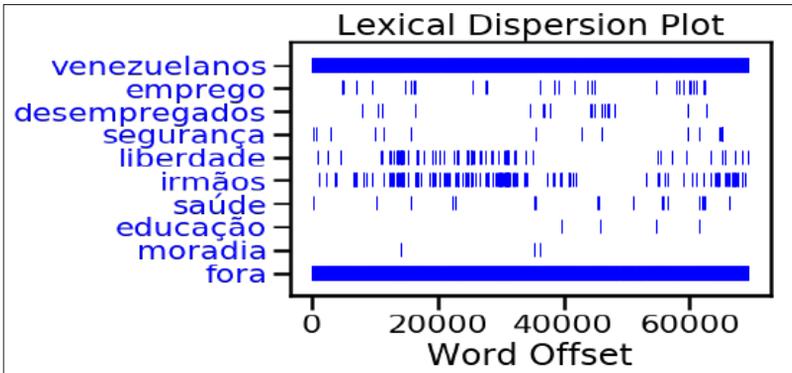
Fonte: elaborada pelos autores.

A imagem acima deve ser lida compreendendo-se o maior adensamento de manchas azuis em cada eixo horizontal por palavras como a representação visual da maior frequência com que aquela palavra ocorre no “corpus”. Alternativamente, zonas em branco representam a rarefação ou a escassez de palavras no texto.

As palavras “fora” e “venezuelanos” são altamente frequentes no texto, o que reflete a escolha metodológica da própria captura dos dados. A expressão “irmãos” para se referir a venezuelanos

é bastante recorrente no conjunto dos “*tweets*”, seja para aquelas opiniões que manifestam desejo que o Brasil proteja os “irmãos venezuelanos”, seja para aquelas opiniões que manifestam opiniões de que “irmãos venezuelanos” devam ficar em seu país. Portanto, o diagrama de dispersão da Figura 4 tem o propósito de desambiguação e por isso traz a “irmãos” no centro. Traz ainda as palavras de controle “fora” e “venezuelanos”, e também palavras que refletem dimensões mais afeitas aos processos reais de vida material das pessoas, como “emprego”, “segurança”, “liberdade”, “saúde”, “educação”, “moradia”.

Figura 4. Diagrama de dispersão de desambiguação



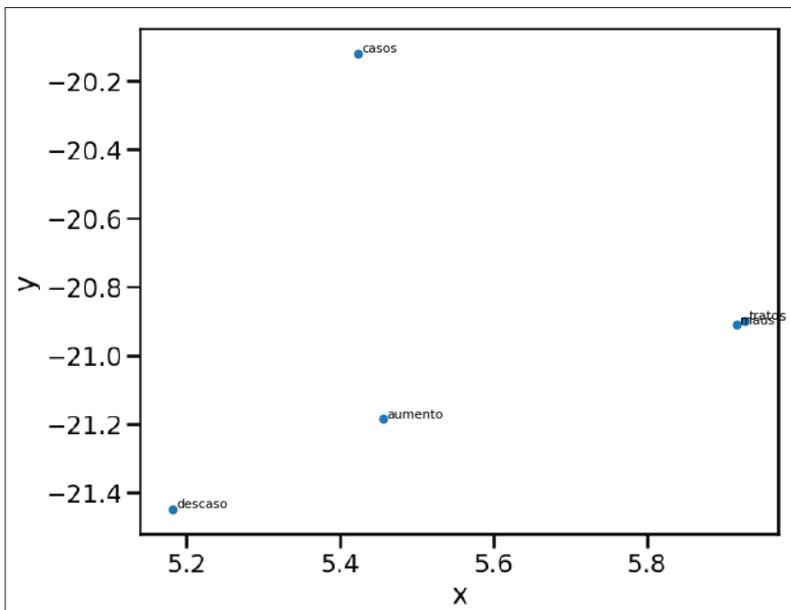
Fonte: elaborada pelos autores.

Há um certo padrão que emerge da desambiguação: grosso modo, aquelas “vozes” que mais frequentemente mencionam os “irmãos” parecem ter como mote a ideia de “liberdade”, mas essas expressões tendem a ocorrer com baixa frequência nos contextos onde palavras como “emprego”, “desempregados”, “segurança”, “saúde”, “educação” e “moradia” ocorrem.

A pista pelo aprofundamento da desambiguação disso que parece remeter a tipologias distintas (de um lado, a preocupação em abstrato com ideias de “liberdade” e de outro a preocupação em concreto com aspectos materiais da vida) pode ser buscada através do recurso à análise visual do campo semântico de ocorrência de

palavras. Na Figura 5, vemos uma aproximação visual do campo semântico da ocorrência da expressão “maus tratos”, próxima à posição (6, -21) do plano cartesiano.

Figura 5. Campo semântico da ocorrência da expressão “maus tratos”

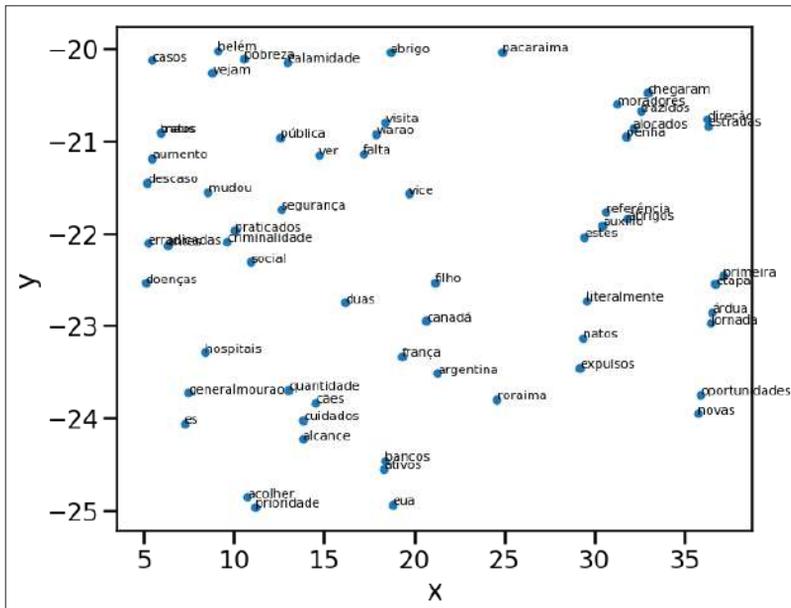


Fonte: elaborada pelos autores.

Se “ampliarmos” o espaço de visualização em torno daquela expressão (posição da abscissa 6 e ordenada -21) e buscarmos uma área mais ampla da região em torno daquele léxico no conjunto do “corpus”, poder-se-á perceber a ocorrência de expressões como “casos”, “pobreza”, “calamidade”, “pública”, “descaso”, “doenças”, “hospitais”, ou “cuidados”, ou ainda “moradores”, “alocados”, “chegaram”, “direção”, “estradas”, “expulsos”, “primeira”, “etapa”, “oportunidades”. Por limitação de espaço na própria exposição do presente artigo, é interessante restringir aqui a análise

à expressão “maus tratos” pela baixa frequência com que essas palavras ocorrem em meio a 2404 *tweets* analisados. Se por um lado pode-se imaginar que quem empregue a expressão esteja provavelmente sensibilizado pela dor e, portanto, solidário àqueles que sofreriam os maus tratos, apenas a retomada dos próprios textos dos “*tweets*” na íntegra permite aferir com precisão quais ideias estão sendo mobilizadas pelos agentes sociais emissores de tais discursos.

Figura 6. Campo semântico ampliado em torno da expressão “maus tratos”

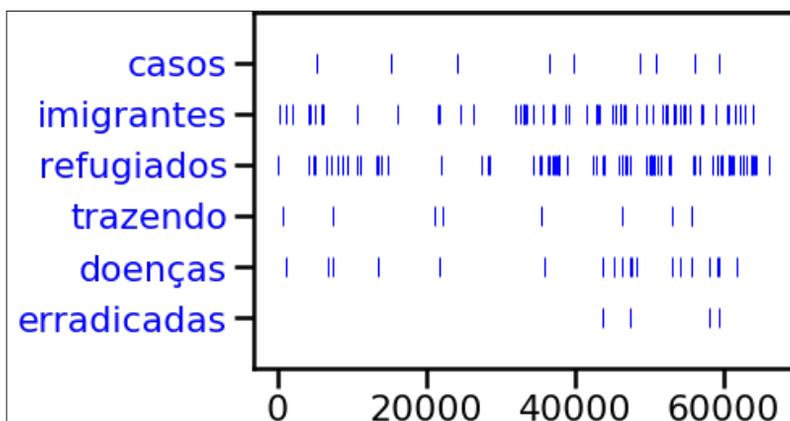


Fonte: elaborada pelos autores.

Mesmo quando a ideia dos maus tratos está presente, as ideias que gravitam em torno são colocadas em termos de embates políticos que pouco ou nada remetem à preocupação de caráter mais solidário para com a saúde, a moradia, a segurança

ou o emprego, desafios enfrentados pelos imigrantes que tocam diretamente na problemática da gestão da governança migratória. Se tomarmos as ideias expressas com relação à saúde, é frequente a associação à ideia de que imigrantes e/ou refugiados venezuelanos no Brasil trariam doenças erradicadas no país receptor, uma clara ideia discriminatória.

Figura 7. Diagrama de dispersão de palavras selecionadas na ocorrência de palavras “doenças” e “erradicadas”



Fonte: elaborada pelos autores.

Pode-se visualizar com um pouco mais de nitidez as noções que usuários da rede social “Twitter” mobilizam ao mencionar a ideia de “doença” na Figura 8 com a nuvem formada com as palavras. A problemática do drama que vivem os venezuelanos no Brasil é mais profundamente sensível nas regiões de proximidade com o território venezuelanos, onde regiões de territórios fronteiriços gozam de menor disponibilidade de recursos para a gestão de problemas sociais. A questão de saúde e a ocorrência de certas doenças transmissíveis entre pessoas, como o sarampo, por exemplo, é sem dúvida algo grave e um desafio para o poder público.

convenceu. Que os Venezuelanos criem vergonha na cara e voltem para lutar pelos direitos do seu país. (Transcrição literal de “*tweet*” de 18 de agosto de 2018. Usuário mantido anônimo).

Uber de hoje, depois que falei sobre o surto de sarampo: É, o problema dessas doenças aí é desse povo que tá vindo de fora . Os africanos, os venezuelanos . Diz que começou tudo na Venezuela. Eu tentei explicar que era pelo movimento anti-vax e tal, mas ele ignorou (Transcrição literal de “*tweet*” de 19 de agosto de 2019. Usuário mantido anônimo).

Aumento da violencia e tivemos a volta de doenças antes erradicadas pelo descaso, fora venezuelanos que foram vitimas de uma ditadura protegida e defendida pelos nosso GOVERNANTES agora tendo q buscar refugio aqui. A esquerda foi a pior MERDA q ocorreu e tem gente que defende (Transcrição literal de “*tweet*” de 02 de setembro de 2019. Usuário mantido anônimo)..

Medo dessas doenças que estão matando lá fora ..Nosso país não suporta mais doenças..Ebóla África, e Coronavírus na Coréia. Matariam milhões aqui.. Precisam examinar pessoas que chegam de outros países.. Venezuelanos trouxeram o Sarampo que não tinha mais aqui, e matou pessoas (Transcrição literal de “*tweet*” de 21 de janeiro de 2020. Usuário mantido anônimo).

É importante mencionar que o material empregado para a presente análise é vasto e possui uma enorme riqueza de dados, merecendo por isso tratamentos ulteriores, tanto pelos autores do presente artigo, quando por demais pesquisadores interessados que têm à disposição a base de dados e as rotinas de códigos utilizadas.

Considerações finais

A nova lei brasileira de migrações trouxe mudanças significativas, considerando fortemente a regulamentação internacional sobre Direitos Humanos. A legislação anterior tinha como foco a questão da segurança nacional e tratava o “imigrante” como “estrangeiro”, focando apenas na regulamentação sobre entrada, saída, deportação e extradição. A nova Lei, por sua vez, trata o imigrante de forma humanizada, simplificando o processo de vistos, facilitando o acesso ao mercado de trabalho e de residência no Brasil. Mas o principal é o fato de tratar o imigrante como sujeito de direito, garantindo a eles os mesmos direitos garantidos aos brasileiros (salvo situações muito específica relacionadas à segurança nacional).

E o caráter inovador não é apenas em relação à Lei anterior (n. 6.815/80), mas também em relação aos principais documentos e tratados internacionais. O instituto do visto humanitário, por exemplo, pode ser efetivo em situações de gerenciamento de crises humanitárias. Aliás, o governo brasileiro acabou criando Lei específica para administração de grandes fluxos migratórios em momentos crise humanitária.

De fato, o novo arcabouço legislativo é muito recente, sendo necessário esperar um período temporal para melhor análise. Principalmente em decorrência da mudança de governo em 2019 e a declaração de não participação do Pacto Global. É preciso verificar se os objetivos contidos na nova Lei de migrações serão mantidos ou se serão revisados pelo Ministério da Justiça.

Desta maneira, discutimos ao longo do artigo como a governança migratória brasileira se ajustou à realidade implicada pelos novos fluxos e também pelo cenário regional e global da mobilidade humana. Os novos desafios, que abordamos na seção das perspectivas ajudam a compreender os rumos pelos quais o Estado brasileiro poderá seguir nas próximas décadas, a depender da efetivação da nova Lei e das agendas governamentais.

Nesse sentido, o sabor das políticas adotadas pelo Estado na atenção e na recepção de migrantes e refugiados, cujos fluxos

apresentam, neste momento, uma tendência de tensionamento e agravamento, dadas as instabilidades em seus países de origem como Venezuela e Síria.

Para concluir, os dados apresentados pontuam a importância cada vez maior da tecnologia e das redes sociais no poder de difusão dos discursos a favor e contrários à imigração no Brasil, instrumentos estes que acabam por influenciar a tomada de decisão dos entes responsáveis, o Estado e seus governos, pela governança migratória do país neste começo de terceira década do século vinte e um, um fenômeno que demandará, segundo o nosso entendimento, um esforço cada vez maior de compreensão e estudo pela Ciência Política, pelo Direito e pelas Relações Internacionais.

Referências

BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Universidade Estadual de Campinas, 2018. 976 p.

BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Universidade Estadual de Campinas, 2018. 400 p.

BEM antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo”. In: *Gazeta do Povo*. **Eleições 2018**. Curitiba, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei 6.815, de 19 agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/54e748424.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 126 de 02 de março de 2017**. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=338243>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.199 de 20 de novembro de 2017**. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.285 de 15 de fevereiro de 2018**. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9285.htm. Acesso em: 01 fev. 2020

BRASIL. **Lei n. 13.684 de 21 de junho de 2018**. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 4, de 26 de julho de 2019**. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência para nacionais de Cuba que tenham integrado o Programa Mais Médicos para o Brasil, a fim de atender ao interesse da política migratória nacional. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-4-de-26-de-julho-de-2019-207468561>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 5, de 26 de julho de 2019**. Dispõe sobre a concessão de autorização de residência aos nacionais da República Dominicana, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/>

portaria-interministerial-n-5-de-26-de-julho-de-2019-207468568. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 9, de 08 de outubro de 2019**. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos do visto temporário e da respectiva autorização de residência para fins de acolhida humanitária a pessoas afetadas pelo conflito armado na República Árabe Síria. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-9-de-8-de-outubro-de-2019-220791848>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 10, de 05 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência aos nacionais da República do Senegal, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-10-de-5-de-dezembro-de-2019-231852423>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial n. 12, de 20 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-12-de-20-de-dezembro-de-2019-234972085>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Resolução 2/18. Migração forçada de pessoas venezuelanas.** 167^o período de sessões. Bogotá, 2018. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-2-18-pt.pdf>. Acesso em 10 dez. 2019.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Sistema de refúgio brasileiro. Desafios e perspectivas.** 2016. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/10-e-dicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf. Acesso em 25 nov. 2019.

GUERRA, Sidney. **A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos.** Revista de Direitos da Cidade. n. 4. vol. 9. 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/viewFile/28937/21967>. Acesso em: 01 fev. 2020.

MIKOLOV, Tomas et al. Distributed representations of words and phrases and their compositionality. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NEURAL INFORMATION PROCESSING SYSTEMS, 26., 2013, Sydney. **NIPS'13: Proceedings of the 26th International Conference on Neural Information Processing Systems - Volume 2.** Nova York: Curran Associates Inc., 2013. p. 3111-3119. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.5555/2999792.2999959>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MINISTRA nega pedido de RR de fechamento da fronteira com a Venezuela. In: Supremo Tribunal Federal. Notícias STF. Brasília, 06 ago. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386012>. Acesso em: 17 fev. 2020.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Nova lei de migração: avanços, desafios e ameaças.** Revista Brasileira de Estudos de População, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 171-179, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00171.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2009. 130 p.

SASSEN, Saskia. **Una sociología de la globalización**. Buenos Aires: Katz Editores, 2007. 323 p.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/yd7rk3nx>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SILVA, Sidney A. da; ASSIS, Glaucia Oliveira. **Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016. 347 p.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Política Externa Migratória Brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**. 2018. 645 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/188410>. Acesso em: 20 fev. 2020.

UNITED NATIONS. **Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration**. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/pga/72/wp-content/uploads/sites/51/2018/07/migration.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

WENDEN, Catherine Wihtol de. **Atlas des migrations: un équilibre Mondial à inventer**. Paris: Éditions Autrement, 2016. 96 p.